

QUESTÕES DE

PARTIDO

Atualidade do partido leninista no Brasil



Walter Sorrentino
(organizador)

Renato Rabelo

João Amazonas

Loreta Valadares

José Carlos Ruy

Augusto Buonicore

José Reinaldo Carvalho

Jô Moraes

2º Edição (eletrônica)

Questões de Partido

Atualidade do partido leninista no Brasil

Organizador

Walter Sorrentino

Edição

Elaine Guimarães e Oswaldo Napoleão Alves

Revisão

Maria Lucília Ruy

Diagramação e Programação Livro Eletrônico

Eduardo Martins

Capa

Cláudio Gonzalez

Livro Eletrônico Maio / 2006



ÍNDICE

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO (ELETRÔNICA) 5
 APRESENTAÇÃO A 1ª EDIÇÃO (IMPRESSA) ABRIL DE 2004 8

Parte 1

“QUANDO PENSO NO FUTURO NÃO ESQUEÇO MEU PASSADO” 15
 DIGRESSÃO... SOMOS MARXISTAS-LENINISTAS. 17
 PARTIDO E ORGANIZAÇÃO..... 18
 ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA 21
 DIGRESSÃO... AOS 30 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA 26
 FLUTUAÇÃO E VIDA MILITANTE NA BASE..... 27
 OUSAR CRESCER NA CAMPANHA ELEITORAL..... 31
 DIGRESSÃO... CIÊNCIA VIVA, EM PERMANENTE DESENVOLVIMENTO
 DIALÉTICO 35
 ESTRUTURAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DE MASSAS 38
 DIGRESSÃO... AO QUE SE FOI, MAS ESTÁ PRESENTE..... 42
 A QUESTÃO DE PARTIDO E SUA ATUALIZAÇÃO 47
 DIGRESSÃO... O NOVO E O VELHO..... 52
 A IDEOLOGIA COMO VALOR FUNDANTE DO PC..... 53
 A QUESTÃO IDEOLÓGICA E A PERSPECTIVA MILITANTE 58
 O TEMA PARTIDO NA 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL 63
 POLÍTICA DE QUADROS PARA UM PROJETO POLÍTICO AMPLIADO..... 67
 QUANTOS SOMOS OS COMUNISTAS NO PAÍS? 71
 IMPULSOS E GARGALOS DA VIDA PARTIDÁRIA 75
 PARTIDO DE QUADROS E PARTIDO DE MASSAS 79
 PENSAMENTO DE PARTIDO EM CONSONÂNCIA COM O PENSAMENTO
 POLÍTICO 91
 LIÇÕES DE UNIDADE..... 96
 A LÊNIN, AO LENINISMO 100
 COMITÊS MUNICIPAIS: ELO DECISIVO 104
 COMITÊS ESTADUAIS: CONSOLIDAÇÃO, COESÃO, RENOVAÇÃO 110

Questão de Partido

UMA MILITÂNCIA DE NOSSO TEMPO.....	120
O PARTIDO E SUAS FORMAS ORGANIZATIVAS DE BASE.....	132
MELHORAR A INTERVENÇÃO EM NOSSA AÇÃO DE MASSAS	143
2º ENCONTRO NACIONAL DO PCdoB SOBRE QUESTÕES DE PARTIDO ..	148
GRANDES ACONTECIMENTOS DOS NOVOS TEMPOS	154
CONSOLIDAR A DEMOCRACIA INTERNA.....	164
CONFLITOS DA VIDA PARTIDÁRIA.....	169
DIGRESSÃO... DE LÊNIN, EM 1919, EM O ESQUERDISMO, DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO	173
NOVO ESTATUTO PARA UM PCdoB FORTE, DISCIPLINADO, COMBATIVO E TRANSFORMADOR.....	174

Parte 2

ESTRATÉGIA E TÁTICA DO PCdoB E O NOVO PROJETO PARA O BRASIL <i>RENATO RABELO</i>	184
FORÇA DECISIVA DA REVOLUÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO_ <i>JOÃO AMAZONAS *</i>	193
QUAL PARTIDO? <i>LORETA VALADARES*</i>	203
MARX, ENGELS E LÊNIN <i>JOSÉ CARLOS RUY*</i>	229
GRAMSCI, LÊNIN E A QUESTÃO DA HEGEMONIA <i>AUGUSTO C. BUONICORE*</i>	240
INTERVENÇÃO NO III SEMINÁRIO POLÍTICO LATINO-AMERICANO E EUROPEU (SANTIAGO, CHILE 9 A 11 DE JANEIRO DE 2004) <i>JOSÉ REINALDO CARVALHO*</i>	251
O PAPEL DOS MOVIMENTOS NO "ASSALTO AOS CÉUS" <i>JÔ MORAES*</i>	262

Prefácio da 2ª edição (eletrônica)

Vai agora disponibilizado em edição eletrônica o livro *Questões de Partido*, que me coube organizar. É fruto da tecnologia, que permitirá que estas idéias cheguem a um público maior e, se necessário, o livro poderá ser impresso segundo a demanda.

Ao reler os textos, o primeiro impulso é purgá-los em algo, acrescentar outras tantas contribuições. Afinal, avançamos muito nesse debate no PCdoB ao longo dos últimos anos, culminando com o 11º Congresso. Julgo mesmo que esse Congresso coroou o processo de renovação das concepções e práticas de partido, tão necessário, cuja síntese mais elevada foi o novo Estatuto. Nele se consagra um conjunto renovado de preceitos, que fazem um *aggiornamento* da questão de Partido, fechando um ciclo aberto no 8º Congresso em 1992.

Como dizia na apresentação da 1ª edição, só o debate e a apropriação coletiva do desafio poderiam nos levar a essa síntese. Com isso, extraímos de fato conseqüências para o tema Partido e chegamos a novas conclusões políticas sobre ele. Por isso, a re-leitura destes textos precisa se referenciar nos documentos posteriores à 1ª edição. Destaco três aspectos relacionados a eles.

Um, de caráter *estratégico* para a reflexão sobre o PC da atualidade, é o do 2º Encontro Nacional sobre questões de Partido sobre o Proletariado brasileiro. Nele foi reposta a centralidade do proletariado no projeto político pelo qual luta o Partido, renovando o arsenal conceitual sobre o proletariado contemporâneo.

Questão de Partido

O segundo, é a resolução política do 11º Congresso, desvelando uma *estratégia* da luta pela superação do neoliberalismo e a aproximação dos objetivos de transição ao socialismo. Destaque-se nisso a centralidade da “questão nacional” como o fator articulador das demandas democráticas e sociais no rumo de um desenvolvimento democrático e soberano. É a esse projeto que precisa responder a questão do PC na atualidade, adquirindo os papéis, funções, feições e formas organizativas em funcionalidade com ele, particularmente seu caráter de corrente patriótica e socialista como fator central de sua identidade perante os trabalhadores e o povo. É o que dá ensejo ao desenvolvimento das noções de luta pela hegemonia e originalidade nas condições de cada país.

O terceiro, é a conclusão *estratégica* a que chegamos nesse mesmo Congresso sobre o tema Partido. A idéia de que nas condições atuais da luta de classes no Brasil e no mundo, de defensiva estratégica, de formidáveis pressões políticas e ideológicas, a questão de perder-se ou afirmar-se como corrente comunista exige uma nova noção do papel, caráter e centralidade dos quadros partidários. Tal conclusão subordinou a si a própria noção de Partido Comunista de massas, nos termos em que sempre foi afirmada: quanto mais amplo e extenso é o PC - e ele precisa ser cada vez mais amplo e extenso em nosso país - mais se necessita de direções sólidas e coesas, papel dos quadros partidários, unidas em torno de um único centro de direção e uma única organização.

Citei três vezes o termo *estratégico* não gratuitamente. Mas porque o ciclo de renovação das concepções e práticas de Partido só poderia vencer essa etapa definindo com maior precisão o projeto estratégico do PCdoB. O Partido e sua construção se volta essencialmente a esse projeto. Vivemos um tempo muito modificado em relação àquele em que foi elaborada a teoria de Partido. Permanecer no receituário moldado pela experiência estratégica do século



Questão de Partido

XX, notadamente a experiência bolchevique, tomando a teoria como modelo organizativo fixo, tornará os PCs disfuncionais à luta atual.

A consequência central é esta: a noção teórica e prática de Partido Comunista também está em evolução, sujeita a pesquisa e desenvolvimento teórico e prático, para responder aos problemas de nosso tempo e de nossa gente.

A re-publicação destes textos serve então como um referencial do percurso, indagações e respostas desenvolvidas intensivamente nestes últimos anos. E de fundamentação, porque, aberta esta nova etapa, trata-se agora de dar desenvolvimento à nova compreensão, sobretudo na prática de construção do Partido, alicerçada no novo Estatuto.

A atual edição eletrônica manteve todos os textos anteriores, com revisão de erros da 1ª edição. Foi corrigido um lamentável equívoco editorial: a ausência de artigo de José Reinaldo de Carvalho, anunciado no índice e suprimido da 1ª edição, pelo que peço desculpas publicamente. Outros artigos meus, posteriores à 1ª edição foram acrescentados: sobre a estruturação em vinculação com a ação política de massas e a participação em governos; sobre o significado do 2º Encontro sobre o Proletariado brasileiro; e sobre o Fórum Social Mundial de janeiro de 2005.

Agradeço mais uma vez a todos que tornaram possível este esforço, assumindo decerto as responsabilidades pelas lacunas e insuficiências.

Walter Sorrentino (organizador)

Maio/2006

***Apresentação à 1ª Edição (impresa)
Abril de 2004***

O presente livro coloca ao alcance dos leitores uma coletânea de textos de estímulo à reflexão e ao debate sobre as questões do Partido Comunista na atualidade. A própria definição do tema como objeto de estudo é passível de debate e isso está presente ao longo do próprio livro. Tema que, como argumento nos artigos, foi relegado a um segundo plano e que, entretanto, tem sua própria autonomia e universalidade, porquanto é confluência de reflexões teóricas e ideológicas, políticas estratégicas e táticas, sociológicas e empíricas, além de sua dimensão propriamente organizativa e de ação de massas.

O livro vai organizado conforme a elaboração dos últimos anos no PCdoB, principalmente desde o 10º Congresso, em 2001. Na verdade, o tema está presente como preocupação desde o 8º Congresso, em 1992; beneficiou-se do enorme avanço da luta e consciência crítica, no mundo e no Brasil, notadamente a chance excepcional aberta para a esquerda brasileira com a vitória de Lula em 2002.

Pretendeu-se dar um passo adiante na extração de consequência desse debate, colocado agora diante de nova realidade, mais propícia à construção da força avançada - um partido político transformador, no caso o PCdoB. Ápice desse esforço foi ter pautado o tema na 9ª Conferência, em junho de 2003, e no 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, em março de 2004.



Questão de Partido

Como preparação desse esforço, a imprensa partidária deu ensejo à publicação de uma série de artigos - agora compilados e revisados -, para sustentar essa elaboração. Na coluna *Partido Vivo* (do portal **Vermelho**, desde 2002) pretendi, conforme as palavras de apresentação, "tratar de questões teóricas e práticas da estruturação partidária, alimentando-se do cotidiano, mas também dos fundamentos e do debate que se trava no interior da esquerda no Brasil e no mundo". A coluna tinha em vista "dar corpo ao debate [em particular] sobre política de organização, como parte do esforço de renovação do pensamento e prática de Partido".

Espero que se concorde com o fato de estes dois anos terem sido pródigos em examinar mais a fundo tal renovação. De todo modo, trata-se de um esforço em curso, que pretende ser beneficiado com a publicação deste livro. Porque isso envolve necessariamente o concurso de uma gama mais ampla de comunistas na reflexão, e o confronto destas idéias com as experiências da esquerda em todo o mundo e no Brasil. Enfim, nada mais justifica o tema não ter seu *status* reconhecido como indispensável na atualidade, alvo de esforços de crítica da experiência da esquerda ao longo do século XX, em ligação com os momentosos problemas das respostas teóricas e práticas exigidas pelo movimento na atualidade. Espero que esse intento seja alcançado, como reafirmação, uma vez mais, de que sem uma força política de vanguarda, que represente de modo independente os interesses imediatos e futuros do proletariado, não há transformação social exequível.

Na esteira da 9ª Conferência Nacional, o 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido permitiu uma síntese que guia as reflexões necessárias, presentes também ao longo dos artigos ora publicados. Tal síntese gira em torno de três eixos de investigação e práxis.

Questão de Partido

O primeiro, trata da hegemonia. Partido de ação política transformadora, que não recusa os desafios do cotidiano postos pela análise concreta da situação concreta nos marcos da correlação real de forças em pugna, exige ser guiado pelo pensamento estratégico, dado pelo seu projeto programático, socialista. Isso, nos marcos da atual situação da luta de classes no Brasil e no mundo, e como corolário desse pensamento estratégico, indica a construção da hegemonia das forças avançadas no processo da luta transformadora, norteando o papel, as formas, funções e feições do Partido Comunista que se exige na atualidade. Hegemonia é o *centro* da estratégia. É tema que exige apropriação crítica, de Lênin a Gramsci, e outros pensadores marxistas. O conceito de hegemonia é compreendido como o alcance real de direção política sobre o conjunto da luta nacional, prevalência da vontade e projeto político dos trabalhadores, expressa em força política, de massas, eleitoral, social e cultural.

O segundo, é o tema da originalidade do papel, formas, funções e feições adquiridas pelo partido dos comunistas, levando em conta as características do tempo contemporâneo e da nossa formação econômica, social, política e cultural. O Brasil, como grande nação, com rica história e tradições de luta, com um povo uno e laborioso, há de fornecer elementos próprios que permitam o desenvolvimento do leninismo, enquanto teoria clássica do partido revolucionário do proletariado. Esse é o esforço antidogmático, que recusa tratar o tema apenas como tema ideológico, e deixá-lo confinado aos marcos de um receituário organizativo. Há princípios para a organização do Partido, não há modelo engessado. É o que nos indica caminho para uma análise histórico-crítica, contextualizada, da elaboração leninista, como fermento para a busca de caminhos originais, em funcionalidade com a experiência e tradição dos trabalhadores brasileiros. Esforço que se beneficiará também do estudo de uma série de experiências, pouco conhecidas por nós, de influentes



Questão de Partido

partidos comunistas de massas em diversos continentes, ao longo do século XX.

O terceiro, é o Partido Comunista de massas, enquanto formulação propriamente organizativa. O tema é novo apenas para nós, sendo já tradição para PCs de outras plagas e outros tempos. É preciso examinar criticamente essa tradição, base para encontrar formulações próprias para nós na atualidade, porque de nós se exige uma formação organizativa estruturada, extensa e numerosa, como parte dos caminhos para uma luta de fato transformadora.

Na presente publicação encontram-se pistas para cada um desses temas. Serão bem sucedidas, modestamente, se estimularem a reflexão, ao debate, a consensos e dissensos. Na primeira parte, os artigos guardam seu aspecto de *crônica*, testemunhos do tempo, com alguma conotação conjuntural, porque foram escritos para a militância, no *calor da hora*. Por isso, salvo duas exceções, publicam-se cronologicamente e não foram re-editados. Neles prevalecem temas organizativos. Pode-se verificar, inclusive, como foi evoluindo paulatinamente a compreensão, conforme foi se modificando a conjuntura a partir da vitória de Lula, em outubro de 2002, e amadurecendo a reflexão, culminando nos documentos da 9ª Conferência e do 1º Encontro Nacional.

Na segunda parte, publicam-se artigos de fundo, já divulgados em nossa revista *Princípios*. Eles representam pontos nodais que marcam a trajetória da reflexão sobre o assunto, desde o célebre 8º Congresso de 1992. Tratam da questão Partido como tema teórico-ideológico, invocando os fundamentos da teoria leninista de partido revolucionário, em confronto crítico com a experiência histórica, mas também na sua dimensão histórica, política e de ação de massas. De Renato Rabelo, o tema da estratégia, que baliza por inteiro qualquer reflexão



Questão de Partido

concreta sobre a questão de Partido. Recolheu-se a exposição do Presidente Nacional do PCdoB ao 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido. De João Amazonas, capta-se a reflexão seminal, de defesa da indispensabilidade de um tal tipo de partido, mas extraindo as lições da degenerescência verificada em sua trajetória, nos países do então chamado campo socialista da Europa. De Loreta Valadares, a reflexão também seminal, historicizando a abordagem leninista da obra *Que Fazer?*, da qual se extraiu um conjunto de reflexões muito ricas. O mesmo tema é desenvolvido por José Carlos Ruy, que aborda com pertinência a polêmica travada, hoje e sempre, sobre o partido revolucionário, contextualizando historicamente a produção leninista. De Augusto Buonicore, uma resenha sobre a questão da hegemonia, tema central a nossa reflexão atual e que ainda reclama maior estudo. Finalmente, de Jô Moraes e José Reinaldo de Carvalho artigos que conectam o tema com a ação de massas, tema bastante desenvolvido desde o 10º Congresso. Evidentemente, eles precisam ser apreendidos no contexto do tempo em que foram escritos.

Os documentos oficiais do PCdoB, aqui não publicados, têm suas leituras indispensáveis a todos que buscam compreender a evolução do pensamento de partido entre nós, sendo necessário cotejá-los com estes textos aqui publicados, especialmente as abordagens do 8º, 9º e 10º Congressos (1992, 1997 e 2001, respectivamente), da 9ª Conferência (2003) e do 1º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2004).

É da minha experiência prática e da história de nosso Partido que o tema Partido (ainda mais sendo tão empenhado quanto o é) só pode avançar se for apropriado pelo coletivo. É o que se espera com esta publicação: que seja uma modesta arma de combate, pelas escarpadas veredas do saber, da investigação, da pesquisa, alimentadas da *práxis*. Combate, aliás, sem o qual teria



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



Questão de Partido

sido impossível esta publicação, porquanto se beneficiou de mil e um debates, palestras, reuniões, aulas.

Registro os agradecimentos que tornaram possível organizar este livro. Em primeiro lugar, a todos que concorreram para transformar a 9ª Conferência e o Encontro Nacional nos eventos decisivos que foram, notadamente à direção nacional do PCdoB, mas também a toda a militância que fez a fortuna desses eventos. Também aos companheiros da Comissão Nacional de Organização, com os quais partilhei o cotidiano no qual foi gestado o livro. À Comissão Nacional de Formação e Propaganda, que assume a responsabilidade de editá-lo e a Lejeune Mato Grosso, em particular, que tomou nas mãos o trabalho concreto de edição. Enfim, a Edvar Luiz Bonotto e Lucília Ruy, cuja edição e revisão, sempre acurada, torna possível sanar algumas dificuldades irremediáveis do linguajar deste articulista. A todos o meu muito obrigado, isentando-os, desde logo, de responsabilidades pelas lacunas e deficiências que certamente existem. Tenho certeza de que todos juntos poderemos saná-las porque o tema veio para ficar e se desenvolver.

Walter Sorrentino (organizador)

Abril de 2004



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



PARTE 1: UM PARTIDO COMUNISTA DE MASSAS

Textos de Walter Sorrentino

Médico, membro do Comitê Central do PCdoB e da Comissão Política Nacional, Secretário Nacional de Organização

"QUANDO PENSO NO FUTURO NÃO ESQUEÇO MEU PASSADO"

A belíssima lembrança no cartaz do PCdoB/SP em comemoração dos 80 anos de fundação, diz tudo do esforço de permanência e renovação que buscamos no pensamento acerca das questões de Partido. Lembremos de que tal foi o propósito anunciado no 9º Congresso - "um Partido de princípios, marxista-leninista, de feições modernas" - e que esteve presente também no 10º Congresso.

O desenvolvimento do nosso pensamento acerca do tema partido sofreu enormes vicissitudes, devido a décadas de clandestinidade - anos de ditaduras - e a uma determinada leitura do movimento revolucionário proletário - anos de modelagem. Com a legalidade, acentuou-se a necessidade de atualizar esse pensamento, em meio a uma década terrível - a derrocada da URSS e a democracia mutilada pelo neoliberalismo. O essencial nós fizemos desde o 8º Congresso em 1992: reafirmamos princípios e tratamos de reforçar o Partido.

Foi um êxito expressivo. A comemoração dos 80 anos de fundação, 40 de reorganização e 30 da heróica jornada de luta libertária no Araguaia, nos encontra mais conscientes dos esforços necessários para seguir adiante, e suficientemente auto-críticos para lidar abertamente com as lacunas de nosso trabalho.

Não podemos perder de vista que falamos em desenvolver/atualizar o pensamento de Partido em meio a uma situação ainda defensiva, na ausência de um forte e ascendente movimento de massas do proletariado. Portanto, não vamos fazer receitas para a cozinha do



Questão de Partido

futuro. Mas o notável Saramago, afora instante de forte pessimismo manifestado no Fórum Social Mundial, gosta de lembrar uma reflexão de Marx em *A Sagrada Família*: "Se o homem é formado pelas circunstâncias, então há que formar as circunstâncias humanamente". Ou seja, historicamente.

Então segue irrecusável a questão essencial de seguir construindo o sujeito coletivo da luta transformadora, que tem por centro a noção de pertencimento de classe e de consciência de classe do proletariado. O partido comunista é esse instrumento e essa consciência, cujo papel é indelegável. Com a condição de concebê-lo como organismo vivo, atuando nos pólos principais dos conflitos sociais, cotidianamente, infundindo a cada luta o conteúdo de seu projeto político transformador, nas circunstâncias concretas do Brasil e do mundo de hoje. Ou seja, pensado e estruturado para o tempo atual em ligação com a realidade econômica, social, política e cultural profundamente modificada e com o projeto político que almejamos.

Falamos, portanto, de formar as mulheres e os homens reais que reconstruirão a perspectiva socialista, renovada, numa atitude comprometida e militante. Permanecemos leninistas, devemos atualizar as formas, funções e feições que assume nosso trabalho partidário, principalmente lá nas raízes que nos ligam ao povo, que são as bases militantes.

(Publicado em 09/04/2002)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



Digressão... Somos marxistas-leninistas.

Somos produto histórico da idéia basilar de que as sociedades humanas são definidas no essencial - embora não exclusivamente - pelas relações sociais derivadas da esfera econômica, e que essas têm caráter histórico; relações que põem em confronto em determinadas fases históricas grupos sociais inteiros - as classes - e que a luta dessas classes é inevitável e define o principal motor de transformações na sociedade. Essas contradições podem ser dirigidas no sentido de extinguir as classes e a exploração de uma pela outra, tendo por sujeito histórico em nosso tempo o proletariado. Se a isso nos propomos, é imprescindível um instrumento político, capaz de materializar a independência da classe revolucionária em todos os terrenos. Esse instrumento é o Partido Comunista. Poucas coisas são tão grandiosas na vida quanto ser um militante do Partido, dedicar parte de nossas energias à luta transformadora.

(Publicado em 9/4/2002)



PARTIDO E ORGANIZAÇÃO

O que faz um secretário de organização? De tudo um pouco, até dirigir o Partido e direcionar os esforços de estruturação. Digo isso com algum exagero por não ser pouco freqüente a queixa de vários secretários (ainda numa reunião nacional ouvimos): "a gente chega na sede com algumas prioridades na cabeça; em poucos minutos, ainda na recepção, já somos atordoados com mil problemas cotidianos para resolver. O dia passa e não tratei das prioridades. Até responder pelo café na sala de reuniões a gente é cobrado".

Um dos vícios mais recorrentes de que fui testemunha é a idéia segundo a qual questões de partido são questões de organização. Reduccionismo puro, que empobrece nossa visão!

Secretarias de Organização têm longa tradição no movimento comunista. Seu papel central diz respeito a coordenar e sistematizar a experiência de construção partidária e gerir a vida interna do Partido, como parte do sistema de direção geral. Para isso lidam com a elaboração e o desenvolvimento de uma política de organização.

Não raro se verificou a mistificação de ser o segundo numa pretensa hierarquia partidária. Em boa medida recaiu sobre ela a questão momentosa da modelagem dogmática da construção partidária, a partir de esquemas apriorísticos, fechados ou intolerantes-autoritários de condução da vida interna. Em certo sentido, isso se configurou como causa e consequência de uma relativa falta de desenvolvimento do pensamento de Partido, tomado de modo dogmático, a-histórico, em insuficiente correspondência com a realidade



Questão de Partido

social em mutação e até mesmo com as exigências de um projeto político transformador.

Em nosso último artigo dissemos que o desenvolvimento do pensamento acerca do Partido no Brasil sofreu enormes vicissitudes. Particularmente, fomos marcados de modo indelével por mais de 60 anos de clandestinidade, produzindo certo enrijecimento. Difícil por exemplo pensar em médio prazo, nessas condições de clandestinidade e com a leitura de ser "imminente" a revolução bater às portas. A reconhecida vivacidade e flexibilidade de nosso pensamento político tardou a se aplicar à esfera da construção e estruturação partidária. Felizmente, nos últimos anos, com o conceito de estruturação partidária, começamos a superar isso. Ainda faz falta bater nessa tecla e desenvolver a abordagem.

Desculpem pelo jogo de palavras, mas construção, estruturação e organização partidárias, sendo conceitos complementares, não são um só e único conceito. A chave foi definir que a construção partidária se dá no plano político, ideológico e organizativo e que a síntese atual desse esforço é a sua maior estruturação, assumindo hoje o papel central na atual fase de construção. Os objetivos da estruturação são traçados nos planos (já estamos no 4º plano!) e, neles, a organização assume um papel particular: ela é parte do plano e ao mesmo tempo seu esteio principal, porque o coordena.

Mas daí a voltar a pensar que questões de Partido são questões de organização seria como dizer que a parte é o todo, empobrecendo o todo. E empobrecemos a parte também, por ela sucumbir às voltas com um cotidiano massacrante.

Partido é política. Partido é ideologia. Partido é organização! Construí-lo permanentemente e estruturá-lo é



Questão de Partido

tarefa de todos nós: envolve a direção política e ideológica, de ação de massas, de organização e formação dos militantes. Pode ser que a organização coordene esse processo em algumas de suas dimensões fundamentais, mas não é tarefa só dela. "Organizar" sem compreender isso é tentar embrulhar um pacote vazio.

A partir daí podemos desaprisionar a organização para desenvolver seu próprio papel permanente. Compreendo-o como a exigência de dar corpo a uma política de organização, que sistematizará a experiência de construção do Partido nas várias frentes e, assim, alimentará o esforço de estruturação. Ponto destacado disso é uma política de quadros.

A nossa coluna será parte desse esforço elaborador. Voltaremos ao tema com freqüência, mas paulatinamente: veremos as coordenadas do atual plano de estruturação e polemizaremos os componentes políticos, ideológicos e organizativos, antes de nos lançarmos à polêmica.

(Publicado em 9/4/2002)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

“Cuidar mais e melhor do Partido.” Esse foi o sinal de alerta dado no 9º Congresso em 1997, e nos trouxe muitos e bons frutos.

Não é qualquer coisa o PCdoB, em uma década de hegemonia neoliberal e de pesadas derrotas impostas aos trabalhadores, em meio à formidável crise da URSS e Leste Europeu, convivendo em aliança desde 1989 com o PT e seu predominante papel na esquerda, ter crescido substancialmente e avançado em sua consolidação política e orgânica.

Êxito significativo porque foi tempo de recuo na consciência, organização e mobilização de massas, no Brasil e no mundo. Tempo de pressão na perspectiva militante, na coesão, disciplina e convicção no projeto político transformador, fatores presentes ainda hoje. Isso tudo afetou, como não poderia deixar de ser, também o partido dos comunistas. Em sua forma menos maligna, criando uma pretensa noção de o movimento ser tudo e o objetivo final acumular forças, o que conduz à lassidão e acomodação. O Partido existe para cumprir seu projeto político, conscientizar, organizar e mobilizar os trabalhadores! O indicador central desse papel, em tempos de defensiva estratégica, é o empenho na construção partidária.

Uma forma adequada de encarar esses fenômenos é que os êxitos foram fruto de uma série de opções acertadas, nos campos político, eleitoral, ideológico e organizativo. Entretanto, opções, mesmo quando corretas, envolvem custos e descompensações. No caso, defasagens se



Questão de Partido

verificaram no Partido e o 9º e o 10º Congressos as registraram.

Tais defasagens condicionam a acumulação de forças do Partido. Carecem de compensações adequadas. O enfrentamento delas foi iniciado no 9º Congresso. Tiveram por centro o deslindamento dos problemas da construção partidária nos planos ideológico e organizativo, procurando colocá-los em compasso com os avanços do pensamento político. Foram materializadas no conceito de estruturação partidária - síntese das exigências concretas da construção na fase presente do PCdoB - e daí nasceram três planos de estruturação: 1999, 2000 e 2001.

De passagem, diga-se que apesar de toda a importância da noção de planificação, própria de nossa história de construção da nova sociedade socialista, entre nós ainda grassa forte espontaneísmo, geralmente voluntarista (mas às vezes também negativista).

Por isso, ganho não desprezível foi também a noção de planejamento, procurando superar o espontaneísmo e substituir as urgências pelas prioridades no trabalho cotidiano. Com esse passo, passamos a tratar tais questões de modo mais realista e dialético. Passamos a superar o vício freqüente de, ao tratar dessas questões, *lidar com o todo, o tempo todo ao mesmo tempo*, em discursos freqüentemente doutrinários, dificultando uma apreensão mais discriminada dos passos a dar para consolidar o Partido. Já dissemos na última coluna que, no mais das vezes, a questão ficava relegada indevidamente à esfera da organização.

Um consenso foi se formando no 10º Congresso, relativo às questões de Partido, em torno de quatro pontos: 1) a questão da unidade e luta no interior da frente única; 2) a necessidade de intensificar a ação política de massas; 3) a



Questão de Partido

maior atenção ao trabalho junto ao proletariado; e 4) maior investimento no trabalho teórico-ideológico do Partido junto a suas fileiras e à sociedade. São questões inter-relacionadas e dizem respeito aos elos centrais da cadeia destinada a fortalecer o PCdoB e à construção de uma hegemonia avançada para o rumo da luta atual contra o neoliberalismo. Esse consenso nasce da nova situação que vai se gestando paulatinamente; não obstante a manutenção de um quadro ainda marcado pela defensiva, elementos crescentes de consciência crítica se manifestam, reanima-se relativamente o movimento de massas, cria-se um degelo na luta de resistência derivada da visível falência do projeto neoliberal. Re-posicionamentos no tocante ao papel do Partido são exigidos.

O IV Plano de Estruturação Partidária, aprovado pelo CC, leva em conta essa situação. Na coluna anterior falamos do processo de estruturação partidária visando superar defasagens na construção partidária. Após três exitosos PEPs, onde nos encontramos? O 10º Congresso deu um balanço profundo da situação partidária e indicou um projeto político para o Partido. Queremos destacar em particular o fato de o IV PEP ter três noções centrais: novas abrangências, nova cronologia e concretude política. E, fruto dos avanços exigidos, define de forma nova os alvos centrais do esforço.

Nova abrangência deriva da noção de precisarmos estruturar melhor o Partido para que ele cumpra sua atividade-fim. Indispensável hoje é fortalecer a sua ação política de massas e o trabalho junto ao proletariado. Portanto, ao lado das metas de Militar-Estudar-Divulgar-Contribuir, vamos incorporar as frentes de massa e planificar nelas nossa intervenção. Trata-se de entrelaçar a presença permanente do militante partidário na luta dos movimentos populares e sociais com a luta pelo nosso projeto político - inclusive eleitoral - e ligar ambas à estruturação partidária. Vamos conectar esses esforços. O

Questão de Partido

passo essencial é compreender a ação política de massas como parte destacada da tática e trazê-la à esfera da direção política e geral do Partido. Faz falta o que no passado nos caracterizava: investir tempo e pedagogia na investigação das condições do movimento de massas, desenvolver suas bandeiras e descortinar formas de luta adequadas. Isso vai ligado à idéia de que precisamos desenvolver mais campanhas políticas com a identidade própria, para vincar sua marca de luta perante os trabalhadores e o povo.

Nova cronologia porque aprovamos que o Plano tem duração de dois anos e se relaciona com o período de mandato das direções estaduais eleitas. Portanto, corresponde a um programa de trabalho dessas direções. E se exigirá dividi-lo em etapas e fases distintas, segundo as batalhas políticas e distintas características do período. Tais questões levam a uma maior complexidade da planificação. O Partido é muito variado em graus de estruturação e um plano precisa fazer o recorte apropriado a cada situação partidária, a cada frente de atuação e seu acúmulo específico.

Concretude, no sentido de nos estruturarmos para as lutas políticas e no fogo dessas batalhas. Planos que valessem para ontem, hoje ou amanhã, o mesmo em São Paulo e em Tocantins, poderiam até ser belos como proclamação de intenções, mas teriam pouca serventia prática. Pôr a política no comando - essa a questão-chave! Em síntese: o projeto político comandando a estruturação, como abordagem do que é permanente na construção partidária.

Isso não nos faz perder de vista rumos, diretrizes e metas que são nacionais; particularmente o alvo central do PEP: consolidar os comitês municipais nas maiores cidades do país. Por isso, o IV PEP propõe levar o centro de gravidade da execução do plano a esses comitês municipais. Nossa história recente foi reestruturar a direção nacional, após a

Questão de Partido

queda da Lapa (1976), o que se verificou a partir de 1978 com o retorno de Amazonas ao país e a composição de nova direção. Com a legalidade, fazia-se necessário e possível estender o sistema de direção, consolidando os principais comitês estaduais pelo país. Pode-se dizer que esse processo foi cumprido - ainda com Estados retardatários - e o Partido é um mosaico complexo e muito variado pelo país. Mas o principal, agora, para seguir avançando no sistema de direção, num país de dimensões continentais, numa organização política que diversificou e expandiu enormemente sua atuação, é buscar consolidar os principais comitês municipais nas maiores cidades do país. Numa analogia, é como as atuais relações de produção que entram o desenvolvimento das forças produtivas. É preciso liberar esse desenvolvimento: sem comitês municipais fortes e consolidados o PCdoB terá dificuldades de chegar aonde precisa: dirigir efetivamente bases numerosas que o liguem mais estreitamente à vida e à luta dos trabalhadores e do povo.

O IV PEP leva em conta esses elementos. O Comitê Central fez dele uma discussão viva e enriquecedora. Restou a certeza da necessidade de aprofundar o debate sobre a momentosa questão de dar estabilidade à base militante, enfrentando a flutuação que vem se manifestando.

Os rumos estão dados. Na nossa coluna voltaremos a cada um desses pontos. Indispensável que todos, das bases aos comitês estaduais, estudem, debatam e apliquem o IV PEP, tornando-o um fator vivo para o fortalecimento partidário.

(Publicado em 03/05/2002)

Digressão... Aos 30 anos da Guerrilha do Araguaia

Cada época tem seus próprios desafios e gesta seus próprios heróis: a história os julga. Há 30 anos, nas selvas do Araguaia, homens e mulheres foram escravos de sua própria consciência libertária, dedicando-se à luta do Partido e do povo. Sabiam o que faziam, estavam dispostos a pagar com a própria vida se necessário. E o foi!

Hoje, herdar a mesma causa que eles nos legaram também implica desprendimento e abnegação, confiança e convicção, ideais e disciplina. De um outro jeito. Na enorme maioria das situações, na legalidade, não estamos ameaçados de morte pelo fato de sermos militantes comunistas. A ameaça é outra: matar nossa consciência revolucionária, desacreditar a luta transformadora, fazer-nos uma folha levada pelo vento, sem destino histórico. Assim, pós-modernamente...

É outra circunstância, mas o problema é o mesmo: é preciso ser militante, vale a pena ser militante da causa transformadora, marxista e revolucionária. Porque a militância não nega, mas sim enriquece, com a consciência e compromisso, outras dimensões indispensáveis da vida - pessoal, familiar, profissional, acadêmica, afetiva - e com elas quer conviver.

Heroísmo é um produto histórico, sofrido ponto de chegada e não fútil ponto de partida. Também esta época que nos foi dado viver gestará seus heróis, anônimos ou não. Entre eles, militantes comunistas; e eles, sem dúvida, lembrarão sempre do exemplo dos que foram ao Araguaia.

(Publicado em 03/05/2002)



FLUTUAÇÃO E VIDA MILITANTE NA BASE

Uma das questões presentes na vida dos partidos comunistas na atualidade é a flutuação militante. Ou seja, filiam-se novos aderentes, mas há instabilidade na sua militância, ou mesmo evasão. Os italianos da Refundação Comunista, por exemplo, chamam o fenômeno de intenso *turn-over* dos inscritos. Alguns estão às voltas com a diminuição do afluxo de novos aderentes ou, ainda, com ambas as coisas.

Nossos comitês e bases vivenciam diretamente esse problema, mas ele ainda é pouco conhecido e debatido entre nós. Aliás, o IV Plano de Estruturação Partidária visa começar esse debate.

Dados são indispensáveis para uma análise serena e isenta da questão. E aqui reside o primeiro grande problema: eles não estão disponíveis apropriadamente, por ora. Os cadastros (iniciados em 1997) e os PEPs (desde 1999) vão possibilitar um estudo muito profícuo da questão.

Atentemos por ora para a tabela abaixo, com números arredondados:

Ano	Características	PEP	Novos filiados	Participantes da vida Partidária
1997	9º Congresso	Não havia	Não disponível	20.000
1998	Eleição nacional	Não havia	Não disponível	18.000
1999	Conferências Estaduais	Primeiro	18.000	21.000
2000	Eleição municipal	Segundo	6.000	28.000
2001	10º Congresso	Terceiro	18.000	35.000



Questão de Partido

Se a aparência fosse a essência não haveria necessidade de ciência, como disse já o velho mestre. Há nesses números muitos indicadores e não podemos nos furtar a deles extrair todas as conseqüências. A questão infere razões de ordem política, ideológica e organizativa muito variadas e complexas e abarca múltiplas perspectivas, próprias de nossa época e das sociedades atuais. Para o pensamento de partido, dizem respeito à atualização de nossa política de organização. Vamos dizer que tratar disso é uma das razões de existência desta coluna ao longo do tempo. Consideremos apenas que está dada a partida.

Fixemos a aparência mais gritante: partimos de 1997 com 20 mil militantes, filiamos pelo menos 42 mil novos em 5 anos e chegamos em 2001 com 35 mil. Particularmente entre 1998 e 1999, partimos de 18 mil, filiamos novos 18 mil e só trouxemos para a vida partidária naquele último ano 21 mil militantes (eis aí o diagnóstico do 9º Congresso quanto à "defasagem" ideológica e organizativa que se manifestava na vida partidária e que nos levou a configurar os PEPs!).

Há uma conclusão inicial a extrair, e ela se desdobra em duas assertivas:

1. Existe um problema real de flutuação, ao qual não se deve fechar os olhos. Problema menos agudo porque convive com a expansão das forças partidárias, mas nem por isso menos importante. Falar em fortalecimento das fileiras partidárias com novas filiações exige atentar para o fato de ser preciso esforço para manter os filiados ativos e ligados ao Partido.

2. A questão mais diretamente afeta ao fenômeno é a vida e a atividade das bases partidárias. Seu adequado funcionamento, sua vida e dinamismo são a chave da ativação da militância comunista. Por isso, essa segue

Questão de Partido

sendo a questão-chave de nossos problemas de estruturação partidária. Como se sabe, no IV PEP, colocamos como alvo a consolidação de comitês municipais, exatamente enquanto mecanismo que permita avançar na criação e fortalecimento da vida das bases.

Essas conclusões, de valor imediato, precisam marchar ao lado de um exame mais aprofundado do problema. A questão infere perspectiva mais larga, referente à nossa concepção de Partido, às formas e funções que ele assume. Velho debate, hoje ainda mais presente devido à pressão contra a política, os partidos políticos e a militância política. Antes, essa pressão provinha diretamente da luta ideológica contra a perspectiva transformadora, pela "direita": clandestinidade, perseguição, prisão, tortura, morte. Hoje, ela se alimenta do pessimismo, descrédito e até mesmo de uma série de pressões, digamos assim, pela "esquerda", de negação dos partidos revolucionários e adesão aos "movimentos", que recusam uma perspectiva totalizante de projeto político.

Está colocado o seguinte: somos leninistas e para a condição de comunistas não nos basta apenas ser aderentes ao partido, mas também o compromisso com sua política e sua sustentação militante. Entretanto, precisamos responder aos problemas de nosso tempo, de nossa gente, e que são reais. Que perfil e que caráter pode e deve assumir a militância comunista hoje? Que formas de organização são mais apropriadas a essa realidade? Como trabalhar o centralismo democrático num contexto de partido comunista com base de massas? Como alimentar a perspectiva ideológica da militância? Como assegurar os contrapesos necessários para assegurar o caráter classista proletário da composição partidária?

Fazer as perguntas adequadas pode ser metade do caminho andado. As formas e funções do partido emanam da concepção leninista, respondem ao projeto estratégico

Questão de Partido

que defendemos e se amparam na realidade do país, no atual contexto da luta de classes mundial. Não somos adeptos de modelos pré-estabelecidos. Somos leninistas e permanecemos em defesa de nossa identidade partidária, como reafirmamos desde o 8º Congresso. Mas precisamos desenvolver o nosso pensamento nesse terreno, nos marcos do processo de expansão que estamos vivendo, para um forte partido comunista com ampla base e influência de massas. Esse pensamento se desdobra na elaboração de uma política de organização mais adequada aos fenômenos com que nos defrontamos. Não vamos nos furtar a esse esforço.

Por fim, não podemos deixar de dizer o óbvio: sem um registro adequado nada se pode conhecer. Sem conhecimento não há ação consciente. Acabar com essa ojeriza ao controle, fruto de prolongada clandestinidade e falta de visão em médio prazo, é parte de nosso combate.

(Publicado em 24/5/2002)

OUSAR CRESCER NA CAMPANHA ELEITORAL

O centro da batalha atual pelo nosso projeto político está em ligação com o esforço das eleições de outubro. Definimos com clareza nosso projeto e nossa aliança e estamos demarcando o programa que norteia a disputa. Vamos nos aproximando paulatinamente da fase decisiva desse esforço eleitoral: organizar uma disputa política em ligação com uma campanha de massas, num terreno favorável à oposição.

É de se problematizar, então, o seguinte: o PCdoB nem sempre cresce e se estrutura no bojo da própria campanha política eleitoral. Essa é uma questão política nevrálgica: campanhas eleitorais nacionais são momentos de enorme ebulição política, chamam o conjunto da população a um posicionamento. Nada mais normal então que, nesse ambiente, o Partido aumente sua presença, se fortaleça com novos militantes. Conseqüentemente, nessas batalhas maiores ele mantém e busca aumentar sua estruturação. Ou visto pelo negativo: é despolitizado e atrasado deixar de fortalecer a estruturação no curso desse tipo de batalha.

Como compreender práticas reiteradas de que durante a campanha eleitoral muitas vezes se abandona o esforço por fazer crescer o Partido, ou mesmo reforçar a própria vida interna das suas organizações? Parece até que se entra em recesso na campanha pelo voto - se abandona o acompanhamento das várias frentes, se remanejamos atuações militantes para fora do âmbito de sua inserção social e política, vai-se supostamente em busca do voto... A prática é particularmente má quando se refere à desestruturação da atuação nas frentes de massa.

O problema é que essa não é a prática que em regra mais



Questão de Partido

favorece a busca do voto. A atuação enraizada, que colhe os benefícios do conhecimento profundo por parte dos militantes, no curso das lutas de que eles ou elas participam cotidianamente, rende mais eleitoralmente, na medida em que permite multiplicar o número de aderentes que nos ajudam na campanha eleitoral - e pode retê-los na forma de novas filiações ao Partido. De outra parte, a questão não é neutra ideológica e organicamente. Porque, afinal, a busca do voto e da eleição de nossos candidatos é parte da luta maior pelo projeto político do Partido e este tem no seu próprio fortalecimento um objetivo central no seio da campanha eleitoral. Meios e fins precisam estar articulados.

Tudo somado há problemas de concepção e de prática nesse desvio que muitas vezes marca nossa atuação em campanhas eleitorais. Não desconhecemos que, em alguma medida, campanhas eleitorais forçam situações para as quais nem sempre estamos preparados. Notadamente em casos de pouca força acumulada, ou estrutura do Partido rarefeita, muitas vezes a estrutura partidária sofre intensas adaptações para o esforço eleitoral. Mas que dizer de situações onde ele é mais forte e estruturado? Por que abrir-mão dessa estrutura na luta eleitoral?

O IV Plano de Estruturação Partidária, em curso em todo o país, assumiu um vetor primordial: manter a estruturação do Partido e incrementá-la no curso da campanha eleitoral e na ação política de massa. Vejamos a primeira questão.

Falamos de estruturar para que ele cumpra melhor o seu projeto político. Estruturação e política são vetores indissociáveis. Sem uma política justa, comprovada na experiência e expressão do seu projeto, não se pode nem sequer falar em fazer crescer e estruturar melhor o Partido. Obviamente, não estruturamos um pacote vazio: o conteúdo é o projeto político do PCdoB. Ele se funda nos valores de nossa teoria e ideologia classista proletária e é



Questão de Partido

desdobrado em orientações políticas concretas, segundo a correlação real das forças em presença. No caso, nosso projeto eleitoral, as alianças, as candidaturas, a linha de campanha.

No balanço da implementação desta primeira fase do IV PEP, fica claro que, nacionalmente, conseguimos pôr a política no comando. Todos os planos estaduais adotam por centro a batalha por fazer vitorioso o nosso projeto eleitoral em 2002 e alcançar 2% dos votos nacionais. Entretanto, a prova concreta ainda está por ser vencida: durante a campanha, notadamente em sua fase crítica (de julho a setembro), comprovar na prática nossa concepção politicamente avançada e ideologicamente sã de seguir fortalecendo o Partido e suas organizações no seio da batalha eleitoral.

Como se manifesta e se comprova essa diretiva? Apontamos no IV PEP algumas indicações: primeiro, realizar as conferências eleitorais (Conferências de junho de 2002; N. do A.) com forte empenho nas Assembléias de Base; segundo, fortalecer a capacidade de comando dos comitês municipais durante a campanha, dirigindo a atividade das OBs e demais organizações intermediárias; terceiro, conectar a luta eleitoral com as demais atuações permanentes, dando diretivas políticas e organizativas adequadas a cada uma delas, sem desestruturá-las ou abandoná-las à própria sorte. Quarto, despregar uma poderosa campanha de massas, politizada e aguerrida, por um Novo Rumo para o Brasil, nela inserindo os candidatos do PCdoB e o esforço por trazer novos combatentes ao Partido.

Bem vistas as coisas, trata-se de um rumo irrecusável, próprio da maturação e expansão que vimos vivendo nos últimos anos. Alargar horizontes e perspectivas de nossos quadros e militantes, e não soterrá-los sob uma avalanche de tarefas cotidianas desconectadas da preocupação



Questão de Partido

explícita de fortalecer o PCdoB no seio da batalha. Fica o alerta: se não superarmos tais limitações demonstra-se um atraso subjetivo de nosso pensamento de partido, que comprometerá a capacidade de nos imaginarmos ainda maiores e mais estruturados - aliás, perspectiva bastante plausível na presente situação política brasileira. Como em tudo o mais em nosso Partido, as idéias caminham na frente. Se as idéias não correspondem às exigências, nos atrasaremos em perseguir nosso projeto político.

(Publicado em 24/5/2002)

Digressão... Ciência viva, em permanente desenvolvimento dialético

Morreu Stephen Jay Gould. Sua obra é um desses momentos que, se não é fundador, pode vir a ser reconhecido como refundador da Teoria da Evolução de Darwin. Isso porque Gould foi um darwinista convicto e nesse sentido materialista conseqüente, ativista inclusive, com uma denúncia viva do atraso que é o ensino oficial do criacionismo em escolas norte-americanas. Entretanto, submeteu a apreensão da obra de Darwin a uma profunda visão crítica, combatendo o reducionismo a que ela foi renitentemente submetida, sob a forma de determinismo mecânico, seja de base geneticista seja de abordagem histórica.

Em *A Galinha e seus Dentes* (1992, Paz e Terra), entre muitas outras passagens de sua obra, pode-se ler: "Persegui esse tema [as extraordinariamente amplas e radicais implicações contidas na proposta de Darwin para um mecanismo evolutivo a seleção natural] de modo implacável, enfocando três pontos de vista. A seleção natural como uma teoria sobre a adaptação local, e não sobre o progresso inexorável; a ordenação da natureza como um subproduto coincidente da luta entre os indivíduos; e o caráter materialista da doutrina de Darwin e, em particular, sua desqualificação de qualquer papel causal que pudessem desempenhar as forças, energias ou poderes espirituais" (p. 119).

"É um erro, embora lamentavelmente comum, considerar que a utilidade atual de uma característica [evolutiva dos seres vivos] permite uma inferência sobre as razões de sua origem evolutiva. A utilidade atual e a origem histórica são assuntos diferentes... As características complexas são prenes de potencialidades; a sua possível utilização não está confinada à função original. E essas mudanças



Questão de Partido

evolutivas de função podem ser tão ardilosas e imprevisíveis quão vastos os potenciais da complexidade" (p. 62).

"A dificuldade está em nossa visão simplista e estereotipada da ciência, considerando-a um fenômeno monolítico, baseado na regularidade, na repetição e na habilidade em prever o futuro. As ciências que tratam de coisas menos complexas e menos ligadas à história do que a vida podem seguir esta fórmula... A ciência das coisas historicamente complexas é uma empreitada diferente, e não menor... As noções da ciência precisam dobrar-se (e expandir-se) para acomodar a vida" (p. 64). "Alguns tipos de verdade podem requerer sendas estreitas e retilíneas, mas as trilhas da introspecção científica podem ser tão meândricas e complexas quanto a mente humana" (p. 95).

Aí se encontra, a nosso ver, um busílis de sua contribuição, polêmica certamente, mas enriquecedora a todos os títulos. Explorando esse ponto de partida, criou a teoria do equilíbrio pontuado, da macroevolução, argumentando sempre polemicamente com a imprevisibilidade, baseado em copiosa cultura de História Natural.

Acreditamos haver um paralelo possível para com as ciências sociais: onde ele refere a vida coloque-se vida social em sua imensa complexidade e teremos desvendado também um dos desafios centrais que os marxistas têm na atualidade de romper com estereótipos reducionistas e mecanicistas - ou melhor dizendo petrificados -, para abrir-lhe as fronteiras para um desenvolvimento da concepção e método, em tudo necessário aos dias atuais. Como o próprio Gould, sem renunciar aos fundamentos do materialismo histórico e dialético, mas desenvolvendo-o à custa de se apropriar histórica e criticamente do enorme desenvolvimento das ciências em geral no último período do século passado, que perdura até aqui. Atitudes



Questão de Partido

científicas e abertas como a de Gould são enriquecedoras do patrimônio cultural humano.

(Publicado em 24/5/2002)

ESTRUTURAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA DE MASSAS

Na última coluna falamos de campanha eleitoral e sua relação com o crescimento partidário. Há outro aspecto nodal da mesma questão política: vincular a estruturação partidária à ação política de massas. Aliás, é a novidade introduzida no IV Plano de Estruturação Partidária.

Somos uma força de ação política de massas, aí abarcada a luta eleitoral, institucional e de massas propriamente dita. Em tempos de refluxo, como na década de 1990, compreende-se o predomínio da luta institucional - mobilizações são mais possíveis nas eleições de entidades, ou mesmo nas eleições parlamentares, de executivos locais etc. É uma espécie de adaptação à correlação de forças. Mas a conjuntura está se modificando paulatinamente.

A crise neoliberal e o emergir de uma consciência crítica mundial, manifestada nos fóruns antiglobalização, bem como em algum grau de retomada da luta popular, exigem flexões claras. Na América Latina, nos últimos anos, isso ficou evidenciado, muito embora ao mesmo tempo tenha se manifestado a falta de uma direção orgânica ao movimento de protesto. Na Itália, manifestações de milhões em defesa do trabalho - inclusive, uma greve geral -, falam do mesmo sentido. Até na França, surpreendida pelo ascenso eleitoral da extrema-direita, o povo soube mobilizar suas reservas de energias republicanas para dar uma resposta contundente ao fato. O caráter dos embates por dar uma saída avançada para a encruzilhada estrutural do país aponta no mesmo sentido de exigências: o movimento de massas foi decisivo para a redemocratização, sofreu um refluxo com a década perdida



Questão de Partido

neoliberal e precisa ser retomado enquanto um poderoso movimento cívico mudancista.

É o novo surgindo pouco a pouco sem ainda uma definição mais demarcada, sem ainda inverter a correlação de forças estrategicamente desfavorável do mundo hoje, mas que significa um degelo da situação anterior. Permite-se mesmo pensar na possibilidade de abordar um caminho mudancista num país com as dimensões do Brasil, por intermédio de vitória eleitoral, que se inscreve nas possibilidades concretas de hoje.

Retoma-se numa situação desse tipo a exigência de conectar a luta institucional com a ação política de massas, unificar e dirigir não apenas a política geral, mas a própria ação política realizada pelo Partido. Bradar contra a institucionalização e os pecados que geralmente a acompanham na vida de um partido revolucionário será brado impotente se não forem enfocados no contexto concreto modificações das possibilidades da luta e das criteriosas flexões que nos exige.

A ação política de massas é uma questão central da nossa tática, e como tal precisa ser levada à esfera da direção política e geral, romper com a compartimentação a que estão submetidas as diversas frentes. Ademais, exige-se atitude pedagógica dos dirigentes, investigar e elaborar linhas politizadoras e de massa para o trabalho militante, com a mesma tenacidade e sagacidade que marcam nosso pensamento político.

Ao mesmo tempo - e isso foi muito marcado no debate do IV Plano de Estruturação Partidária - precisamos conectar a presença na luta de massas com o esforço de estruturação partidária. Porque, afinal, mesmo nas difíceis condições em que atuamos nos anos 1990, o militante comunista esteve sempre ao lado do povo, vivendo suas lutas e agruras,



Questão de Partido

esforçando-se em manter ativas entidades, como sindicatos, associações de moradores, juvenis, femininas, anti-racistas, e outras. A questão é infundir a cada uma das lutas de que participamos uma perspectiva política e ligada ao nosso projeto político. Isso, entre outros procedimentos que elevem a consciência do povo, inscreve como nossa obrigação militante construir o Partido no seio das lutas travadas.

Essa questão se relaciona com outra de fundo, também presente em nossas reflexões congressuais: a ampla frente necessária à derrota das forças neoliberais, que exige um sagaz processo de unidade e luta, destinado à construção da hegemonia de forças avançadas no processo da própria luta. Esse sempre foi problema complexo, resolvido na base da política mais justa e da capacidade de pôr em movimento forças de massa. Aí entra a questão: intensificar hoje a presença de massa do Partido, disputar ativamente a base social que apóia a ruptura com a política neoliberal é irrecusável e tem, na ação política de massas, aspecto não secundário. Se falarmos, conseqüentemente, em amplo movimento cívico mudancista não devemos perder de vista um instante sequer a questão de dar-lhe sólidas e profundas bases de apoio de massa.

O IV PEP pôs em pauta esses elementos. Toma corpo a noção de que o Partido precisa demarcar mais sua identidade por intermédio de campanhas políticas próprias de massa. É nossa rica tradição com a luta contra o nazi-fascismo e pela Força Expedicionária Brasileira, a Campanha "O Petróleo é nosso", as jornadas de luta contra a carestia, sem mencionar o Araguaia e o impeachment de Collor de Mello. Hoje algumas bandeiras podem ser centrais a esse esforço, como a campanha contra a Alca e pela redução da jornada de trabalho. Sem negar a amplitude em torno dessas bandeiras - marca "genética" de nossa identidade -, campanhas políticas próprias são instrumentos e meios para alcançar amplas massas e



Questão de Partido

vincar identidade política e de massa para o Partido.

Está aí um bom mote para as entidades sob nossa direção política, como UJS, CSC, UBM e UNEGRO: orientá-las para o esforço da batalha eleitoral em ligação com suas próprias bandeiras permanentes, ligando tudo isso ao fortalecimento do Partido com novos lutadores, provindos da luta concreta, no seio das batalhas concretas.

Enfim, como nosso tema recorrente é fortalecimento e estruturação do PCdoB, mais uma vez se demonstra ser esse um processo eminentemente político, a par de seus aspectos ideológicos e organizativos. Ligar o atual esforço de estruturação a uma presença maior na luta de massas é o modo de cumprir nosso papel, reafirmar a sadia radicalidade do Partido, dar-lhe mais visibilidade e identidade própria para constituir maior base e influência de massa.

(Publicado em 31/5/2002)

DIGRESSÃO...AO QUE SE FOI, MAS ESTÁ PRESENTE

Nossa coluna rende seu preito de homenagem à memória do bravo guerreiro JOÃO AMAZONAS. Ele se foi com a serenidade dos que cumpriram sua missão. Os que ficamos, os comunistas de seu Partido, educados por ele, seguiremos em frente com sua obra. Essencialmente, construir o PCdoB, pelo qual ele deu o melhor de sua energia ao longo de 67 anos. Que sua memória se perenize nesse esforço cotidiano de cada um de nossos militantes!

(Publicado em 31/5/2002)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



O PARTIDO NA PARTICIPAÇÃO EM ADMINISTRAÇÕES

Tem sido um bordão desta coluna que injunções políticas determinam ou condicionam caminhos da estruturação partidária. Ou seja, estruturação partidária é antes de tudo assunto político! Já está mais do que na hora de superar aquela metafísica atrasada de separar política e questões de partido que, infelizmente, ainda marca a prática de parte importante de nossa atividade.

A participação em governos e as conseqüências que isso vem trazendo à vida do Partido é um desses problemas. Essa questão é antiga. Pensemos, por exemplo, no peso das disputas eleitorais, forçando partidos de esquerda a constituir fortes bases eleitorais. Organizações políticas com base ideológica mais pragmática ou diluída enfrentam mal essa pressão. Desfazem núcleos e atividades de base onde os tinham, a vida partidária passa a girar em função dos parlamentares e aparatos de governo, torna-se rarefeita e manipulada a vida partidária propriamente dita. De outra parte, organizações políticas revolucionárias muitas vezes engessaram-se ao negar a participação nessas instâncias, ou ao colocá-las em contradição antagônica com seus objetivos últimos.

A contenda está presente hoje, no Brasil. Há forças que defendem o antagonismo entre luta institucional e luta de massas, uma negando a outra, numa dinâmica pobre e estéril. Para nós, trata-se de compô-las dialeticamente a serviço de nosso projeto político, reconhecendo de fato a existência de contradições nesse processo. O PCdoB tem se esforçado em construir essa política, recusando a internalização de lógicas de governo a ditar a vida partidária e recusando o primarismo de imaginar ser possível cumprir o programa integral dos movimentos populares na Administração. Ou, ainda, desconhecer que o



Questão de Partido

espaço por excelência da estratégia política é o espaço nacional, ao qual se subordina o local. Trata-se, como se vê, de desafio novo de inventividade política, para pôr tal participação a serviço do projeto de "Um Novo Rumo para o Brasil", o lema de nosso 10º Congresso.

O fato é que o PCdoB tem importante participação em governos, sobretudo locais. As condições que se criaram com a vitória oposicionista nas eleições de 2000 tornaram irrecusável a participação do PCdoB em governos. Se se criam outras condições, a questão se colocará num futuro e eventual governo Lula. O PCdoB nunca participava de tais governos, por princípio. A profunda mudança estratégica na luta de classes, ocorrida com a queda do campo socialista e a hegemonia neoliberal, nos impôs nova leitura. Isso foi fundamentado no 9º Congresso, em 1997, e reafirmado no 10º Congresso.

Notoriamente, o PCdoB, a partir dessas funções, ampliou seu arco de apoio na sociedade, em particular em estratos além dos populares que sempre caracterizaram nossa base social de apoio. Ganhamos visibilidade política e mais extensa relação de confiança com o povo - para o que está voltada a política praticada por nós nas administrações e isso deverá se refletir no desempenho eleitoral de nossos candidatos e mesmo no crescimento partidário. Sem dar um balanço extenso, digamos que tem sido uma experiência a muitos títulos positiva a participação em governos no sentido de atender a reclamos de massa, de padrão democrático participativo e educação política quanto aos limites da ação institucional. Pensemos, por exemplo, quanto tal conduta tem ajudado a organização popular, apoiando o esforço de entidades de massas, em seus congressos e reivindicações.

Entretanto, há o lado contraditório no processo e precisa ser levado em conta por nós. Já argumentamos em outro momento que, mesmo fazendo opções corretas, impostas

Questão de Partido

pela realidade política, não podemos desconsiderar os custos dessas opções porque eles efetivamente existem e exigem medidas ativas para fortalecer o caráter do Partido e a luta pelo seu projeto político.

Também sem sermos extensivos, pode-se dizer que alguns efeitos negativos estão presentes. As pautas partidárias nos locais onde participamos de governos ficam saturadas com o cotidiano político local e institucional e seus efeitos na formação dos novos militantes nem sempre é o da vocação para a grande política. Há situações em que divergências se instalam no Partido em torno do cotidiano das medidas da Administração. Contradições reais, de fundo corporativo como no caso do funcionalismo público, cobram-nos alguns ônus. Em casos mais graves cisões se verificam em função de cooptações praticadas pela Administração.

Quanto ao assunto central desta coluna - os problemas relacionados à estruturação partidária -, o que se verifica é também contraditório. Onde somos pouco estruturados (ou é pouco madura política e ideologicamente a estrutura de quadros e militantes), a nova esfera de responsabilidade imposta pela participação em governos pode até agravar o problema, por subtrair energias ao trabalho principal do Partido. Contudo, onde somos mais estruturados não é automático nem espontâneo que a estruturação se incremente, tornando-se necessárias medidas de reforço do trabalho de direção. Sem dizer que, em ambos os casos, não é automático que se reforce o trabalho de base e de massas sem uma criteriosa direção e vontade políticas.

Detemos-nos especificamente no fato de direções partidárias ficarem enfraquecidas porque quadros experientes vão para a administração, para a "atividade política pública", enquanto a dedicação ao esforço de construção e estruturação partidária fica desequilibrada na



Questão de Partido

distribuição das responsabilidades de quadros dirigentes. Um efeito indireto disso é visível na esfera das secretarias de organização. No Ativo Nacional de Organização de Brasília, dos 17 Estados presentes, nove Secretários de Organização eram novos na função e, entre eles, cinco quadros eram novos no partido, ainda em formação nessa área nevrálgica. Nada contra a renovação - necessária e benéfica. Mas a organização, que tem o papel de ser um estrategista da construção partidária, não pode ter o trabalho enfraquecido, justamente nesta hora em que o Partido está em expansão. Era essa, aliás, a preocupação da Resolução do Comitê Central, não autorizando automaticamente a indicação dos principais dirigentes partidários para cargos de governo.

Precisamos construir um melhor equilíbrio nessa matéria, sem perder de vista jamais a natureza precipuamente política da questão. Examinar se, em alguns casos, não têm sido insuficientes os contrapesos para assegurar, ao lado da participação na esfera institucional, uma atenção maior à luta de massas por parte do Partido, maior atenção ao trabalho com nossa principal base de apoio social, maior parcimônia em garantir, antes de tudo, quadros experientes para sustentar o trabalho de direção partidária.

Certamente, ninguém pensa em formar uma organização política em redoma de cristal, à margem da luta de classes e de seus escolhos reais. Mas nossas opções precisam ser conscientes e precisamos ser críticos conosco mesmos, para manter a coerência e a clarividência que têm caracterizado o PCdoB. Por isso, então, a exigência de acurado balanço, em tempo real, de nossas experiências nesse terreno e a adoção de medidas compensatórias adequadas, com a crescente normatização política e organizativa de nossa atividade partidária nessa esfera de atividade institucional.

(Publicado em 7/6/2002)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



A QUESTÃO DE PARTIDO E SUA ATUALIZAÇÃO

Nossa coluna tem recebido, com alegria, observações e críticas que, centralmente, expressam um anseio: abrir um debate sobre a atualização do pensamento de partido. Essa questão esteve presente no 10º congresso e é, sem dúvida, indispensável para enfrentar a problemática da militância na atualidade.

Começamos em um ponto: um dos defeitos recorrentes de nossa tradição foi equiparar questões *de partido* a questões *de organização*. Nesse reducionismo, de aparente tecnicidade, esconde-se uma questão: a idéia segundo a qual a teoria de partido está pronta e acabada e o problema é como aplicá-la, ou seja, construção partidária é problema de mera organização.

Na verdade, subjaz a isso a noção de um *modelo* determinado de *forma organizativa* do partido, tomando por padrão determinadas formas emanadas da experiência do movimento comunista, tendo por centro o modelo soviético. Não estamos no ponto de ter dado um balanço histórico circunstanciado dessa questão. Isso deveria compreender tanto o enorme impulso representado pela corrente comunista ao longo de todo o século - com seu papel de luta não raro heróica, sua fidelidade aos ideais da classe operária e em demarcação com as tendências anti-revolucionárias e revisionistas -, quanto a degenerescência observada em partidos comunistas, que se ossificaram em determinados moldes e perderam a perspectiva ideológica que podia ter permitido ao proletariado evitar a derrota estratégica sofrida. Num e noutro caso, por razões históricas óbvias, o papel do PC da ex-URSS foi central: quem falhou foi o *partido*. Impõe-se seguir investigando as causas de natureza teórica, ideológica, política e



Questão de Partido

organizativa, contextualizadas historicamente, que levaram a esse resultado.

Efetivamente consideramos que a teoria está dada, a moderna teoria leninista de partido. Mas também efetivamente ela necessita de atualizações e desenvolvimentos. Precisa dar conta da realidade contemporânea da luta e consciência social, adequar-se às realidades concretas de diferentes situações, responder mais diretamente ao projeto político e caminhos implicados na luta por colocar o socialismo como projeto exequível na atualidade. Note-se aí necessitarmos de um esforço de corte similar ao realizado por ocasião da crítica a que submetemos o *modelo* socialista, extraíndo lições dos erros da primeira experiência socialista e re-elaborando o Programa Socialista do PCdoB.

É positivo constatar o quanto habita os debates do movimento comunista em todo o mundo a questão da *identidade* do partido, refletindo a compreensão de que o PC é o agente da transformação social e que sem partido revolucionário não há ação revolucionária. Também entre nós isso ocorre, carecendo ainda de um esforço concentrado e orientado com o fim de atualizar as respostas necessárias na esfera dessas questões. Consideramos a década passada de importância na evolução de nosso pensamento e prática de partido: expansão das fileiras militantes, maturação da organização partidária. Transitamos esses anos com as fundamentações do 8º, 9º e 10º Congressos.

O 8º Congresso foi fundamental a esse percurso: reafirmou nosso caráter, o sentido de permanência, a defesa de nossa identidade. A crise do marxismo e do socialismo posta em evidência com a queda do Leste Europeu nos encontrou firmes na convicção da necessidade de perseverar na construção do instrumento da transformação - o partido comunista: "Sem partido não há movimento



Questão de Partido

transformador". Entretanto, não deixamos de pôr em questão uma determinada visão modelada do socialismo e do partido comunista de tipo leninista. Por isso, falamos de permanência e renovação.

Coube ao 9º Congresso, com o PCdoB já vivendo uma expansão notória, cunhar a expressão "Partido Comunista de princípios, revolucionário, de feições modernas". Do ponto de vista político havíamos cunhado a expressão *Partido de porte médio*. Era o fator renovação sendo mais exigido. Seu corolário foi diagnosticar a construção nos planos político, ideológico e organizativo; afirmar a existência de um descompasso ideológico (convicções, unidade, disciplina) e organizativo (raízes nas bases); e "cuidar mais e melhor do Partido". As conseqüências foram os três planos de estruturação partidária com alguns êxitos importantes.

Com o 10º congresso, compreendemos melhor a exigência de avançar no pensamento de partido. O texto é rico em indicações e inferências possíveis e merece ser tomado como partida para o debate necessário. Registramos no Congresso a progressão da expansão partidária, reclamando novas soluções para alcançar os objetivos fixados. Afirmamos ter ganhado maior clareza a questão de modificações importantes na realidade social e formas da consciência social que impactam a forma-partido e o caráter da militância comunista. Entre os consensos que foram se formando, inscreveu-se a crítica à qualidade do trabalho de direção na esfera ideológica e, também, o reconhecimento da necessidade de encontrar formas mais consentâneas de ligar o Partido à ação política de massas e ao proletariado. Por fim, mas não em importância, a problemática das formas de organização nessa realidade social bastante modificada em comparação com o que predominou ao longo do século passado.



Questão de Partido

Tais questões precisam ser tomadas por nós como desafios dos quais não se pode abrir mão. Imaginamos mesmo a possibilidade de um esforço conjugado, de caráter nacional, tendo por centro a Atualidade da Questão do Partido Revolucionário (como se sabe, realizamos o 1º Encontro Nacional em março de 2004). São muitos pontos de partida e temas muito impregnados de conteúdo ideológico, político-organizativo e mesmo sociológico.

Um ponto de partida que nunca abandonamos é que quanto mais madura se faz a indagação de um caminho brasileiro para o socialismo tanto mais precisamos modelar um partido capaz de empreender essa transformação, com características próprias. Isso significa que devemos valorizar nossa originalidade, a experiência e características de nosso povo, tirar lições do conjunto da experiência revolucionária, mas pautá-la pelo nosso projeto político e pelos caminhos da transformação brasileira. Aliás, esse esforço, próprio do leninismo, foi adotado em diferentes medidas pelas experiências revolucionárias (pensemos nas características dos partidos e movimentos revolucionários em China, Vietnã, Cuba, por exemplo) e teve desenvolvimentos importantes no pensamento de Gramsci, entre outros. Além disso, pelo nosso entender, devemos partir da polêmica, do confronto com correntes que não cessam de repôr a edulcoração do partido revolucionário, bem como novas formas de espontaneísmo, algumas até neo-anarquistas, na luta contra o capitalismo.

Duas questões merecem menção, entre outras, condicionando esse debate na atualidade. A primeira: nos encontramos em momento de estratégia defensiva, sob a crise da perspectiva transformadora, em refluxo do movimento revolucionário. Isso significa que não podemos idealizar o debate, encontrar outras fórmulas prontas e abstratas, fora da experiência concreta - e sempre renovada - do movimento real de luta dos trabalhadores e dos povos. A outra: as questões de Partido precisam ser



Questão de Partido

abordadas historicamente. Partindo dos fundamentos teóricos do leninismo - também apreendidos em sua dimensão histórico-crítica -, nosso debate deve responder à realidade social atual e ao projeto político concretamente plasmado nas atuais condições da luta de classes no Brasil e no mundo. Certamente, devemos compreender então o enorme esforço crítico, teórico-ideológico, de ação e organização, o que envolve também pesquisa empírica sobre a realidade social - entendendo que isso está em permanente evolução.

Voltando ao início: as questões de partido não são apenas organizativas. Implicam problemas de natureza teórica, ideológica, política, de ação de massas e, também, organizativa. Uma política de organização mais consentânea é hoje uma exigência para desenvolver o PCdoB, mas ela está em correlação com a atualização do pensamento de partido. Voltaremos ao tema!

(Publicado em 14/6/2002)

Digressão... O novo e o velho

"Se não é um novo caminho, é um novo jeito de caminhar."

A expressão, sempre lembrada pelos camaradas do Estado do Amazonas, é tomada de Thiago de Mello, que honra a cultura nacional. Dialético, porque não implica abandonar o velho, mas sim se alimentar dele para síntese nova. Aliás, o velho Bertolt Brecht, de outra parte, amava recordar - referindo-se a Marx e Lênin - a importância de ensinar "coisas velhas" como se fossem sempre "novas" porque *"poderiam ser esquecidas e consideradas válidas apenas para tempos já transcorridos. Não há necessariamente inumeráveis pessoas para as quais elas são totalmente novas?"*.

O Partido está em expansão. Precisamos aproveitar intensamente as condições para reforçá-lo. Recusar o acanhamento, superar condicionamentos de outros tempos e outros momentos históricos. Tudo está em movimento. O leninismo implica nisso: a análise concreta da realidade concreta. Não adaptar a vida a nossos planos, mas antes o contrário.

Isso implica adaptar-se ao novo - tanto o real quanto aquilo que é nova aquisição de nossa consciência. Saber ver o novo que nasce mirrado, em que nem todos apostam, mas que pode vingar. Se há no horizonte a possibilidade de uma hora da virada, essa é também a hora para o PCdoB. Estejamos à altura disso, sabendo inventar novos jeitos de caminhar! Inclusive para sabermos nos imaginar maiores!

(Publicado em 14/6/2002)



A IDEOLOGIA COMO VALOR FUNDANTE DO PC

Falamos da necessidade de atualização do pensamento de partido. Isso repõe, em outros termos histórico-concretos, as polêmicas acerca da moderna teoria do partido revolucionário, de Lênin. Lênin traçou os fundamentos táticos, de ação de massas, ideológicos e organizativos do *partido de novo tipo*, em demarcação com a velha Segunda Internacional. Como sabemos, em 1916 Lênin fundamentou o *Imperialismo - Etapa superior do capitalismo*, do qual derivava a noção da época das revoluções proletárias, colocando o partido - o *fator subjetivo* - como determinante das possibilidades revolucionárias. Por isso, a teoria e prática de partido leninista foram uma inovação estupenda que esteve na raiz dos êxitos revolucionários do século XX.

Os pilares dessa construção teórica foram os de um partido de vanguarda, de caráter classista proletário, constituído organizativamente como um sistema orgânico funcional à consecução do projeto político do proletariado, que assegurasse a unidade de ação com um centro único dirigente constituído em bases democráticas. Vejamos o núcleo ideológico da questão.

Os anos 1902-1905 foram particularmente vitais nessa construção teórica, quando Lênin elabora *Que fazer?; Um passo à frente, dois passos atrás; Carta a um Camarada; Sobre a reorganização do Partido*, entre muitos outros escritos voltados àquele fim. Aspecto central - e diríamos clássico - nesse processo foi a relação espontâneo-consciente. É o busílis do *Que Fazer?*, no qual Lênin conclui: "Sem teoria revolucionária não há ação revolucionária" - base da idéia de um partido de vanguarda. Isso embasou a noção de que, para os comunistas, o valor fundante do partido revolucionário, seu amálgama, é o fator ideológico.



Questão de Partido

Muito já se escreveu acerca da relação espontâneo-consciente. Lênin assentou suas formulações na teoria marxista, em polêmica com a velha Segunda Internacional e as formas de *economicismo* então presentes na Rússia, que conduziam ao predomínio do *espontaneísmo* e, conseqüentemente, a formas-partido funcionais ao predomínio da luta parlamentar e sindical - o partido como apêndice da luta econômica do proletariado.

Lênin fundamenta a noção do *partido de vanguarda*, elaborador-portador da teoria revolucionária que não surge *espontânea e diretamente* do confronto econômico entre operários e patrões. A consciência vem "*de fora*" dessa relação *imediate*. Sabemos que Lênin partiu de formulação de Kaustky, bastante mecanicista a esse respeito. Entretanto, o próprio Lênin, durante esses anos (reconhecendo-o em 1912) se negara a tratar *Que fazer?* fora do âmbito do debate então travado: tratava ele de corrigir a "curvatura do bastão" dos economicistas, em suas próprias palavras.

Que fazer? faz a crítica da visão evolucionista e do seguidismo característicos da corrente economicista. É uma apologia do partido político em oposição à perspectiva estreita daquela corrente. Marcante nesse sentido é o recorrente apelo de Lênin a observar "todos os aspectos da vida social", "todos os aspectos da vida política", voltar a atividade dos comunistas a "todo o povo", "todas as classes da população", observando a relação entre "todas as classes", explicar a "todos" o significado histórico mundial da luta emancipadora do proletariado (Burgio). Portanto, é central a luta contra a concepção corporativa da própria identidade e função do partido. Consideramos isso um aspecto central e mais que nunca atual do pensamento de partido. Com ele se define teórica e politicamente "a autonomia da classe operária, como expressão da sua capacidade de se fazer intérprete e protagonista do processo político que envolve *toda a*



Questão de Partido

sociedade" (Gruppi). Portanto, "*de fora*" significa que a consciência não provém da experiência *imediate* da relação de exploração, mas da visão crítica global da sociedade. Ela vem da parte do **partido** que observa o campo das relações recíprocas entre todas as classes. O partido é a fusão do elemento consciente com o elemento espontâneo.

Ao mesmo tempo, Lênin demarca limite com o determinismo mecânico e o positivismo. Movendo-se no campo do "determinismo materialista (que não só não pressupõe o fatalismo, mas, ao contrário, oferece o próprio terreno para uma ação racional)", Lênin "correlaciona partido e movimento real, iniciativa revolucionária e situação objetiva, sujeito e objeto, com forte destaque ao sujeito revolucionário" (Gruppi).

Formas de determinismo estrito e mecânico nesse terreno são fatais. Nessa armadilha envolveram-se muitos, entre outros Stalin. Conduzem o partido a uma formação monolítica e monocéfala, de "homens e mulheres de aço", exigindo não raro mediações de ordem moral e até mesmo religiosa para definir a militância. A experiência soviética, no limite, demonstrou aonde pode levar tal caminho, ossificando a forma-partido, impondo a obediência acrítica e desarmando ideologicamente o proletariado em sua luta. O mais certo é que "não se deveria derivar diretamente de *Que fazer?* uma filosofia sobre a origem da consciência revolucionária, que não foi esse o escopo da obra" (Gerratana).

Tampouco se poderia derivar da formulação leninista naquela obra um determinado modelo de forma organizativa, qual seja, a de um partido fechado, de quadros, de predominante atividade ilegal ou clandestina. O próprio Lênin flexibilizaria formulações já no auge da revolução de 1905 (*Sobre a reorganização do partido*) e também posteriormente (*Novas tarefas, novas forças*). São notórias, e deveriam ser mais valorizadas, a flexibilidade e



Questão de Partido

sensibilidade de Lênin para adaptar a organização partidária às condições e exigências dos diversos momentos da luta revolucionária. Nessa armadilha envolveram-se muitas organizações, presas do sectarismo e dogmatismo, pela "esquerda", bem como outras, que diluíram seu caráter revolucionário sob a bandeira da renovação, pela "direita". Pensemos no ex-PCI eurocomunista ou mesmo na experiência brasileira do atual PPS.

Em suma, o partido não pode ser concebido como uma organização apartada do movimento real. Na relação espontâneo-consciente em Lênin, o espontâneo é uma forma embrionária do consciente. O partido é a predominância do fator consciente, mas se alimenta permanentemente do fator espontâneo da luta dos trabalhadores, generaliza-a e dá-lhe uma perspectiva política de ruptura. Não se deve contrapor mecanicamente uma "espontaneidade privada de consciência a uma consciência estranha ao movimento espontâneo" (Gerratana).

Tais polêmicas não cessam de se repor ao movimento e deveríamos confrontá-las como exigência para o avanço do pensamento leninista. Por ora, centremos a atenção no essencial: o componente ideológico - marxista, classista e revolucionário - é central à retomada da perspectiva transformadora. Materializa-se em homens e mulheres militantes, conscientes, que adotam uma perspectiva de ruptura com a ordem atual, dedicam energias ao movimento transformador, organizados em seu partido de classe. Sem homens e mulheres assim não há partido de ação revolucionária. Como o fazem e em que condições - e como se formam tais homens e mulheres -, nos remete à questão de alimentar a perspectiva ideológica dessa formação partidária hoje, tema extremamente atual e empenhado.



O QUE LER

- Lênin, V.I. *Que fazer?* A obra é ainda fundamental à compreensão do tema e pode ser estudada em ligação com copiosa literatura de Lênin sobre a matéria. Além disso, são úteis textos que fazem uma abordagem histórico-crítica do significado dessa obra no seu contexto histórico e seu sentido clássico. Entre outros:
- Burgio, Alberto. "Per una lettura del *Che Fare?* oggi". In: *Lênin e il Novecento*, sob cura de Domenico Losurdo e Ruggero Giacomini, p. 447-469, Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, La città del sole, Itália, 1997.
- Monty Johnstone. "Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda". In: *História do Marxismo*, org. Eric Hobsbawm, vol 6, p. 13-41, Paz e Terra, 1988.
- Luciano Gruppi. *O pensamento de Lênin - O partido revolucionário*, p. 19-47, Graal, 1979.
- Valentino Gerratana. "Stalin, Lênin e o marxismo-leninismo". In: *História do Marxismo*, org. Eric Hobsbawm, vol 9, p. 221-247, Paz e Terra, 1987.

Entre nós, Loreta Valadares e Augusto Buonicore têm vários artigos publicados em *Princípios* e *A Classe Operária* sobre o mesmo tema. *A Classe Operária* publicou Ficha de Leitura e Debate de *Que Fazer?*, elaborada por Loreta Valadares sob direção da Comissão Nacional de Formação.

(Publicado em 21/6/2002)



A QUESTÃO IDEOLÓGICA E A PERSPECTIVA MILITANTE

Falamos no último artigo sobre a centralidade de repor e alimentar o trabalho ideológico voltado a dotar de consciência, vontade e coesão homens e mulheres militantes da causa transformadora. Os problemas da estruturação partidária, relacionados à esfera ideológica, seguem sendo centrais neste período histórico marcado pela apostasia e pela crise da perspectiva transformadora. Não se constrói um partido revolucionário sem *confiança* no projeto transformador, *coesão, unidade e disciplina* de suas fileiras militantes. Isso implica em repor o *caráter militante* do partido comunista, sua *dedicação à luta dos trabalhadores* e os *valores éticos e morais* de militância.

Malgrado as pressões que se manifestam contra a política, - os partidos políticos e a militância política, tendendo a desacreditá-los, lançá-los na vala comum -, a experiência histórica do movimento revolucionário indica ser necessário perseverar no cultivo daqueles valores. Muitas organizações de esquerda, a título de adaptação aos novos tempos, *enfraqueceram* o primado ideológico e acabaram por se transformar em agrupamentos de centro-esquerda, renegando o marxismo e a perspectiva classista. Pensemos no caso do ex-PCI e, no Brasil mesmo, do PPS. Outros movimentos de esquerda dão uma resposta de *negação* da perspectiva partidária, substituindo-a pelo *movimentismo*, muitas vezes inorgânico e sem um projeto de poder. Pensemos no *zapatismo*, por exemplo. Contudo, uma resposta de *engessamento*, tratando de forma reducionista o primado do fator consciente, sem confrontar a crise do socialismo e do marxismo, e sem apreender o movimento real com sua carga inevitável de renovação das formas de consciência, luta e organização, foi uma resposta que desarmou ideologicamente o proletariado. Pensemos no

Questão de Partido

papel de vários partidos comunistas pró-soviéticos na crise da URSS desde 1956 e na queda do Leste europeu no fim dos anos 1980.

As respostas a dar não devem enfraquecer o primado do consciente, o papel do partido como o fator de ligação da teoria com o movimento espontâneo. Entretanto, isso se dá em condições muito modificadas e desfavoráveis hoje. Retomamos, aqui, de forma sintética, algumas formulações a esse respeito feitas no 10º Congresso.

Uma de suas formulações é a de atuarmos em um quadro de estratégia defensiva. A atual geração de quadros dirigentes vem de um tempo marcado pela perspectiva da revolução no horizonte da própria geração e, em geral, pela idéia de uma estratégia insurrecional. A geração que adentra o Partido ou que ingressa na luta dos trabalhadores hoje não tem, nem poderia ter, a mesma perspectiva. Alimentar o *ethos* militante, nessas circunstâncias, exige um outro repertório de trabalho ideológico.

Outra formulação: a própria realidade e consciência social que não cessam de se alterar em movimento contraditório a ser apreendido pela prática e reelaborado pela teoria. Hoje, ao lado da crise de militância política, geram-se múltiplas militâncias, ou militâncias de múltiplas causas, atraindo diversos estratos da sociedade, na forma de trabalho voluntário, defesa do meio ambiente, a causa feminista, anti-racial, em torno de valores e comportamentos - muitas delas com marcado conteúdo humanístico e solidário. Especialmente, surge uma histórica manifestação crítica anticapitalista, de caráter global, expressa nos movimentos que fizeram os Fóruns Sociais Mundiais. De certo modo, é o movimento espontâneo que não cessa de se repor, criando novas formas de luta e organização e mesmo novos sujeitos.



Questão de Partido

Melhor falar, então, na emergência de uma nova militância, que alimentará a luta por um novo projeto de sociedade.

E para nós, no Brasil, as respostas precisam levar em conta o descondicionamento de nossa visão militante, promovida pelos 16 anos de atividade legal. Fomos bastante marcados pela clandestinidade e por um determinado *modelo* de militante, próprio dessa condição. Vimos tirando conseqüências disso desde o 8º congresso, em situação pressionada pela crise do socialismo e pela hegemonia neoliberal. Podemos comemorar que nessa década de 1990 o Partido cresceu significativamente. Mas ainda carecemos de respostas mais fundamentadas para dar curso a um esforço que, ao lado de perseverar na sua identidade comunista e classista, confira efetivamente base de massas, adequando critérios de caráter e perfil da militância, de caráter e perfil das formas de organização, num sistema de organizações amplo com centro único em bases mais amplamente democráticas.

Veremos cada coisa a seu tempo. Importa aqui não perder o fio condutor deste artigo: a problemática do trabalho ideológico - central mais que nunca à questão de partido. O 10º Congresso, numa visão crítica, reconhece que tem sido pobre nosso repertório para alimentar ideologicamente a nova militância social e política que desperta para a luta e que pode ingressar no Partido. A Intervenção Especial sobre o assunto aborda a questão em três perspectivas: a questão ideológica em correlação com os desafios teóricos na atualidade; os conteúdos do trabalho ideológico em ligação com nosso projeto político; e a formação ideológica da militância comunista. Para nós, têm sua atualidade e importância.

Queremos argumentar que não devemos enfocar o trabalho ideológico na construção partidária de modo confinado aos aspectos meramente doutrinários e nem desconectado dessa problemática mais ampla de uma



Questão de Partido

formação partidária extensa e articulada, atuando nas condições presentes da luta de classes. O modo de repor o primado do fator consciente e sua fusão com o movimento real não pode se bastar hoje com esse repertório.

Nesse sentido, uma resposta articulada implicaria várias ordens de questões. Primeiro, o partido deve ser portador de um *projeto político positivado*, de conteúdo claro e fixado a cada situação concreta, para infundir à atividade de cada militante um conteúdo *antagonista* para o trabalho cotidiano, em toda frente de atuação, articulando-as ao projeto de abrir caminho para o objetivo estratégico. Segundo, ele precisa se assumir, de alto a baixo, como o *intelectual coletivo orgânico*, ou seja, a atividade militante precisa estar imbuída de esforço de elaboração. Assim, a sua vida interna precisa conceber uma elaboração política nutrida de teoria, como condição para a formação da nova geração revolucionária. Terceiro, a idéia do partido como *prefiguração* da nova sociedade pela qual lutamos: a sua organização precisa permitir a expansão das potencialidades e características de cada qual, ser generosa em abrir horizontes mais vastos e cultivar no seu interior os valores éticos e morais que deve caracterizar a vida pública. Quarto, o partido precisa estar aberto a reforçar seus laços com todo e qualquer movimento "espontâneo" onde se manifeste um embrião que seja de consciência crítica. Essa é a condição para realimentar permanentemente o compromisso de seus militantes com a massa, em primeiro lugar dos trabalhadores, mas também com todos os estratos em contradição com a atual sociedade excludente e estéril do ponto de vista humanista.

E certamente há necessidade de medidas próprias da esfera teórica, ideológica e cultural para estimular tal militância à aquisição dos conhecimentos essenciais a um papel de vanguarda e reforçar os valores morais e éticos de nossa luta. Pois, uma vez mais, voltamos aos



Questão de Partido

fundamentos de uma ortodoxia que julgamos saudável: sem teoria revolucionária não há ação revolucionária! Sem partido revolucionário não há movimento transformador que efetivamente supere o capitalismo! E sem militantes, homens e mulheres com sólidas convicções ideológicas, não há partido comunista!

(Publicado em 28/6/2002)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



A 9ª Conferência abarca o tema Partido, tendo por eixo central seu fortalecimento e maior protagonismo nas novas condições do país. Mais precisamente, esse fortalecimento é compreendido como parte integrante da luta atual entre continuidade e mudança, isto é, pela superação do projeto neoliberal no Brasil. O enfoque proposto constitui, portanto, um todo orgânico com a parte política do documento - não são partes separáveis. Essa sistemática foi reafirmada nas duas reuniões do Comitê Central após a vitória eleitoral: em ambas buscamos tirar consequências de fundo, provindas da nova realidade política, para a vida do Partido.

O PCdoB precisa crescer, se fortalecer, ganhar musculatura. Vivemos um momento extraordinário para isso - somos parte das forças que sustentam a luta pelo novo rumo, integrantes do governo central. Nunca vivemos uma situação desse tipo, nunca foram tão favoráveis as condições para a expansão partidária. Nossa embarcação está em alto-mar, precisa ganhar maior calado.

O documento propõe ao debate novas linhas de acumulação de forças para impulsionar a construção e estruturação partidária. Essas linhas têm por base reforçar os espaços próprios do Partido, conferir-lhe marcas distintivas, ampliar sua base social com prioridade nos trabalhadores. No centro nevrálgico das condições de impulso está o vetor político, ou seja, a exigência de uma acertada orientação política para a atual fase, que está em debate na própria Conferência: lutar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que o país reclama. Indica-se a necessidade de maior protagonismo do Partido na luta política e social; a importância de jogar um papel

Questão de Partido

mais saliente na luta de idéias; a justa utilização de nossas crescentes participações institucionais e o desenvolvimento de um projeto eleitoral ampliado, adequando nossa tática eleitoral.

Todos esses são vetores nos quais se apóia o impulso renovado de crescimento e maior estruturação do Partido. Porém, a ênfase principal é dada no mergulho dos comunistas no movimento social e na realidade profunda de vida do povo. Em torno dessa indicação se desenvolve toda uma discussão de caráter político e ideológico, crítico e auto-crítico, para colocá-la no centro das nossas atenções. O povo brasileiro deu mostras de maturidade e elevação de sua consciência política; há grande esperança de mudança e interrogações sobre os obstáculos a superar; aumenta a vontade de participação na vida nacional. Por isso tudo, os comunistas precisam ser campeões na ligação com o povo, em suas lutas e aspirações; alargar sua interlocução com a sociedade; desenvolver mais ação de massas, mais campanhas próprias junto aos trabalhadores. Enfim, o mergulho na vida social dos trabalhadores e do povo é o principal esteio da acumulação de forças, inclusive de seu incremento eleitoral e militante.

Dizemos, por isso, que iniciamos um novo ciclo de acumulação estratégica de forças do PCdoB. O anterior adveio com a legalidade, alcançada em 1985, e sabemos o quanto ele nos exigiu um esforço prolongado para colocar a estruturação partidária em outro patamar. Agora, temos como empreender impulso mais profundo e avançado. O documento trata, portanto, dos temas da construção política, ideológica e organizativa do Partido nesta fase, que nos permitam superar certa estagnação, já debatida em nossos Congressos, quanto às linhas de desenvolvimento da estruturação partidária. Para isso é necessário também completar o esforço dos 8º, 9º e 10º congressos, no sentido de atualizar nossas concepções de partido revolucionário contemporâneo, enfrentando o tema

Questão de Partido

no âmbito da realidade e consciência atuais, nos marcos dos desafios colocados pela realidade brasileira e mundial.

Quatro ordens de questões são polemizadas no documento. A primeira invoca a questão de pôr como objeto da acumulação de forças a construção da hegemonia política e ideológica do Partido, recuperando essa rica categoria leninista em nossas formulações. É antídoto ao pragmatismo e imediatismo na construção partidária. A segunda, disso decorrente, de definir com maior acuidade o projeto político próprio do Partido, referência para a acumulação de forças, visibilidade e independência. A terceira, de aprofundamento dos laços com os movimentos sociais, repondo a compreensão da relação espontaneidade-consciência no movimento transformador, em diálogo crítico com o espontaneísmo e confronto com a estratégia política dos movimentos. É antídoto ao burocratismo e crescente institucionalização da luta política no país. A quarta, assimilar uma concepção organizativa de um PC de massas essencial para que o Partido incorpore novos e extensos contingentes militantes em suas fileiras. Com base em nossa experiência real, se problematiza uma série de questões sobre perfil e caráter de militância, perfil e caráter das organizações partidárias, vida dos comitês e aspectos cruciais de política para quadros.

Toda essa discussão repõe a centralidade da questão partido, um dos fatores estratégicos definidores da atual luta de classes. O documento reafirma essa centralidade; combate estigmas construídos sobre os comunistas; busca adaptar tal polêmica aos tempos e exigências do presente. Quanto mais madura se faz a indagação de um caminho próprio para a transformação social em nosso país, tanto mais deve maturar a resposta sobre a adequação do Partido. Se a hora é de fato de ressurgimento da consciência crítica no Brasil e no mundo, embora nos marcos de uma situação de defensiva estratégica, vai se



Questão de Partido

abrindo novo tempo de lutas que precisa ter no PCdoB um papel verdadeiramente avançado e de vanguarda na luta pelo socialismo.

(Publicado em 8/4/2003)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



**POLÍTICA DE QUADROS PARA UM PROJETO
POLÍTICO AMPLIADO**

O PCdoB, no conjunto do país, está vivendo empuxe de certa magnitude em sua atuação. O prestígio alcançado pelo Partido com a participação na vitória de outubro, o papel que desempenhamos na luta política e social em torno da mudança de rumos do país, a participação crescente em esferas de governo federal, estadual e municipal, puseram o PCdoB em novo patamar, com exigências que se refletem em sua atividade. Numerosas filiações estão ocorrendo; inúmeros comitês novos estão sendo estruturados; frentes novas de atuação - como a participação em governos - cobram esforços; frentes mais tradicionais - a luta de massas, a luta de idéias, o trabalho de formação cobram respostas que não se bastam mais com as que foram dadas no período anterior.

Vivemos, de certo modo, um momento fundante de um novo ciclo na acumulação de forças do PCdoB. Naturalmente, isso se reflete na atividade de direção. É nela que se manifesta de imediato o peso dessas exigências. Um aspecto bastante saliente tem sido a questão de que faltam quadros para sustentar o empuxe e colocar tais direções num patamar mais elevado de seu trabalho. É uma questão real e até certo ponto esperada neste momento de transição de nível de nossa atividade. Entretanto, não podemos ser contemplativos nessa questão, sob o risco de nos atrasarmos quanto às possibilidades de impulsionar o Partido.

É preciso despregar todas as forças para investir nesse impulso e a questão dos quadros é central. Numa situação especial como essa, a formação, promoção e alocação dos



Questão de Partido

quadros também deve ser especial. Três aspectos, entre outros, são limitantes e chamam a atenção.

Um é fenômeno recorrente hoje no Partido: dispõe-se de estrutura de quadros madura, coesa, experiente, que lhe dá estabilidade. Mas se enfraqueceu, no âmbito da direção, um centro executivo. Ou seja, os quadros estão cada vez mais cumprindo papéis sociais e políticos relevantes, com pouco tempo ou disponibilidade para o trabalho executivo de direção. O resultado em geral é preocupante. As direções executivas são secundarizadas; frentes de atuação ficam sem direção à altura das exigências; lideranças expressivas participam pouco do processo de direção; o impulso à estruturação não é aproveitado.

Outro fenômeno é também muito presente. Uma visão monotônica quanto ao papel de direção executiva. Isso leva a problematizar centralmente o aproveitamento dos quadros com base na disposição ou disponibilidade deles, limitando as possibilidades de superação dos problemas. Isso embute uma visão determinada, que está longe de ser a única ou a mais apropriada - a de que quadros precisam ser profissionalizados em tempo integral. Nossa estrutura de direção reflete muito ainda esse condicionamento. Em algumas situações, isso tem levado a dispor de quadros ou militantes sem suficiente bagagem para cumprir papéis para os quais não estão preparados. Já argumentamos, em outro artigo, o problema que isso trouxe quando se aplicou essa visão nas secretarias de organização - o que foi muito freqüente no período após o 10º Congresso.

Subjacente a ambos esses fenômenos fica posta a questão de visões limitadas, sectárias ou intolerantes sobre os quadros e, por conseqüência, sobre seu aproveitamento. Mais freqüentemente do que gostaríamos isso reflete estilos de direção fechados, que buscam se impor mais pela autoridade que pela liderança sobre o Partido. Isso quando não se desdobram disputas no seu interior, pondo

Questão de Partido

relações pessoais acima de relações políticas e institucionais mediadas pelo projeto partidário, comprometendo relações de confiança mais ampla. Enfim, isso vem limitando um aproveitamento multiforme das capacidades e potencialidades de cada um ao projeto partidário. A experiência parece indicar que, no mais das vezes, uma política de quadros estreita reflete estagnação das linhas de construção e estruturação partidárias e esgotamento de papéis das direções das frentes de atuação.

O que queremos ressaltar é que se não alcançamos realizar uma política de quadros mais rica e multiforme, aproveitando todos os potenciais do Partido, nossos problemas de direção não se equacionarão. Presidem a construção e estruturação partidária linhas políticas, ideológicas e organizativas, fixadas coletivamente e geridas pelas direções eleitas por todos. Os quadros são plasmados por essas linhas, sendo indispensáveis a um frutífero trabalho de direção. As relações de confiança estabelecidas entre os quadros dirigentes não nascem prontas, são construídas e têm por base o conteúdo de nosso projeto político. Se conduzirmos corretamente essa construção, ela vai se desdobrar em relações de confiança interpessoais. Deve estar claro que, neste novo impulso, isso precisa ser superado. Ao abrir o Partido nessa nova fase, devemos nos preocupar em trazer ao trabalho de direção numerosas forças novas e métodos e estilos novos.

Precisamos descondicionar nossa visão para perceber que, de certo modo, quadros há; a questão é lançar-mão de maior número deles, dispor de seu papel de novo modo, ter visão mais larga e generosa na compreensão disso e superar concepções e práticas entranhadas.

Precisamos dirigir cada vez mais o Partido pela capacidade de elaboração política. Por isso, é necessário combinar mais ativamente os papéis dos quadros em sua vida



Questão de Partido

política e social e em sua dedicação ao trabalho executivo de direção. Não podemos abrir mão, nas direções, dos que estão à frente de funções institucionais ou eletivas. Isso implica, naturalmente, em adaptar métodos e estilos de direção, para fazer frente à necessidade de que esses quadros cumpram seus diversos papéis, sem descuidar de suas responsabilidades diretas de dirigentes. Na verdade, é necessário que quadros mais experientes estejam à frente de secretarias executivas, organizando comissões onde estejam sendo formados, na experiência, novos quadros. O trabalho de direção concreta é a melhor escola de formação. Estas comissões, por sua vez, devem combinar apoio técnico e material adequado, para permitir que o trabalho principal possa recair sobre a elaboração das linhas políticas de estruturação do trabalho.

Aí está posta então a demanda mais ampla de quadros, de diversos tipos e capacidades, com diferentes condições de dedicação ao trabalho de direção. Precisamos saber ver inúmeros militantes, homens e mulheres que vão se projetando na vida política, na luta social, ou ainda com forte formação acadêmica ou técnica, que precisam ser promovidos a cumprir papéis mais elevados na vida partidária. Há quadros que podem se dispor a responsabilidades maiores e não encontram aproveitamento. O documento-base da 9ª Conferência argumenta centralmente sobre esses aspectos, para nos propor criar um repertório mais variado de medidas para enfrentar esse gargalo.

(Publicado em 16/4/2003)

QUANTOS SOMOS OS COMUNISTAS NO PAÍS?

Afinal, quantos somos os comunistas no país? Um dos indicadores que denotam o grau de maturidade de nossa corrente política no país tem a ver, sem dúvida, com sua estruturação especificamente organizativa, ou seja, número de militantes inscritos, número de bases, número de comitês. Insistente e corretamente, temos reafirmado em nossos planos de estruturação a importância disso. Isso é uma (boa) tradição do movimento comunista que, desde Lênin e sua teoria do partido revolucionário, inovou fortemente a prática dos partidos políticos modernos e fez escola no século XX.

Entretanto, a questão é simples de enunciar, mas contingenciada por toda uma trajetória que nos dificultou respondê-la com clareza, sobretudo a partir da legalidade alcançada em 1985. Vivemos mais de três quartos de nossos 81 anos de existência em dura clandestinidade ou semiclandestinidade. Notoriamente, isso foi fator dificultador para a estruturação orgânica. O país, por seu lado, não tem as tradições decantadas de experiência de partidos operários como os da Europa. Tampouco o PCdoB pôde utilizar os mesmos critérios das demais organizações políticas tradicionais que predominaram na cena brasileira - para os quais criar partidos, fundi-los, renomeá-los é tarefa quase cotidiana, sendo o processo de filiação mero aspecto cartorial. É de referir ainda os aspectos da legislação partidária restritiva no país, que há pouco tempo atrás impunha um controle burocrático descabido sobre os partidos por parte dos Tribunais Eleitorais. Isso tudo complica muito responder à questão.

Temos uma relação oficial de filiados ao Partido, comunicada duas vezes ao ano aos TRE's. Contudo, temos

Questão de Partido

em nossos cadastros um outro número de filiados que, por razões as mais variadas, deixam de ser comunicados, mas que recebem alguma correspondência. Ademais, em momentos mais elevados da vida partidária - eleições, conferências etc - agregamos um enorme número de aderentes que, sendo ou não filiados regularmente, militam conjuntamente. Isso confere um caráter de intensa flutuação nos efetivos partidários a cada situação. Resulta, também, num trabalho de baixa qualidade no que se refere aos controles dos cadastros de filiados, dificultando o estudo de nosso perfil militante. Na prática, dados nossos critérios políticos e ideológicos, trabalhamos publicamente com o número de militantes regularmente cadastrados a cada processo de Conferência e Congresso. Com a norma do ano passado, que praticamente instituiu conferências anuais, atualizamos o número de nossos contingentes quase anualmente. Fomos cerca de 30-35 mil nos dois últimos processos de 2001 e 2002. Mas atenção: muitos mais camaradas podiam se considerar comunistas.

De forma conseqüente com uma visão crítica e autocrítica, lançamos enorme esforço pela maior estruturação partidária, dando-lhe conteúdo político, ideológico e organizativo. Nos últimos cinco anos, construímos quatro planos de estruturação. É a batalha da hora, presente ainda no esforço da 9ª Conferência Nacional. No essencial, trata-se de aumentar os efetivos partidários, e incorporá-los à esfera da ação política partidária, em diversas variantes de atuação, tendo por pressuposto o esforço de alargar e concretizar a noção de pertencimento ao Partido.

Avançamos, mas a situação nesse particular ainda é pouco satisfatória. Revela que ainda devemos percorrer uma trajetória mais ou menos extensa para superar essa imaturidade organizativa de nossa corrente política, o que aponta também para a maturação na esfera ideológica. Nessa luta, alguns pontos de partida estão dados. Temos reafirmado, como parte da contenda ideológica aguda no



Questão de Partido

seio da esquerda, nossa vocação de Partido de corte marxista-leninista, assentado no critério de militância, cujos direitos e deveres estão nos Estatutos. Compreendemos a militância política como manifestação mais elevada da consciência social e disso não queremos abrir mão. Persistimos, portanto, nos critérios militantes. Afirmamos, no debate da 9ª Conferência, que precisamos transitar no sentido de um Partido Comunista de caráter revolucionário, classista, concebido organizativamente com bases extensas, ou seja, um PC de massas, forte, de numerosa militância. Temos consciência de que esse é também um fator de correlação de forças, na luta pela hegemonia. Isso tem motivado indicações importantes, de definição do caráter e perfil da condição de militante, do caráter e perfil das Organizações de Base que devem acolher esse contingente - aí incluído o debate de eventual diferenciação de direitos e deveres entre militantes e filiados, sem perder a marca leninista. É um debate que pode se construir para o 11º Congresso.

Conferimos, portanto, à luta na esfera organizativa, inteiro conteúdo político e ideológico. Mas a par disso, não se pode descuidar dos aspectos estritamente organizativos. Foram expressos centralmente no sentido de garantir a estruturação partidária pelas bases. Nisso está implicado, e é de destacar, melhorar o controle das inscrições, como ponto de partida para um trabalho mais racional e planejado de alcançar o conjunto da militância em cada uma de nossas ações. Para um Partido maior, isso será cada vez mais essencial e indispensável - conferir um caráter estrutural e não apenas conjuntural ao funcionamento pelas bases.

Essa luta se estende também à esfera dos controles. É preciso compreender a importância do controle dos que são inscritos no Partido; valorizar a atitude dos homens e mulheres que nos procuram para assinar uma ficha de filiação. Não é ato de pouca significação, muito menos tem



Questão de Partido

caráter cartorial. Por isso mesmo, nossa atitude com isso precisa ser mais elevada e responsável. Estamos dando curso a um novo sistema informático, interativo, ancorado na rede do Portal do PCdoB, como instrumento que poderá ser muito útil para uma resposta mais clara da pergunta original - quantos somos? - e para um efetivo estudo do perfil de nosso contingente militante.

Nossa trajetória - já dissemos antes - foi marcada pela modelagem da experiência socialista e por difícil clandestinidade. Foi própria de um partido de quadros, com pequena base militante. Há nessa trajetória importantes originalidades, entre elas a ruptura de caráter revolucionário em 1962; e é de referir, no aspecto político-organizativo, a experiência exitosa da UJS. Tal como nas lições extraídas da derrota estratégica sofrida pelo socialismo, não vamos importar um modelo nem tampouco soluções prontas. Vamos fazer nossa própria experiência, nos termos da tradição política do país, de nosso povo, de nossa cultura e das exigências próprias do movimento transformador no Brasil. Por isso mesmo, os desafios são maiores. A luta na esfera organizativa é, portanto, uma das dimensões irrecusáveis neste momento em que o PCdoB pode alcançar novo patamar em sua estruturação.

(Publicado em 7/5/2003)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



IMPULSOS E GARGALOS DA VIDA PARTIDÁRIA

A vida partidária vive uma inflação de atividades. Dia após dia, vimos perseguindo objetivos de fortalecer nosso papel e nem sempre percebemos o quanto já percorremos do caminho traçado.

Uma amostra disso está no Portal. Alguém que o acompanha regularmente pode verificar a riqueza e diversidade da atuação do PCdoB. Ali estão presentes os temas políticos e ideológicos da atualidade do Brasil e do mundo. A luta pela mudança e a distinção das propostas do PCdoB vêm sendo tratadas com particular atenção. Os temas da construção do PCdoB ganharam novo escopo, com a renovação da página do Portal. Problematisam-se diferentes aspectos da atuação de massas, incluem-se temas da participação institucional, de políticas públicas, da vida cultural, retrata-se o que vai pelos Estados e municípios. Um sem número de endereços eletrônicos complementa essa riqueza, dando acesso às atividades da juventude, das mulheres, da vida sindical, da história do PCdoB etc etc.

É um resultado respeitável. O veterano comunista português, Álvaro Cunhal, falava do partido de paredes de vidro, em livro bem conhecido. Podemos nós também falar da riqueza e impulso da vida partidária, tornada mais transparente e socializada com o Portal. Só temos a nos regozijar com isso. O PCdoB vai revelando a parcelas mais amplas sua vocação de intensa vida democrática, multifacética, que se abre para a sociedade.

Nem tudo são flores, todavia. A inflação nos está exigindo novas atitudes, para sermos conseqüentes com as potencialidades que se abrem. Com a vitória alcançada se

Questão de Partido

adensaram as exigências do trabalho de direção em todas, e em cada uma delas, as frentes de atuação. Enorme complexidade está envolvida na formulação da orientação política e das conseqüências a extrair para a construção política, ideológica e organizativa do Partido nas novas condições. É o tema da 9ª Conferência.

É notório esse efeito no trabalho da direção nacional. Ela vem procurando agir com conseqüência, refletindo a consciência de que é preciso pôr em outro patamar o trabalho de direção. Cada uma das frentes foi submetida a enorme pressão para estar à altura das novas exigências. A esfera da direção política, dos movimentos sociais, das finanças, comunicação, formação e propaganda, organização, todas estão em curso de procurar atender ao novo impulso da vida partidária. Vai se constituir novo sistema informático nacional, altamente profissional. O Portal, já referido, amplia muito seu papel. A *Classe* vai se tornar quinzenal e a *Princípios* bimensal. Cursos e seminários estão sendo programados. A atividade de finanças está ganhando maior dimensão política. Está em curso o esforço de constituir nova secretaria nacional, concernente ao trabalho institucional.

O problema é que esse mesmo impulso precisa chegar ao conjunto do Partido, permear mais profundamente sua estrutura. A mesma consciência e conseqüência precisa chegar rapidamente às principais direções intermediárias. São elas as instâncias que podem tornar sistêmico o impulso. Isso é ainda muito desigual pelo país adentro. Elas vivem muitas vezes ainda a rotina da situação anterior, sob o peso dos mesmos e antigos problemas estruturais. Não se dão conta inteiramente de que o novo surge entremeado com o velho e os antigos problemas precisam ser contextualizados na nova situação. Existe sempre o risco de nos atrasarmos com respeito à profundidade e ao ritmo que precisamos imprimir em busca do novo patamar se não sanarmos esse gargalo.

Questão de Partido

Os sinais de limitações estão presentes, e nunca os escondemos, particularmente na concepção e prática do papel das direções. Se inaugurarmos novo ciclo de acumulação estratégica do Partido, o melhor é encarar o atual momento como fundante de um novo ciclo na vida partidária, renovar composição, métodos e impulsos do trabalho de direção, de modo que elas liderem efetivamente o impulso junto ao coletivo partidário. Sobretudo no nível intermediário, particularmente nos comitês municipais dos maiores municípios, maior consequência se exige para captar essa nova dinâmica. Maior pressão das bases nesse sentido precisa ser feita.

Precisamos compreender que são muito mais favoráveis as condições para um PCdoB mais forte. É excepcional a situação por nós vivenciada de prestígio e de mais ampla interlocução que alcançamos com a sociedade. Quebram-se profundos preconceitos arraigados acerca do PCdoB; e nisso a participação institucional tem ajudado muito. Por isso, não nos bastará seguir com as linhas de acumulação de forças traçadas anteriormente. Esse é o debate pautado no documento da Conferência: novas linhas de acumulação de forças, tendo por base reforçar os espaços próprios do Partido, conferir-lhe marcas políticas próprias e base de massas, ampliar sua base social com prioridade nos trabalhadores. No centro disso estão postos o maior protagonismo na luta política e social, um papel mais saliente na luta de idéias, justa utilização de nossas crescentes participações institucionais e um projeto eleitoral ampliado para 2004, adequando nossa tática eleitoral. Mais nevrálgicamente propomos o mergulho no movimento social. Fortalecer o papel e a estrutura do PCdoB faz parte do reposicionamento tático do Partido perante a situação brasileira. Está em curso, então, amplo escrutínio sobre essas linhas de acumulação de forças, refletindo o novo ambiente e perspectivas que se abrem para isso. Precisamos construir um consenso acerca delas e pôr em movimento, desde já, as engrenagens práticas



Questão de Partido

que lhes abrem caminho. A chave está no trabalho das direções em todos níveis.

(Publicado em 13/5/2003)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



PARTIDO DE QUADROS E PARTIDO DE MASSAS

Cazuza é um militante comunista, com a qualidade de ser conhecido em quase todo o país. Isso por ter sido o "ator" do nosso curso básico em vídeo, no tema Partido. Ator ele não foi, certamente; simplesmente o vídeo retratou sua vida militante. Saía pelas três da manhã da periferia Leste da região metropolitana, ia à sua garagem onde trabalhava como condutor uma jornada inteira. Depois, como dirigente sindical, atuava em várias áreas da cidade. Enfim, Cazuzza cumpria diversos papéis. Pode-se perguntar: ele deve ser considerado um "modelo" militante? E, ademais, onde militava Cazuzza, onde forjava sua consciência, onde apreendia a orientação política partidária, assumia e prestava contas de seus compromissos concretos com a luta e o Partido? Com a derrota na eleição sindical dos Condutores, Cazuzza milita hoje em base territorial.

Em outra chave, é já clássico entre nós que nos momentos importantes da vida partidária, em congressos, eleições e debates, reaproximam-se de nós ex-militantes. São muitos, já se contam à esfera de milhares. Não erramos se dizemos que se interessam pelo êxito do Partido, votam em nossos candidatos, acompanham nossa luta - e por isso reaproximam-se, diferentemente dos que abandonaram convicções. Afastaram-se da militância cotidiana. É como se nos dissessem: "Aprendi que ser militante é ser dedicado, antes de tudo, ao Partido. Como não posso manter essa dedicação, é melhor afastar-me". Ou seja, em certa altura de sua jornada, julgaram não ser possível conciliar o papel militante com as demandas da vida social, familiar, profissional, econômica, acadêmica, afetiva... Mas é de se perceber: segundo um "modelo" determinado de militante.

Questão de Partido

A questão do perfil de militantes e do perfil das formas organizativas que os acolhe está posta em debate, quando no documento-base da Conferência falamos de um PC organizativamente estruturado como de massas, extenso, numeroso. O caráter militante e o pertencimento a uma das organizações partidárias enquanto expressão de compromisso com o Partido e com a luta revolucionária, o compromisso com a sustentação material e aplicação da linha política decidida pela maioria, repõe-se desde sempre para o PC. Aliás, isso se integrou à moderna teoria do partido revolucionário marxista e influenciou fortemente as organizações políticas de massa em geral, ao longo do século 20. Lênin foi o grande formulador desse caminho. Somos seus herdeiros.

Já foi muito argumentado entre nós que não decorre de Lênin um modelo único de militante e de formas organizativas, ou seja, há necessidade de tomar historicamente Lênin na sua teoria do partido revolucionário. Teoricamente, ele o fez em combate aberto ao economicismo que fazia a apologia do elemento espontâneo a partir de uma compreensão evolucionista e mecânica da luta do proletariado.

Assentando as fundações do Partido em bases ideológicas, devemos a Lênin ter levado também ao terreno da organização a luta e demarcação com o oportunismo. Por isso a noção de uma única ideologia - em permanente construção no interior da vida partidária -, ou seja, a ausência de pluralismo ideológico no PC e, conseqüentemente, a necessidade de unidade de ação de suas fileiras, ou seja, a ausência de tendências consolidadas em seu interior. Lênin formulava a unidade de ação em bases políticas - em torno do Programa e da tática, democraticamente formulada por todos sob um centro único de direção, subordinando a minoria à maioria. Em resposta a Rosa Luxemburgo, que o criticou como apologista do ultracentralismo, Lênin argumentou ter



Questão de Partido

defendido "teses elementares de qualquer sistema de qualquer organização concebível de partido". Lênin preparava uma organização verdadeiramente voltada ao movimento revolucionário, capaz de unir uma sólida consciência teórica à iniciativa política concreta mobilizadora das massas. Compreensível, então, o papel destacado dos quadros políticos preparados, a partir "de cima", com a ampla organização pela base de milhares e milhares de militantes imersos no movimento real das massas de milhões, ligados a ele por laços profundos. Mas, nunca perdemos de vista que ele formulou tais idéias inicialmente em ambiente de absoluta clandestinidade e conspiratividade, implicando em formas organizativas de determinado tipo que, aliás, ele mesmo não deixou de conclamar à superação quando se avançou na conquista de liberdades. Por isso, a contraposição entre partido de quadros e partido de massas - que assolou o debate e até hoje é utilizada como estigma acerca da forma organizativa - deve ser contextualizada histórica e concretamente, não mantendo validade universal.

Se falarmos de modelo organizativo, precisamos, além das bases teórico-ideológicas, falar de outras determinações que concorrem para sua formulação. Uma delas decorre dos caminhos e da estratégia do movimento transformador. Lênin situava-se no tempo de uma ofensiva estratégica, num tempo onde a revolução estava na ordem do dia. Não poucas vezes foi apodado de "jacobinismo", confundindo espírito e decisão revolucionários com uma estratégia determinada, a do "assalto aos céus", ou seja, o caminho da insurreição - que naquele contexto conquistou vitória estratégica para o proletariado transformando a velha Rússia na poderosa URSS. Tampouco aqui temos uma fórmula válida para qualquer tempo, lugar e condições.

Também a destacar, como determinação do caráter das formas organizativas, as características da realidade social.



Questão de Partido

O início do século 20 foi marcado, por exemplo, pelo processo de ampla industrialização, sob o paradigma fordista-taylorista que determinava as fábricas como o locus central do conflito social, o que organizava o conflito no conjunto da sociedade por meio da luta do proletariado no âmbito econômico-sindical e político. Disso entre outras coisas derivava outra determinação, de caráter normativo, assentando o modelo que afinal foi sendo constituído no âmbito da 3ª Internacional Comunista e foi largamente predominante nos PCs. De 1921 é a referência da 3ª IC para as células de fábricas como forma central a predominar no sistema de organizações partidárias. Outras resoluções subseqüentes dela foram apontando para a necessidade de fazer confluir a estrutura de comitês partidários com a divisão político-administrativo-jurídica do Estado.

Cada uma dessas determinações tem seu próprio desenvolvimento histórico-concreto a cada situação da luta de classes e produziu respostas adaptativas. China, Vietnã, mesmo Cuba - para não falar da luta revolucionária anticolonial - fizeram experiências originais, mesmo no âmbito da 3ª IC, ou seja, os caminhos da luta determinaram fortemente a forma organizativa assumida pelo partido. Outras respostas, pela direita, também foram produzidas e, no fundamental, levaram à descaracterização do caráter do partido - vários exemplos do eurocomunismo e revisionismo atestam o fato. Também respostas doutrinárias, de cunho dogmático e esquerdista, fossilizaram o papel do PC. Tudo isso é certamente indesligável do conteúdo ideológico e do pensamento político que cada uma dessas forças abraçou, mas também é certo que o papel, função, feição e forma organizativa do PC refletiram esses conteúdos e moldaram "modelos" originais.

Em nossos três últimos Congressos vimos procurando analisar cada uma delas e isso permanece sendo



Questão de Partido

necessário. Falamos de um tempo de defensiva estratégica, onde a revolução não está na ordem do dia - por isso a exigência de retomar o conceito de construção da hegemonia; falamos das características distintivas da realidade e da consciência social contemporâneas, que determinam múltiplos focos de conflito social onde não pode faltar a presença organizadora do Partido; falamos da reestruturação produtiva do capital, determinando uma nova configuração de organização dos operários na produção, sua fragmentação, a dispersão das forças do movimento sindical, e da necessidade de repor sua centralidade no processo político e no trabalho organizativo do Partido; falamos das novas características do Estado, que esvazia a representação tradicional e a democracia, substituindo-a pela força do mercado, das grandes corporações financeiras, pela fragmentação... Enfim, tudo isso são processos que impactam a forma-partido, a submetem à crise de representação, afetam a perspectiva militante. Vimos reafirmando a identidade de um PC classista, revolucionário, marxista-leninista, para enfrentar a crise teórica e prática do movimento transformador que, no fundo, é a determinação principal destes tempos atuais. Ao mesmo tempo, sabemos que isso nos exige esforços de adaptação do Partido em sua capacidade de auscultar, representar, mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo.

Esse um sentido do debate: respostas são necessárias também no terreno organizativo. O perfil e caráter da militância, o perfil e caráter das formas organizativas, o modo de aplicação e desenvolvimento do centralismo democrático incluem-se no rol dessas respostas. Não há um "modelo" imutável porque são diversas as condições em que se forja a consciência revolucionária marxista hoje e são diversos os problemas da sociedade contemporânea. Além disso, o projeto organizativo precisa ser funcional aos caminhos do movimento transformador e, portanto, deve se desdobrar em linhas de construção adequadas ao



Questão de Partido

propósito do nosso projeto político. Por isso, tal debate é necessário: partidos são instrumentos e não fins em si mesmos, e também estão sujeitos ao desenvolvimento histórico, tanto na prática quanto na teoria.

As respostas que precisamos fornecer no terreno das questões de organização se articulam com as exigências estratégicas de nossa luta. Dito de forma direta, elas se articulam em torno da necessidade de um Partido de vanguarda sim, mas até por isso mesmo, grande, uma formação organizativa ampla, extensa e articulada: um Partido Comunista de vanguarda e de massas, e não meramente de quadros. E, particularmente, forte entre as classes trabalhadoras.

Não é novo o debate sobre o Partido de vanguarda, marxista-leninista e de massas. Não poucas vezes relacionou-se com respostas político-ideológicas oportunistas, que acabaram por descaracterizar o caráter do Partido, transformando-os em organizações amorfas e eleitoreiras. Mas também podemos relacioná-lo com respostas necessárias de caráter revolucionário.

Um desses debates ocorreu no âmbito da esquerda italiana, nos idos da década de 1960. Vários de seus protagonistas, buscando atualizar tais respostas, deram contribuições importantes, mesmo que depois não as tenham sustentado.

Transcrevemos livremente¹, para ajudar no debate, algumas passagens das formulações feitas então, adaptando-as para nossa realidade.

¹ Temos anotações oriundas de um grupo de estudo dos idos de 72-73, manuscritas. O debate foi retratado pela New Left Review e ocorreu "pela esquerda" do PCI, que resultou na formação do II Manifesto, agrupando Lucio Magri, Rossana Rossanda, Aldo Natoli e



Questão de Partido

O objeto em questão é que, partindo de uma visão sobre a estratégia de nossa luta e o papel do PC, torna-se essencial valorizar a adequação do seu perfil organizativo. Ou seja, um partido de vanguarda estruturado como massas exige características específicas de estrutura e funcionamento. O partido segue sendo encarado como de militância política, de homens e mulheres que se emancipam, capazes de se solidarizar e comprometer com a luta dos explorados, que aprofunde as marcas centrais de um partido da classe, de vanguarda e de luta, e permanece com a exigência de uma estrutura centralizada, democrática e unitária para cumprir seu papel. Mas, ao mesmo tempo, estrutura-se como uma formação grande e articulada, que dialoga e interage com a sociedade em suas múltiplas vertentes.

Inescapavelmente, um tal perfil organizativo exige desenvolvimento de dois pilares centrais: 1) que seja um partido de ampla militância política e mantenha organicidade e não apenas de quadros; 2) que atenda a novas exigências na aplicação da democracia interna e centralismo. Vejamos um de cada vez.

A idéia do partido leninista em seu tempo e em suas condições foi de uma organização política dotada de unidade de vontade e ação; a definição democrática dos objetivos; a ação sem reservas uma vez decidido o rumo e o critério de eficácia na ação. Uma disciplina livre e consciente, encarando a liberdade como consciência da necessidade. O ato de militância como compromisso de

outros, que acabaram sendo expulsos do PCI em 1969, apodados de "trotsquizantes". Posteriormente, Lucio Magri renegou as contribuições que dera ao debate. A pequena e combativa biblioteca do grupo de estudo de que participamos se perdeu e, desde então, não temos a publicação nem como referi-la. Sabemos, entretanto, que as transcrições são quase literais. De todo modo, a par do deslize acadêmico que isso representa, acreditamos que mesmo assim podem contribuir para esclarecer aspectos importantes do debate proposto.



Questão de Partido

toda a personalidade, não como sacrifício ou suspensão da liberdade individual, mas assentada inerentemente numa justa teoria, numa justa linha política e ideológica e fidelidade sem reservas à causa proletária e à luta da massa popular. Partido de luta, por um novo poder político. Era e continua a ser assim: sem comunistas assim não há movimento revolucionário consciente.

Mas essa formação exhibe capacidade imperfeita para expressar de maneira articulada o conteúdo e as linhas de desenvolvimento da vida social. Porque, como se argumenta com freqüência e corretamente, a sociedade não vai começar a mudar apenas a partir da conquista do poder político. O próprio papel do PC e sua organização são, por assim dizer, prefiguração da sociedade futura e têm forte papel pedagógico para forjar a consciência de classe e a hegemonia das classes avançadas em toda a sociedade. No limite, aquela formação exigiu mediações moralistas ou impositivas. Sem decair nesse princípio e no compromisso global da pessoa, sobretudo para os quadros, no novo perfil organizativo é preciso não contrapor de modo absoluto a opção de militância política às esferas da vida social, profissional, familiar, acadêmica etc. O ato de militância perde seu caráter abstrato: segue sendo opção radical e cotidiana de cada um; implica opções políticas e ideológicas, mas não exige a suspensão do privado, e sim sua qualificação. A figura de militante e do homem e mulher sociais coincidem mais (embora não plenamente antes da nova sociedade). Busca-se comprometer a capacidade, vocação e talento pessoal de cada qual, nas condições em que ele pode e quer atuar, segundo seu nível de assimilação ideológica. E, em nível massivo, a militância vai se apresentar com feições setorializadas, articuladas politicamente, com várias gradações de compromisso.

Isso exige o trabalho permanente por desenvolver sólidos valores ideológicos (não o indivíduo de têmpera especial, mas de consciência política revolucionária e compromisso

Questão de Partido

com uma luta de fins objetivados); vai exigir, portanto, clareza e positividade quanto ao projeto político, linhas de trabalho político em áreas diversas da vida social, e sua articulação com o projeto político global do Partido. E na estrutura organizativa, exigirá promover essa adesão à realidade social e às diversas formas da luta social, este emprego geral de capacidades e interesses. Portanto, uma tal compreensão aponta para o reforço da organicidade, em variadas formas, capaz de permitir a generalização e socialização das experiências e envolvimento de cada um. Aponta também para a relativização dos critérios organizativos exclusivamente territoriais, bem como maior elaboração de políticas para alimentar esse trabalho pela base e intensificação da formação teórica e trabalho ideológico nas bases. Assim poderemos instaurar um nível superior de grau de atividade dos filiados e de participação individual na vida coletiva do partido.

Quanto à democracia interna e centralismo, a questão não é menos preta de conseqüências. Já tratamos em artigo anterior da ideologia revolucionária como base fundante do PC - essa a conseqüência essencial da contenda entre consciência e espontaneísmo em *Que Fazer?* e daí a compreensão da ausência de pluralismo ideológico no interior do Partido, donde a ausência de tendências consolidadas em seu interior. O princípio do centralismo democrático trata do problema da unidade e disciplina no interior do Partido. Lênin entendia a promoção da unidade e disciplina como decorrentes da fidelidade à revolução (tenacidade, abnegação e heroísmo); a capacidade de fundir-se às mais amplas massas; decorrência de uma acertada orientação política da vanguarda, com a condição de ser comprovada pela experiência das próprias massas. Advertia que isso só se forma mediante esforços prolongados e dura experiência. E concluía: isso é facilitado por uma teoria revolucionária que não é dogma, mas só se forma em estreita vinculação com a atividade prática de um movimento verdadeiramente de massas e



Questão de Partido

verdadeiramente revolucionário. Uma dialética revolucionária genial, completamente livre de dogmatismo e voluntarismo!

Portanto, insistimos, a unidade e a disciplina eram concebidas primariamente não como questão de métodos, mas como problema essencialmente da linha política e de conteúdos ideológicos ajustados: interpretar adequadamente as exigências da situação, o nível de consciência, as possibilidades, e transformá-las em iniciativas e objetivos adequados, gerando o consenso. Não sendo assim, o estímulo ao debate se transforma em cisões e paralisia, de instrumento se transforma em fim, levando à perda de objetivos unitários. O centralismo democrático dá conta disso, como princípio ativo: sem contraposição entre os dois termos, mas em relação dialética. Centralismo só é possível com uma linha democraticamente adotada - se não degenera em culto à personalidade ou em linha imprecisa de compromisso, deformada. Democracia sem esforço unitário constante e sem disciplina de todos leva a grupos organizados e acaba por paralisar a própria polêmica e indagação. Podem predominar mais ou menos, segundo as circunstâncias e a maturidade da força revolucionária. Falamos, então, da necessidade de aplicação ampliada da concepção leninista do centralismo democrático para esse tipo de partido de vanguarda como organização de massa.

Mas há riscos imanentes a esse caminho do PC de massas. Também não é uma discussão nova. A extensão da formação organizativa não compromete inerentemente o caráter de vanguarda e a identidade revolucionária do partido; ao contrário, pode potenciá-los porque os liga mais com o movimento social, dando mais exequibilidade a seu projeto político. Mas uma formação grande pode criar maiores problemas quanto ao caráter de classe no tocante à composição de suas fileiras e também quanto ao conteúdo de sua ação. Porque a sua ação passa a se



Questão de Partido

relacionar com diferentes segmentos sociais com base em plataformas comuns; porque há maior pressão por soluções político-organizativas oportunistas, por tendência à burocratização, a soluções de compromisso, a inserir-se nos costumes e hábitos da classe dirigente; porque se cria tendência a projetar quadros para a atuação política em detrimento da dedicação às questões de partido; e porque o caráter massivo pode tender a sobrepô-lo a outras organizações do movimento, comprometendo a autonomia destas e tornam maiores as pressões corporativistas.

Terminamos aqui a livre citação entremeada com reflexões próprias. Acreditamos ter sua validade para estimular o debate. Sem dúvida, apontam para soluções mais originais quanto ao perfil militante e perfil de nossas organizações de base. Podemos falar, quem sabe, de critérios mais amplos de militância, ou de diferenciação de direitos e deveres entre filiados e militantes, com formas de organização variadas, com reforço da organicidade pela base, tendo local de trabalho como prioridade. Saberemos extrair conseqüências - inclusive adaptações normativas - das conclusões a que chegarmos num debate paciente e mais ou menos prolongado.

O importante é saber que as opções a serem feitas nesse esforço de atualização de nossa concepção e prática de Partido, mesmo quando corretas, implicam em riscos e custos, e estes exigem contrapesos efetivos para assegurar o caráter do PCdoB. Por isso, por exemplo, nossa insistência em normatizar a participação em governos (não aceitando que enfraqueçam núcleos de direção) ou o esforço em incorporar a militância ao sistema de contribuição financeira, ou ainda a noção de que as conquistas eleitorais pertencem ao Partido e não ao detentor do mandato, entre outros que poderiam ser citados. Daí, sobretudo, a permanente vigília quanto a dar papel central em nosso projeto político à classe operária, valorizando sua centralidade no trabalho partidário, e o

Questão de Partido

mergulho no movimento social, como elemento marcante do caráter do Partido e antídoto à burocratização e institucionalização de sua luta. Uma coisa parece certa desde sempre: quanto mais ampla a base militante, maior formação, coesão e dedicação se exigem das direções. Daí a centralidade de uma política atualizada de quadros e de reforçar o papel dos comitês dirigentes. Como podemos ver, são todas matérias já postas em pauta em nossos debates, carentes de desenvolvimento e conclusões.

Nossa trajetória própria, em 81 anos - já o dissemos antes -, foi marcada pela modelagem e por difícil clandestinidade. Foi própria de um partido de quadros, numericamente restrito. Deveríamos valorizar mais nossa experiência própria - como a da UJS, essencialmente original e inovadora -, nossa originalidade enquanto povo e enquanto processo político nestes alvares do século XXI. Por isso a afirmação do documento da 9ª Conferência: quanto mais madura se faz a indagação de um caminho próprio à transformação em nosso país, tanto mais deve maturar a resposta sobre as linhas de estruturação do Partido. São ainda tempos de defensiva estratégica, de defensiva ideológica, afetando a opção militante. Mas se raia novo ascenso da consciência crítica e transformadora, perseveremos em sustentar nossa coerência revolucionária, que será referência para a nova geração de militantes políticos que despertará. E saibamos abrir as portas do PCdoB para acolhê-los em nossas fileiras, dotá-los de consciência política e organização, emancipá-los com a vida militante feita de rica vida interna e de atuação entre as massas.

(Publicado em duas partes, nos dias 4 e 11/6/2003)

**PENSAMENTO DE PARTIDO EM CONSONÂNCIA
COM O PENSAMENTO POLÍTICO**

Temos tratado, reiteradamente, do tema partido, tomado em sentido amplo. Sempre destacamos o vetor político como o elemento central impulsionador em sua estruturação. Nos debates em curso de finalização da 9ª Conferência Nacional, mais uma vez isso está presente, de modo bastante saliente. Afinal, trata-se de elaborar uma orientação política ajustada, sem a qual não se pode dar o impulso que esperamos para o fortalecimento do PCdoB. O amplo predomínio do debate político propriamente dito não deve nos desguarnecer quanto a suas implicações para o nosso tema. Ao contrário: o conteúdo dado ao debate sobre as implicações a extrair no novo quadro político quanto ao desenvolvimento do PCdoB está em plena consonância com a orientação política, dela deriva e a completa. Queremos destacar alguns aspectos que, dentre outros, ressaltam ainda mais a exigência dessa ligação orgânica entre orientação política e estruturação partidária.

Temos, como todos sabem, uma rica tradição de pensamento político no PCdoB, de sentido tático e estratégico. Isso ficou demonstrado na prática do movimento político real do país nestas últimas décadas, com destaque para o período de 1978 (data da 7ª Conferência Nacional) até o combate ao neoliberalismo. Isso é reconhecido como uma das forças do PCdoB, inclusive por amigos e aliados. A primeira questão que queremos ressaltar é que, na nova situação do país, no entanto, esse pensamento está em desenvolvimento - e essa é uma das questões mais complexas de nossa atuação presente. Problemas novos, próprios da situação inédita que alcançamos no país com o governo Lula, carecem de novas categorias de análise e ação para dar conta da singularidade de tal situação.



Questão de Partido

O documento da 9ª Conferência explicita várias dessas categorias. Entre outros exemplos, citamos, de modo não exaustivo, o problema momentoso do desenvolvimento e de um modelo alternativo ao neoliberalismo – compreendendo que isso significa subtrair o Brasil da esfera da principal força econômica, política e militar da atualidade: o capital financeiro e sua lógica de acumulação de capital. A problemática, daí derivada, da centralidade da questão nacional, vale dizer, da luta pela soberania nacional, articulando os eixos da luta democrática e social. A essencial e difícil questão da transição - batalha que envolve uma contradição fundamental entre continuidade e mudança, sem definição prévia de que prevalecerá, que abrange soluções de compromisso - implica em ambigüidades, marchas e contramarchas. As novas condições de alianças políticas - tradicionais em nosso pensamento - agora em condição de governo, que implicam em questões mais complexas para a unidade e luta, ou seja, defender o programa de mudanças no âmbito da frente em que atuamos e o projeto próprio do Partido. A clareza, dada pela experiência, de que programa de governo é distinto de programa de partido tem bases sociais distintas, fala para públicos distintos e se realiza em tempos distintos. A própria idéia de tempo político exige arte e ciência, condições de tempo e caso em que se diferenciam as posições entre governo e partidos da base de sustentação.

O documento oferecido ao debate deu grandes passos nesse sentido. Construiu a síntese de que, nessa situação, o Partido precisa sustentar e articular três compromissos na construção de nossas posições: com a nossa unidade, construída coletivamente; com os trabalhadores e o povo, sustentado há já 81 anos; e o que assumimos com o governo e o país, perante a nação. Contradições poderão existir, nosso pensamento político precisa deslindá-las a cada caso concreto.



Questão de Partido

Isso justifica a ênfase dada ao debate mais propriamente político. Em torno desse debate é natural que tenham surgido percepções e apreensões diferenciadas de seu conteúdo, pois a viragem política no país foi muito marcante. Natural também que tenha havido preocupações relacionadas com a aplicação prática da nova orientação, pois são tradicionais os riscos seja de adesismo acrítico, seja de voluntarismo que precipita as posições - na tradição da esquerda brasileira não faltam exemplos de um e outro desvio.

Precisamente aí se situa a segunda questão que queremos destacar. Em política, as opções, mesmo quando justas, implicam custos e riscos. A nova situação encerra realmente pressões quanto ao papel do Partido, sua ação e até mesmo caráter. Isso exigirá habilidade para nos conduzirmos nas contendas e pede uma recíproca emulação entre direções e bases, de modo a conferir estabilidade a um processo de direção da luta política ancorada na firmeza e maturidade que tem caracterizado a direção do PCdoB em todos estes anos, ao lado do saudável controle das bases, antenada com a luta dos trabalhadores e do povo.

Já por isso, avulta o papel da organização partidária e o aprimoramento da democracia interna, destinada a forjar uma unidade superior, coletivamente construída. Sem uma assimilação profunda dessa orientação por parte do coletivo, comprovada na ação, não avança nosso papel. Isso se realiza na esfera do Partido, de suas organizações, de suas normas e métodos. Sem isso o debate não evolui ou degenera em fragmentação.

Entretanto, não é só essa a esfera de ligação entre elaboração política e pensamento de partido. Custos e riscos das opções políticas precisam encontrar contrapesos conscientes na nossa atuação. É precisamente esse o significado do tema no documento da Conferência.



Questão de Partido

O documento, quando aborda os desafios da estruturação partidária no novo quadro, não deixa margem a dúvidas quanto a ser compreendido como parte do reposicionamento tático do PCdoB. Ele está em consonância, portanto, com a orientação política e estabelece eixos e medidas destinadas justamente a reforçar seu papel e caráter nesse quadro. Ele estabelece os contrapesos necessários a uma fase de intensa atuação institucional, num contexto contraditório de transição, sob um governo hegemônico pelo PT.

Para isso apontam os eixos estruturadores dessa parte do documento. A centralidade da questão da luta pela hegemonia e do maior protagonismo do Partido na cena política e da luta social, para impulsionar as mudanças, é precisamente a questão da identidade própria do Partido e da intensificação da luta por seu projeto político próprio. As indicações do documento quanto às novas linhas de acumulação de forças a pôr em ação são não apenas registro das novas potencialidades que se abrem, como também registros auto-críticos e antídotos a uma visão acomodada ou excessivamente institucional. É de realçar, uma vez mais, a consigna de mergulhar no movimento social, como fator determinante da acumulação de forças do Partido, ao lado de uma nova tática eleitoral e da participação institucional, combinadas para aumentar a interlocução do PCdoB com a sociedade e permitir um novo ciclo de acumulação estratégica de sua força. A idéia de atualizar concepções e práticas de partido, para os tempos e desafios originais que nos são postos, representa também elementos nessa direção para que saibamos alcançar outra esfera de força orgânica.

Enfim, queremos dizer que nada justifica separar no debate o tema político e o tema partido. São partes de uma totalidade orgânica. É na esfera de Partido, de seu fortalecimento, que se complementa, materializa e comprova a inteireza da orientação política formulada.

Questão de Partido

Principalmente para os que compreendem os desafios envolvidos na orientação política traçada e visam reforçar o nosso projeto próprio, esse é um debate que não deve ficar em segundo plano. Seria uma maneira antiga, e superada, de tratar do problema, quando o que necessitamos é de uma nova abordagem sobre o tema. A 9ª Conferência é por isso parte do esforço laborioso para a construção desse novo discurso e novo consenso sobre o tema Partido.

(Publicado em 18/6/2003)



LIÇÕES DE UNIDADE

O PCdoB atravessa nestes meses de 2003, para muitos militantes que ingressaram nos anos 1980 em suas fileiras, um rito de iniciação.

Oito meses depois da histórica conquista de um governo avançado, três meses após um feito marcante em nossa trajetória que foi a 9ª Conferência Nacional - pelo que teve de descortino e de democracia interna -, um frêmito percorreu as fileiras comunistas de norte a sul. Um voto dissidente pôs em causa a unidade do Partido em torno de sua política e da autoridade emanada do Comitê Central eleito por todos os comunistas no país, no 10º Congresso. No novo quadro, prenhe de desafios e potencialidades, uma interrogação se fez presente: Podemos comprometer o crescimento do protagonismo e das forças militantes do PCdoB? Podemos comprometer a marca maior que nos caracteriza: assentar nossa vida interna no princípio do centralismo democrático?

A resposta foi pronta. As instâncias partidárias manifestaram-se em defesa da unidade, em torno das decisões da 9ª Conferência e do Comitê Central, com isso demonstrando sadia resposta ideológica e política. Mais ainda, a resposta concreta foi o crescimento em acelerada expansão em todo o país, que pode ser caracterizado como o mais intenso em qualidade e extensão de todo esse período considerado.

Daí se recolheu o manancial de vontade e determinação que levou à reunião do Comitê Central que tratou do episódio, recém-findo. Ela foi um desses eventos que também fica na história do PCdoB, pela firmeza na defesa



Questão de Partido

de princípios e sabedoria política com que se conduziu. Deu lições de luta, a dizer a todo o Partido que sim, queremos ser uma organização política forte e numerosa; sim, falamos em renovação em nossas concepções e práticas de Partido; sim, sabemos ser flexíveis e tolerantes quando se trata de elucidar idéias que precisam ser amadurecidas. Mas, em todo caso, hoje e sempre, queremos a permanência de um Partido determinado, com princípios e normas determinados, cuja viga-mestra em matéria de suas normas de funcionamento é o centralismo democrático. A ninguém é dado desconsiderá-los!

São dez anos perseguindo esse objetivo, desde o célebre 8º Congresso. Nele, nos propusemos a perseverar na nossa identidade, caminhando para a renovação com permanência em nossa concepção e prática de partido. No 9º e 10º Congressos, 1997 e 2001, respectivamente reafirmamos nossa clara opção pela aplicação ampliada do centralismo democrático, na melhor tradição leninista. Realizamos o maior e mais prolongado esforço de estímulo à vida interna democrática nesse período, com Congressos a cada quatro anos, mais a 8ª e a 9ª Conferências Nacionais, 1995 e 2003, respectivamente. O PCdoB dá exemplo nesse particular a todas as agremiações do país.

Agora, diante do episódio inédito do voto dissidente, damos mais um passo nesse rumo, a partir da deliberação da última reunião do Comitê Central. Mais uma camada de nossas convicções foi soldada e, com isso, correspondemos ao anseio militante. O Comitê Central honrou os propósitos para os quais foi eleito e dá um marcante passo na educação militante quanto a natureza, caráter, identidade e feições do PCdoB. Que não se separem jamais a firmeza de princípios e a flexibilidade dos meios em persegui-los e aplicá-los a cada situação concreta com que nos defrontamos.

A referência ao início dos anos 1980 não foi gratuita. O ano



Questão de Partido

de 1978 marcou uma viragem na situação política do país e, por extensão, na do PCdoB. Findava ali para nós uma etapa - a derrota da Guerrilha do Araguaia, a tristemente célebre Chacina da Lapa, a cisão dos liquidacionistas daquela hora. Inaugura-se um novo período de lutas, destinado a derrotar a ditadura militar por meio da ampla mobilização democrática de massas. Foram desde então 25 anos de trajetória ascendente na organização, percorrendo diferentes situações políticas - a Anistia, a Legalidade do PCdoB, as Diretas Já e a Constituinte; a histórica constituição da Frente Brasil Popular, o impeachment de Collor, a dura e tenaz resistência política de massas à implantação do projeto neoliberal. Em todo esse período, o PCdoB cresceu a um novo patamar, numa acumulação gradual de forças, menos ou mais rápida, mas sempre segura. Ficou evidente que os comunistas construía uma corrente política, ideológica e organizativa madura. Foi superada a dialética negativa de crescimento e rupturas internas, que marcaram fortemente a esquerda nos anos 1960.

Também hoje estamos diante de um novo ciclo que se abre, cujos horizontes estão apenas se delineando. Por isso mesmo, é de saudar essa maturidade da reunião do Comitê Central. É um exemplo que infunde novas energias ao PCdoB neste momento. Energias para seguir impulsionando o crescimento partidário como resposta ao papel que se exige do PCdoB, para perseverar nesse esforço em ainda maior escala; para reafirmar que não perseguimos qualquer crescimento, ou a todo e qualquer custo, mas queremos continuar a ser o que somos: um Partido de classe, de princípios, marxista-leninista, e ao mesmo tempo massivo e contemporâneo de nosso tempo - que zela pela sua unidade, construída em bases democráticas e de princípios. Sobretudo, queremos mobilizar nossas energias, de todos e de cada um dos comunistas, para pôr em movimento as engrenagens da mudança em nosso país, a partir do maior protagonismo



Questão de Partido

do PCdoB na luta pelo êxito do governo Lula. Unidos e mais fortes!

(Publicado em 1/10/2003)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



A LÊNIN, AO LENINISMO

As Conferências Municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro decidiram oportuna e justamente homenagear Lênin. O PCdoB o faz em meio à maior onda de expansão em sua história, em extensão e qualidade. A homenagem, singela, tem o sentido de reafirmar que Partido Comunista queremos ser, que lugar queremos ocupar nesta grande luta por abrir novo curso na história brasileira e retomar os caminhos da transformação social no Brasil e no mundo, que é o mister dos comunistas.

Somos tributários de Lênin. Desde nossa fundação em 1922, até 1992, quando - num momento decisivo de reafirmação de nossa luta - o homenageamos no 8º Congresso para repor fundamentos de nossa identidade e propósitos, somos marxistas-leninistas convictos.

Lênin foi o genial elaborador da teoria do partido revolucionário do proletariado, desenvolvendo as formulações de Marx e Engels para o novo tempo que se abria na virada do século 20. Construiu os fundamentos estratégicos e táticos, de ação política de massas, ideológicos e organizativos do Partido Comunista, e com isso revolucionou a moderna teoria dos partidos políticos de massa em toda a ciência social.

Lênin empreendeu sua trajetória numa situação histórica determinada, quando a revolução se punha na ordem do dia, reclamando solução. Sua obra teórica foi coroada de êxito, abrindo caminho para um grande ciclo de experiências socialistas no século XX que alcançou enormes êxitos e padeceu de grandes lacunas que, hoje, também reclamam solução teórica e prática.



Questão de Partido

Vivemos hoje outras circunstâncias históricas. Mas o valor do leninismo é universal e segue sendo a base para a retomada do movimento transformador - por isso o homenageamos.

São muitas, bastante profundas e extensas as contribuições de Lênin ao movimento revolucionário. Ressaltam duas delas, entre as mais fundamentais. Avulta antes de tudo a educação que Lênin imprimiu às fileiras comunistas quanto à necessidade de firmeza de princípios e propósitos revolucionários, combinada com ampla flexibilidade dos caminhos e meios em persegui-los. Isso, para a política revolucionária, implica o proletariado ter de estabelecer acordos e compromissos para levar adiante sua causa, os quais se expressam em alianças, sempre necessárias, tanto nos momentos em que se recua quanto naqueles em que se avança no movimento. Somos tributários dessa lição dialética do leninismo e a isso atribuímos os êxitos alcançados pelo nosso Partido, sobretudo desde 1978 - e particularmente a histórica vitória de Lula em 2002. Fomos os construtores dessa vitória, coroando uma prolongada luta política, teórica e ideológica para fazer compreender as exigências de alianças de amplas forças e a centralidade da exigência de um projeto nacional para dar rumo à luta dos brasileiros. Com base nesse ensinamento o PCdoB ocupa seu lugar próprio na política em nosso país, lugar derivado de nosso pensamento político próprio, original, que demarca nossa fisionomia e ação no cenário nacional.

Avulta, em segundo lugar, o valor dos fundamentos do partido de tipo leninista. Lênin compreendia a exigência de unidade das fileiras do partido revolucionário do proletariado para empreender o movimento transformador. Tal unidade se assenta na disciplina livre e consciente das fileiras militantes, compreendendo a *liberdade como consciência da necessidade*. Lênin formulou e consolidou, ao longo de mais de duas décadas como dirigente dos



Questão de Partido

bolcheviques, o princípio do centralismo democrático como viga-mestra para essa unidade, com base na idéia de uma única ideologia amalgamando o Partido, da necessidade de unidade de ação uma vez decidido coletivamente o rumo a seguir. Tal concepção, desdobrada em normas, implica um único centro de direção para todos, assentado na consulta democrática a todo o coletivo, subordinando a minoria à maioria, as organizações inferiores às organizações superiores de direção. Para Lênin a unidade não era burocrático-autoritária ou fruto de meras normas: ele a compreendia como resultante da fidelidade sem par à causa da revolução, da capacidade de se fundir às massas e dirigir suas lutas, de uma justa orientação política, comprovada pela experiência das próprias massas, advertindo que isso só se forma através de esforços prolongados e de dura experiência, exigindo estar ancorada numa justa teoria revolucionária compreendida não como dogma, mas sim em permanente desenvolvimento dialético.

Tal pensamento acerca da unidade e disciplina teve seu primórdio há 100 anos, na obra *Que Fazer?*. Nós a temos como um clássico do leninismo, raiz da construção do pensamento acerca do partido revolucionário. E a apreendemos de modo histórico-crítico - tal como o fez o próprio Lênin ao longo de sua jornada de luta -, o passo inaugural de um caminho novo, desenvolvido ulteriormente em concepção e prática ao longo da obra e luta dos bolcheviques. Ao homenagear Lênin reafirmamos que queremos manter a saudável ortodoxia leninista, combatendo tendências a relativizar o princípio do centralismo democrático, ao mesmo tempo em que combatemos os desvios, erros e estigmas que se constituíram sobre ele, para desaprisioná-lo da idéia reducionista de *verdugo dos que discordam*, e resgatar seu papel de *princípio ativo* que permite forjar a unidade dos comunistas com base na consciência revolucionária de seus militantes.



Questão de Partido

Hoje estamos abrindo uma nova fase de acumulação estratégica de forças do PCdoB. Isso é fundamental para impulsionar essa chance verdadeiramente excepcional de mudanças em nosso país, alcançada com a vitória de Lula à Presidência. Queremos trilhar o rumo de um Partido Comunista de massas, de forte protagonismo na luta política e social, para a disputa da hegemonia; organização forte, estruturada pelas bases, nos grandes centros nevrálgicos da luta política de classes em nosso país; Partido, sobretudo de trabalhadores, voltado para a luta dos trabalhadores e do povo.

Para isso queremos perseverar em sermos leninistas de nosso tempo, trilhar o rumo de renovação e permanência que abrimos desde nosso 8º Congresso. Do leninismo provém nossa energia para seguir impulsionando o protagonismo político e o crescimento partidário, para reafirmar que queremos continuar a ser o que somos: um Partido de classe, de princípios, marxista-leninista e ao mesmo tempo massivo e contemporâneo de nosso tempo. Um Partido que zela pela sua unidade, construída em bases democráticas e participativas da militância. De um PCdoB assim é que o Brasil necessita para pôr em movimento as engrenagens da mudança em nosso país.

Por isso dizemos que quanto mais matura o processo da luta de classes no Brasil, mais precisa maturar nosso pensamento de Partido, nosso modo próprio de sermos marxistas-leninistas brasileiros, respondendo aos problemas de nosso tempo e de nossas características próprias brasileiras. Por isso dizemos que quando pensamos no futuro não esquecemos nosso passado, na senda aberta por Lênin.

(Publicado em 13/11/2003 e pronunciado em homenagem a Lênin em outubro de 2003, junto à Conferência Municipal do PCdoB em São Paulo)



COMITÊS MUNICIPAIS: ELO DECISIVO

E hora de os Comitês Municipais realizarem suas Conferências, com vistas à fase estadual. As orientações que eles vão assumir e as deliberações que vão adotar serão o elo decisivo do impulso do PCdoB no período dos próximos dois anos.

O debate da 9ª Conferência Nacional repôs, para as novas condições em que atuamos, orientações definidas para pautar o esforço de dotar os Comitês Municipais de maior capacidade para dirigir a atividade do coletivo. O documento alcançou forte consenso, expresso no fato de todos os Estados se apropriarem de suas formulações para direcionar o esforço de Conferência. Particularmente, ressaltou a compreensão de vivermos um novo período estratégico da vida do Partido que exige o desenvolvimento de novas linhas de acumulação de forças.

Recolhemos para isso as experiências de quatro planos de estruturação partidária, aplicados nos últimos cinco anos. Falamos centralmente que o processo de estruturação partidária tem dimensão política, ideológica e organizativa. A política como vetor impulsionador, a ideologia como fator aglutinador, a organização como fator que materializa a força dos comunistas. Ao longo desses planos, perseguimos como um dos objetivos centrais uma base comunista mais forte e estruturada, sobretudo entre os trabalhadores e a juventude, tendo por centro *a consolidação dos Comitês Municipais*, principalmente nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Eles são 239 em todo o país, entre os quais o Partido está estruturado em 185 deles (ao final de 2003 já estávamos presentes em todos - N. do A.). Como podemos ver, estabeleceu-se um claro eixo e alvo nessa matéria, configurando um objetivo



Questão de Partido

mais perene e duradouro de nossa direção organizativa. Isto é importante de compreendermos - trata-se de um processo estratégico, que não se alcança em curto prazo, mas precisa ser perseguido a partir de cada situação concreta, agarrando os elos da cadeia que podem dar maior força ao PCdoB.

As presentes conferências municipais colocam condições para um passo extraordinário nessa direção. O PCdoB cresce em todo o país, possivelmente na que é a maior onda de crescimento vivida pela nossa geração militante, em qualidade e extensão. Sobressai-se o ingresso de numerosos quadros da luta política e social, não só nos médios e pequenos municípios, mas em quase todas as capitais e em numerosos grandes municípios de regiões metropolitanas. Vai para perto de uma centena os novos vereadores que ingressam, somando-se aos 150 eleitos em 2000 (ao final de 2003, já eram 300 vereadores, 160 dos quais novos - N. do A.); comparecem também vários prefeitos e ex-prefeitos, vice-prefeitos, deputados eleitos ou suplentes, além de lideranças expressivas em variados campos de ação. Uma base mais extensa e numerosa significa maiores exigências para a atividade de direção, mas também maiores possibilidades de dar um salto no processo de direção, pela maior disponibilidade de quadros. Por isso, precisamos acertar os eixos que definem a construção das novas direções municipais.

A Resolução da 9ª Conferência Nacional fornece um conjunto de indicações bastante coerentes para isso. É imprescindível que suas formulações sejam re-estudadas e norteiem o esforço em curso. Podemos dizer, em síntese, que a construção desse elo indispensável do fortalecimento partidário está atravessada por quatro vetores centrais.

O primeiro, situar a linha política da 9ª Conferência no ambiente concreto do município. Pôr a política no posto de comando será sempre o fator decisivo para constituir o

Questão de Partido

papel protagonista do PCdoB e impulsionar seu crescimento. O PCdoB ocupa determinado *lugar político* na sociedade e isso precisa ser construído em cada município, à luz da política nacional. Isto é particularmente importante neste momento, pois se trata de re-posicionar o PCdoB, em condições mais favoráveis, diante do modificado quadro de forças. Por um lado, ampliou-se a base social de interesse na política de desenvolvimento de caráter democrático e progressista. Por outro, decorrência disso, ampliou-se o arco de forças com que o PCdoB pode relacionar-se, em sustentação do êxito do governo Lula. Aí a ciência e a arte dos comunistas precisam ser postas em ação, palmilhando uma política ampla e firme no rumo de alianças, com uma justa definição de alvos e objetivos políticos. Mas, para além da sagacidade política, compreender também a exigência de ir ao encontro das sentidas aspirações populares, dando forte protagonismo ao seu papel no movimento social, politizando-o e elevando sua organização e mobilização. Ou seja, é preciso incorporar essa exigência como parte do reposicionamento político do Partido e como fator essencial do êxito tático. Isso tudo terá importantes efeitos para a batalha eleitoral de 2004, destinada a ser o vetor decisivo da afirmação do PCdoB como portador de um projeto consistente para o país e, portanto, alternativa política para um contingente ainda maior de forças militantes.

O segundo, situar essa atuação política partidária com base no conhecimento aprofundado da situação econômico-social, política e cultural do município. O PCdoB precisa e quer mergulhar a fundo na realidade mais profunda de vida do povo. Precisa levar em conta todas e cada uma das características da vida e economia local, as relações de classe, as forças políticas, o movimento social, o impacto local do projeto nacional, as tradições próprias, como parte do enriquecimento da aplicação da política nacional do PCdoB. Trata-se, portanto, de dar novos passos num processo que é cumulativo, no sentido de conhecer essa

Questão de Partido

realidade e construir um projeto de mais médio prazo para o PCdoB no município, com eixos estratégicos.

O terceiro é de natureza ideológica. Precisamos compreender que quanto mais amplo e numeroso é o Partido, mais necessitamos de direção firme, coesa, capaz de pôr em movimento unitário o conjunto do coletivo. Ao lado disso, já é madura nossa experiência no sentido de que tais direções são uma construção coletiva de todos os comunistas, à base de um projeto político coletivamente formulado. Direção é mandatária do coletivo; é eleita para cumprir esse projeto; zelar pela aplicação da linha partidária em todos os campos; e construir e defender a unidade partidária. E o coletivo, por sua vez, defende e zela por uma direção desse tipo, pondo-a acima dos interesses de projetos particulares de qualquer natureza. Essa a dialética determinante do sucesso de nosso trabalho.

Um PCdoB forte e numeroso não é um PCdoB fraco, que abre-mão de sua identidade, suas normas e princípios, de sua aspiração de ser um Partido organicamente coeso. A recente reunião do Comitê Central, que tratou das sanções aos que violaram as normas partidárias, é um importante exemplo dado pela direção nacional no sentido de permanência de valores e ética essenciais da condição de comunistas. Isso demonstra a grande importância de termos direções que zelem pelo projeto comum. Quanto mais formos capazes de construir direções assim nos municípios, mais sólido será o crescimento partidário.

O quarto é o aspecto propriamente da composição e papel da direção municipal. Os comitês municipais - insistimos - são o elo-chave deste momento para ampliar as bases do Partido, um de nossos principais e perenes desafios organizativos. Para cumprir seu papel se exige um coletivo organizado, ou seja, estruturado em bases partidárias ou comitês distritais, sem o que não aprofundaremos nossos

Questão de Partido

laços com os trabalhadores e o povo onde se travam as relações de conflito social, político, cultural. É um antigo aprendizado: não dirigimos um coletivo amorfo, mas um coletivo *organizado* de comunistas!

Ao lado disso, é necessário assimilar que o processo de direção deve inter-relacionar a esfera política, ideológica e organizativa. Uma sem a outra não conduz ao amadurecimento da estruturação partidária. Por isso falamos de fortalecer o caráter orgânico (não apenas organizativo) do trabalho de direção e falamos de planificar a nossa atuação fazendo interagir essas três dimensões.

Por último, a composição e funcionamento das direções precisam se adequar às novas exigências postas pelo crescimento. A 9ª Conferência Nacional fez formulações importantes sobre limitações e vícios a superar. Está demonstrado em nossa experiência que visões diluidoras da responsabilidade de direção, bem como visões estreitas e sectárias de relação entre os dirigentes ou entre estes e os militantes, estiolam o Partido, fazem murchar a chama que impulsiona homens e mulheres militantes a se superarem em suas vivências do cotidiano para se pôr a serviço de um projeto de nova sociedade. Portanto, há novos impulsos a levar em conta nesse terreno. Com fileiras partidárias mais extensas, onde estão presentes numerosas lideranças de inserção social, política, cultural e técnica expressivas, a composição do comitê poderá ser mais ampla e numerosa. Não se trata de conferir caráter *federativo* a essa composição, mas alargar sua representatividade. Contudo, isso não deve levar a comprometer a eficácia do processo de direção, para o que se exige consolidar a instituição de comissões políticas - cuja composição expresse a capacidade de implementar o projeto coletivo - e, no seio delas, ser mais conseqüente com a exigência de um *corpo de quadros mais permanente* capaz de maior dedicação ao trabalho concreto de direção e estruturação partidária nas indispensáveis frentes



Questão de Partido

internas e de ação de massas. Falamos, portanto, em *renovação* de práticas e vivências estratificadas, capaz de trazer novos contingentes ao trabalho de direção. É preciso superar, como se reitera na Resolução da 9ª Conferência, uma visão estreita de política de quadros, concentrando todo o trabalho executivo em um ou dois dirigentes "gerais", bem como a limitada concepção de que só quando profissionalizados os quadros podem se dedicar ao trabalho orgânico de direção. Pelo contrário, necessitamos de quadros de todos os tipos, regidos como uma orquestra no sentido de impulsionar o projeto definido. Em uma palavra, uma direção mais *colegiada*, capaz de integrar a experiência dos mais calejados, com o frescor dos novos militantes que vão sendo formados na senda da luta política de classes. Aos primeiros cabe a generosidade própria dos que são educadores; aos segundos, o impulso por superar limites na prolongada batalha por um PCdoB forte.

Nisso reside então a importância do processo destinado a eleger as novas direções municipais. Um Partido com maior musculatura militante só é possível se estiver centrado em direções municipais capazes, coesas e representativas.

(Publicado em 30/9/2003)



**COMITÊS ESTADUAIS: CONSOLIDAÇÃO,
COESÃO, RENOVAÇÃO**

A 9ª Conferência fez importantes indicações sobre a política de quadros e sua incidência para o papel dos comitês dirigentes partidários. Isto está na ordem do dia, nesta reta final de realização das Conferências Estaduais, que culmina com a eleição de órgãos dirigentes em todos os Estados, em todas as capitais e nos maiores municípios do país. Mas a chave que define o tamanho e qualidade do impulso do PCdoB nos próximos dois anos está nos comitês estaduais a serem eleitos.

Num olhar retrospectivo, a dialética concreta de nosso percurso nesse terreno nas últimas décadas é reveladora. Ele tem suas origens em 1978, quando se reorganiza a direção nacional. A Chacina da Lapa, após o fim da experiência do Araguaia, mais o enfrentamento político e ideológico com a corrente liquidacionista, levou a uma nova direção nacional, eleita afinal no 6º Congresso em 1983 ainda na ilegalidade. Desde aí foi estabelecida a exigência de construir direções estaduais sólidas, para dotar o PCdoB de um sistema de organizações em todo o país.

Nesse prolongado processo, obtivemos enorme êxito, culminando desde o 9º Congresso em que o PCdoB está organizado e presente em todos os Estados do país. Mais que isso, está presente a partir de um Comitê Central e de Comitês Estaduais maduros nos maiores Estados da federação, em meio à integral unidade política e ideológica em todo o país. Anteriormente, em 1992, no 8º Congresso, soldamos mais uma camada de nossas convicções, reafirmando o leninismo em matéria de concepção partidária. Data de 1997 a consigna de um Partido de



Questão de Partido

feições modernas e nosso diagnóstico de uma defasagem nos planos ideológicos e organizativos da atividade partidária, que nos levou a estabelecer Planos de Estruturação Partidária desde então. Mais uma vez foi posto como vetor essencial, ao lado da orientação política ajustada, o papel das direções estaduais, indicando a necessidade de estender esse processo de construção e consolidação aos comitês municipais dos grandes municípios do país. Enfim, para constituir um sistema de direção coeso, em bases amplamente democráticas, em reforço ao papel do centro único nacional. Estamos nesse percurso, agora entrando no 5º Plano e visamos tornar definitivos e legais todos esses Comitês, recuperando as situações retardatárias e estruturar o Partido em todos os municípios com mais de 100 mil habitantes.

Trata-se, como podemos ver, de um processo perene, duradouro. O que muda são as condições em que é perseguido e as exigências a responder. As Conferências deste ano transcorrem em condições notoriamente especiais, espetacularmente mais favoráveis para o PCdoB. A expansão das fileiras partidárias, o empuxe vigoroso de seu papel político, a complexidade de sua atuação em todas as esferas de ação, por si só já significam novas e maiores exigências para a atividade de direção em todos os níveis. Por isso, a construção e consolidação das direções precisam ter continuidade em outro patamar. Uma multiplicidade de vetores concorre hoje para a composição das mesmas, seus papéis, funções e feições, método e estilo. Isso foi exaustivamente tratado na Resolução da 9ª Conferência e em nossa imprensa eletrônica. Algumas reflexões centrais precisam ser postas para articular esses vetores.

A consigna central é de consolidação e avanço no papel dos Comitês Estaduais. Eles precisam conferir maturidade ao Partido enquanto corrente política, ideológica e organizativa com características próprias no cenário de



Questão de Partido

cada Estado. Isso implica em desenvolver o pensamento político, os marcos e esforços ideológicos e organizativos para superar as defasagens.

Uma justa orientação dos comitês estaduais é indispensável para maior coesão das fileiras partidárias. Nos marcos da nova realidade política desafiadora para o desenvolvimento do pensamento político do PCdoB, onde estamos chamados a responsabilidades ampliadas, eles são pólos para elevar a confiança de todos os comunistas na linha partidária, o que pressupõe nela construir a própria confiança de seus integrantes, essencial para extrair da linha partidária toda a conseqüência para o impulso do Partido. A confiança se constrói com a comprovação prática do acerto dessa linha, com seu estudo aprofundado, seu desenvolvimento para todos os campos de atuação, e estimulando sua maior elaboração a partir de uma rica atividade na luta de idéias e de ligação com as massas, dirigindo suas lutas.

Aí se apóia a exigência de elevar a unidade do Partido em torno dessa linha. Isso é da essência de qualquer direção partidária. Direções são uma construção coletiva de todos os militantes, destinada a instituir um centro único de direção, democraticamente eleito por todos os militantes por intermédio de seus delegados; e sua missão primeira é aplicar, defender e desenvolver a linha política do PCdoB, definida nas instâncias máximas das conferências. Essa é uma necessidade muito atual para as eleições de comitês estaduais: de que estabeleçam a unidade partidária em patamar mais elevado, à base do centralismo democrático, de disciplina, e da articulação dos projetos políticos do Partido e de cada uma de suas lideranças, sob o comando de um centro de direção eleito por todos, para agir em nome de todos.

Isso define um componente essencial para o papel e a composição dos comitês estaduais, para que nos próximos

Questão de Partido

dois anos de mandato efetivamente o PCdoB seja conduzido a novo patamar de força e inserção no movimento real. Essencialmente, é preciso instituí-los como centro de direção orgânica, articulando os componentes políticos, ideológicos e organizativos, nos marcos traçados pelo 10º Congresso e a 9ª Conferência Nacional.

Sua composição precisa combinar equilibradamente o fator renovação e o fator permanência. Permanência que indica reconduzir aos comitês quadros maduros na compreensão dessas exigências; renovação que indica promover quadros novos para estimular seu papel e responsabilidades ampliadas, impulsionar ou estabelecer novas frentes de trabalho. A renovação não pode ser considerada mera coadjuvante da permanência. Porque não diz respeito apenas à renovação de pessoas, mas à renovação de papéis que elas desempenham, dentro ou fora do comitê. Os quadros podem e devem cumprir diferenciados papéis, alternando-os ao longo da vida militante. Deixar de integrar direção não é sempre superação do quadro, mas alteração de papéis. Se absolutizamos a permanência, a renovação se restringe. Dada a maior complexidade de nossa atuação em todas as esferas, os comitês tendem a ser maiores, mais representativos da diversidade que é o Partido em cada Estado. Isso não se confunde com critérios federalizados, ou de composição de interesses e projetos particulares. Visto de conjunto, cada integrante do comitê estadual deve ter condições de pôr em primeiro plano sua condição de dirigente do conjunto da atividade do Partido, a par de seu papel específico como quadro político, de massa ou de direção municipal. Seus integrantes devem ter papéis concretos a desenvolver como dirigentes, no âmbito do comitê e do plano de estruturação estabelecido para o Estado. Portanto, em sua composição, devemos integrar não só os mais capazes e comprometidos, as lideranças partidárias, mas também forças novas para



Questão de Partido

reforçar e impulsionar frentes internas e externas da atuação partidária.

Uma questão para a renovação é a composição social e de gênero das direções. Temos feito uma boa experiência, combinando em nossas direções quadros políticos, de massa e intelectuais orgânicos. Não obstante, devemos manter em vista uma visão estratégica e de longo prazo que nos indica a necessidade de elegermos mais trabalhadores, mulheres e jovens para os comitês estaduais. A promoção de quadros novos de direção pode e precisa dar maior estímulo aos operários e operárias, às mulheres e aos jovens.

Quanto aos operários e operárias, o PCdoB reforçou sua atuação nos últimos anos nos Estados de maior importância industrial. Levar operários e operárias à direção - mesmo quando ainda se mostram em formação - é não só um modo de ajudá-los nesse processo, mas também de ajudar o Partido, porque reforça o seu caráter de classe, a linha que precisamos perseguir de maior protagonismo político na luta social, e em geral o caráter disciplinado e consciente da atuação militante. Sempre temos de levar em conta que a formação dos operários como quadros experientes de direção precisa de esforços dirigidos, pacientes, perseverantes e duradouros. Em geral, o PCdoB sempre ganhou ao promover quadros operários à direção, mesmo quando nem todos se mantiveram em tais órgãos, enriquecendo, entretanto, sua formação e papel posterior.

Outra é a questão das mulheres. Sem dúvida, o movimento de emancipação das mulheres foi um dos fatos mais marcantes da humanidade das últimas décadas do século passado, que mudou a cara do mundo. Emancipação ainda truncada e barrada sob o capitalismo, mas que sem dúvida pôs o contingente feminino como uma força cada vez mais ativa em todos os campos de atividade. Também



Questão de Partido

no Partido isso ocorreu. Na base do trabalho partidário, sobretudo o trabalho junto às massas, o percentual de mulheres é elevado, mesmo sem atingir a metade. Entre as nossas mais representativas lideranças partidárias, inclusive campeãs de voto, estão mulheres. Entretanto, quanto mais se "sobe" na estrutura partidária, menor fica esse percentual. Precisamos de mais mulheres conscientes nas direções partidárias! Esse é um indicador de visão avançada e pioneira. Certamente, a eleição de mais mulheres precisa ser apoiada por esforços pacientes e perseverantes para estimular seu papel, levando em conta as especificidades de sua condição social de gênero.

Por último, os quadros jovens. O PCdoB, no atual estágio de sua estruturação, vai fazendo uma transição geracional em suas fileiras dirigentes, o que é uma das principais provas de sua maturação como corrente política organizada. A renovação de quadros de direção, em geral, e a indicação de membros jovens, em particular, integram esse movimento de transição e precisam ser feitas ativa e conscientemente. No tocante ao movimento jovem, o PCdoB é merecidamente a corrente mais enraizada e organizada do país. Isso nos fornece um manancial de quadros que precisam ser formados e temperados na luta. Sua eleição aos comitês estaduais, como vem ocorrendo no Comitê Central, é um poderoso estímulo para essa formação e um prefigurador do PCdoB que teremos nos próximos anos. Devemos ser audazes nesse processo de eleger mais jovens aos comitês estaduais.

Ao lado das premissas de composição dos comitês estaduais, avulta em nossa experiência a necessidade de adequados métodos e estilos de direção. É muito mais freqüente do que o desejável, em nossa experiência, verificar que a atuação do Partido é entravada por insuficiente atenção a esse aspecto.



Questão de Partido

Um indicador claro em nossa experiência é a noção avançada de que as direções, em geral, o comitê estadual, em particular, para se erigirem em centro único respeitado e enriquecedor da atividade partidária, precisam ter o papel de coordenar o projeto político do Partido e de cada uma de suas frentes, incluindo o dos principais quadros e líderes partidários. Isso explicita mais o que é central para o papel de direção e confere ao seu trabalho um caráter mais largo e inclusivo, combinando autoridade e persuasão no rumo definido pelo projeto político que é de todos. Isso não convive com um dado já consagrado em nossa experiência: métodos fechados, burocráticos, mandonistas, tratamento sectário entre os quadros de direção, que estiolam a atividade partidária. As coisas ficam inviáveis quando a própria direção se envolve em facciosismos ou fica refém de pólos de interesse existentes no interior do Partido. Se levarmos em conta as indicações do 10º Congresso e da 9ª Conferência Nacional, conseqüentemente, podemos superar um sem número de situações de falta de unidade e coesão nas fileiras partidárias. As direções e os quadros que as integram são respeitados pela sua capacidade de impulsionar o projeto político, integrar suas frentes de atuação, promover a unidade e concórdia entre todo o coletivo, ter capacidade de auscultar seus anseios e ajuizar os inevitáveis conflitos internos com flexibilidade, firmeza e persuasão, no rumo político decidido democraticamente.

Enquanto método, isso exige o maior desenvolvimento da institucionalidade partidária. O Partido é um ente político que congrega elementos conscientes e organizados, unidos em torno de um projeto político. Sua direção precisa assegurar e estimular a legalidade de sua vida interna em todas as suas instâncias, o respeito aos princípios e normas, devidamente regulamentados. Sem dúvida, com o atual crescimento, isso se fará cada vez mais necessário, inclusive em nível de direção central.



Questão de Partido

Outro dado já bem sistematizado é que, sendo o Partido um sistema de organizações, o próprio processo de direção se constitui num sistema, menos ou mais integrado, menos ou mais desenvolvido. Hoje, a chave para o sucesso dos comitês estaduais é apoiar-se em um conjunto de comitês municipais nos maiores municípios e compor comissões capazes em apoio ao trabalho executivo. Sem isso, a direção estadual fica carente de instrumentos. Por isso dissemos, em artigo anterior, que o elo principal hoje para a consolidação dos comitês estaduais é levar o centro de gravidade do processo de direção para fortalecer o trabalho dos comitês municipais, entre os quais, em primeiro lugar, está a consolidação dos comitês de capitais. Experiências úteis e importantes têm sido feitas - e precisam ser desenvolvidas - para erigir esses comitês como pólos de referência para alcançar o conjunto dos comitês municipais inclusive dos pequenos e médios municípios do interior.

Nesse sistema de direção, segue em curso a necessidade de uma justa combinação entre o papel das comissões políticas - centro de gravidade do trabalho de direção entre uma e outra reunião plenária do comitê - e o trabalho executivo das secretarias, o secretariado. As comissões políticas não se limitam à discussão política, negligenciando os processos ideológicos e organizativos da estruturação partidária. Os secretariados, por sua vez, coordenam o trabalho executivo das secretarias. Quando seus membros integram também as comissões políticas, eles são como os membros permanentes da comissão política - dedicados especificamente ao trabalho de direção das frentes partidárias.

Nem sempre encontramos essa justa combinação. Nos últimos anos, particularmente, se enfraqueceram os núcleos executivos, em correlação com o melhor papel que vem sendo cumprido pelas comissões políticas. Isso atingiu até mesmo a área nevrálgica da organização. Mas são crônicos quanto às secretarias de finanças, de juventude e

Questão de Partido

de movimentos sociais e populares, alvos de nosso esforço no último Plano de Estruturação Partidária, sem falar na exigência de secretaria para dirigir o crescente trabalho institucional. Os núcleos executivos não podem ser fragilizados em sua composição. Ao contrário, é preciso reforçá-los. É preciso trabalhar no rumo de que o projeto político pessoal prioritário de cada membro desse núcleo executivo é exatamente dirigir o Partido; e a partir daí buscar dar representatividade social e política ao seu papel no seio da sociedade - como dirigentes partidários. Salvo situações onde o Partido e sua direção estão mais maduros e desenvolvidos, quando se pode combinar o papel de parlamentar e presidente, por exemplo, a regra neste momento de impulso é concentrar forças para um trabalho de direção executiva composto por quadros que tenham isso por prioridade. É importante ressaltar que isso não implica em absolutizar critério de disposição exclusiva ou disponibilidade de tempo para integrar esses núcleos executivos, como já foi indicado na Resolução da 9ª Conferência. Ao contrário, direção partidária, mesmo em nível executivo, precisa saber levar em conta as disponibilidades diferenciadas entre cada qual de seus membros, para alargar o repertório de possibilidades e aproveitar a maior inserção social que isso pode propiciar. O central não é ter pessoas providenciais, mas processos de direção integrados, contando com as secretarias fundamentais, comissões auxiliares em apoio, infraestrutura para cada qual cumprir os papéis determinados. Em suma, direção é uma orquestração de esforços, para o que se necessita de visão larga, capaz de incluir numerosos quadros e programas de trabalho positivados.

Ao ver de conjunto a articulação desses vetores, precisamos ter visão construtiva, dentro do processo perene e duradouro citado no início. Nada nasce pronto, nem sempre é possível dar saltos. Mas precisamos considerar ser esse o norte do esforço e traçar caminhos e meios para alcançá-lo nos próximos dois anos de mandato.



Questão de Partido

A hora é propícia, porque é de grande impulso para o PCdoB. É mais favorável ao avanço e as superações de defasagens. Por isso, precisamos considerar a necessidade de concentrar esforços especiais nesta hora no trabalho de direção dos comitês estaduais, com ousadia e descortino. Considerar também que, para extrair todas as conseqüências desse impulso, ao lado da essencial orientação ajustada, se necessita também de um processo de direção e dirigentes capazes de emular o coletivo, galvanizar sua militância no rumo de perseguir projeto político, ou seja, estabelecer a direção como liderança interna do Partido, respeitada pela clareza, determinação e arrojo em impulsionar esta nova fase da vida do PCdoB.

(Publicado em 21/10/2003)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



A linha definida na 9ª Conferência Nacional nos reclama avançar para uma atualização de concepção e prática sobre as questões de Partido - seu caráter, função perfil e feições. Está na medula dessas questões re-visitando a questão da militância política, das formas de organização, do papel dos quadros e comitês dirigentes etc, matéria apontada também no Encontro Nacional convocado pelo CC para março próximo.

Não retomamos exaustivamente aqui as condições (e exigências) que tornam possível (e necessário) esse esforço hoje, bastante tratado em nossos documentos partidários e nesta publicação. Referimo-nos apenas que isso se tornou indispensável, dada a condição de avanço na luta em nosso país e no continente sul-americano. Desse modo, até para contribuir com os debates do Encontro, a coluna vai procurar abordar alguns elementos que podem servir para compor um repertório mais consolidado de respostas nessa momentosa questão da organização partidária. A intenção é apenas fornecer indicações sobre a reflexão que vem sendo feita pelo PCdoB, desde o 8º Congresso, procurando ajudar assim a todos que se aventurem a uma abordagem sistemática da questão e apontar, a título de discussão, alguns possíveis desenvolvimentos.

A crise e a organização política de esquerda

Um ponto de partida sintético nesse debate pode ser dado pela noção de "*crise orgânica*". O conceito foi utilizado por Marta Harnecker, em complemento à crise teórica e programática da esquerda, que ela indica existir. Referindo Clodomiro Almeyda, ela dá essa denominação à crise que



Questão de Partido

se refere "*à natureza orgânica [dos partidos de esquerda], à sua relação com a sociedade civil, e identificação das suas atuais funções e das formas de levá-las a cabo*". Isso tem levado, segundo a autora, tanto à "*perda da capacidade de atração e mobilização perante as pessoas e especialmente perante a juventude, quanto numa evidente disfuncionalidade das suas atuais estruturas, hábitos, tradições e maneiras de fazer política (...)*". (Tornar possível o impossível - a esquerda no limiar do século XXI. p. 345. Paz e Terra. 2000.) Sem endossar expressamente o conjunto da apreciação feita por M. Harnecker, particularmente quanto ao papel do proletariado, essa parece ser uma categoria apropriada para dar conta das (e conter) recorrentes referências em outros autores à crise da forma-partido e à crise de militância, manifestamente para os partidos de esquerda, no âmbito mais largo dos partidos políticos de massa, democráticos.

Pode-se distinguir algumas vertentes que se cruzam na caracterização dessa categoria conceitual, para submetê-la ao crivo crítico. Uma vertente decorre das características da sociedade atual, que condicionam e/ou dificultam o papel do partido político de esquerda hoje, a reclamar novas formas, papéis, funções e feições. Isso foi tratado em nosso 10º Congresso e, tendo como central a problemática do sujeito histórico da luta anticapitalista, motiva intensa reflexão sobre a situação e papel do proletariado, desde 1999, com a Conferência Sindical Nacional e o Seminário conduzido pelo IMG - Instituto Maurício Grabois sobre o tema.

Tais reflexões apontam para investigar, na práxis política, como se alteraram, mediante a reestruturação produtiva ocorrida nas últimas décadas, as identidades sociais e a gama variada de necessidades, difíceis de se organizar e representar em um projeto político e orgânico homogêneo, num ambiente de refluxo da luta pelo socialismo. Isso tem se revelado muito centralmente quanto ao papel das



Questão de Partido

classes trabalhadoras. As inovações tecnológicas e o impacto da mobilidade-flexibilidade produtiva alteraram as formas tradicionais de identidade subjetiva e representação dos trabalhadores e o novo padrão de integração territorial alterou critérios estritos de territorialização como sede prioritária das relações sociais. Isso infere novas dimensões de organização da política, de fracionamento de interesses; novas sedes e focos do conflito social; novos ativistas sociais que se insurgem contra a opressão, promovendo atomização de identidades que enfraquecem a solidariedade coletiva.

Atuam aí também as alterações profundas num modelo determinado de organização da política: a reivindicação sobre os poderes constituídos, tendo em vista o desmonte do Estado e das políticas públicas. Quanto à democracia, é notório seu esvaziamento real, submetida ao crivo do mercado, inclusive o "mercado político", espetacularizado midiaticamente em eleições, e sujeito ao "interesse de grupos", ao serviço do pretendido "pensamento único". Na prática, o poder real se transferiu em boa medida das instituições democraticamente validadas para esferas extra-institucionais - finanças, poder econômico, mídia, *lobbies*. Isso tem conferido certa característica de anomia às relações sociais.

Outra vertente é representada pelas vicissitudes - e derrota - da experiência socialista. Desde nosso 8º Congresso temos nos debruçado a fundo sobre suas causas e conseqüências, incluindo o fenômeno da degenerescência do PC que teve lugar nessa experiência. Há uma intensa pregação ideológica regressiva, afetando a perspectiva de milhões que buscam saída para os problemas da crise sistêmica do capitalismo. Todos esses fatores reclamam uma mediação política que infere novos aspectos organizativos para o partido político marxista revolucionário. O fato é que isso afeta a perspectiva militante, pois deu lugar a intenso descrédito na



Questão de Partido

perspectiva da luta por uma nova sociedade, na desilusão com o socialismo e o modelo organizativo de partido que legou. Por toda parte condena-se a estrutura dita vanguardista, verticalista e autoritária, tendo por base a cópia de um modelo determinado de partido. Sem deixar de partir de considerações reais, tais construções são também apropriadas ideologicamente e são parte da luta de idéias na sociedade. Uma abordagem crítica disso tudo vem sendo realizada por nós, desde o 8º Congresso em 1992, e está no centro da contenda pela manutenção do carácter do Partido Comunista, num esforço de renovação e permanência destinado a retomar, em outro patamar, a perene luta pela construção do instrumento essencial da luta transformadora.

Nos últimos anos, por fim, outra vertente teórica e prática ocupa a cena nesse debate: a problemática dos movimentos sociais. É de se referir que, mesmo em meio a essas dificuldades todas, cresce a atividade associativa, de variados matizes e formas. Em face da redução da capacidade aglutinadora das ideologias, emerge uma série de movimentos que não têm aspirações totalizantes ou universalizantes e que motivam militâncias muitas vezes críticas da sociedade burguesa, sem perspectiva de poder político nem de mediação partidária, sem aspirar a novos modelos sociais. Questões sociais novas, como o papel da mulher na sociedade e no trabalho, novas formas de organização cultural, temas como a luta por direitos étnicos, ambientais, de opções sexuais, direitos humanos etc, são marcantes no atual panorama social.

Retoma-se nesse ambiente, como sempre, a velha contenda sobre o papel do partido político de esquerda, que mantém central a estratégia classista proletária de transformação social. Isso é próprio dos momentos de enfrentamento do refluxo do movimento e de sua retomada. Busca-se rebaixar ou mesmo negar o papel do



Questão de Partido

elemento consciente na luta por uma nova sociedade e, com isso, negar o papel desses partidos.

Na 9ª Conferência Nacional, e em toda a participação nos Fóruns Sociais Mundiais, temos estabelecido um diálogo crítico com tais intentos, simultaneamente a um confronto em termos de estratégia política. Diálogo e confronto que implica reconhecer novas realidades e desafios para a esquerda de orientação marxista, enfrentar insuficiências para dar conta de novas realidades de formas de consciência, luta e organização dos variados ativistas sociais, para ser capaz de englobar tais interesses fragmentados. Isso nos exige repor uma relação dialética entre o fator espontâneo e o fator consciente na luta por uma nova sociedade, emular e respeitar a autonomia dos movimentos sociais, recusar noção reducionista de *correias de transmissão*. São exigências para reafirmar o papel insubstituível de um partido político que luta por transformações sociais e econômicas de fundo, procurando perseguir seu programa socialista, englobando a luta econômica e política, social e cultural. Porque, no fundamental, trata-se de ganhar a batalha de idéias em torno da indispensabilidade de um novo poder político para promover a mudança do regime social.

A noção de militância política está na medula disso tudo. Precisamos pensá-la de forma renovada e ampliada, a partir de nossa própria experiência, de nossos quase 82 anos de existência, da experiência de luta de nossos trabalhadores e nosso povo. Isso é feito em um ambiente ainda de defensiva - mas certamente de retomada do movimento político e social frente ao neoliberalismo, particularmente no Brasil, que chama a atenção do mundo todo. E, manifestamente, porque o PCdoB, mesmo no decurso da terrível década de 1990, cresceu, alcançou vitória expressiva com Lula na Presidência e agora crescerá ainda mais. Como se sabe, propusemos, na linha da 9ª



Questão de Partido

Conferência, a noção de um PC de massas, amplo e extenso, centrado nos trabalhadores.

A problemática concreta da militância nessa situação envolve algumas considerações fundamentais. A que precede tudo é o elogio da militância política. Como dizia Brecht, é importante ensinar "coisas velhas" como se fossem sempre novas, porque *"poderiam ser esquecidas e consideradas válidas apenas para tempos já transcorridos. Não há necessariamente inumeráveis pessoas para as quais elas são totalmente novas?"*. A política é a forma mais elevada da consciência social e a militância política num partido político transformador, em prol do socialismo, é uma das atividades mais elevadas e enriquecedoras do espírito humano, que emancipa as mentes de explorados e oprimidos, expande suas potencialidades frente à alienação nas relações sociais. Falamos da vocação pública de homens e mulheres capazes de se armar com o que existe de mais avançado na consciência social, de construir, pelo laborioso processo da organização, o instrumento mais elevado da ação por um novo poder político, e de levar a luta pela elevação do nível de consciência, organização e mobilização dos trabalhadores e do povo, através de ingente trabalho de esclarecimento, pedagogia, e politização. Enfim, servir aos trabalhadores, ao povo, à Pátria, em busca da solidariedade social, por intermédio da luta política, está no horizonte de nosso tempo onde sempre esteve nos tempos modernos: absolutamente imprescindível. A luta pelo socialismo necessita de uma organização política de vanguarda, capaz de arregimentar corações e mentes das classes sociais mais avançadas em torno de um projeto político de um novo poder. A unidade básica e constitutiva dessa organização é o militante.

Sustentar tal perspectiva designa o que se entende pelo caráter de militante comunista e é parte da resistência a opor aos epígonos do pós-modernismo, bem como aos reacionários e conservadores de toda espécie e de todos os



Questão de Partido

tempos. Militância comunista significa hoje, essencialmente, enriquecer a participação social e política de cidadãos e cidadãs, articulando sua vida social com o programa e a política dos comunistas e com um compromisso organizado nas fileiras do Partido. É nele, e por intermédio dele, que se realiza coletivamente essa elaboração e articulação. Por isso, é preciso desaprisionar tal visão militante de estereótipos idealizados, próprios de determinados períodos ou experiências histórico-concretas. Ficou evidente, a partir da constatação da degeneração dos PCs que chegaram a dirigir Estados socialistas, que muitos erros foram cometidos, afetando a perspectiva militante de toda uma geração, esta que convive com os anos de crise. Um "modelo" de partido foi disseminado, definindo um tipo militante determinado. Desenvolveram-se muitos desvios nas relações entre os comunistas e os trabalhadores e o movimento social e, com isso, perdeu-se o apelo político e a capacidade para expressar de maneira articulada, enquanto Partido, o conteúdo e as linhas de desenvolvimento da vida social. Em condições prolongadas de clandestinidade ou semilegalidade dificultou-se ainda mais esse processo.

Perseguimos esse princípio militante nas condições da atualidade, com as sensibilidades renovadas para as relações de exploração e opressão social, tal qual se dão na realidade concreta. Quando abrimos caminho à militância, buscamos construir o compromisso global de homens e mulheres com a causa transformadora. Visando construir sua opção política radical e cotidiana, sem contrapor militância às demais esferas da vida, promovendo a qualificação das potencialidades privadas de cada qual. Buscamos comprometer a capacidade, vocação e talento pessoal de cada um, nas condições em que pode atuar, segundo seu nível de assimilação ideológica, sabendo *graduar* sua contribuição, segundo sua motivação e área de interesse. Buscamos, enfim, constituir uma *comunidade* em torno não só de um projeto político, mas



Questão de Partido

também de valores culturais, éticos e morais elevados, impulsionadores da formação de cada um. É um caminho generoso, despido da noção doutrinária de sacrifício e de negação da individualidade. No Partido eles devem encontrar uma organização que articule sua experiência direta, sua relação com os diversos focos das relações e conflitos sociais, com o nosso projeto político, que é antagonista, voltado à construção dos caminhos de um novo poder político para as almejadas transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade de caráter socialista.

Hoje é preciso um esforço de lidar de modo realista com a perspectiva militante, encontrar caminhos mais largos para desenvolvê-la. Trata-se de abrir o Partido para fora - falar mais amplamente com a sociedade, na linguagem do tempo - e abri-lo também para dentro - dando conteúdos e formas mais variadas e ricas à sua vida interna.

Há alguns elementos próprios de nossa experiência brasileira a nos servir para exame. Há no Brasil uma forte tradição *movimentista*, que leva contingentes formidáveis à luta quando amadurecem condições objetivas. Isso determina, para o Partido, períodos de expansão, estagnação e mesmo de refluxo, de certo modo "naturais". Há ainda a rica experiência do trabalho com a juventude, na qual a UJS é importante originalidade a indicar esse caminho mais largo e multiforme de organização. É evidente também entre nós que temos filiados e militantes e, entre estes, há o militante desses movimentos - menos ou mais conjunturais -, o militante de determinadas causas e áreas de interesse, o militante conjuntural, o inconstante, o dos períodos eleitorais, o simplesmente irregular. Ademais, tantos são os militantes quanto os que já o foram, deixando o Partido, mas guardando para com ele, na maioria das vezes, relação de respeito e sendo seu eleitor, simpatizante, amigo.



Questão de Partido

Por isso, deve-se buscar lidar com essa multiformidade de situações, buscando abarcar todo esse potencial - um problema também da organização, não só do próprio militante. Exige-nos adaptar a vida partidária a esse estado de coisas, de modo a buscar incorporar também essas amplas parcelas na militância, o que, é inegável, nos possibilita uma mais estreita relação com a sociedade. E nos demanda modos de emular a militância para que façam do Partido instrumento da ação cotidiana, numa relação de duas mãos.

Isso nos indica esforço persistente para tornar claro e positivado o projeto político comum que deve ser de todos: linhas de trabalho estabelecidas em áreas diversas da luta política e social; formas renovadas e amplas de trabalho ideológico para alimentar a perspectiva militante; e formas organizativas capazes de impulsionar a maior adesão à realidade e luta social, funcionais a esse projeto político para articular a militância segundo as suas áreas de interesse e de atuação.

De todo modo, no centro dessa problemática sempre estará posta a definição de direitos e deveres militantes. Uma tal gradação de compromissos e variedade de atuação militante deveria levar a graduar direitos e deveres? Pode um militante votar e ser eleito no Partido sem cumprir com as condições militantes? Ou não aplicar as decisões da maioria? Pode qualquer filiado ostentar a responsabilidade de militante partidário? Quando um novo quadro político filia-se ao PCdoB, pode trazer seus "correligionários" automaticamente, em bloco, para o Partido? Pode-se, às vésperas de processos eletivos internos, mobilizar artificialmente contingentes filiados que não têm integrado regularmente o processo partidário?

Trata-se de respostas que invocam princípios gerais - bem estabelecidos no PCdoB -, mas também sua aplicação conforme o caráter do processo político e o grau de



Questão de Partido

maturação que alcançamos como corrente política e ideológica organizada no país. Podemos conceber organicamente o Partido como um conjunto de organizações que contém hoje 60 mil militantes, entre 200 mil filiados - ativistas ou não -, que têm ao seu redor milhões de eleitores, simpatizantes e amigos. No seio deste universo maior, que tem identidade com a mensagem do Partido, deve-se ter uma política ativa e permanente de filiação. Isso resulta em força política para o PCdoB. O universo de filiados, por sua vez, é campo para permanente esforço de ativação para as batalhas que travamos e campanhas que realizamos. E é celeiro para trazer novos contingentes à esfera da atividade organizada do Partido, visando conferir-lhe maior musculatura militante. É uma dialética única e integrada, um processo vivo e permanente.

Mas permanece central a noção de militância. Essa tem sido nossa opção desde o 8º Congresso e mantém atual a exigência de compromissos básicos, que implicam em direitos e deveres, expressão de uma opção pessoal de consciência. Hoje eles se estabelecem nas quatro condições estatutárias, traduzidas nas quatro características centrais de ser militante: militar, estudar, divulgar, contribuir. Militar, no caso, refere-se a atuar no âmbito de uma das organizações do Partido, debater-votar-aplicar a política decidida pela maioria, pertencer à organização de massa de sua área de atividade. Isso é o que pode conferir direitos de eleger e ser eleito na estrutura partidária: direitos condicionam-se a deveres. Derivam de um ato de consciência, pessoal e intransferível, que denota compromissos assumidos com a organização.

Entretanto, voltamos a frisar: tendo uma visão larga e não-doutrinária da militância, da necessidade de abarcar essa multiformidade de tipos militantes, que compartilham uma cesta-básica de obrigações com o Partido. E tendo presente a dialética entre militantes e filiados. O caráter e perfil da



Questão de Partido

militância - se quisermos abarcar suas diversas condições e seu maior grau de variação no tempo e lugar -, precisarão ser conferidos a cada processo, mediante cadastramento regular nas Conferências. Isso nos propõe designar as normas democráticas de legitimação de sua participação nos processos deliberativos, aprimorando inclusive os mecanismos de identidade de sua condição militante e de estar em dia com suas obrigações partidárias. O recurso a sistemas de cadastro informatizado interativo e documento próprio da condição de militante, de validade renovável a cada re-cadastramento (carteirinha de identidade partidária), são instrumentos indispensáveis para dar maior agilidade e transparência à norma. Na outra ponta - a dialética entre militantes e filiados -, precisamos considerar que sua existência será um dado mais permanente da nossa experiência e é da própria tradição política do país. Filiados são aderentes às idéias e propostas do Partido, apóiam suas campanhas de massa e seus candidatos, ajudam sua sustentação conforme suas possibilidades. Não necessariamente se dispõem a participar regularmente de sua vida interna. Toda uma discussão pode ser feita para adequar normativamente a distinção de situações entre militantes e filiados, inclusive em termos de Estatuto.

Uma coisa é notória em nossa linha organizativa: o centro do esforço organizativo, nesta etapa de maturação, é a noção de partido de *numerosa e estável militância*, ou seja, de força organizada pela base, para a ação política. E isso precisa ser alcançado, sobretudo entre os trabalhadores, que concentram em si a dupla situação de explorados e oprimidos pelo capitalismo. Cresce a percepção de que, nesse rumo, a batalha principal não é mais só filiar, mas organizar a militância em formas funcionais aos propósitos apresentados. Sem organizações mais desenvolvidas pela base, a noção de um Partido Comunista de massas sofre grande pressão pelo estilo amorfo, que compromete seu papel e sua mensagem classista aos trabalhadores e todo o



Questão de Partido

povo. Deve estar claro que, normativamente, o critério central para designar militância é exatamente a noção de pertencimento a uma *organização* do Partido. É, então, principalmente a organização de base, seu coletivo, que deve promover o ingresso e atestar a condição de militante de qualquer filiado, num processo de caráter dinâmico, para não conferir a esse controle um conteúdo burocrático, feito a partir "de cima". Isso nos remete à problemática central das formas organizativas, corolário direto da questão do caráter, papel, funções e feições da militância na atualidade.

(Publicado em duas partes, nos dias 27/1 e 4/2/2004)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



**O PARTIDO E SUAS FORMAS
ORGANIZATIVAS DE BASE**

A problemática de ser militante comunista na atualidade está intimamente vinculada à questão das formas organizativas assumidas pelo Partido. Parece claro que se há diferentes perfis militantes, diferentes perfis de organização e funcionamento das bases se fazem necessários.

As formas organizativas do PC são chamadas a dar vida ao anseio participativo e eficácia à atuação militante entre o povo. Para isso, elas devem contribuir para promover maior adesão à realidade e luta social em cada situação e articular funcionalmente o trabalho cotidiano à política do Partido. Ademais, elas devem representar para os comunistas a instância formuladora e a comunidade de valores, onde são forjados compromissos militantes, direitos e deveres; a disciplina livre e consciente; a expansão das potencialidades de cada um. Gramsci falava do Partido como prefigurador da sociedade futura e como o intelectual orgânico coletivo. É na esfera da organização que se concretiza essa característica da vida do PC e se materializa a sua força na luta pelo seu projeto político.

A organização pela base é o núcleo fundamental desse processo organizativo e, conseqüentemente, esse caráter precisa se traduzir desde aí. São as bases que respondem pelo enraizamento partidário entre os trabalhadores e o povo, dando profundidade ao seu trabalho permanente de elevação da sua consciência política e organização. Elas são também o esteio da democracia partidária, pois não há democracia sem um mínimo de estrutura organizada capaz de auscultar o conjunto dos efetivos.



Questão de Partido

Nada disso é novo para nós, não obstante as históricas dificuldades de garantir efetivamente o funcionamento partidário em bases. Já argumentamos que isso decorre da tradição do país, e também de pesados condicionamentos de nosso pensamento de Partido. Elas nos levaram a diagnosticar a existência de uma defasagem organizativa: nossos dados demonstram que apenas 40% dos efetivos mobilizados em 2003 o foram por intermédio de Organizações de Base, existentes em apenas 169 CMS (cerca de 10% de nossos comitês municipais!). Sem dúvida, essa defasagem condiciona a nossa força e protagonismo.

PC de massas, estruturado pelas bases

O que de fato nos será novo é que o não enfrentamento dessa defasagem, nesta hora de arranque em nosso crescimento, pode comprometê-lo, quer sob a forma de não termos pernas para cumprir nossos propósitos, quer pela perda de identidade. Ou seja, pode impedir-nos de falar efetivamente num PC de massas, extenso e numeroso. No âmbito de uma formação desse tipo, acumula-se a pressão por uma estrutura organizativa amorfa, diluidora do caráter classista e do compromisso militante, por soluções político-organizativas liberalizantes. A luta por uma política organizativa justa integra o esforço por manter o caráter partidário, classista e transformador. Então, não há sequer como imaginar um Partido Comunista com uma centena de milhar de efetivos que não seja organizado pelas bases. Sem isso, o crescimento partidário se daria como areia solta, como dizem os chineses, ou como diríamos nós brasileiros, como dunas - vai-se ao sabor do vento, do espontâneo, o que na prática é negar a prevalência do fator consciente na concepção partidária. Por isso também dizemos que não basta crescer, não basta filiar - o critério central da hora presente é organizar os efetivos em bases, pô-las em atividade. Esse foi o motivo central de convocarmos o Encontro Nacional: lutar pelo



Questão de Partido

papel e caráter do PC na nova situação, lutar contra as pressões tendentes a rebaixar seu papel estratégico. Insistimos num ponto nevrálgico: mesmo - e principalmente - num PC de massas extenso e numeroso, não perdemos de vista que o amálgama da condição comunista é sua ideologia, e ela só se forma mediante prolongado processo. Nesta atual etapa política da luta de classes no Brasil e no mundo não está no horizonte "queimar etapas" nesse processo. A vida militante nas organizações do Partido, desde a base, lhe é indispensável.

A questão a reter, então, é que superar a defasagem organizativa envolve de fato uma luta de concepções e de práticas, e nela a construção de Organizações de Base tem primazia. Isso assume o primeiro plano nesta hora, como se afirma no documento do Encontro Nacional. Localiza-se aí um dos elos estratégicos que define a maturidade de nossa corrente de pensamento e ação no país, de seu enraizamento profundo entre os trabalhadores e o povo. Nessa luta inclui-se uma visão planejada, exposta nos Planos de Estruturação, que tem em vista partir da consolidação de direções municipais nos grandes municípios, como modo de assegurar a ligação entre a direção e as bases.

Partir da experiência

Essencialmente, as organizações de base precisam se constituir em centros de vivência e participação militante no seio do povo, instâncias influentes no meio em que atuam, instrumento de intervenção política, social e cultural. É por intermédio das OBs que a militância se aglutina, é ativizada, desenvolve a potencialidade de cada um, cumpre direitos e deveres da vida partidária, estabelece mil laços de ligação com os militantes conjunturais ou inconstantes, os filiados, amigos, simpatizantes, eleitores e mesmo os não-militantes. É a instância das práticas emancipatórias, reunida em torno



Questão de Partido

dos valores da solidariedade, da liberdade, do progresso, do patriotismo e internacionalismo proletário, da luta contra a exploração e opressão, contra o individualismo próprio da sociedade capitalista, da elevada moral e ética de caráter humanista avançado.

O importante é a capacidade, enquanto coletivo organizado, de abarcar a todos, segundo os diferentes graus de mobilização, ligando o seu papel cotidiano à consecução do projeto político do Partido. O cotidiano de uma OB será o desenvolvimento, segundo cada circunstância, das campanhas realizadas pelo Partido, de sua mensagem política e cultural. Por isso falamos que nossas bases precisam se abrir para fora - falar mais para a sociedade, que é o que legitima a militância - e para dentro, enriquecendo as formas de vida interna.

É um pressuposto que tal tipo de organização tenha estabilidade no tempo e lugar. Constituí-las, portanto, demanda largo e perseverante trabalho, e não há por que supor que isso é feito sem o concurso de quadros experientes. Aqui uma primeira e central questão: organizar o Partido em bases demandará superar visão reducionista e simplificadora, de que seja trivial organizá-las. Essa é a experiência que podemos reunir: bases exigem ao menos um quadro dedicado (uma espécie de pivô), mais um núcleo militante mais estável e experiente, menor ou maior, que agregam ao seu redor dezenas ou centenas de militantes, e centenas ou milhares de filiados, amigos, eleitores e apoiadores. A questão é de que é necessário projetar o trabalho de quadros segundo essa perspectiva e de que quadros dirigentes precisarão empenhar mais tempo e energia em apoiar esse esforço, que é o busílis do trabalho de direção dos comitês municipais. E isso, sem simplificações, exigirá uma pequena revolução interna no modo como concebemos e praticamos a atividade partidária, a partir das próprias direções.



Formas variadas com prioridades

Trata-se, portanto, de uma atividade estratégica na estruturação partidária. Porque isso tem a ver com nossas pretensões políticas, sejam as vitórias táticas imediatas, sejam estratégicas, relacionadas com a hegemonia na luta por um novo poder político, pelo socialismo.

Mas a luta por constituir bases estáveis inclui, simultaneamente, a questão de dar caráter multiforme a tal tipo de organização, adaptando-as às características do tempo e situação, nas múltiplas modalidades da experiência participativa do povo brasileiro. Parece claro que se há diferentes perfis militantes (vide artigo anterior), diferentes formas de organização e funcionamento das bases se fazem necessárias.

Na realidade presente, as pessoas além de trabalhar (quando têm emprego), estudar (em determinados períodos da vida) e morar em determinado local, podem ter uma determinada área de interesse temático, ou setor de atividade. A questão é aferir - e arbitrar - qual dessas características assume a principalidade nas relações políticas e sociais daquele cidadão ou cidadã, além do interesse pessoal, e qual a prioridade da intervenção política naquela circunstância. Às vezes se conciliam no mesmo militante todas as questões; em outras há conflitos ou dificuldades. Entre local de trabalho, estudo, moradia pode haver quilômetros de distância geográfica nos grandes centros, por exemplo. Claro que essa resposta é dinâmica no tempo; claro também que outras determinações concorrem para a definição; claro, ainda, que em todos os casos precisam pressupor vínculos reais com aquele movimento. Tais questões devem ser mediadas pelo interesse político do Partido em cada situação dinâmica. Mas é dessa resposta que emerge a problemática da forma de organização mais apropriada



Questão de Partido

para ele ou ela, e parece fora de dúvida que essa variedade precisa ser admitida e normatizada.

Segundo a linha política de estruturação partidária, mantém-se central a perspectiva de organizar bases nas principais sedes das relações e conflitos sociais. Dada a natureza classista proletária de nosso projeto político, isso está dado prioritariamente nos locais de trabalho, na cidade e no campo, em particular nas grandes empresas modernas do país, com os trabalhadores mais organizados e avançados na luta. Isso porque aí se concentra o duplo conflito da opressão e exploração e porque o proletariado é o sujeito central para nosso projeto político. Esses locais são os chamados "centros da luta de classe", onde o Partido pode e deve estar presente. Claro que é aí que reside a dificuldade maior, provinda da falta de democracia no interior das empresas, dos efeitos da reestruturação produtiva, das estratégias patronais. Mas é aí que se decide o projeto de emancipação dos trabalhadores, a luta contra a alienação, forjando uma consciência política classista e independente, em vinculação com a organização sindical.

A possibilidade de reforma sindical, constituindo os comitês sindicais de base, poderá representar um enorme estímulo para organizar os trabalhadores. Nos próximos anos, se o país entrar de fato na rota do desenvolvimento, milhões de novos trabalhadores terão uma nova experiência política e o Partido precisa se pôr a postos para ganhar consciências dessa nova geração.

A maior experiência, entretanto, é nos locais de moradia, que concentram hoje quase três quartos das OBs indicadas. Nelas, pode adquirir maior expansão imediata a idéia de as OBs configurarem centros de vivência e ação, articulando dezenas e até centenas de participantes, influentes no meio em que atuam, que auscultam o conjunto da comunidade e intervêm em seu cotidiano,



Questão de Partido

articulando-o com o projeto político do Partido. Entretanto, a grande maioria dessas bases tem na realidade o perfil de bases mistas - juntando trabalhadores, jovens, profissionais etc -, o que dificulta a aglutinação, motivação e atuação do conjunto de seus militantes. Bases mistas têm também focos mistos, que nem sempre mobilizam a todos e decorrem, no fundo, do crescimento espontâneo que caracteriza muitas vezes o Partido.

Na prática, o mais certo é que nos distritos podemos e devemos estruturar diferentes tipos de bases, e não simplesmente aglutinar militantes indistintamente. Bases de profissionais liberais, de categorias de trabalhadores, de ativistas de determinado movimento social etc poderiam aumentar nosso repertório de formas organizativas e motivações. Mas isso se, e somente se, o distrito for o foco da relação social e luta que se vivencia, ou a instância que articula as relações políticas e sociais da militância ou, ainda, se potencia a aglutinação dela.

Outra problemática é o local de estudo. Com a resolução que prevê a atividade do jovem comunista prioritariamente na UJS, tais bases só têm vida bissexta. As experiências de Comitês da Universidade, agregando estudantes, professores e funcionários têm outro escopo, exatamente porque são comitês. Mas, neles, persiste o problema das bases estudantis, que precisam ser re-dimensionadas, mostrando o quanto o assunto organização tem seu dinamismo próprio.

O horizontal e o corporativo

Precisa ser mais bem fundamentada - na maior variedade de perfil das bases - a sua organização por setor ou categoria profissional ou por área de interesse temático. Experiências já vêm sendo feitas no Partido, embora careçam de maior sistematização e normatividade. A



Questão de Partido

experiência de comitês ou bases de categorias, bases profissionais, bases "especiais", sendo exceções, vão já se avolumando. É preciso polemizar sobre essa experiência. Uma série de questões propriamente organizativas surge, buscando novas respostas.

Visando contribuir com esse debate, uma questão refere-se a alargar essa forma de organização de base. Elas podem fornecer um instrumento de intervenção aos militantes por áreas de interesse ou por setor (advogados, profissionais da saúde, categorias etc), capaz de abarcar a militância que vem ao Partido para dar maior consequência e articulação à sua atividade em determinadas áreas de atuação. Há outro caso-tipo: as bases por áreas de interesse ou temáticas. Isso se deve a ter emergido uma série de outras relações de conflito social, que dão margem a militâncias fora do local de trabalho, estudo e moradia. São militâncias na área de direitos ligados à questão de gênero, etnia, ambiental, direitos humanos em geral, crianças e adolescentes, movimentos de saúde, educação, cultura etc, que precisam ser articuladas a um projeto político totalizante. É o Partido político que pode fazer essa articulação e, portanto, suas formas organizativas devem dar conta de abarcar esse ímpeto participativo. Neste caso, tais bases podem incorporar-se ao esforço organizado de elaborar políticas temáticas para a atuação partidária.

Ligada a isso, há outra questão: como articular essa variedade de formas organizativas com a territorialização da estrutura partidária e com a prioridade aos locais de trabalho. Bases organizadas por áreas de interesse ou categorias não têm substrato territorial, por definição, o que lhes dá certa conotação *horizontal*. É a estrutura organizativa que precisa dar respostas apropriadas, segundo os interesses políticos de cada situação. Mas isso tem um condicionante: elas precisam estar articuladas funcionalmente ao todo, ou seja, a uma direção única. A questão é que múltiplas formas de base não geram



Questão de Partido

múltiplas formas de comitês: estes permanecem em bases territoriais e no seu seio se articulam diversas formas de atividades.

A existência de comitês distrital e municipal, aos quais se subordinam as atividades da base, é instrumento para assegurar aquela direção única e evitar a compartimentalização do trabalho militante em cada área. Deve ser pressuposto, contudo, que comitês partidários em qualquer desses níveis só se legitimam se estiverem sob sua direção Organizações de Base. Isto posto, bases de tipos variados - que não apenas por local de trabalho, estudo e moradia -, podem ter lugar na estrutura organizativa territorializada, desde que os comitês dirigentes de fato tenham no máximo âmbito municipal - sob pena de adotarmos soluções organizativas transversais ao Partido - e sejam preparados politicamente para dar conta das diversas frentes de atuação, com apoio dos comitês superiores. Em todo o conjunto, se exigirá linhas políticas positivadas para ligar a luta específica ao projeto político global.

Em todos esses casos precisamos nos precaver das tendências corporativistas, localistas ou setorialistas que emergem de militâncias por áreas de interesse ou de categoria. Não podemos perder de vista que essas novas OBs são de comunistas, mesmo que de determinado setor. O que os une, antes de tudo, não é sua profissão ou área de interesse, mas a sua identidade política e ideológica em torno do programa tático e estratégico do nosso Partido. Há experiências de comitês de categorias, equiparados a comitês distritais, mas de âmbito municipal ou mesmo regionais. É, ao que tudo indica, uma distorção organizativa. Podem justificar-se, sim, dada a prioridade organizativa, se tiverem âmbito no máximo municipal e se têm sob seu comando bases por locais de trabalho. Mesmo assim, toda atenção precisa ser dada para garantir uma

Questão de Partido

atividade que não se esgote no corporativismo ou transformá-los em apêndice da atividade sindical.

Quanto às bases por áreas de interesse, ao que tudo indica, por ora não se justifica constituí-las como regra geral, extensamente. Militância por área de interesse poderá coexistir fora de bases específicas, no âmbito de bases por locais de moradia ou na Universidade, por exemplo. Quando forem necessárias, poderão constituir-se no âmbito de comitês distritais ou municipais. Isto, como em todos os demais casos, não deve dar ensejo a dupla militância, ou seja, cada militante pertence a apenas uma organização partidária de base. E exigirá muitas vezes, da parte de comitês dirigentes, organizar frações ou comissões que dêem conta da direção política concreta nas batalhas que envolvem o conjunto da militância desse tipo de organização.

Como podemos depreender, as formas organizativas serão mais variadas como espaços para diversos tipos de militância, com variados graus de participação. Elas são chamadas em apoio ao processo de direção, que é essencialmente político. Nenhuma dessas respostas pode ser encontrada fora da política, do projeto político do Partido. Mas parece claro que uma adequação da estrutura organizativa é necessária, supondo novas regulamentações e mesmo adaptações estatutárias. Isto, claramente, tendo por pressuposto o crescimento partidário e a efetiva incorporação da militância à atividade pelas bases, que segue sendo o grande limitante. E, claramente, exigindo grande fortalecimento dos Comitês Municipais.

Certamente, também em organização precisamos conceber um processo dinâmico, politizado. Já mencionamos que a militância será recadastrada a cada processo de conferências, pressupondo os direitos e deveres dos que efetivamente assumem compromisso com o Partido. Resta diversificar as formas organizativas, para dar maior

Questão de Partido

aderência à atuação entre o povo, nas múltiplas formas que assume hoje o processo participativo. E, para garantir a efetividade de todo esse processo, sustentar uma estrutura concêntrica e articulada como sistema de direção - sobretudo os comitês municipais - para ligar a multiplicidade de ação das bases ao projeto político concreto do Partido para cada situação. Mantém-se a referência territorial, mas no seu seio há múltiplos tipos de bases e linhas de atuação. Normativamente, isso nos pede para estabelecer a possibilidade de bases segundo outras referências que não apenas trabalho, estudo e moradia, e estabelecer a exigência de que comitês pressupõem a existência de bases organizadas e/ou comitês distritais.

(Publicado em 3/3/2004)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



MELHORAR A INTERVENÇÃO EM NOSSA AÇÃO DE MASSAS

O encontro do Partido sobre os Movimentos Sociais é uma das mais importantes iniciativas deste ano em nosso Partido, juntamente com aquele realizado sobre Questões de Partido, em março. Na verdade seus temas se complementam intimamente e devem ser ainda mais desenvolvidos com o Encontro previsto para 2005, para tratar da ação do PCdoB entre os trabalhadores. Isso porque na verdade não podemos separar, no trabalho partidário, as esferas da intervenção e estruturação partidárias.

Penso que este Encontro nos dará elementos para responder se nossa rica política tem verdadeiramente uma base de massas em sua sustentação, se estamos satisfeitos com o papel que o movimento de massas sob direção do Partido desempenha, se estamos satisfeitos com o impulso que damos em nossa atividade militante e de direção ao movimento de massas.

Nos últimos anos, vimos desenvolvendo uma matriz de pensamento bem determinada: considerar o movimento popular de massa como elemento essencial à tática que propugnamos; que, portanto, a atividade e direção do movimento de massas precisam ingressar na esfera da direção política e geral do partido; com o governo Lula, precisamos encarar esses desafios à luz de uma nova realidade, que exige reposicionamento de bandeiras e formas de luta; que ainda se mantém, sob novas características, o refluxo dos movimentos populares, malgrado ressurgir espontaneamente, com outras feições e roupagens, que produziu novos fenômenos como o FSM, sob outras hegemonias.



Questão de Partido

Tudo isso nos leva a dizer que mais que nunca o aspecto central mais imediato é esclarecer a perspectiva política para a luta que travam inúmeros setores sociais, que construíram a histórica vitória de Lula em 2002, e ampliá-la para novos contingentes que farão sua experiência política própria à luz desta nova realidade.

Entre outros pontos quero destacar nesse sentido que as bandeiras de luta precisam ser compreendidas não apenas e imediatamente em seu sentido reivindicativo – isto segue sendo essencial para as conquistas elementares e mais elevadas -, mas também como parte integrante do projeto mudancista. Movimentos sociais são autônomos, e sua pressão organizada é essencial a essa mudança. Mas temos um governo democrático como jamais tivemos na história do país, e isso é muito positivo para esse processo de pressão. A nova dialética, de pressão e apoio ao êxito do governo Lula na consecução das mudanças exige, assim, maior experiência política na direção dos movimentos, maior complexidade em fazer mediações. Nesse sentido, a conquista da Coordenação dos Movimentos Sociais é muito importante e carece de ser desenvolvida, para o que se faz necessário uma direção competente.

Sem dúvida, é preciso dar razão a um dos aspectos que leva inúmeros militantes a dizerem que ser “muito difícil” essa nova exigência. Refiro-me exatamente à dificuldade de construir um novo discurso, distinto do prevalecente no período mais agudo de resistência a FHC e ao neoliberalismo. Ou seja, se faz necessária uma visão política mais elevada, que só se desenvolve com muita discussão, no seio do Partido e dos próprios movimentos. Porque sem isso não há perspectiva. Essa foi uma lição dos acontecimentos recentes na América Latina, onde verdadeiras insurreições populares (Argentina, Equador, Bolívia) não conseguiram fazer prevalecer uma perspectiva política de um governo antineoliberal.



Questão de Partido

Não esqueçamos: a política é a forma mais elevada da consciência social. E o movimento político de massas é a forma mais elevada de luta. Aí as dificuldades, para elevar a um novo patamar a consciência política dos ativistas do movimento social, sabendo que não se cria movimento político de massas por decreto. O papel do PCdoB é essencial nisso, e uma das conclusões essenciais é que devemos elevar o nível de nossa intervenção política nos movimentos, melhorar o tratamento desse tema nas organizações partidárias em todos os níveis. Isso, sem renunciar ao esforço cotidiano, pedagógico mesmo, das pequenas batalhas e conquistas do cotidiano dos movimentos, ajudando a desenvolver as formas menos elevadas da consciência social, espontânea, que nem por isso são desimportantes, porque são as sementeiras do consciente. Agindo assim, cumprimos nosso papel de ajudar a despertar para a luta novos contingentes de lutadores.

Em nosso trabalho partidário, para dar outros passos para o fortalecimento de nossa intervenção e estruturação, penso ser necessário ultrapassar certas práticas. Entre outras menciono:

- é preciso romper esquematismos apriorísticos, presentes em nossas formulações, sem desprezar a rica experiência que temos, notadamente na esfera sindical e juvenil; quero dizer, não “departamentalizar” nossa intervenção, quer no sentido de tratar as frentes do movimento popular como desconectadas, quer no sentido de relegá-las a um departamento da atividade do partido;
- mergulhar no real, na vida profunda de extensas camadas do povo, com suas formas associativas concretas;



Questão de Partido

- ter maior empenho em formulação de estratégias para os movimentos; e desenvolver bandeiras, campanhas de massas regulares, como modo de dar a conhecer o Partido a extensos segmentos;
- não separar o institucional do extra-institucional, conectá-los a partir da idéia de um reforçar o outro;
- atuar sem hegemonismos vanguardeiros, mas procurar infundir a cada movimento de que participamos um projeto político;
- atuar sem imediatismos, mas em médio e longo prazo;
- despojar-se para maior esforço de pedagogia dos movimentos, a partir dos militantes do Partido, desenvolvendo métodos apropriados para abordar uma linha verdadeiramente de massas na atuação dos movimentos.

São questões que relaciono com o grande desafio de conferir ao rico pensamento político do partido uma base extensa e organizada de massas. Aí reside, afirmamos na 9ª Conferência e no próprio Encontro sobre Questões de Partido, o fator principal para renovar nossas linhas de acumulação de forças e conferir mais efetividade à nossa ação, inclusive eleitoral. Devemos perseguir, nessas novas condições, a idéia de construir o sujeito povo, tendo por centro os trabalhadores e a juventude, homens e mulheres, de todas as etnias, como protagonista político central da luta pelas mudanças. Para isso devemos travar uma luta de idéias, política e de valores, mais prolongada, que pode conhecer saltos, com respeito à influência de outras correntes, no sentido de um projeto mudancista para o país. E deveríamos nos superar em retomar a característica mais marcante dos comunistas: estar a serviço dos trabalhadores e do povo, ligar-se ao povo, infundir-lhe consciência e organização, no rumo do projeto



Questão de Partido

político proposto pelo partido, um socialismo renovado para o Brasil.

O tema invoca também algumas questões mais candentes na esfera da relação partido-movimentos populares. O primeiro, é o problema de direção: levar o debate da atividade do movimento de massas à esfera da direção geral e política do partido, e construir as interrelações necessárias entre todas as frentes do movimento e entre estas e as demais frentes de direção. O segundo, é a questão dos quadros: movimentos avançam se tiverem, além das bandeiras, quadros capazes, destacados a prazo largo, para se formarem como lideranças políticas de massas, se tiverem apoio paciente e persuasivo, de idéias, planos e condições materiais. O terceiro, pôr em prática aquela noção de duas mãos de direção: partido para a luta e, na luta, estruturar o partido. Portanto, não separar intervenção de estruturação, nem vice-versa. O quarto, é encarar um problema organizativo na base: encontrar formas mais funcionais de organizar a militância segundo sua atuação política concreta, de tal modo que sua atividade partidária e no movimento esteja em maior funcionalidade.

Com as enormes contribuições que este Encontro teve, sem dúvida vamos pavimentar um caminho avançado para o maior protagonismo do PCdoB, rumo a seu 11º Congresso.

(Intervenção no Encontro sobre Movimentos Sociais, em 12 de dezembro de 2004, desenvolvida a partir também de outras contribuições).



**2º ENCONTRO NACIONAL DO PCdoB SOBRE
QUESTÕES DE PARTIDO**

“Implementar a política do Partido entre os trabalhadores e por intermédio deles é fator estratégico para o projeto o PCdoB e para o futuro do Brasil”

Ao longo dos últimos anos, o PCdoB afirma estar em nova fase estratégica de acumulação de forças. A 9ª Conferência (junho de 2003) estabeleceu as bases da nova tática política, a ser aprofundada em sua ligação com a estratégia no próximo Congresso, e estabeleceu as bases da linha de estruturação partidária para esta fase. O 1º Encontro (março de 2004) sistematizou essa linha e afirmou, com conseqüência, que nos marcos de um PC de massas devemos perseguir um Partido de caráter transformador, com feições contemporâneas, e perseverando em assegurar seu caráter de classe, não apenas no tocante à sua política e ideologia, como também à sua composição social.

O Encontro sobre o Partido e os Movimentos Sociais foi nesta direção. O 2º Encontro, agora convocado, se realiza na mesma perspectiva, exigindo maior profundidade nos debates, espírito crítico e autocrítico, impulso de investigação dos meios e modos de aumentar a inserção do PCdoB entre os trabalhadores. Tal Encontro se realiza às vésperas de mais um 1º de Maio, quando devemos repetir o esforço do ano de 2004, de nos dirigirmos massivamente aos trabalhadores, particularmente por intermédio de uma edição especial de *A Classe Operária*, e realizar um amplo esforço de recrutamento de novos militantes. Por tudo isso, o 2º Encontro é um importante passo preparatório e mobilizador do 11º Congresso do PCdoB.



Superar a subestimação

O documento apresentado visa estabelecer uma linha de intervenção e estruturação partidária nesse sentido. Ele está atravessado por um eixo central, proposto ao debate coletivo: devemos superar a subestimação que se verifica entre nós no tocante ao papel do proletariado para a consecução do projeto político do Partido.

Por isso, o documento se debruça primeiramente sobre tais fatores de limitação de nosso trabalho. Aí lidamos com a problemática do conceito acerca do proletariado, vale dizer, da classe operária e o conjunto dos trabalhadores, bem como à centralidade política de seu movimento, não só para a situação conjuntural, como também para os destinos estratégicos da luta pela superação do neoliberalismo. Para isso, o documento procura ligar a luta classista com uma bandeira política central de intervenção, configurando a luta por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, apontando para a perspectiva de novas viragens políticas, capazes de reunir convicções e forças avançadas, no seio das quais os trabalhadores constituem força central. Por fim, levanta autocriticamente limitações efetivas de nosso empenho no trabalho junto ao proletariado.

O documento também apresentará um levantamento da realidade atual do proletariado no Brasil de hoje, tanto em sua dimensão objetiva quanto de sua organização e nível de consciência. Trata-se de esforço empírico inicial, a ser aprofundado, para lidar com as condições reais da classe e estabelecer prioridades nos planos de atuação em todo o país. Ao mesmo tempo, devemos tabular respostas de mais de 150 questionários de uma enquete entre os militantes comunistas que atuam diretamente em organizações próprias de trabalhadores. São elementos enriquecedores para o debate.



Questão de Partido

A partir desses elementos, o documento situa as questões da atuação partidária: bandeiras, identidade, formas de luta e organização. Nos marcos da plataforma política do PCdoB, o documento desdobra sua aplicação para o movimento dos trabalhadores. Delas deriva a conclusão de que se trata de estabelecer novo marco de compreensão de todo o Partido, a partir de sua direção nacional, para uma prioridade efetiva a esse trabalho, sem setorialização estrita, num planejamento em curto, médio e mais largo prazo. Esse é o ponto central para o debate, partindo do exame atual de nosso trabalho, destinado a elaborar uma intervenção e estruturação partidárias de mais elevado patamar. No plano organizativo, levando em conta a experiência concreta, formulam-se medidas práticas em resposta aos problemas verificados, com base na idéia central de privilegiar a organização dos comunistas no Partido a partir das relações de trabalho em que estão imersos.

O documento assume como indispensável a atividade sindical como forma de organização e luta de massa dos trabalhadores. Na atualidade, esse é um ponto nevrálgico para o debate, quando se põe no horizonte o embate sobre a Reforma Sindical proposta pelo governo, que poderá provocar re-acomodações do espectro de forças políticas sindicais. Entretanto, o escopo do documento vai além, pois abrange a própria forma de organização e papel do Partido entre os trabalhadores.

Caráter do partido do proletariado

O 2º Encontro retoma, assim, para as condições atuais, o debate sobre esse tema candente da atualidade do movimento comunista e de toda a esquerda. À medida que vai se colocando na realidade do Brasil e do mundo a questão de uma alternativa efetiva ao neoliberalismo, a questão do partido político, em geral, e a do partido



Questão de Partido

revolucionário em particular, vai se repondo na contenda política e teórica, de ação e organização.

Tal questão tem por centro três tópicos essenciais. Um é o da consciência, ou seja, da necessidade de uma teoria revolucionária desenvolvida como fator aglutinante da perspectiva partidária. Outro é a do sujeito político-social capaz de empreender, enquanto classe, tal movimento transformador. O terceiro é o da estratégia política, que estará em debate no Congresso.

Como se sabe, a questão do sujeito está hoje amplamente questionada. Proclamados como mistificação grosseira o fim do trabalho e o fim do proletariado, restou a dura realidade produzida pelo neoliberalismo – fragmentação, superexploração, opressão, precariedade e intermitência nas relações de trabalho, etc. Por outro lado, boa parte da esquerda desfaz-se da centralidade do trabalho e dos trabalhadores enquanto classe, para aderir a proposições de novos sujeitos sociais (os chamados “novos atores”), como base de um bloco social de alternativa política. Isso produz grande dispersão na esquerda com respeito ao papel e caráter do partido político do proletariado. Nesta realidade avulta o recrudescimento da contradição trabalho-capital. O desenvolvimento objetivo da situação deverá produzir a resposta subjetiva dos trabalhadores, no nível de consciência que for capaz de assumir.

O documento proposto ao debate do 2º Encontro, sem desconhecer as novas realidades da vida social, novas relações de conflitos, novas formas de consciência e luta que vão emergindo, reafirma a centralidade da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, como base social decisiva para um projeto transformador na direção da alternativa socialista. Isto implica, portanto, debate teórico e ideológico, combate político, investigação empírica e sociológica, para não só manter essa perspectiva, mas reafirmá-la no confronto real que tem lugar na atualidade.



Questão de Partido

Transformar efetivamente esse sujeito social em sujeito político central da luta atual.

É exatamente esse o papel do Partido Comunista. Isto nos convoca, portanto, a decisões partidárias no sentido de dar centralidade à intervenção entre os trabalhadores, de melhorar a composição social do Partido com mais trabalhadores, em disputar realmente a hegemonia no seio de suas lutas. Porque, em última instância, trata-se disso: no novo ciclo político que se abriu no país em 2002, levar os trabalhadores a fazerem sua própria experiência política sobre os alcances e limites da atual situação do país e marcharem adiante, para transformações mais de fundo que o Brasil pode trilhar.

Aprimorar a elaboração

A expectativa da direção nacional é de que o documento deverá propiciar um rico debate. Nele, deveremos fazer esforços de situar o problema à luz dos condicionamentos históricos da luta de classes no país, em particular da experiência e consciência alcançadas pelos trabalhadores, seu protagonismo real na luta que se desenvolve no país, sobretudo nos últimos 25 anos, quando emerge outra organização política – o PT – com base nos trabalhadores, que levou Lula à Presidência da República. Particularmente agora, portanto, repõe-se o debate sobre limites e alcances da presente situação política. Novas respostas são necessárias para retomar conquistas dos trabalhadores duramente atingidas no período anterior, de estagnação econômica e predomínio neoliberal, e quanto aos processos de reestruturação produtiva do capitalismo, que marcou fundamente as formas do trabalho e sua super-exploração.

Enfim, deverão se fazer novas experiências de movimento por parte dos trabalhadores. A reforma sindical, nesse sentido, é palco privilegiado de combate por uma



Questão de Partido

concepção unitária e democrática de sindicalismo. O Encontro do PCdoB tem, por isso, clara incidência política sobre a luta atual.

Ao mesmo tempo, deveremos reunir as experiências concretas que já temos de trabalho partidário, e sistematizá-las em novo patamar, para dar-lhes maior nitidez quanto às medidas essenciais para superar a subestimação apontada. Esse é o sentido da elaboração coletiva que queremos realizar no 2º Encontro. Repondo, hoje e sempre, que os trabalhadores são a principal base social de sustentação da luta política pelas mudanças, e seu papel é estratégico para a superação do neoliberalismo, de onde a necessidade de um PCdoB fortemente inserido e estruturado entre os trabalhadores.

(Publicado em 28/2/2005)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



**GRANDES ACONTECIMENTOS DOS
NOVOS TEMPOS**

O Fórum Social Mundial é retrato da época em que vivemos, inclusive no seu caráter de mega-evento. Por isso, falar dele gera, já de saída, uma sensação de inapelável incompletude. Em primeiro lugar, porque ele é a expressão – e resposta – à fragmentação de nosso tempo. Depois, porque ele parece ser quase inapreensível, em um único relance, na totalidade de sua significação enquanto manifestação de consciência crítica, que evolui para um nítido caráter anticapitalista, fortemente contestadora da ordem imperialista vigente. E também porque, na sua 5ª edição, ele está em mutação, de modo até vertiginoso, processo cujos desdobramentos principais estão em aberto.

Mas é preciso falar do Fórum, é preciso falar no interior dele, é preciso tentar transmitir, mesmo que na forma de crônica, algumas de suas características marcantes, transmitir experiências de participação nele. É inequívoco que os poderes midiáticos do mundo não informam, antes desinformam sobre seu significado. Mas nele está contido o novo surto de luta que haverá de alimentar a nova onda de luta por uma ordem social e política que supere o capitalismo. Outras centenas de milhares ou mesmo milhões precisam se apropriar de seus significados e experiências. O Fórum é um relâmpago luminoso que ilumina, num fragmento de tempo, a nossa época. Como disse Walter Benjamin, em *Das Passagenwerk*: “O conhecimento sempre surge em relampejo. O texto é a longa seqüência de trovões que o sucede”.



Na Babel, a Internacional é cantada

Durante uma das tardes ensolaradas, já nos dias finais, na célebre Tenda da Paz instituída como espaço privilegiado do Fórum pelo CEBRAPAZ, dezenas de ativistas nacionais e estrangeiros parlamentavam, descansando entre uma atividade e outra. Aproxima-se uma animada passeata, com cartazes, bandeiras, faixas. Era uma manifestação da delegação coreana, que vinha saudar a Tenda. Bastante performáticos, como parecem ser os coreanos, com um animador ao megafone e uma coreografia ritmada dos participantes, manifestavam algo. Tudo nos era incompreensível, porquanto tudo se dizia e escrevia nessa língua indecifrável para nós.

Não havendo naquele momento quem pudesse com eles entabular uma conversação, assim meio que espontaneamente nos levantamos e instituímos a única língua franca que nos ocorreu no momento: entoamos o hino dos trabalhadores do mundo, a *Internacional*. A confraternização foi geral e efusiva entre todos, que nos despedimos a seguir com congratulações e palmas de parte a parte.

Com a juventude à frente é promissor este movimento

O Fórum foi, antes de tudo, isso: um generoso gesto de confraternização entre ativistas e militantes de todas as causas, a expressar o valor sempre atual da solidariedade entre iguais, irmanados pela certeza de que vale a pena lutar, empenhar energias na luta social e política, como espaço de valorização do humano, ponto elevado da vida social e espiritual de cada cidadão e cidadã. *Um outro mundo é possível* foi bem mais que um mote, mas a seiva comum que alimentava a todos.

Questão de Partido

Uma característica foi muito saliente: a enorme predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, entre os 155 mil inscritos. Provavelmente estavam aí as filhas da geração de mulheres que lutou bravamente pela emancipação feminina, desde os anos 1960. Geração que, junto com a de hoje, protagonizou um dos fenômenos de maior impacto de nosso tempo, que foi a emergência do gênero feminino em todos os terrenos da vida social. Talvez ainda mais sábia hoje, pois aprendeu que já não nos basta seguir lutando pela igualdade de direitos (sempre mais necessário diante das enormes discriminações de que são vítimas, ainda em todos os terrenos), mas também proclamar vivas à diferença entre os gêneros, pois daí nasce a riqueza do patrimônio comum à humanidade.

Como as águas de março, promessa de vida em (nosso) coração, que coisa mais promissora para o futuro da luta se pode querer, quando se vê essa multidão, homens e mulheres, mas principalmente jovens, a buscar rumos para uma sociedade mais justa e fraterna?

Saber ver o novo

Pode-se falar sem medo de errar que as características da diversidade e pluralidade fazem a força do movimento contestatório atual, do qual o FSM é a maior expressão. Inclusive dão-lhe o colorido de que se vê obrigada a falar, muito a contragosto, a mídia mundial monopolizada, sempre para caricaturá-lo. Quem esteve na marcha de abertura, com seu séquito de 200 mil participantes, pôde assistir a centenas (ou seriam milhares, já que se inscreveram 6588 organizações?) de causas e manifestos, cada qual com sua animação, suas bandeiras, suas cores, sua coreografia e performance, a proclamar aspectos – essenciais ou não, mas possivelmente todos imprescindíveis – do que entendem ser necessário para contestar a ordem vigente e afirmar um outro mundo mais solidário, democrático e justo.



Questão de Partido

Frente a essas características da diversidade e pluralidade, não precisa haver ressalvas, inclusive como código de coordenação do Fórum. Essa é a base de sua riqueza. Ele precisa ser compreendido exatamente como o espaço de diálogo crítico entre as diversas instâncias de luta pela emancipação social, respeitando inteiramente a autonomia dos movimentos sociais e reconhecendo neles novos protagonistas, e também de entabular novas interações com a luta na esfera política e suas instâncias próprias, aí incluídos os partidos de esquerda.

Sim, pode e deve haver preocupação com a fragmentação, a pulverização, pois não necessariamente emergirá da consciência espontânea que anima tais causas, um projeto alternativo de nova sociedade. Mas cada coisa em seu tempo: as próprias formas de consciência que se manifestam no Fórum seguirão seu curso de evolução e/ou involução.

A questão das alternativas objetivas à ordem atual, a mais aguda que se pôs já neste 5º Fórum, não prescindirá da teoria e da política, compreendidas como as formas mais elevadas da consciência social. As condições e o tempo em que isso ocorrerá não se pode fixar de antemão – nem a sua inevitabilidade. Tampouco aos soviets, em condições outras de época e caráter, distintas das atuais, era seguro de evoluir para o papel que Lênin soube captar com aguda penetrância. Mas Lênin viu neles algo novo em forma embrionária, e a primeira condição para isso foi saber ver. A segunda foi uma visão estratégica: é de política que se trata quando falamos em superar o capitalismo e política envolve o poder político, o poder de Estado. Cedo ou tarde haverá de se compreender que não é necessário reinventar a roda, mesmo que a nova roda deva ser bastante distinta das experiências do movimento transformador do século XX.



Questão de Partido

É nessa atitude que se distinguirão as visões do Fórum e de sua significação. Se a primeira condição é ver: é preciso participar para ver, é preciso reconhecer os interlocutores para o diálogo crítico. Que se enxergue então a marca mais saliente deste 5º Fórum: a unidade combativa em torno de uma plataforma ainda sem forma acabada, mas pulsante sob qualquer ângulo, e fortemente contestatória.

Porto Alegre não evolui para dialogar com Davos e construir uma nova ordem a partir dessa conciliação, pois isso secaria sua nascente. Por menos que se queira, o fato é que um conjunto de questões centraliza as aspirações de Porto Alegre e elas são marcadamente críticas. Expressam a um só tempo a fortuna do movimento – basicamente sua unidade combativa –, ao lado de seus impasses – porquanto questões programáticas momentosas não motivam ainda convicções e ideais mais claros.

Unidade combativa em construção

Esses pontos estão “moleculando”. A primeira questão é a luta pela Paz. Ela se afirma inconteste e unitariamente. É bandeira global dos movimentos. Reconhece-se não só como questão imperiosa do momento, enquanto fator de resistência, mas também como voltada diretamente ao coração do atual sistema de forças em plano mundial. Com base nela, proclama-se abertamente a condenação do imperialismo norte-americano. Para quem achava que a história havia acabado, ou que as “velharias” do passado não voltariam jamais, eis aí a resposta.

Outra é a questão da democracia. Um novo mundo precisa ser radicalmente democrático, isso é inconteste para todos. Questões novas vão maturando, relativas a como aprofundar o processo democrático na ordem mundial, que implica em restringir os poderes reais infensos a qualquer ordem (finanças, mídia etc). Também no relativo à gestão das sociedades, superando a atual espetacularização da



Questão de Partido

política manietada pelo poder econômico e financeiro. Boas propostas não faltam e podem confluir para uma plataforma comum, beneficiada pelos enormes progressos da telemática, que permitem auscultar democraticamente os anseios da população em tempo real.

Mas o desafio é mais fundo para todos: como superar, objetiva e subjetivamente, os conceitos e preconceitos no terreno da organização política de uma nova sociedade, com respeito àqueles provindos da experiência real de tentativa de superação do capitalismo no século XX? De algum modo, *há uma pedra no caminho*: a negação da política, dos políticos e dos partidos políticos enquanto instrumento, e isso tem a ver com a capacidade de extrair daquelas experiências lições consistentes, que permitam construir um paradigma mais elevado de democracia. Do que se trata é de *negação da negação*, ou seja, da efetivação real de um modelo radicalmente democrático, possivelmente mais complexo e mediado do que as atuais formas liberais-parlamentares.

A terceira “molécula” que vai se gestando na unidade combativa é menos madura, e é precisamente a mais complexa. Gira em torno das questões do desenvolvimento, justiça social, soberania e socialismo. É precisamente o nó górdio de uma alternativa.

Não se parte de zero, muito pelo contrário. A noção de um sistema solidário, com igualdade de direitos entre todos, parece ser base comum. O mesmo quanto à condenação do poder dos monopólios e do imperialismo. Contesta-se mesmo é o capitalismo. Mas a partir daí o horizonte é mais nublado. Abarca desde concordâncias entusiásticas até fortes interrogações com respeito às experiências de novos governos como o de Lula e o de Chávez. Aliás, Lula e Chávez protagonizaram os dois momentos políticos altos do Fórum exatamente por essa eletricidade no ar. As identidades e contrapontos expostos por eles dão matéria



Questão de Partido

para profundo exame dos caminhos, alcances e limites de um projeto que caminhe na direção de uma transformação social mais profunda. Em comum, a afirmação da luta pela integração da América do Sul e Latina, e a construção da alternativa Sul-Sul, para a qual o governo Lula tanto contribui, os caminhos para barrar a Alca, os intentos de conferir desenvolvimento às suas nações.

Mas o tema ainda não teve toda a centralidade necessária no FSM. Porque tanto a democracia quanto os direitos sociais, tanto a liberdade quanto a igualdade, não podem ser pensados fora da temática do desenvolvimento. No fundo da neblina essa é a esfinge à espreita. Quais os caminhos do desenvolvimento? Que peso têm o espaço nacional e a soberania como privilegiados ao pensar estratégico do desenvolvimento, inclusive o espaço dos Estados-nações? Como isso pode se fortalecer hoje com os espaços de integração regional? Como combinar essa estratégia com a luta mundial das nações e povos? Desenvolvimento soberano se tornou a grande bandeira política do tempo, mas está insuficientemente amadurecida no debate atual. Menos mal que, mesmo assim, socialismo e patriotismo permaneçam como referência a todos quantos pensam com consequência nesses caminhos, como se pôde depreender da ovação a Chávez quando fez referências ao socialismo e ao bolivarianismo.

O dilema da alternativa

Sim, o FSM está em mutação. Viverá o dilema da construção da alternativa. Em certo sentido, sem medo e com apego ao sentido de fundo das palavras, é uma crise. Como escreveriam os chineses com seus caracteres, crise é *perigo* e *oportunidade*. Seus problemas são os problemas do tempo, e não podem senão mobilizar as inteligências e vontades de todos quantos julgamos necessário superar a ordem capitalista.



Questão de Partido

Como se pode depreender, o caráter descentrado do FSM não se presta a hegemonias políticas desta ou daquela força política ou organização social. Todos marcam muitos gols e tomam muitos gols, no bom sentido, ao longo da sua jornada. Vai se aprendendo de que juntos, somando forças e consensos, é melhor que separados; em todo caso sempre se pode marchar separados e golpear juntos o inimigo central. É bom que seja assim e não é esse o fator central de impasse, embora, sem dúvida, algum modo de construção coletiva de seu comando haverá de ser constituído para lhe dar seqüência.

Onde reside o epicentro de seu alcance e limite é no terreno da hegemonia cultural ou das idéias. Essa é a mãe de todas as batalhas. O FSM revela que esse processo ainda é eclético e de predomínio da insegurança quanto ao rumo transformador. Estão presentes desde a forte consciência humanista radical até a consciência socialista revolucionária, passando por todas as formas políticas intermediárias- possibilistas, reformistas, revolucionaristas. O ceticismo ainda é forte. Provém sem dúvida da negação do anterior paradigma de revolução social, expressa sob a forma reducionista (para a qual a experiência socialista deu margem) de que não serve a luta política que limitaria a autonomia de ação das organizações sociais, que só se poderia transformar a sociedade após a conquista do poder político, num suposto regime de partido único. Ou seja, a crise da experiência socialista calou fundo.

Daí a batalha central, de fazer amadurecer e atualizar uma teoria contemporânea para a revolução social. Para os que compreendem a centralidade de construir essa hegemonia de idéias e vontades avançadas, importa desenvolver a teoria revolucionária. Porque é de revolução social que se trata, sem medo das palavras. E revolução exige teoria para construir a predominância de idéias e vontades avançadas. O resto se decide na política - a forma e caminho não vão repetir necessariamente o passado, pode



Questão de Partido

até ser mais processual, sempre estará sob o risco do voluntarismo estéril quanto de se tornar refém do pensamento liberal prevalecente em nosso tempo. Mas em todo o caso envolverá rupturas e, sempre, implicará o poder político de Estado para se fazer efetiva.

Dialogando com o FSM, o marxismo pode enriquecer e ser enriquecido

O FSM é palco e laboratório desse pensar teórico. Para os marxistas revolucionários, impõe-se o reconhecimento de que há um número verdadeiramente muito grande e sólido de pontos de partida, na teoria marxista, comprovados pela experiência dos povos. Mas precisam se fazer atuais, para dar conta das características de nosso tempo. O fato de alguns se desfazerem disso não importa – sempre houve e haverá formas intermediárias de consciência política, espontânea e semi-espontânea. Mas é no embate crítico com elas que a teoria revolucionária pode se atualizar.

Nesse processo, é positiva a ampliação dos setores sociais envolvidos na luta - expressão da característica do *capitalismo realmente existente* em nosso tempo -, a par do ecletismo e ceticismo que trazem consigo. Resta resgatar (e reafirmar no processo concreto de luta) a centralidade dos trabalhadores enquanto classe social, para um projeto emancipador da sociedade. Esse o fator crítico da atualidade: fazer dessa classe concreta, sem idealizações ou romantismos extemporâneos, os sujeitos indispensáveis de sua própria emancipação.

Que o FSM siga a realizar prodígios

Na última tarde ensolarada do FSM, na Marcha Mundial contra a Alca, a animadora oficial do comício puxava a palavra-de-ordem *Viva a luta de classes!* Imaginem só! Isso voltou à cena muito antes do que se imaginava. Sim,

Questão de Partido

é de luta de classes que se trata, é do caráter de classe do processo histórico revolucionário de que se trata, se de fato queremos superar o capitalismo e abrir caminho para o socialismo. Sem ingenuidade pueril e sem aventuras infantis. A política se imporá. O outro mundo possível é o socialismo renovado.

Bernardo Bertolucci, em seu último e belíssimo filme *Os Sonhadores*, afirma prestar uma homenagem ao Maio de 1968. Segundo ele, aquela geração foi injustiçada pela história até aqui. Se não levou de fato *a imaginação ao poder*, o fato é que ela marcou profundamente a época e seus frutos se revelam na emancipação das mentes em muitos domínios da vida social e espiritual, como foi o caso da liberação sexual.

O FSM já fez até aqui enormes prodígios. Produziu, entre outras coisas, a maior manifestação mundial de massa contra a guerra em 2004. É uma *nova imaginação* que nasce e se afirma. Se mais não fizesse, já teria marcado indelevelmente nosso tempo. Sem dúvida, a geração que o protagoniza será capaz de seus próprios feitos heróicos. E nisso, se orgulhará de ser a continuidade, para os novos tempos, do heroísmo de tantos que nos precederam, como bem lembrou Chávez ao saudar os lutadores de *velho tipo* que tornam possível para nós, hoje, reafirmar a mesma luta.

(Publicado na Revista Princípios n° 77 de fev-mar/2005).



CONSOLIDAR A DEMOCRACIA INTERNA

Estão abertos os trabalhos do 11º Congresso e, neles, devemos nos dispor a um esforço de aprimorar a democracia interna do Partido. O novo Estatuto apresentado ao debate contém formulações inovadoras em numerosos aspectos, que estarão em debate desde já. Mas é particularmente necessário focar, já no curso das assembléias e conferências do 11º Congresso, os processos eleitorais internos e consolidar práticas indispensáveis a uma efetiva democracia.

Pode-se dizer que deriva de nossa concepção partidária uma democracia de sentido mais profundo e abrangente. Entretanto, isso precisa ser demonstrado na prática, o que implica em fundamentá-la bem perante os amplos contingentes militantes, e realizá-la segundo mecanismos que de fato assegurem esse caráter. Mais que isso, é preciso unificar procedimentos de alto a baixo no Partido, para evitar casuísmos ou maus encaminhamentos. Na prática, se tais mecanismos e procedimentos não são eficientes, pode-se comprometer o próprio princípio.

Quando dizemos que a democracia partidária tem sentido mais profundo e abrangente nos remetemos ao centralismo democrático. No novo Estatuto proposto ao debate do 11º Congresso, desenvolve-se criativamente a noção do centralismo democrático, mantendo a concepção do Partido como um todo uno, com uma única base teórico-ideológica, marxista-leninista. A concepção de unidade é materializada na ação política sob uma única orientação e um único centro dirigente. O centralismo democrático é tratado como fator ativo de promoção da consciência revolucionária dos membros do Partido, e não como veredicto dos que divergem. A democracia interna fica



Questão de Partido

assentada na liberdade de opinião pessoal, indispensável ao fazer permanente da vida partidária. Está, ao mesmo tempo, subordinada a uma disciplina consciente e livremente assumida, que implica na obrigação de cumprir a vontade da maioria, fixada em debate democrático e organizado nas fileiras partidárias, e portanto em defender e difundir as orientações adotadas. A instituição do voto secreto nas eleições internas - essa a tese oferecida ao debate - será fator de aprimoramento democrático e valorização da confiança entre iguais no Partido.

A unidade é um bem fundamental da vida partidária. Deriva da consciência de que o proletariado, em sua luta revolucionária, não tem outra arma senão seu partido de vanguarda, e sua unidade, para enfrentar os confrontos políticos de classe. Dividido, o Partido se fragiliza perante tais confrontos. Sendo expressão de uma única base teórica e ideológica, no Partido Comunista não há lugar para tendências e frações, organizadas à margem da vontade geral do Partido, vontade democraticamente fixada segundo uma institucionalidade regida pelo Estatuto, nossa lei maior.

Eleger direções partidárias submete essa concepção ao seu teste mais elevado e exige conferir-lhe máxima expressão. Trata-se de, nesses momentos, construir coletiva e democraticamente a proposta unitária que melhor responda pelos interesses do Partido, na dada circunstância de cada situação. Esse é o traço distintivo de nosso processo democrático eleitoral, com respeito a outras tradições partidárias. Nossa democracia, por ser mais profunda, é mais complexa na sua realização, e não mais simples. A realização desse pressuposto no processo concreto de cada eleição interna está sujeita a múltiplos níveis e múltiplas mediações, feitos de modo coletivo e transparente. As mediações fazem a ponte entre os princípios e as exigências da realidade concreta. Princípios, concebidos fora de sua aplicação política em cada situação,



Questão de Partido

podem resultar em doutrinário vazio. A tentação de transformar procedimentos em princípios inamovíveis enrijece a vida partidária. E mediações sem as balizas dos princípios podem resultar em pragmatismo.

Dizemos, em síntese, que eleger direções é um processo essencialmente democrático, sob direção consciente e coletiva. Daí a necessidade de regras bem definidas, comuns a todos, de forma a fazer valer a soberania militante sobre a condução do Partido, a torná-lo mais bem apetrechado para cumprir a orientação definida pelo voto da maioria. As normas congressuais apresentadas procuram sistematizar as principais etapas desse processo, e com isso visa a uniformizar procedimentos ágeis e transparentes.

O processo coletivo parte da noção de que o plenário da conferência ou congresso é soberano para eleger aqueles que, em nome de todos, irão governar o processo eleitoral interno - o que cabe à Comissão Eleitoral ou Mesa Diretora. A primeira proposta de integrantes do novo comitê partidário parte da direção cessante, acompanhada de informação quanto aos critérios para sua elaboração, de perfil de cada indicado(a) e justificativa, para melhor atender aos propósitos da orientação do Partido em cada situação.

A soberania militante se expressa ainda em três outros níveis e momentos de mediação, organizadamente. Em primeiro lugar, todo militante pode fazer indicações à proposta apresentada, suprimindo nomes, apresentando outros, fazendo ponderações e exigindo esclarecimentos sobre qualquer nome. Isso pode ser melhor realizado mediante cédula, sem excluir a observação verbal dirigida diretamente à Comissão Eleitoral ou Mesa Diretora. Em segundo, há um tempo próprio para debate em plenário sobre o balanço do trabalho de direção e eleição do novo Comitê, quando os(as) militantes intervêm sobre a



Questão de Partido

proposta apresentada pela Comissão Eleitoral, quanto ao número e composição dos Comitês. Em terceiro, arguindo sobre o parecer final da Comissão Eleitoral quanto à proposta unitária, o número de membros e composição, podendo propor deliberações sobre inclusão de outros nomes segundo critérios a serem estabelecidos por consulta ao plenário.

Segue-se a isso o processo mais intrinsecamente soberano: o do voto livre de cada militante, único, pessoal e intransferível, garantido o quorum para deliberações, sendo considerados(as) eleitos(as) os(as) mais votados(as) em ordem decrescente e até o preenchimento do número de vagas previamente definidas, assegurada em cada caso a maioria simples dos votantes. O novo Estatuto aprimorará esse momento, instituindo o voto secreto, expressão da confiança no coletivo. Para este Congresso, entretanto, vale a lei do atual Estatuto, que proclama um voto aberto, ou seja, identificado. De todo modo, cabe aqui também aprimoramentos processuais, porquanto em plenárias extensas a votação em cédula é mais factível.

Depreende-se que eleger direções partidárias é um processo complexo, onde discrepâncias e ausência de unanimidade são naturais. O que se deve cuidar é de estimular a visão de responsabilidade de todos e de cada um(a) sobre a proposta de conjunto que melhor atenda aos propósitos da orientação partidária. Aí é que reside o conteúdo da democracia, pois significa uma opção consciente em construir coletivamente e eleger a melhor composição que atenda à condução do Partido. Isso supera os limites meramente personalistas ou a visão de que eleger alguém é prêmio, quando na verdade é tarefa de maior responsabilidade. Tampouco se justifica a idéia de que deixar de eleger alguém é anátema, o que na prática pode inviabilizar o esforço renovador do Partido, quando se verifica grande expansão das fileiras partidárias. Por isso, também, não se compreende práticas de cabalar votos,



Questão de Partido

fora do esforço de convencimento perante o plenário, que deve ser devidamente assegurado pelos procedimentos.

O PCdoB este ano realizará cerca de quatro mil eventos entre assembléias de base, conferências intermediárias municipais e estaduais e a plenária final do Congresso. Em todas estará posta a questão da eleição dos órgãos dirigentes, desde o nível primário - secretariado de Organizações de Base - até o próprio Comitê Central. O Partido se abriu mais amplamente à sociedade, numerosos contingentes adentram ao Partido, trazendo consigo concepções baseadas no senso comum. Compreende-se então a importância de assimilar em maior profundidade os elementos da concepção democrática partidária, uniformizar sua aplicação em todos os níveis e aprimorar os procedimentos necessários à sua boa realização.

(Publicado em 21/7/05)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



CONFLITOS DA VIDA PARTIDÁRIA

Há com mais freqüência que o imaginável, na vida interna do Partido pelo país, situações de quebra de relações de confiança política em coletivos dirigentes. Essas situações têm sido responsáveis pelos principais atrasos na vida partidária, levando a divisões, exclusões e comprometimento dos projetos políticos e eleitorais. Mesmo neste 11º Congresso, pode-se dizer que os Estados mais retardatários na mobilização são os que tem por base tais situações.

A quebra de relações de confiança política é precedida e acompanhada inevitavelmente de lógicas facciosas no trabalho de direção, em diferentes graus, que se instalam em todos os poros da vida partidária. Segundo essa lógica, o problema é sempre o outro lado: se excluído o outro, os problemas estariam resolvidos. Por exclusão aqui, entenda-se desde sanções disciplinares (em geral são propostas em grau máximo), até a constituição de uma direção com um lado só.

Quase sempre, a fenomenologia dessa situação envolve a presença de disputas pessoais, em torno de projetos pessoais ou até mesmo ambições políticas descabidas. Em geral têm a ver com projetos eleitorais. Quando envolve parlamentares, quase sempre está presente o personalismo excessivo, a propensão a não prestar contas do mandato ao coletivo partidário, ou se sentir acima dele. É o que foi afirmado no projeto em discussão do 11º Congresso: quer se impor a soberania pessoal sobre o mandato, o que certamente não é aceito pelo corpo de militantes que o ajudou a eleger.



Questão de Partido

Há também o problema quando da participação em instâncias de governo. Diferentemente do mandato parlamentar, onde existe clara pressão da base eleitoral do parlamentar, na participação em governos esse controle não existe ou é bem menor. Existe, sim, por outro lado, a pressão pela autonomização do detentor de tais cargos, ou por ficar sujeitas ao projeto do executivo. Por isso, previsivelmente os conflitos políticos no interior do Partido se ampliaram quando essas participações em governo não são corretamente acompanhadas pela direção partidária.

Quando as disputas envolvem quadros que ocupam papéis dirigentes centrais, a receita é quase infalível: o partido marcha ou para uma divisão, ou para a paralisia. Quase sempre se afasta da ação política de massas, seu crescimento fica comprometido e o trabalho partidário em geral fica estiolado.

O que é menos visível, mas igualmente falso, é querer equacionar tais situações com práticas sectárias, autoritárias ou mandonistas de direção. Ao contrário, tais práticas agravam os problemas, aprofundam a lógica facciosa, e tende a deixar inerte o corpo militante, nas mãos dos quais devíamos pôr os destinos do Partido em tais situações de disputas e divisões.

Pode-se dizer mesmo que tais práticas estão na base de outra fenomenologia que leva ao estiolamento da vida partidária. Partido de porteiros fechadas, com direções de atitudes estreitas (política ou ideologicamente) e tacanhas, com cultura política atrasada, métodos falsos, causam prejuízos importantes ao Partido. Deixa de atrair para suas fileiras lideranças expressivas, pois pressente-se que o partido tem dono. Não devíamos ser mais indulgentes com essa concepção e prática: elas andam em geral de mãos juntas.



Questão de Partido

Dizemos, com razão, que se deve pôr sempre a política no posto de comando. Princípios, destituídos de sua aplicação política concreta, resultam em principismo estéril. Mas daí não deve derivar que podemos nos bastar com uma justa política no processo de estruturação partidária. Ela é condição indispensável, mas não suficiente. Além dos conteúdos ideológicos e da linha organizativa, cumpre reparar também nos métodos e estilo de direção.

Estamos percorrendo ainda um caminho aberto lá atrás, no 8º Congresso: persistir no caminho de um partido revolucionário, classista, norteado pelo centralismo democrático, ao mesmo tempo renovar práticas e concepções, livrar-se de visões dogmáticas e voluntaristas. Isso tem tudo a ver com o novo Estatuto em debate, e com a necessidade de dotar nossa organização política de um repertório mais vasto pela estruturação partidária, que não se basta com fórmulas simplistas e repetitivas. Essa é uma condição, inclusive, para melhor combater tendências pragmáticas, liberalizantes e burocratizantes, justamente postas em evidência central nesta fase histórica, extraíndo conseqüências da idéia de um partido para um período de acumulação estratégica de forças.

Isso quer dizer que a vida partidária precisa adquirir cultura política mais avançada. É necessário maior institucionalidade democrática e mais firmeza de procedimentos de respeito a normas da vida partidária, perante a conflitividade nas relações internas, inclusive para não resvalar no pragmatismo político. Nisso vai incluído também proferir respostas mais precisas a certas questões: por que mesmo alguém deve permanecer décadas a fio em uma mesma função de direção? Por que deve ser tão dificultoso substituir alguém em funções de direção partidária? Por que alguém deve pôr interesses pessoais acima dos interesses definidos pela maioria, segundo nosso contrato político livremente aceito? Por que, pelo outro lado, alguém deve se sentir constrangido em



Questão de Partido

expressar suas opiniões próprias e mesmo seus anseios políticos? Por que a militância devia aceitar métodos mandonistas ou caciquistas de condução das questões partidárias?

Algumas outras questões poderiam ser formuladas. Mas que não se caia na tentação de encontrar essas respostas à margem de uma mediação política, constitutiva de um projeto político coletivo. Essa talvez a principal responsabilidade das direções. A elas cabe perseguir a unidade partidária, mesmo à custa de desprendimento pessoal de seus integrantes, já que foram eleitos por todos precisamente para fazer valer o interesse da maioria.

Uma coisa é certa: a realidade que temos no Partido foi construída em muitos anos e construída por todos. Avanços vêm sendo constatados, mas também insuficiências, como se revela nestes últimos anos em alguns comitês estaduais. A desconstrução de práticas atrasadas, defasadas das exigências, também poderá ser obra mais ou menos prolongada, a depender da compreensão que tenhamos. Certamente ela precisará ser de todos os militantes. Envolve também luta de concepções e métodos adequados, participação do coletivo nas decisões. Mas não pode se atrasar. É com base nisso que se pode reforçar aquela confiança política indispensável a um organismo de direção.

(Publicado em 01/09/05)



Digressão... De Lênin, em 1919, em O Esquerdismo, doença infantil do comunismo

Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como pode ser comprovada? Como pode ser reforçada? Primeiro, pela consciência de classe da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua tenacidade, abnegação e heroísmo. Segundo, por sua capacidade de vincular-se, de estabelecer o mais íntimo contato e, digamos, de fundir-se, em certa medida, com as mais amplas massas de trabalhadores, em primeiro lugar com o proletariado, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Terceiro, pela justeza da direção política que essa vanguarda exerce, pelo acerto de sua estratégia e tática políticas, sempre que as amplas massas se hajam convencido, por experiência própria, de que são justas. Sem estas condições é impossível lograr disciplina em um partido revolucionário verdadeiramente capaz de ser o partido da classe avançada, cuja missão é derrotar a burguesia e transformar toda a sociedade. Sem estas condições, inevitavelmente malogram todas as tentativas de implantar a disciplina e terminam em fraseologia. De outra parte, estas condições não podem surgir de repente. Só se formam mediante esforços prolongados e uma dura experiência. Sua formação é facilitada por uma teoria revolucionária acertada que, por sua vez, não é um dogma, senão que só adquire sua forma definitiva em estreita vinculação com a atividade prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.



**NOVO ESTATUTO PARA UM PCdoB FORTE,
DISCIPLINADO, COMBATIVO E TRANSFORMADOR**

O Projeto de Resolução Política invoca a questão de um partido revolucionário para o tempo presente, tempo de acumulação de forças para renovar e reconstruir a alternativa socialista. O novo Estatuto está a serviço disso. Em seu cerne estão postas questões essenciais a esse percurso: um Partido Comunista de reafirmação da perspectiva revolucionária, com firme unidade de suas fileiras, tendo por sustentação uma forte estrutura de quadros avançados. Só isso poderá permitir afirmar o PCdoB com amplas fileiras militantes, influente no cenário político, com extensa base de massas. Partido apto a articular a intervenção avançada nos palcos da luta de idéias, da luta social e da construção de amplas frentes políticas e atuação no âmbito de governos, indispensável à construção da hegemonia de forças avançadas por um novo projeto para o Brasil e pelo socialismo. O Estatuto deve propiciar o fortalecimento político, ideológico e orgânico do PCdoB, acentuando os elementos de preservação contra as tendências pragmáticas e burocratizantes.

Um novo Estatuto para o PCdoB é uma necessidade. Completam-se 20 anos de atuação legal do PCdoB nas condições do país. Este é o mais longo período institucional de prevalência de democracia política, que se aprofundou com o governo Lula. Sob a égide da Constituinte de 1988, conquistamos maiores liberdades de organização partidária sem ingerência direta do Estado.

Foram duas décadas de rica e variada experiência política para o povo brasileiro e para o Partido, desde o grande afluxo do movimento de massa que leva ao fim da ditadura



Questão de Partido

militar, coroado com a Frente Brasil Popular em 1989, até os anos de refluxo com a ofensiva neoliberal. Venceu, nesse caminho, a orientação política do Partido, com a vitória de Lula em 2002, em aliança com o PT e outras forças políticas e sociais, em busca da afirmação nacional, das liberdades e dos direitos sociais dos trabalhadores. Nesse período, ao lado da luta política pela união de largas forças e da luta de massas, o Partido atuou com mais destaque na luta institucional, ocupando posições de governo em diversas esferas de administração, inclusive com cargos eleitos sob sua legenda.

Foram igualmente anos de profundas opções ideológicas, postas à prova com a queda do Muro e a poderosa ofensiva anticomunista, ainda remanescente no plano das perspectivas. Resistimos, com base nas opções feitas desde 1962 e renovadas no 8º Congresso em 1992. Persistimos na defesa de nossa identidade comunista e nos dispusemos a um esforço antidogmático, refletindo as exigências da luta política de classes nas condições próprias de nosso país, num mundo cada vez mais interdependente e em mudanças.

O fortalecimento do Partido nesses anos foi fruto dessas opções. Nelas se combina o sentido de permanência de uma corrente transformadora classista, marxista e revolucionária, com uma organização militante, com o sentido de renovação, como chave para sinalizar a sociedade mais amplamente sobre nosso projeto político e sobre a possibilidade de o PCdoB ser efetivo instrumento de ação militante de amplos contingentes sociais e posto de formação da consciência política avançada de cidadãos e cidadãs que são membros do Partido. Tributários da genial resposta leninista em renovação do marxismo em seu tempo, e da grande experiência revolucionária do século XX, queremos trilhar caminhos originais, sem modelo organizativo único de Partido, renovando



Questão de Partido

concepções e práticas para atender aos problemas de nosso tempo, de nosso povo e de nossa tradição de lutas.

Esse é um processo em curso desde o 8º Congresso. Agora o novo Estatuto proposto ao debate dá um passo avançado nessa direção. Recupera o atraso relativo em nosso esforço, que nesses 20 anos fez apenas alterações tópicas no Estatuto, em três ocasiões. Nosso debate completará assim um ciclo, para dar consistência maior à nova fase de acumulação estratégica de forças definida no Projeto de Resolução Política do 11º Congresso.

Na proposta de novo Estatuto se recolhe e sistematiza essa trajetória. Para elaborá-lo, o percurso foi o de consolidar o que se revela permanente em nossa concepção partidária, aprimorar com base na nossa experiência prática e inovar, para dar conta das exigências atuais da luta de classes, nas condições de nosso país.

Estatuto de partido político expressa sempre concepções que lhe são subjacentes. Em nosso caso, elas são explícitas e assumidas. Querermos originais, para nós, quer dizer seguir sendo firmes na defesa das concepções leninistas, de princípios, ao mesmo tempo flexíveis quanto ao modo de implementá-los e desenvolvê-los para a realidade de nosso povo e nosso país. Por isso, o novo Estatuto tem em seu âmago a reafirmação aprimorada do centralismo democrático, como princípio diretor da estruturação e funcionamento partidário, inclusive renovando instrumentos para garantir e preservar a unidade de ação política e disciplina de todo o Partido.

A forma adotada é a de que o Estatuto deve falar por si, expressar francamente como pensamos e praticamos nossa vida interna. Algo cuja leitura não seja árida e cujo estudo designe com objetividade, perante os novos contingentes militantes que ingressam no Partido, como nos estruturamos e como funcionamos. Por isso, não se optou



Questão de Partido

por um caráter sintético, com centro apenas na normatividade. Deve-se a isso o aspecto fortemente valorativo que impregna o texto, a designar não apenas as normas, mas também o caráter de ser militante comunista, e adentrando até mesmo em componentes da política de estruturação partidária para a atual etapa.

Com a opção feita, o Estatuto partidário deixa de ser peça referida basicamente à esfera ideológica, irreduzível. Poderá ser passível de alterações a cada Congresso, ou complementado por normas e regimentos, aprimorando experiências e respondendo a novos fenômenos, sempre que for conveniente. Partido Comunista não tem pressupostos a-históricos, é coisa viva, reage ao tempo e à luta, e por isso carece de desenvolvimentos permanentes, na concepção e prática.

Disso, e também das disposições da legislação vigente no país, resultou a proposta em debate. Algumas de suas principais características, nos termos da dialética de consolidar, aprimorar e inovar foram:

1. A noção do Partido enquanto uma comunidade de filiados, militantes e quadros, associados em bases conscientes e livres, concebendo o Partido enquanto instrumento de constituição de compromissos militantes, estruturado como um sistema de organizações. Militância é e será cada vez mais uma marca distintiva para os partidos conseqüentes de esquerda e por isso queremos valorizá-la. Institui-se uma nova compreensão dialética da relação entre filiados, militantes e quadros, segundo deveres e direitos diferenciados e graus crescentes de responsabilidades, que se vão constituindo progressivamente. Trata-se o(a) filiado(a) como uma espécie de candidato(a) a membro, mas com direitos líquidos e certos a participar das reuniões do Partido e votar sua orientação, garantido pelo Estatuto, pela legislação do país e no interesse do Partido. Fixa-se o



Questão de Partido

dever em contribuir financeiramente com o Partido, vinculando essa obrigação ao direito de eleger e ser eleito, materializado mediante a instituição da Carteira Nacional do Militante. Designa-se maior compromisso da militância com a estruturação do Partido, expresso na condição de militar regularmente em uma organização partidária, estudar, divulgar e contribuir. E institui-se a noção de quadros partidários, como esteio maior e coluna vertebral para a manutenção de caráter do PC. Inovou-se o critério de filiação de lideranças políticas, e instituiu-se a figura da filiação interna para dar conta do ingresso de figuras impossibilitadas por lei de fazê-lo publicamente.

2. Desenvolve-se a noção do centralismo democrático, mantendo a concepção do Partido como um todo uno, com uma única base teórico-ideológica, marxista-leninista. A concepção de unidade é materializada na ação política com uma única orientação e um único centro dirigente. O centralismo democrático é tratado como fator ativo de promoção da consciência revolucionária dos membros do Partido, e não como verdugo dos que divergem. A democracia interna está assentada na liberdade de opinião pessoal e na obrigação de defender e difundir obrigatoriamente as decisões partidárias. A instituição do voto secreto nas eleições internas é fator de aprimoramento democrático e valorização da confiança entre iguais no Partido.

3. Aprimora-se a disciplina partidária como processo em permanente construção, de responsabilidade individual e coletiva, no mais estrito e integral respeito à institucionalidade partidária. Constitui-se equilíbrio entre a instituição e a individualidade do(a) militante, dando garantias processuais a um e outro, aprimorando a tipificação e a processualidade das sanções disciplinares, preservando o Partido das pressões oportunistas pragmáticas. As sanções disciplinares são concebidas como sentenças políticas singulares para cada situação, sempre



Questão de Partido

no espírito de educar o(a) sancionado(a) e o coletivo para a questão fundamental da unidade do Partido.

4. Há completa renovação da obrigatoriedade das contribuições financeiras obrigatórias ou especiais dos membros do Partido, segundo seu grau de responsabilidade. Institui-se a anuidade como forma de contribuição a ser gerida pelos Comitês Estaduais, dando direito à Carteira Nacional de Militante, expedida anualmente pelo Comitê Central e fator comprobatório da condição de eleger e ser eleito no Partido. Com isso se retoma em bases exequíveis a obrigação de todo o Partido sustentar a atividade da direção nacional e diversificar as fontes de receitas. Mantém-se e se aprimora o sistema de arrecadação nacional para todos os quadros dirigentes a partir de Comitês Municipais nas maiores cidades do país (por enquanto), e para os que exercem mandatos públicos em representação do Partido.

5. A estruturação do Partido é concebida desde o vértice até a base, própria de uma formação de combate que tem a consciência teórica e ideológica em plano fundante. As instâncias, organismos e órgãos de direção, são aprimorados em sua definição, e seus papéis são mais definidos institucionalmente. Inova-se no reforço dos mecanismos de consulta horizontais – Conferências, Encontros e Fóruns - que estimulem a participação militante na elaboração da linha partidária e possibilitem conferir a complexidade exigida ao trabalho de direção partidária. Aprimora-se democraticamente as convenções eleitorais como formas particulares de conferências, inclusive na instância nacional, antes inexistente. Consolida-se a idéia de planos de estruturação partidária como modo regular de cuidar melhor e permanentemente da estruturação partidária.



Questão de Partido

6. Há maior flexibilidade nas formas organizativas pela base, em correlação com o perfil e caráter mais largo de sua militância e, como decorrência, há inovação com respeito aos comitês distritais e instituição de outras formas de comitês sob direção dos comitês municipais. Reafirma-se o eixo estruturador - trabalhadores, juventude e intelectualidade -, adotando formulações organizativas novas e flexíveis em cada um deles, mas centralizando a noção de relações de trabalho como critério mais destacado para organizar a militância. Institui-se os *coletivos* como forma organizativa excepcional para abarcar de modo flexível estratos determinados de militantes, e aprimora-se a organização da juventude. Há uniformização do tamanho dos comitês partidários e uma relação aprimorada do trabalho de direção entre comitês, comissões políticas e secretariados, fixando o papel do(a) Presidente em cada instância, bem como a introdução obrigatória do(a) vice-presidente.

7. São desenvolvidas e inovadas as normas para a ação política de massas do Partido. Fixou-se a obrigatoriedade de todo sindicalista comunista atuar sob a Corrente Sindical Classista. Instituiu-se uma Conferência Nacional regular sobre a Questão da Mulher e um Fórum Permanente da Mulher do PCdoB. Consolida-se a original experiência da atuação obrigatória dos jovens comunistas em reforço da UJS. Para todas essas frentes aprimora-se o instituto das *frações*.

8. Foi regulado o papel dos comunistas no exercício dos cargos públicos, eletivos ou comissionados, indicados pelo Partido. Suas obrigações são diferenciadas para com o Partido, para fazer frente às pressões próprias desse tipo de atuação. Formula-se uma definição, ausente até então, do papel das bancadas enquanto órgãos do Partido dirigidos pelas comissões políticas, exigindo regimento



próprio.

9. Numerosas frentes de trabalho passam a ter referência estatutária: a esfera da imprensa partidária, seu papel estruturante na vida do Partido, a obrigação de todos em sustentá-la e difundi-la; a posse de assinatura do órgão central como fator comprobatório alternativo de estar em dia com a contribuição financeira obrigatória; melhor definição do IMG – Instituto Maurício Grabois como instrumento de trabalho voltado para a intelectualidade avançada e sob o qual se estrutura a Escola Nacional do Partido; a normatividade da administração do patrimônio do Partido e o aprimoramento das funções da Comissão de Controle, inclusive em seu papel de Conselho Fiscal, indispensável na institucionalidade partidária.

10. O novo Estatuto vai exigir normas, regimentos e resoluções para sua implementação, A concepção foi o de fixar o máximo de definições no próprio Estatuto, reduzindo ao mínimo a necessidade de normas complementares. Objetivamente, estas se referem apenas:

- a. ao trabalho de finanças, dispendo sobre a partilha do fundo partidário e demais recursos arrecadados das diversas fontes, bem como sobre o montante das contribuições especiais dos detentores de cargos públicos;
- b. composição, funcionamento e funções dos integrantes dos órgãos de direção;
- c. regimento da Comissão de Controle;
- d. regimento da bancada parlamentar;
- e. norma para participação em governos. A idéia é já ir produzindo tais complementos, com as respectivas secretárias.

Buscamos um Partido Comunista de princípios, avançado e em sintonia com o tempo presente em nosso país. O novo Estatuto, em sua aplicação e desenvolvimento criativos, é instrumento para esse percurso. Sem dúvida, ensinará



Questão de Partido

outros desenvolvimentos, quer sob o aprimoramento propiciado pelo debate coletivo, quer pelas normas, regimentos e resoluções ulteriores do Comitê Central que materializem suas premissas.

Aprovado neste 11º Congresso, deveremos tê-lo bem presente no cotidiano do Partido. Se se alcançou sistematizar por escrito o que fazemos na vida partidária, devemos passar a fazer do modo como está escrito, para tirá-lo do âmbito das coisas diáfanas, e confrontá-lo com a concretude dos desafios do curso real da luta. É isso o que buscamos: um Partido que diz o que pretende e faz aquilo que diz coerentemente, para merecer o respeito dos trabalhadores e de largas parcelas do povo brasileiro.

“A Comissão de Redação do Estatuto partidário indicada pelo Comitê Central 25/6/05.”



Parte 2:

A CENTRALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



**ESTRATÉGIA E TÁTICA DO PCdoB
E O NOVO PROJETO PARA O BRASIL¹**

Renato Rabelo*

Reveste-se de grande importância a realização deste 1º Encontro Nacional Sobre Questões de Partido, que pode jogar papel fundamental na nossa organização. Na construção política, ideológica e organizativa do Partido, a política é a seiva permanente de sua sustentação. Assim como a árvore, que precisa, constantemente, de seiva para sobreviver, o Partido, através da ação política, intervém e exerce sua ação consciente na transformação da realidade. Sem uma política justa, correta, calcada na realidade, é impossível ao Partido crescer, se expandir e alcançar seus objetivos.

A ação partidária ocorre num tempo determinado e num quadro de relação de forças dado. Em decorrência disso, o partido é um organismo vivo que pode crescer ou sofrer involução, alcançar o êxito ou perecer.

A política deve ser justa. Deve ser a síntese dos nossos ideais e objetivos, aplicados a uma realidade que precisamos conhecer em profundidade - a análise concreta da situação concreta, a que se referia Lênin. Sem uma política justa, direcionada para nossos objetivos programáticos, não há fortalecimento e nem unidade do partido. Sem uma política correta, nossa unidade pode se enfraquecer. Aqui reside a relação essencial da nossa política com a construção partidária.

Do ponto de vista comunista, mais precisamente, a política é justa quando a tática não se desliga da estratégia,

¹ Intervenção no 1º Encontro sobre questões de Partido (5/3/2004).



Questão de Partido

quando a tática está em harmonia com o objetivo maior, estratégico. O sentido estratégico, a razão de ser do Partido Comunista, é superar os marcos da sociedade capitalista. Portanto, nossa estratégia expressa um objetivo revolucionário e nossa tática é o meio de alcançá-lo. Esta é a relação entre reforma e revolução: reforma não é um fim em si mesmo, mas se subordina ao objetivo revolucionário. A tática se subordina à estratégia.

A estratégia e a tática do Partido

O nosso Partido tem sua estratégia atual definida no Programa¹ aprovado em nossa 8ª Conferência, em 1995, cujo núcleo está contido em seus itens 33 e 35. Este, "não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase de transição do capitalismo ao socialismo" (não o socialismo pleno, portanto). Iniciar essa transição requer o alcance do poder político por forças interessadas e capazes de realizar esse trânsito. Esta é uma ação revolucionária - o nível e o conteúdo da revolução no Brasil, na visão do nosso Partido.

¹ Dizem os itens 33 e 35 do Programa Socialista, "Construindo o Futuro do Brasil", aprovado na 8ª Conferência Nacional do PCdoB, realizada em 1995:

"33. A fase da transição preliminar do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações indispensáveis. Nesta primeira fase não haverá confiscação geral, socialização total, expropriação generalizada. As medidas radicais, ligadas às exigências iniciais da construção socialista, terão cunho parcial. Em qualquer circunstância, será respeitada a propriedade pessoal conseguida com esforço próprio, honesto. (...)"

"35. O presente Programa não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho da luta para alcançar o poder na situação atual, pressuposto básico para a execução do Programa".



Questão de Partido

A tática deve ser adequada aos diversos períodos históricos e assim deve ser entendida. Em sua evolução recente, ela tem o sentido de aproximação com o objetivo estratégico. Isto consiste em reunir condições, "acumular forças" para alcançar a primeira fase de transição do capitalismo ao socialismo. De forma mais simples e didática: uma tática de acumulação e aproximação.

Na luta contra o regime militar de 1964, o objetivo era a redemocratização; e o centro tático o fim do regime militar. No pós-ditadura militar, ampliar a democratização; mas, com a derrota da Frente Brasil Popular encabeçada por Lula, em 1989, o objetivo tático passou a ser dirigido contra a aplicação do projeto neoliberal e pela defesa de um novo rumo para o Brasil. O centro era a derrota das forças políticas protagonistas do projeto neoliberal. A vitória de Lula em 2002 marca o fim dessas fases (fim do regime militar, derrota do governo FHC), o que constitui êxito de sentido estratégico. Novas forças assumem o centro do poder e se abre novo ciclo político em nosso país - ciclo em que vivemos atualmente.

Em 2003 reunimos o Partido numa Conferência Nacional e definimos a tática atual. Nosso objetivo: trabalhar - já que somos força partícipe do governo - pela vitória do programa mudancista, contemplando desenvolvimento nacional, defesa da soberania, da democracia e do progresso social. O centro de nossa tática é atuar pelo êxito do governo Lula na condução desse novo projeto. O êxito de sentido estratégico da fase atual consiste no alcance da aplicação desse novo projeto, que significa superação dos marcos do sistema neoliberal vigente.

Desafio da construção do novo projeto

Para a construção do novo projeto que substitua a orientação neoliberal, devemos considerar a singularidade



Questão de Partido

e as particularidades da situação atual. Tal análise não objetiva justificar políticas adotadas a partir das dificuldades encontradas, mas situar melhor o nível real da batalha política em curso. Se não compreendermos o nível dessa batalha, podemos nos perder no conjunto das inúmeras lutas que travamos.

O singular é que a luta política levou à formação de um governo democrático, de sentido progressista, numa coalizão de amplas forças, sob a direção de uma força moderada que imprime um sentido de dualidade ao governo. A vitória de Lula se deu numa situação interna carregada de grandes constrangimentos e impasses e de manutenção de forte poder dos setores conservadores. A situação internacional é caracterizada por uma ordem mundial predominantemente unipolar e por intensa concentração e centralização do capital e da riqueza. Existe um crescente movimento de resistência, mas ainda sem uma possibilidade imediata real de transformação revolucionária.

Não é pequena a dimensão do desafio que se nos apresenta. Hoje, na construção do novo projeto nos encontramos diante do seguinte entroncamento: esgotamento da chamada "era Vargas" (o nacional-desenvolvimentismo), fracasso do plano Cruzado, na década de 1980, e predominância, entre economistas e burocratas - apesar dos estragos que vem causando -, do modelo "estagnacionista". O professor Paulo Nogueira Batista Filho caracteriza esse modelo como o medo de crescer e como a orientação de política econômica essencialmente hostil ao desenvolvimento, adotada desde o final da década de 1980.

Mesmo no âmbito do governo se reflete esse dilema acerca do projeto a seguir. Prevalece, na prática, uma orientação macroeconômica que cria dificuldades ao desenvolvimento, apesar de existirem pólos importantes voltados para uma



Questão de Partido

saída desenvolvimentista, como o BNDES, os ministérios das Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento Nacional. E, ainda, há no seio do núcleo central divergência quanto à linha de desenvolvimento a ser adotada. A atual orientação macroeconômica é o entrave principal à retomada do desenvolvimento mais rápido e acentuado que o Brasil requer e à abertura do caminho para o novo projeto. A concretização do novo projeto de desenvolvimento, contudo, não significa a consecução imediata de um projeto de cunho democrático-popular que leve à transição ao socialismo. Trata-se da busca de um projeto de desenvolvimento de caráter nacional, democrático, progressista, dentro das condições temporais de um capitalismo nacional.

No atual patamar da luta pela mudança, da luta pela implantação da transição à alternativa de novo projeto, o centro do debate deixa de ser a manutenção da orientação ortodoxa da política macroeconômica no começo do governo. Naquele período inicial, as adversidades para a governabilidade eram grandes e, de certo modo, justificaram as medidas "amargas". Atualmente, o centro do debate é a consolidação da política macroeconômica vigente versus a sua negação e insustentabilidade. Isso se reflete na discussão sobre Estado soberano ou mercado onipotente; autonomia na política econômica ou preceitos do FMI; hegemonismo e unipolaridade ou multipolaridade; rentismo ou produção; credibilidade do mercado ou credibilidade do povo etc.

Os dados da economia real (desemprego elevado, queda da renda e do consumo), a evidência do PIB negativo de 2003 e o insucesso da relação dívida/PIB (a diminuição dessa relação é o objetivo central que os condutores da área econômica dizem perseguir, mas em 2002 era de 56,5% e em 2003 aumentou para 58,2%, mesmo com superávit primário cavalari de 4,3%) - tudo isso elevou



Questão de Partido

mais ainda a intensidade do debate, inclusive dentro do governo. Até mesmo a justificativa da política econômica conservadora vigente é mais ideológica do que técnica - é produto da luta ideológica e política atual.

A indicação concreta do novo projeto (sua aplicação preliminar), que supere os limites da ortodoxia liberalizante, é, antes de tudo, uma escolha política. A vasta maioria da nação anseia por desenvolvimento, por emprego. Não quer também, é certo, a volta da inflação.

O fator tempo, portanto, passa a ser um ingrediente primordial para a reorientação da política econômica. Isso porque se inicia a segunda metade do mandato governamental, ocorre neste ano o primeiro embate eleitoral em todos os municípios e, especialmente, o governo vive a sua primeira crise política - transformada em crise de governo.

A oposição, que parecia inerte (e não se restringe ao âmbito do Congresso Nacional), procurou atingir o núcleo do governo e o PT. Toda a grande mídia, junto com os partidos de oposição conservadora, procurou dar grande dimensão ao escândalo Waldomiro, exigindo verdadeira investigação política do governo. Tenta liquidar uma peça-chave da equipe do Planalto: o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. Parece que o pior vai passando, mas não se pode desconhecer o clima de instabilidade política ainda presente, requerendo respostas que assegurem a confiança no governo (segundo pesquisas, ainda se mantém a confiança da população em Lula).

A predominância, ainda no governo Lula, da ortodoxia macroeconômica - com seu curso contraditório - não é determinante para se concluir, desde já, a inviabilidade da consecução de um novo projeto voltado para a soberania e a democracia. Quatro anos de mandato é um tempo exíguo



Questão de Partido

para a realização do novo projeto. Mas, diante das condições objetivas e subjetivas da realidade atual, pode ocorrer sua indicação e sinalização, numa fase que abra caminho, lançando as pontes para a sua implementação - embora não para a concretização do próprio projeto. O governo Lula pode, portanto, abrir caminhos, lançar pontes.

A exigência de uma denominada "agenda positiva" demonstra nitidamente tornar-se premente a sinalização da mudança; mudança que consiste na retomada do caminho do desenvolvimento, na criação mais rápida de postos de trabalho e na elevação da renda dos trabalhadores.

Nosso Partido já apresentou, em documentos da Comissão Política e em resoluções do Comitê Central, propostas que indicam o novo rumo de que o país necessita. Eis alguns destaques:

- Reorientar a política econômica, mudando as bases de sua sustentação (juros elevados, superávits primários pesados e livre circulação de capitais justificados pelo alcance de metas de inflação - 5,5% irreais para a realidade do país);
- destravar os investimentos públicos e privados, ampliar o crédito, baixar acentuadamente os spreads bancários;
- dar aumento real ao salário mínimo (que atinge, de certa forma, 80% da população), ampliar o mercado interno;
- sustentar o plano de investimento em infra-estrutura do BNDES, garantir desfecho favorável ao projeto PPP, aplicar política industrial desenvolvimentista;



Questão de Partido

- sustentar o esforço de diversificação comercial e de aumento das exportações;
- sustentar a política externa brasileira, apoiar e reforçar a parceria com a Argentina, via Mercosul;
- apoiar o presidente Lula no esforço de renegociar o acordo com o FMI (garantindo autonomia para a política econômica e deixando de considerar o investimento como despesa);
- sustentar a formação da maioria política no âmbito do Congresso Nacional, destacando, inclusive, o papel do PMDB na garantia de governabilidade para a aplicação de uma política desenvolvimentista, soberana e democrática;
- aprovar uma reforma política democrática, que reforce a liberdade partidária e a democracia (a reforma política não pode ter por objetivo reforçar os partidos grandes e dificultar a existência dos demais).

Reconhecemos a preocupação e o esforço do presidente Lula na busca de uma saída para o desenvolvimento, como alternativa ao projeto neoliberal. Suas iniciativas no sentido de renegociar o acordo com o FMI, sustentar parcerias estratégicas com países em vias de desenvolvimento, aprofundar a relação com a Argentina e a Venezuela, investir na construção civil, ampliar o crédito e ampliar os programas sociais. Mas é preciso sinalizar com medidas para superar os verdadeiros entraves ao rápido desenvolvimento, ao novo projeto. A atuação do movimento social, que representa os anseios e interesses do povo e dos trabalhadores e é um aliado fundamental - e não temporário -, do governo Lula, é uma base determinante para impulsionar a mudança.



Questão de Partido

O desafio histórico do nosso Partido, nas condições atuais, é relançar, vincar a corrente revolucionária fundada por Marx e desenvolvida por Lênin e outros grandes revolucionários. Um desafio gigantesco, após a derrota das primeiras experiências socialistas. Nosso êxito de sentido estratégico consiste no êxito do governo Lula na condução do novo projeto de desenvolvimento voltado para a soberania, a democracia, os direitos do povo. No entanto, considerando o vínculo da nossa tática com a nossa estratégia, o êxito do governo não significa o fim do nosso objetivo estratégico, mas um meio para nos aproximar do objetivo maior - a transição do capitalismo ao socialismo, nas condições do Brasil. Esse é o caminho da construção política profunda e sustentada do PCdoB, via imprescindível para seu verdadeiro fortalecimento e para o cumprimento de sua grandiosa missão histórica.

*** Renato Rabelo**

Presidente Nacional do PCdoB.



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



FORÇA DECISIVA DA REVOLUÇÃO E DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

João Amazonas *

“Que questões precisam ser respondidas hoje para atualizar a teoria do Partido como organização de vanguarda revolucionária?”

A derrota do socialismo na União Soviética e nos países do Leste europeu vem sendo, pouco a pouco, examinada com certa profundidade. Os aspectos teóricos e políticos aparecem com mais freqüência na avaliação dos erros cometidos. Não se tem dado, porém, maior atenção aos desvios da concepção marxista de Partido, que ocorreram em vários países. Segundo os clássicos, o Partido é a força decisiva da revolução e da construção do socialismo.

Marx iniciou sua grande obra teórica publicando o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, que até hoje serve de orientação ao movimento revolucionário. Nesse documento, ele conclamava os operários a se organizarem como classe, tendo por objetivo liquidar a dominação da burguesia e construir o poder proletário.

Engels considerava como "condição necessária da passagem ao novo regime social não só a existência das premissas materiais da sociedade futura, mas também dos homens e das mulheres, que serão os únicos a possuir força e vontade para chamar à vida esta sociedade nova e melhor". Destacava que "tais pessoas necessitarão de um elevado grau de consciência, de uma vontade inabalável e de energia revolucionária".



Questão de Partido

Tanto Marx quanto Engels entendiam que o Partido, armado dos princípios revolucionários, devia ser o intérprete e o condutor das mudanças. Não bastava a simples existência do Partido. Era preciso que reunisse as qualidades indispensáveis ao cumprimento da sua missão histórica. Por isso, criticaram o ecletismo do Programa de Gotha que servia de base à formação do Partido Operário da Alemanha. Neste predominavam teses errôneas de Lassalle, combatidas pelo marxismo. Marx e Engels aconselhavam os dirigentes comunistas alemães em termos incisivos: "Pactuai acordos para alcançar objetivos práticos do movimento, mas não trafiqueis com os princípios, não realizeis `concessões' teóricas".

Foi Lênin quem, pela primeira vez, desenvolveu a teoria do Partido como organização dirigente da classe operária e como instrumento insubstituível à vitória da revolução socialista. Elaborou seus fundamentos nos planos ideológico, organizativo, tático e de ação de massas. Sustentou a idéia do Partido de princípios, marxista que atua em todas as lutas dos trabalhadores e do povo, mantendo sempre sua feição revolucionária. O Partido devia ser organização de vanguarda, uma vez que somente uma parte da sociedade, e mesmo da classe operária, tem condições de compreender em profundidade o processo da transformação histórica.

A unidade das fileiras partidárias foi acentuada por Lênin, unidade de vontade e de ação dos combatentes proletários. Repudiava a falsa unidade entre revolucionários e oportunistas. O Partido não é uma organização de frente única onde cabem diversas correntes em pugna por objetivos limitados. Ele viveu, no início do século, a experiência da luta durante muitos anos, na Rússia, pela formação do Partido operário. Então, se agrupavam na mesma organização várias correntes de esquerda, destacadamente os mencheviques e os bolcheviques, o que



Questão de Partido

levava, na prática, à existência de duas linhas, duas táticas, duas condutas políticas.

Em 1912, na Conferência de Praga, Lênin rompeu definitivamente com os mencheviques, corrente oportunista pequeno-burguesa, e criou o Partido independente, bolchevique, que assumiu a direção do movimento revolucionário. Graças a essa direção, tornou-se possível a vitória da Revolução de Outubro.

Esse Partido, de um heroísmo sem precedentes, enfrentou a intervenção armada na Rússia dos 14 Estados, resolveu o problema da fome que imperava no país, derrotou os grupos de "esquerda" e de direita que tentaram desviar o proletariado e seus aliados do caminho correto. Organizou a coletivização da agricultura e, mais tarde, à frente do povo soviético, venceu a Alemanha nazista. Superando enormes dificuldades, dirigiu a construção do socialismo.

Eis por que é difícil compreender como foi possível, sem maior resistência, a derrota da causa operária na União Soviética e nos países do Leste europeu. Que foi feito do Partido bolchevique criado por Lênin? Que sucedeu com a orientação geral dos fundadores do marxismo sobre o Partido?

Indubitavelmente, o PCUS degenerou. A derrota do socialismo começou precisamente com a degeneração dessa organização de vanguarda. Ainda no tempo de Stalin já apareciam sérios indícios. O PCUS burocratizava-se, desligava-se da classe operária e das amplas massas populares, caía na rotina e no formalismo, estimulava a fé supersticiosa nos dirigentes, em especial na pessoa de Stalin e membros do Birô Político. Muitos quadros ligados à direção faziam "carreira" política no Partido visando a interesses pessoais. Depois da morte de Stalin, cuja liderança incontestável assegurava a unidade das fileiras



Questão de Partido

partidárias, os fenômenos de degenerescência apareceram nitidamente e se acentuaram. A indicação de Krushev para o lugar de Stalin foi o estopim da degradação. Tipo aventureiro e oportunista, não tinha condições político-ideológicas de assumir esse posto. Em curto prazo, atuou como inimigo do socialismo. Já em 1956, no XX Congresso do PCUS, apresentou um relatório "secreto" contra Stalin e o Partido. Seu ajuste de contas com Béria, à margem de um processo normal de apuração de faltas, criminosas ou não, e depois o golpe de Estado de 1957, diante do qual a direção superior do Partido capitulou vergonhosamente, são fatos indicativos do grau de degenerescência que medrava no PCUS. Daí por diante, sob o domínio do revisionismo contemporâneo, o Partido degingolou totalmente.

A decadência ocorreu também nos países do Leste europeu. Na Bulgária, Romênia, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, o Partido perdeu suas características revolucionárias, seguiu a orientação soviética ou adotou caminhos "próprios", nacionalista-burgueses. Também na Albânia, depois da morte de Enver Hoxha, o PTA rendeu-se, entregou o poder, sem luta, aos inimigos do socialismo.

A degenerescência alcançou partidos comunistas de vários países do mundo capitalista. É o caso do Partido Comunista da Espanha, sob a direção de Santiago Carrillo. Esse partido comunista, antes chefiado por José Dias, dera exemplo de grande bravura e combatividade na guerra antifascista. Durante o longo período da ditadura de Franco, o Partido perdeu muitos de seus quadros, acomodou-se e acabou adotando as posições direitistas do eurocomunismo. É o caso também do Partido Comunista da Itália que, sob a direção de Palmiro Togliatti, afundou no charco do oportunismo, transformou-se num partido social-democrata de centro-direita. E é igualmente o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido por Luis Carlos Prestes, que assumiu a linha krushevista. A maioria dos



Questão de Partido

partidos comunistas, durante o predomínio do revisionismo na União Soviética, afastou-se do leninismo; tornaram-se partidos de reformas, aliados da burguesia, do imperialismo. Poucos resistiram e mantiveram sua independência organizativa, política e ideológica. Vários deles extinguiram-se ou se reduziram a pequenos grupos inofensivos social-democratas.

O fenômeno desagregador não é, porém, insólito. Já os Partidos da II Internacional, às vésperas da I Grande Guerra, abandonaram o caminho revolucionário e aderiram à burguesia imperialista. Tomaram o rumo da social-democracia. Apenas o que era dirigido por Lênin resistiu. Figuras expressivas do movimento operário internacional, como Kautsky e Plekhanov, passaram ao campo dos inimigos do socialismo.

Constata-se, assim, que a degenerescência do Partido tem ocorrido em diferentes períodos, e manifestou-se tanto antes quanto depois de vitoriosa a Revolução. Sempre que isso aconteceu, o movimento proletário mundial sofreu duros golpes, retrocedeu. Contudo, a idéia do Partido revolucionário manteve-se viva.

Há um século e meio, a classe operária empenha-se em forjar o seu Partido de vanguarda. A história dessa luta é também a história da luta pelo socialismo. Socialismo e Partido são inseparáveis. Apareceram juntos e caminharam juntos no histórico cenário dos entrechoques de classes. É impossível mudar o regime econômico-social sem ter como suporte fundamental uma organização de vanguarda. Se o Partido entra em crise ideológica e política, isso se reflete na batalha pelo socialismo.

Impõe-se, assim, examinar as causas determinantes do fenômeno degenerativo que se repete desde há muito, e adotar as medidas capazes de preveni-lo. Mesmo porque o



Questão de Partido

socialismo somente renascerá com a força necessária para se impor como sistema dominante no mundo se houver Partidos de perfil marxista identificados com princípios baseados na ciência social orientando e dirigindo a luta por uma sociedade "nova e melhor".

Desde logo, pode-se afirmar que os êxitos e insucessos do proletariado revolucionário estão relacionados com a questão da luta de classes em constante acirramento. Marx assinalava que "a história de todas as sociedades (...) é a história da luta de classes. Na época da burguesia toda a sociedade vai dividindo-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado". Essa "luta de classes é a força-motriz dos acontecimentos". Destacava ainda que no enfrentamento com a burguesia "só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária".

O Partido deve ter presente em sua atividade essa orientação básica. Para vencer, é preciso situar-se ideológica e politicamente no campo do proletariado, não apenas na fase da Revolução, mas durante todo o período de transição até a passagem ao comunismo, abrindo caminhos novos à transformação da sociedade.

Os fracassos originam-se, em última instância, das posições de conciliação de classes, das ilusões pequeno-burguesas de que se pode triunfar nos marcos do regime capitalista, ou realizar as mudanças históricas adaptando-se às normas e ao estilo de vida burgueses. A conciliação com a burguesia é o fundamento da política social-democrata que envolve desde Kautsky e Togliatti e Santiago Carrillo até Krushev, o defensor dos "três pacíficos", de teor descaradamente oportunista: o caminho pacífico, a competição pacífica e a coexistência pacífica.



Questão de Partido

Certamente, a luta de classes não pode ser enfrentada de maneira mecânica, sectária. O proletariado luta em todos os terrenos, utilizando as contradições existentes no campo adversário, defendendo as conquistas sociais, as liberdades democráticas, avançando passo a passo na estrada que conduz à Revolução e ao socialismo.

Além disso, há que se considerar possíveis distorções na aplicação do correto princípio de *partido de vanguarda*. Lênin traçou sabiamente a feição do partido desse tipo. Não era suficiente ser destacamento de vanguarda, baseado na doutrina marxista; tinha que ser, ao mesmo tempo, um destacamento de classe, uma parte da classe, intimamente a ele vinculado. Enfatizava que o Partido não teria condições de dirigir a classe se não estivesse ligado às massas sem-partido, se essas não aceitassem sua direção, se o Partido não gozasse de crédito moral e político entre as massas. Esse entrosamento da parte com o todo é que permite a perfeita sintonia na atividade político-social, visando alcançar os objetivos programáticos.

Embora defendendo formalmente tais princípios, os partidos no poder podem deles afastar-se sempre que minorizem o conceito abrangente de *partido de vanguarda*, tornem-se auto-suficientes, uma organização à parte que tudo sabe e tudo pode, sobrepondo-se às massas. É possível que o PCUS e outros Partidos comunistas governantes nos últimos tempos tenham assim procedido. Ao invés de um destacamento da classe, se transformaram numa entidade superior que se bastava a si mesma. Não dirigiam apoiados na classe, estreitamente a ela vinculados, inspirados na luta de classes, mas de forma independente, fechada em si mesma. A cabeça separada do corpo degenera inevitavelmente.

O liberalismo é outro fator prejudicial à atividade do Partido revolucionário. É uma tendência burguesa que se



Questão de Partido

contrapõe às atitudes de classe do proletariado. Seus seguidores dão à democracia valor universal, absoluto, sem considerar seus condicionamentos de classe. Atuam nas fileiras comunistas procurando atenuar as contradições do sistema capitalista. Opõem-se ao centro único de direção, ao centralismo democrático, que reputam uma aberração burocrática. Renegam a disciplina do Partido - as resoluções coletivas não teriam caráter obrigatório para todos os militantes. Só formalmente aceitam o centro único e a disciplina; na prática, comportam-se como liberais social-democratas. Não aplicam decisões que julgam inconvenientes, tratam de amenizá-las ou distorcê-las. É evidente que sem centro único marxista e sem disciplina igual para todos o Partido definha, perde sua combatividade, fragiliza-se. O liberalismo é um caminho aberto à degenerescência do Partido do proletariado revolucionário.

Da experiência vivida ressalta ainda o fato de a degenerescência ter começado geralmente nos órgãos dirigentes superiores do Partido. Neles, faltam vigilância de classe e um nível razoável de conhecimentos teóricos nas bases partidárias, podem ocorrer desvios de conseqüências ruinosas, por parte das direções. Lênin dizia que para se saber se "um Partido é, ou não, autêntico Partido político operário, depende também de quem o dirige e do conteúdo de sua ação, de sua tática política". Dada a complexidade que assume a luta contra a burguesia, maiores devem ser as exigências aos dirigentes comunistas de fidelidade à causa do proletariado. Quem dirige não pode vacilar entre o caminho revolucionário e o caminho oportunista, sobretudo nas épocas de crises agudas. Tem de pôr em prática o centralismo democrático, apoiar-se na sabedoria coletiva. Não pode alterar em profundidade a orientação adotada sem ampla discussão nas fileiras partidárias, jamais sobrepor-se arbitrariamente ao conjunto da militância. Atitudes irresponsáveis ou negligentes em



Questão de Partido

assuntos sérios do Partido e da causa que defende são inadmissíveis.

Mas o coletivo partidário somente desempenha a função que lhe cabe nas decisões fundamentais quando, teórica e politicamente, está à altura das circunstâncias. Isso exige a educação permanente dos comunistas, o constante trabalho ideológico nas fileiras da organização de vanguarda. Engels demandava dos militantes socialistas alto grau de consciência, vontade férrea e energia revolucionária. Comunista sem essa energia e vontade de vencer, pobre de conhecimentos teóricos, ajuda muito pouco à causa do socialismo. Essas qualidades não nascem com o indivíduo, são forjadas na luta, adquiridas também nos centros de preparação de quadros, nas escolas do Partido. Lênin afirmava que "não pode haver um forte Partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe a todos os socialistas". Vale lembrar que no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx, aparecem juntos, interligados, a teoria e o Partido em ação.

O fortalecimento da composição orgânica do Partido é outro tema que passa à ordem do dia. Para garantir força de combate e espírito de sacrifício na luta de classes, é indispensável atrair às fileiras partidárias os que mais sofrem com a exploração capitalista e latifundiária - os operários e os camponeses. E conquistar também a grande massa dos excluídos, dos que vivem na pobreza e passam duras privações. O Partido Comunista abriga em seu seio elementos de diferentes setores sociais. É bom que isso aconteça, mas é essencialmente operário (e popular) por sua ideologia e objetivos socialistas. As ilusões de classe manifestam-se geralmente nos escalões da pequena-burguesia e na área da denominada aristocracia proletária. Ao adquirir consciência política, quem luta melhor e mais abrangentemente pelo socialismo são os que nada podem esperar do regime capitalista, perverso e em decomposição.



Questão de Partido

Tais as observações que julgamos importantes para defender o Partido da degenerescência e consolidá-lo como organização de vanguarda do tipo leninista.

Cuidar do Partido foi sempre preocupação constante dos revolucionários proletários. Nos dias de hoje, essa preocupação deve ser ainda maior porque, na avaliação da luta secular pelo socialismo, evidencia-se que no Partido reside o fator determinante dos sucessos ou dos fracassos da Revolução e da edificação socialista. Cuidar do Partido para podermos dizer como dizia Lênin do Partido bolchevique: "Nele temos fé, nele vemos a inteligência, a honra e a consciência da nossa época".

***João Amazonas (1912-2002)**

Militante do Partido Comunista do Brasil desde 1935 e um dos mais destacados dirigentes do PCdoB entre 1962 e 2002."

(Texto publicado originalmente na revista Princípios n° 40, fevereiro/março/abril 1996.)



QUAL PARTIDO?

Loreta Valadares*

Em meio às águas paradas do pessimismo, brisas "liberalizantes" sopram valores envelhecidos, transfigurando a própria idéia de partido, que ora aparece sob a forma de um poderoso leviatã hobbesiano que a tudo engole, ora toma a imagem de uma sombra fugidia a desvanecer-se nos rastros da história. Por absurdas que pareçam estas formulações, elas não devem aprisionar a necessidade de uma análise crítica e criadora sobre a questão do partido, até mesmo para restituir princípios e referenciais teóricos. A questão do partido foi e continua sendo chave-mestra no equacionamento do processo revolucionário do proletário em sua dimensão de fenômeno de massas e construção consciente do socialismo como transição até o comunismo. Aumenta seu papel-chave particularmente hoje no próprio desencadear da revolução, em condições bastante adversas, com a derrota e a contra-ofensiva reacionária do imperialismo e da burguesia internacional - situação que está a exigir uma nova estratégia revolucionária mundial.

O novo quadro está a indicar uma fase que se abre no mundo com características distintas (mais complexas) da luta de classes desenvolvidas até aqui no capitalismo: mais do que nunca está posta a luta entre as duas vias¹ - a

¹ O conceito "duas vias" tem sido utilizado até aqui pela tradição marxista-leninista para apressar, nos países que já tivessem realizado a revolução socialista, a luta permanente entre prosseguir na construção da sociedade socialista, ou regredir ao capitalismo. Pode parecer estranho o uso do mesmo conceito



socialista e a capitalista -, só que agora já houve uma experiência socialista e foi derrotada, dela restando apenas seus alicerces revolucionários históricos e teóricos. A luta de classes hoje tende a se dar em um novo e radicalizado patamar, onde a disputa no plano das idéias é força propulsora, e a ação revolucionária conseqüente, energia prática, capazes de rasgar o mito da "milagrosa" recomposição do capitalismo.

Neste contexto, já não se pode mais tratar a questão de partido como se tratava antes; como uma teoria pronta a ser aplicada corretamente. Não se pode isolar a teoria de partido do processo de sua elaboração, nem se pode eludir a necessidade histórica de desenvolvimento. É preciso libertar a concepção de partido do confinamento a que ficou constrangida pela apresentação esquemática e pedagógica de seus fundamentos e entendimento mecânico de seus princípios. Hoje, tratar teoricamente a questão de partido, significa fazê-lo do ponto de vista da historiografia política, da análise dos problemas centrais de concepção de partido. Significa retrazer velhas polêmicas não para descrevê-las, mas para com elas polemizar nas novas condições históricas e políticas.

Que polêmicas foram (e são) estas surgidas ao longo da formação do partido do proletariado e da elaboração de sua concepção teórico-revolucionária? É a questão do partido de vanguarda versus massa? É a relação entre o consciente e o espontâneo? É o problema da "teoria de fora para dentro?" São os riscos do "ultracentralismo" e do

quando a primeira experiência socialista se esgota no mundo. No entanto, penso que justamente por isso o conceito deve ser retomado e recolocado como alternativa histórica: "mudança processual" do capitalismo ou revolução socialista?



"substituísmo?" Ou é a dialética centralismo/democracia (centralismo democrático)? Atualizar estas polêmicas requer enfrentar, de início, o liberalismo, travestido de "neo", e a social-democracia, transmutada em "utopia racional".

E no âmago de toda esta discussão vem a pergunta, tantas vezes feita e refeita: de qual partido se está falando? De qual classe e para qual fim?

Inequivocamente, o pano de fundo de todas essas polêmicas no âmbito do marxismo ou entre o marxismo e outras correntes é a relação classe e partido. Não é por menos que Ralph Milliband, em seu importante ensaio sobre a teoria política marxista, assim inicie a discussão desse tema: "As classes dominantes têm a seu dispor uma impressionante variedade de armas para a manutenção de seu domínio, bem como defesa de seu *poder* e *privilégios*. *Como, pois, devem ser eliminadas* essas classes dominantes, e como será a nova ordem social a ser estabelecida?"¹ (grifos nossos).

Que arma tem, pois, a classe operária? A resposta a esta questão é perseguida por Marx e Engels, e depois Lênin, na luta pela organização do proletariado e sua estruturação em um partido de classe. É certo, porém, que Marx e Engels não desenvolveram uma teoria mais acabada dos partidos políticos, nem do partido da classe operária. Foi Lênin que elaborou os fundamentos gerais da teoria de partido e que dispendeu grande parte de seu esforço revolucionário na construção e direção do partido bolchevique. Aqui tem se estabelecido uma (falsa) controvérsia: já que Marx e Engels

¹ MILLIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Zahar: Rio de Janeiro, 1979, p. 11.

ênfatazaram essencialmente, em suas formulações teóricas, o papel da classe operária e sua missão histórica, teriam eles dado menor relevância ao papel do partido? E, ao desenvolver a concepção de partido e se debruçar sobre seus aspectos organizativos teria Lênin desvirtuado a idéia de partido como *instrumento* das massas proletárias e subestimado o papel destas na obra de sua própria emancipação?

É preciso entender essa problemática nas condições históricas e políticas em que se deram as contribuições de Marx e Engels e as de Lênin ao marxismo enquanto teoria da transformação social revolucionária. Marx e Engels são os próprios fundadores desta teoria, num contexto em que o proletariado surge como um "novo beligerante", o "terceiro", na luta pelo poder, como formulava Engels¹, quando há simplificação e uma agudização das relações de classe capitalistas e a luta de classes toma a forma de choques abertos entre a burguesia e o proletariado; quando este aparece no cenário histórico enquanto classe com intervenção própria e reivindicando papel histórico independente; quando, enfim, se põe a nu a contradição básica da sociedade capitalista - a produção social, coletiva e a apropriação individual, privada - e as exigências cada vez mais intensas do desenvolvimento material da sociedade radicalizam este conflito, colocando a classe operária como a única capaz de solucioná-lo porque, no centro da produção social, tem o potencial revolucionário de abolir as relações capitalistas e transformar a apropriação privada em coletiva.

¹ A propósito, veja-se Engels, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx e Engels. Obras Escolhidas. Vol. 3, Alfa-Ômega, São Paulo, p. 200.



Até então, todas as idéias socialistas não viam o papel da classe operária no processo objetivo da transformação social, nem do ponto de vista teórico, nem, muito menos, do ponto de vista de sua capacidade de mobilização revolucionária para conquistar sua própria emancipação. Neste contexto, tratava-se, para Marx e Engels, de acentuar a capacidade de auto-emancipação da classe operária, seja para "situar o socialismo no terreno da realidade"¹, seja para repudiar a pregação doutrinária filantrópico-burguesa que, no seio da I Internacional, visava impedir a ação política de massas do proletariado.

Marx faz questão de marcar a diferença entre os "sectários filantrópicos" e os "primeiros socialistas (Fourier, Owen, Saint-Simon etc)", já que estes, devido a que as "condições sociais não estavam suficientemente desenvolvidas de modo a permitir a constituição da classe operária como uma classe militante, foram necessariamente obrigados a limitar-se a sonhar com a *sociedade modelo* do futuro, sendo, pois, conduzidos a condenar todas as tentativas como greves (...), movimentos políticos em curso pelos operários (...)" e, se não podia "repudiar estes patriarcas do socialismo", seus erros, no mínimo, deveriam ser evitados porque "cometê-los, seria inescusável (...) outra era a situação dos burgueses doutrinários e cavalheiros descolados, que são tão estúpidos ou tão ingênuos que tentam negar à classe operária quaisquer meios reais de luta"² (grifo de Marx).

¹ ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Fulgor, São Paulo, 1962, p. 54.

² MARX, Karl. *Political Indifferentism* (publicado em 1874 no Almanacco Republicano). In: *The First International and After, Political Writings*, vol. 3, edição e introdução de David Fernbach, Penguin Books, Middlesex, England, 1974, p. 329.

A ênfase à própria obra da classe operária era, portanto, indispensável na luta contra aqueles que pensavam que o proletariado "é incapaz de libertar-se por seus próprios esforços", valendo a advertência de Marx e Engels em carta à direção do Partido Social-Democrata Alemão dos Trabalhadores: "quando a internacional foi formada, nós expressamente formulamos o grito de batalha: a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora. Não podemos, portanto, aliar-nos àqueles que abertamente declaram que os trabalhadores são em demasia sem instrução para se libertarem a si mesmos, devendo primeiro ser libertados de cima por grandes e pequenos burgueses filantrópicos"¹.

O fato de Marx e Engels centrarem suas preocupações na emancipação da classe e, ao fazerem isso, passarem por cima de aspectos organizativos, como, por exemplo, da forma em que deve ser estruturado o partido, não significa, em absoluto, terem deixado de assentar as bases da concepção revolucionária de partido. Tiveram, também, participação ativa na elaboração dos programas e na constituição dos partidos comunistas de sua época. A resolução da Conferência de Londres de 1871 (depois incluída nos estatutos da Internacional em virtude de emenda adotada no Congresso de Haia de 1872) não deixa dúvidas quanto ao tipo do partido exigido pela luta revolucionária da classe operária: "(...) contra o poder coletivo das classes proprietárias a classe operária não pode agir como classe, exceto constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas

¹ MARX & ENGELS. *Circular Lether to Bebel, Liebknecht, Bracke et al* (1879). In: Op. Cit, ibidem, p. 370 e 375.



classes proprietárias e a eles se oponha"¹. Contudo, não é certo dizer que Marx e Engels não tenham formulado princípios organizativos. As normas contidas nos Estatutos da Liga dos Comunistas (2º Congresso, 1847) deixam germinadas, desde então, as formas do sistema de comitês, ao estabelecerem a organização da Liga (Art. 5º) "em comunas, distritos diretores, conselho central e congresso" e, nas seções seguintes dos estatutos especificam a composição, as atribuições e relações orgânicas de cada nível². E, ainda, durante todo o processo de constituição e atividades da Internacional, foram travadas intensas batalhas em torno da questão de organização, desde a divergência sobre o direito de serem delegados aos congressos tanto operários manuais quanto intelectuais (que se deu sobre o art. 11 dos regulamentos especiais da Internacional no Congresso de Genebra, 1866) até a luta pelo fortalecimento do Conselho Geral da Internacional como centro dirigente³.

Já as condições políticas em que Lênin exerceu sua atividade revolucionária e se dedicou à elaboração teórica foram outras: na situação da Rússia absolutista, sob o regime despótico do czar e debaixo de aberta repressão, a classe operária para fortalecer-se em seus levantes de massas necessitava sobremodo de uma arma especial que para Lênin seria o partido. Como estrategista da primeira revolução socialista no mundo Lênin deixa transparecer em

¹ MARX & ENGELS. Resolution of the London Conference On Working Class Political Action. In: Op. Cit., ibidem, p. 270.

² MARX & ENGELS. "Estatutos da Liga dos Comunistas". In: *O partido de classe (Teoria, Atividade)*. Publicações Escorpião. Porto. 1975, p. 26-29.

³ Sobre o assunto ver documentos da I Internacional e circular de Marx à Associação Internacional dos Trabalhadores e à Aliança da Democracia Socialista. 1868. In: Op. Cit, ibidem, p. 65 e 68.

fervilhar ativista na sua concepção de partido que o leva a uma cuidadosa e rica elaboração teórica em matéria de organização. Ele vê a necessidade de um partido especial, com estreito vínculo à classe operária e acentua a necessidade de organização e direção contra a concepção fatalista que predominava até então nos fóruns da II Internacional, segundo a qual ao crescimento do proletariado corresponderia inexoravelmente o fortalecimento do partido. Ao final de seu conhecido texto *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, Lênin deixa clara esta idéia: "em luta pelo poder o proletariado não dispõe de outra arma além de sua organização". E prossegue: "o proletariado só pode chegar a ser e será inevitavelmente uma força invencível se, unido no plano ideológico pelos princípios do marxismo, consolidar esta unidade pela unidade material de uma organização que coesione milhões de trabalhadores no exército da classe operária"¹.

No entanto, como diz Milliband, "Lênin não temia a passividade da classe trabalhadora, mas que faltasse à sua luta a eficácia política e o propósito revolucionário", e "sabia muito bem que o partido não podia desempenhar suas tarefas sem estar respaldado e envolvido na experiência das massas"². O caráter emancipacionista da própria luta de classe operária é sempre reafirmado por Lênin, até mesmo em seus textos em que, especificamente, enfatiza a organização do partido. O próprio Lênin, em um comentário ao *Que Fazer?* - no Prefácio à Recompilação *Em Doze Anos* -, diz: "[o] folheto sublinha muitas vezes que a organização que propunha só tem sentido se se relaciona com uma

¹ LÊNIN, V. I. *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atras*. In: Obras Escogidas. (doce tomos). Tomo 11. Progreso, Moscou, 1975, p. 392.

² MILLIBAND, Ralph. Op. Cit., p. 115.

classe que se levanta espontaneamente para a luta" e "esta capacidade objetivamente máxima do proletariado para unir-se em uma classe é atributo de pessoas vivas e se expressa em determinadas formas de organização"¹.

Separar, pois, a tática de organização de partido das condições históricas em que se situava, quando a luta era contra "o economicismo então predominante"², bem como atribuir à concepção leninista de partido menosprezo ao papel das massas, seria cair no reducionismo conceitual de enxergar em Lênin apenas um único modelo organizativo. Neste sentido, tem razão Monty Johnstone quando, ao defender a essência da concepção de partido leninista, diz: "baseando-se em suas análises teóricas e em sua avaliação política das diferentes condições existentes em dado momento e um país particular, Lênin favoreceu alternadamente um partido reduzido de quadros ou um grande partido de massas, com estruturas internas que iam do cupulismo conspirativo à mais ampla democracia"³.

Com efeito, o núcleo central da teoria de partido em Lênin é a introdução do conceito político de *vanguarda* e a idéia de fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo da classe operária e, em matéria estritamente

¹ LÊNIN, V. I. *Extracto Del Prefacio A La Recopilacion "En Doce Años"*. In: *Que Hacer?*. Editorial Polêmica, Buenos Aires, 1972, p. 12.

² Respondendo aos "polemistas" do *Que Fazer?*, em 1907, Lênin dizia que o principal erro daqueles era o fato de que "separam por completo este trabalho (...) de um período determinado do desenvolvimento de nosso partido, período que, faz tempo, pertence ao passado". Idem, p. 8.

³ JOHNSTONE, Monty. "Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda." In: Hobsbawm, *História do Marxismo*. Vol. 6, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, p. 16.

organizativa, o princípio, formulado na Conferência de Tammefors (1905), do centralismo democrático. É em torno deste núcleo central de idéias que hoje se restabelece, nos círculos de esquerda, a discussão sobre o caráter, o tipo e as formas organizativas de partido. Estariam, do ponto de vista teórico, esgotados os conceitos essenciais da concepção marxista-leninista de partido?

Estabelecida, do ponto de vista conceitual, a relação entre classe e partido na teoria política marxista é preciso definir o nexos orgânico desta relação de modo que o partido não se coloque acima da classe nem a classe perca a dimensão de sua perspectiva futura. Aqui se coloca a noção de *partido de vanguarda*, desenvolvida por Lênin que tem como ponto de partida a distinção feita por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* entre os proletários e comunistas, quando estes "destacam e fazem prevalecer os interesses comuns de proletariados independentemente da nacionalidade" e "representam, sempre, e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto", constituindo, assim, "a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o restante do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário"¹. Aqui, não resta dúvida de que Marx e Engels, apesar de não explicitarem a forma organizativa, estabelecem a categoria de *vanguarda organizada*. No processo político de desenvolvimento de uma situação revolucionária concreta com o objetivo de nela intervir desde a sua preparação, Lênin vai criar o conceito *partido de vanguarda*. Os riscos (reais) do "substituísmo" (ação do partido no lugar de massas) e do "ultracentralismo"

¹ MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Obras Escolhidas, vol. I. Alfa-Ômega, São Paulo, p. 31.



levaram a uma grande discussão em torno desse conceito. No entanto, como diz Monty Johnstone, Lênin, ao desenvolver a "idéia de um operário que abarcasse o setor mais avançado do proletariado (...) também acreditava que ela fosse complementar e não contraditória à concepção marxiana, segundo a qual, `a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária"¹. Mais uma vez, aparece aqui a estreita relação teoria/prática na elaboração teórica e o elemento ativo na sua concepção de partido. Isso fica evidenciado na polêmica com Rosa Luxemburgo - também ela militante de intensa atividade prática e contribuição teórica ao Movimento Comunista Internacional. Com relação ao partido de vanguarda e sua ação centralizada, Rosa temia que acabasse por controlar a classe trabalhadora e sufocar seus impulsos criadores; comparava o partido leninista ao "blanquismo" e criticava acirradamente o que considerara "ultracentralismo preconizado por Lênin (...), portador (...) do espírito estéril do guarda noturno"².

No entanto, embora sem formular com precisão, aceita um tipo de centralismo que distingue do blanquismo. Contudo, afirma que tanto na Rússia quanto na Alemanha, como em toda parte "(...) a tática de luta da social-democracia não é de modo algum `inventada', mas é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental"³.

¹ JOHNSTONE, Monty. Op. Cit., p. 16.

² LUXEMBURGO, Rosa. "Questões de Organização da Social-Democracia Russa." In: *A Revolução Russa*. Vozes, Petrópolis, 1991, p. 48.

³ Idem, p. 47

Apesar disso, Rosa, marxista que era, na luta contra o expectativismo positivista de Kautsky e da II Internacional, retifica sua posição sobre a ação do partido, em texto conhecido como *Brochura Junius*, verdadeiro libelo contra o capitulacionismo da social-democracia. Entre outras passagens, ela fala em "dirigentes da social-democracia enquanto vanguarda do proletariado" e, retomando sua própria discussão sobre greve de massas diz que "a social-democracia é chamada, num período revolucionário, a tomar a direção *política*" (grifo de Rosa). E que "o mais importante papel de direção (...) consiste em regular a *tática* da luta política (...) de modo a que seja realizada e posta em ação a totalidade da força do proletariado (...) e que esta força se exprima pela posição do partido na luta". (grifo de Rosa)¹. Embora sem abandonar a defesa da "ação autônoma das massas", aqui fica nítida a mudança em relação à idéia de que as direções tenham pouco papel a jogar na elaboração da tática. Mesmo assim, o medo do "substituísmo" persegue Rosa Luxemburgo até o final de sua vida.

O Programa da Liga Spartakus, adotado no Congresso da Fundação do KPD, em dezembro de 1918, define que: "A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária de toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da Liga Spartakus"². Mas, o próprio trabalho intenso de agitação revolucionária da Liga, em meio a uma situação já revolucionária na Alemanha, acende

¹ LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-Democracia*. Editorial Presença, Portugal, 1975, p. 158-159.

² LUXEMBURGO, Rosa. "O que quer a Liga Spartakus." In: *A Revolução Russa*. Op. Cit., p. 110.

o coração das massas, que criam um clima de insurreição. O KPD - que não tinha por objetivo tomar o poder senão com o apoio "inequívoco" da grande maioria de todo o proletariado alemão -, vê-se diante de uma realidade objetiva: ou assumia a direção da insurreição (que considerava imatura) partindo para o assalto ao poder, ou deixava passar o momento da revolução, entregando a massa à sua própria sorte. E, então, Liebknecht cria um comitê provisório e mais tarde proclama que o "comitê revolucionário assumia provisoriamente as funções governamentais". A isso teria dito Rosa, consternada: "Mas Karl, e o nosso programa?"¹. Prevaleceu o espírito revolucionário e o coração apaixonado da ativista consciente: nos últimos momentos de sua vida dedicou-se febrilmente ao trabalho de direção da "ação autônoma das massas" visando impedir o fracasso da insurreição.

À crítica de Rosa quanto ao "ultracentralismo" do partido Lênin responde assinalando as características concretas e peculiares do desenvolvimento da luta na Rússia e o estágio em que se encontrava o partido lá. Acentua a necessidade de superar a dispersão das organizações locais e afirma não se tratar de nenhuma "obediência de cadáver"², como dizia Rosa, mas apenas de definir o direito de "o Comitê Central representar por si mesmo a orientação da maioria do Congresso"³. Estas respostas de Lênin deveriam ter sido publicadas no jornal *Neue Zeit*, em 1904, mas Kautsky

¹ BADIA. *Rosa Luxemburg, journaliste, polémiste révolutionnaire*. Apud, Izabel Maria Loureiro, em sua Introdução à *Revolução Russa*. Op. Cit., p. 29.

² LUXEMBURGO, Rosa. Idem, p. 45

³ A polêmica entre Rosa e Lênin é apresentada de forma resumida, mas viva, por Monty Johnstone em: Hobsbawm. Op. Cit., p. 28-31. A citação de Lênin, *Opere*, vol. 7. Apud, Johnstone Monty. Op. Cit..

recusou publicá-las e, por isso, não foram conhecidas durante muito tempo.

Quanto à questão da vanguarda organizada, Lênin a entende sempre como um destacamento de combate, forjado na - e a partir dela - luta das massas, apto a intervir nos momentos decisivos e, através da ação política e uma tática correspondente ao movimento real, a conquistar a qualidade de direção política do processo revolucionário. Como já se disse, a premência do elemento ativo está sempre presente na concepção leninista de partido de vanguarda. Lênin, certamente, não se teria deparado com o dilema de Rosa diante das massas em clima insurrecional. Ele considera que uma organização de revolucionários fortes e centralizada se faz mais necessária ainda quanto mais pujante for o movimento de massas; e seu papel deve ser dirigir as fases preparatórias da luta até os momentos de grandes explosões, "estando sempre disposto a tudo, porque muitas vezes é quase impossível prever por antecipação como se alternam os períodos de explosão com os de calma". E acrescenta que a disposição é tanto de "salvar a honra, o prestígio e a continuidade do partido nos momentos de maior `depressão' revolucionária" quanto de "preparar, fixar e levar à prática a insurreição armada de todo o povo" (grifo de Lênin)¹. Contudo, Lênin não via a vanguarda como portadora de uma "etiqueta" que, por si só, a distinguiu das demais forças e das massas: "para chegar a ser uma força política aos olhos do público, é preciso trabalhar muito (...) para elevar nosso grau de consciência, nossa iniciativa e nossa energia" e "não basta intitular-se vanguarda, destacamento avançado: é preciso

¹ LÊNIN, V. I. *Que Hacer?* Op. Cit., p. 270-271



trabalhar de modo a que todos os demais destacamentos venham a reconhecer que marchamos à cabeça"¹.

Portanto, o risco do "substituísmo" não vem embutido na formulação conceitual de partido de vanguarda em Lênin. A permanente tensão vanguarda/movimento de massas é resolvida dialeticamente pela permanente ação política do partido na organização da luta política da classe operária de forma tão múltipla e criadora como a própria ação das massas, canalizando sua iniciativa para a tomada do poder. A absolutização da noção de vanguarda, transformando-a em elemento dirigente concebido aprioristicamente por cima do movimento de massas (que pôde gerar "castas privilegiadas", como ocorreu nas experiências socialistas), sem dúvida decorre de uma visão esquemática que tem permeado o marxismo, alheia à concepção leninista de partido.

A discussão que hoje ressurgue sobre o consciente e o espontâneo coloca-se nas fronteiras da armadilha determinismo/voluntarismo. Outra vez, a articulação política e a relação dialética são os meios de ultrapassagem. Lênin - referindo-se à polêmica com Plekhanov sobre *Que Fazer?* - recusa-se a retomá-la naquele momento, pois se tratava de uma "querela fundada em frases arrancadas do contexto, em expressões soltas que eu não havia formulado suficientemente bem ou com bastante exatidão"². Afirmando que o "*Que Fazer?* corrige polemicamente o economicismo", Lênin recorre, novamente, à tese da "nota forçada" (ou da "curvatura do bastião") que já havia usado no Segundo Congresso do

¹LÊNIN, V. I. *Que Hacer?* Op. Cit. p. 150 e 142.

²LÊNIN, V. I. *Prefacio a la recopilacion "En Doce Años"*. In: *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 16 (Este prefácio é escrito em 1907).

POSDR, (conforme Atas publicadas em 1904): "no segundo congresso (...) empreguei uma expressão, citada muitas vezes posteriormente, sobre a nota forçada. No *Que Fazer?* se corrige a nota forçada pelos economicistas" e "precisamente porque corrigimos energicamente as deformações nossa `nota' será sempre a mais justa (...) seria equivocado considerar o conteúdo do folheto fora do objetivo a que se propunha"¹.

À parte as "imprecisões" referidas por Lênin, e ressalvados os aspectos por ele apontados, para se retomar essa polêmica hoje é preciso fazê-lo do ponto de vista político e histórico. Para Lênin, consciência e espontaneidade não são de modo algum separadas mecanicamente; ao contrário, há entre elas uma articulação dialética, já que o movimento espontâneo corresponde a um estágio da consciência porque há "diferentes classes de espontaneidade" e, "no fundo, o elemento espontâneo não é senão a *forma embrionária* do consciente"² (grifo de Lênin). Percebe-se aqui sempre haver o elemento espontâneo em perene movimento ao consciente e, embora o consciente não possa abarcar o espontâneo totalmente, a ele não se submeter. Porque qualquer rebaixamento do papel da consciência socialista sobre o movimento de massas significaria deixá-lo completamente exposto à ideologia burguesa, já que esta sim atua espontaneamente sobre a classe operária. Isto se evidencia na afirmação: "A classe operária vai de modo espontâneo ao socialismo, porém, a ideologia burguesa a

¹ LÊNIN, V. I. *Prefacio a la recopilacion "En Doce Años"*. In: *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 17.

² LÊNIN, V. I. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 85.



mais difundida (...) se impõe, não obstante, espontaneamente mais que nada ao operário"¹.

Retornando às considerações feitas por Lênin com respeito à polêmica levantada por Plekhanov, vê-se que o tratamento dado à questão é político, daí as referências à "nota forçada" na luta contra o espontaneísmo economicista e a recusa de Lênin de aceitar a discussão no campo filosófico. Conforme diz Valentino Gerratana, Plekhanov, através de uma "operação maliciosa", põe "na base de seu ataque ao *Que Fazer?* (...) a idéia de ligar o problema de relação espontaneidade/consciência ao tema filosófico da relação entre o ser e a consciência". Completamente estranha às formulações de Lênin². Stalin, segundo Gerratana, aceita a discussão no terreno filosófico e cai na armadilha determinismo/voluntarismo, acentuando a "curvatura do bastão".

Neste ponto, à dialética espontâneo/consciente se entrelaça uma outra discussão: como se gera a teoria socialista. Ao rebater as críticas de Plekhanov que insistia em trazer a questão filosófica, segundo a qual, é o "ser que determina a consciência" e, portanto, "as idéias não caem do céu", Stalin entra em um viés purista, absolutizando a separação da consciência socialista e exaltando o papel da teoria formada de fora para dentro do movimento espontâneo: "se o movimento espontâneo não engendra por si mesmo a teoria do socialismo (...) então esta nasce *de fora* do movimento espontâneo, da observação e estudo deste movimento por homens equipados com os conhecimentos de nosso tempo. Isto significa que a teoria do socialismo é

¹ LÊNIN, V. I. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 85.

² GERRATANA, Valentino. "Stalin, Lênin e o marxismo-leninismo." In: Hobsbawm. Op. Cit., p. 227, vol. 9.

elaborada 'de forma completamente independente do desenvolvimento do movimento espontâneo' e até mesmo apesar dele, sendo então introduzida naquele movimento, *de fora, corrigindo-o* em conformidade com seu conteúdo, isto é, em conformidade com as exigências objetivas da luta de classes do proletariado"¹ (grifos de Stalin). À primazia absoluta dada por Plekhanov ao desenvolvimento objetivo (determinista) rumo ao socialismo, quase prescindindo da teoria, Stalin opunha esta última quase como uma fórmula saneadora, apta a "corrigir" o movimento e a "salvaguardar as massas das perniciosas influências do revisionismo, terrorismo (...) e anarquismo"². Parece também esquemática a conhecida teoria da "bússola", segundo a qual o socialismo é uma bússola e o movimento operário uma nave. A bússola, sem a nave, é inoperante, enferruja. A nave sem a bússola, ainda que chegue à outra margem, encontra muitos perigos. Com a bússola chegaria mais rápido e enfrentaria menos perigos. A união da bússola com a nave levaria diretamente à outra margem, sem avarias. "Unam o movimento operário com o socialismo e vocês terão o movimento social-democrata que *por via direta* chegará à terra prometida"³ (grifo meu). Esta formulação acaba por reduzir a dialética da fusão da teoria socialista com o movimento espontâneo a uma mera equação.

Ainda com relação a como se engendra a teoria socialista, para críticos atuais de Lênin, ele se baseia em Kautsky para formular que a teoria vem de fora do movimento operário - elaborada por intelectuais - e, na visão contemplativa de

¹ STALIN, J. "A Leter From Kutais." In: *Works*, vol. I, Red Star Press, London, 1975, p. 56-57.

² _____. Idem, p. 56.

³ _____. "Briefly about the disagreements in the Party." In: *Op. Cit.*, p. 104.



Kautsky, "paira" acima da classe. Em primeiro lugar, como diz Luis Fernandes, a tese não significa que "os operários devem ser dirigidos por intelectuais no 'seu' partido revolucionário" e sim que "a defesa científica do socialismo não surgiu historicamente no seio do próprio proletariado, mas da produção teórica de intelectuais identificados com a 'causa operária' (...); diz respeito, portanto, à *gênese histórica* da 'moderna teoria socialista' e não a uma relação social a ser preservada e perpetuada nos partidos socialistas"¹ (grifo de Fernandes). Em segundo lugar, justamente ao citar o trecho do artigo de Kautsky sobre o esboço de programa do Partido Social-Democrata Austríaco (1901) que fala na elaboração da teoria socialista "de fora" da classe operária, é ilustrativo que Lênin, ao comentar: "já que não se pode falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas trabalhadoras no curso de seu movimento", imediatamente assinala em nota de pé de página: "Isto não significa, naturalmente, que os operários não participem desta elaboração. Porém, não participam na qualidade de operários, mas de teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; em outros termos, só participam no momento e na medida em que logrem, em menor ou maior grau, dominar a ciência de seu século e fazê-la avançar"². De novo, a forte presença do elemento ativo na concepção de Lênin, que o distancia de qualquer fatal revelação de "uma boa nova" socialista, conforme deixa transparecer a visão kautskiana. Para Lênin, é, pois, permanente desafio a formação de teóricos operários, quadros dirigentes de sua própria luta revolucionária. A concepção leninista de partido incorpora uma febril

¹ FERNANDES, Luis. "O Comunismo e o Estado (Teoria Política Marxista a partir de Lênin)." In: *Princípios*. n. 21, 1991, p. 62.

² LÊNIN, V. I. *Que Hacer?*. Op. Cit., p. 81.

articulação teoria/prática que nada tem a ver com positivismo.

Por fim, atualizar a polêmica sobre o centralismo democrático significa enfrentar os argumentos que buscam demonstrar o "arcaísmo" deste princípio organizativo. Na realidade, ser arcaico é não entendê-lo em sua dinâmica e em sua trajetória histórica, reduzindo-o a um único modelo organizativo. São conhecidas as objeções feitas à idéia de "revolucionários profissionais" e de organização altamente centralizada preconizadas por Lênin no *Que Fazer?*. Hoje, como antes, critica-se o aspecto conspirativo e a ausência de democracia. Acrescenta-se que tais idéias foram desenvolvidas no início do século e, agora, no limiar de um novo milênio, se tornaram obsoletas, devendo ser substituídas por modernos princípios organizativos. Seriam tais observações consentâneas como a essência do centralismo democrático com princípio vivo de organização do partido de classe do proletariado? Ou o seu entendimento precisa despir-se de uma capa dogmática, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático?

A vitalidade do centralismo democrático relaciona-se à sua dinâmica interna (relação centralismo/democracia), às condições históricas e políticas da luta de classes e ao estágio de desenvolvimento do partido. Não observar estas premissas significa cair no dogmatismo capaz de gerar distorções (como as que parecem ter ocorrido nas experiências de construção do socialismo) que tornam o princípio burocrático e formal.

Contudo, aqueles que negam a atualidade do princípio também padecem de uma espécie de "dogmatismo ao contrário" vendo o centralismo democrático como um alfa imutável, parado no tempo. Desenvolver a compreensão do



centralismo democrático, teórica e praticamente implica, antes de tudo, trazer a discussão para o terreno histórico e político.

Desde o início, às críticas feitas ao partido de quadros e à excessiva centralização, Lênin contrapunha as duras condições da luta contra o czarismo, a iminência da revolução no "país da autocracia" e o objetivo primordial de derrubar o maior baluarte da reação mundial que era o regime do czar. Para tanto, seria necessário superar as inúmeras organizações dispersas e seus métodos "artesanais" e construir um partido de combate, dotado de mecanismos revolucionários e constituído de "revolucionários profissionais (...) sejam estudantes ou operários (...) que se ocupam profissionalmente de atividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política" já que "não pode haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes que assegure sua continuidade"¹.

Nas condições de clandestinidade só uma organização combativa centralizada seria capaz de enfrentar os ataques da repressão, assim como preparar um levante revolucionário. Lênin distinguia as condições da Rússia autocrática dos países onde havia liberdade política, como na Alemanha - o que distinguia também as formas organizativas do partido russo e do alemão.

Considerava ridículo falar em "amplo princípio democrático" em uma "organização que se oculte", pois democracia supõe "publicidade completa e caráter eletivo de todos os cargos". Neste sentido, "democrática era a organização do

¹ LÊNIN, V. I. Idem, p. 197-198.

Partido Social-Democrata Alemão porque tudo nele se faz publicamente, inclusive as sessões de seu congresso" e como o embate político de idéias se dá de forma aberta, o caráter eletivo se afirma por si mesmo, já que pode acompanhar a vida política dos dirigentes e suas posições através dos jornais, sendo "natural que a este ou àquele dirigente todos os membros do partido possam eleger com conhecimento de causa para determinado cargo"¹.

Já em 1903, no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (um ano após o *Que Fazer?*) Lênin dirá aos contestadores do "partido como organização meramente conspirativa" que se haviam esquecido de que o livro considerava toda uma série de diversos tipos de organização, desde as mais fechadas às mais amplas. Em *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, escrito em 1904, Lênin refere-se a este trecho de seu discurso ao II Congresso, a propósito da discussão dos estatutos do partido: "Não se deve pensar que as organizações do partido devem ser constituídas apenas por revolucionários profissionais. Necessitamos organizações das mais variadas, de todos os tipos, categorias e matizes, começando por organizações extraordinariamente reduzidas e conspirativas e terminando por organizações muito amplas e livres ('lose')"².

A organização de revolucionários profissionais representa, pois, momento necessário para a construção do partido e projeta sua importância ao longo de diversas formas organizativas, de acordo com as condições concretas e na perspectiva de assegurar a continuidade do partido.

¹ LÊNIN, V. I. Idem, p. 217-218.

² LÊNIN, V. I. *Un Paso Adelante, Dos Atrás*. In: Op. Cit., p. 330.

Questão de Partido

A partir do momento em que as condições foram favoráveis, Lênin propôs medidas democráticas (logo a partir de 1903) e, de 1905 a 1907, imprimiu as modificações necessárias para transformar o partido em "partido de massas", capaz de intervir na luta revolucionária em ascensão. Já em 1905 Lênin fala no "desmoroamento" da clandestinidade, na necessidade da reorganização do partido diante da nova situação que exigia uma nova forma de célula, mais livre, "mais lose"; na admissão ampla de militantes (principalmente operários), na elegibilidade dos organismos do partido e na criação de organizações legais e ilegais, combinando o trabalho legal com o clandestino.

O centralismo democrático toma corpo e a expressão surge pela primeira vez na Conferência de Tammefors, da fração bolchevique, em 1905, e será incorporada aos estatutos do partido no IV Congresso (de Unificação) realizado em Estocolmo em 1906. O congresso decide que as organizações do partido teriam por base o princípio do centralismo democrático e o funcionamento interno das organizações partidárias era autônomo, bem como estabelece: o direito de publicação da literatura de partido sob o próprio nome das organizações partidárias, a elegibilidade do comitê central pelo congresso e o congresso como órgão máximo do partido.

Até 1912, as frações bolchevique e menchevique vão conviver no partido e Lênin trava intensa luta contra as tendências liquidacionistas que visavam substituir o partido por um outro. Nova polêmica se dá em torno da organização clandestina que os mencheviques consideravam desnecessária. A Conferência de Praga sela a cisão com os mencheviques e Lênin vai considerar impossível a unidade com liquidacionistas, pois "não se



trata de uma divergência organizativa sobre o modo de construir o partido, mas de uma divergência sobre a questão de existência do partido"¹. (39)

O X Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, realizado em 1921, já com o partido no poder, vai enfrentar a luta contra o fracionismo, definido por Lênin como "formação de grupos com uma plataforma especial e com a tendência a isolar-se até certo ponto e criar sua própria disciplina de grupo"². O congresso dissolve as frações e estabelece cuidadosa resolução a respeito da unidade do partido, recomendando a organização da crítica aos defeitos do partido "de modo a que toda proposta prática seja exposta com a maior clareza possível e submetida, no ato (...) ao exame e decisão dos organismos dirigentes locais do partido e do organismo central do partido"³. Contudo, toda crítica deveria ser submetida diretamente à discussão de todos os membros do partido, sem passar por nenhuma "plataforma" prévia e, para tanto, publicações especiais seriam editadas com maior frequência. O congresso reafirma as bases do centralismo democrático e Lênin rejeita uma emenda de Ryazanov que proibia qualquer eleição para o congresso com base em plataforma. Lênin argumentou que o congresso que se realizava não poderia, "de modo algum, amarrar as eleições ao próximo congresso"⁴.

¹ LÊNIN, V. I. *Opere*. Vol. 20, p. 477, Apud Monty Johnstone. In: Hobsbawm. *História do Marxismo*, Op. Cit., p. 39

² LÊNIN, V. I. *X Congresso do PC(b)US*. In: Obras Escogidas. Tomo XII, Op. Cit., p. 52.

³ LÊNIN, V. I. *Idem*, p. 54.

⁴ LÊNIN, V. I. "Remarks on Ryazanov's Amendment." In: *Works*, vol. 32, Progresso, Moscou, 1973, p. 26.



Não se pretendeu aqui fazer uma análise historiográfica aprofundada da definição do princípio do centralismo democrático e de sua aplicação ao longo do processo de construção do partido leninista, mas apenas demonstrar sua criatividade e sua não-redução a uma única forma organizativa.

Voltamos aqui à pergunta do início: qual partido? Se o partido em discussão é o partido da classe operária, que visa destruir o capitalismo e (re)construir o socialismo através de uma estratégia revolucionária, se o partido é instrumento e expressão política do proletariado que objetiva atuar na luta de classes preparando a revolução para derrubar a burguesia e preparar a transição para uma sociedade sem classes, os elementos essenciais da concepção marxista-leninista de partido não se esgotaram, permanecendo vivos e atuais. Os problemas hoje a enfrentar não residem nas raízes conceituais da teoria do partido, mas na sua estagnação - o que dificultou a resolução de novas questões postas pelo desenvolvimento social e especialmente pela experiência de construção do socialismo. Teoricamente, trata-se de analisar o dilema da relação partido/estado/massas no socialismo. Como evitar o "substituísmo" na organização do poder do Estado proletário? Como garantir a democracia proletária e a iniciativa cada vez maior das massas nos órgãos de poder popular? Como a consciência socialista segue se desenvolvendo no seio do movimento de massas? Estas são lacunas teóricas que precisam ser preenchidas pelos marxistas-leninistas de hoje.

Não foi a oficialização da teoria que impulsionou o desenvolvimento do socialismo. Ao contrário, pode ter sido uma das causas de sua derrota.



Questão de Partido

Para os partidos marxistas-leninistas de hoje tirarem lições das experiências socialistas e de suas próprias experiências, é preciso uma atitude nova diante da teoria e da prática, um novo espírito capaz de compreender e desenvolver a permanente relação entre o espontâneo e o consciente, e uma disposição de atualizar a relação entre o centralismo e a democracia.

***Loreta Valadares**

Professora de Ciências Políticas da UFBA.

(Texto publicado originalmente na revista Princípios nº 23, novembro/dezembro 1991 e janeiro 1992.)



Índice

Tela Cheia



ir



Painel



MARX, ENGELS E LÊNIN
UM PARTIDO PROLETÁRIO PARA CONSTRUIR O
PODER PROLETÁRIO

José Carlos Ruy*

Para Lênin, não basta a luta por objetivos econômicos; e mesmo a luta política é limitada. É preciso ir além, lutar para conquistar o poder e criar as condições para destruir o Estado burguês e iniciar a construção do Estado proletário. Para isso é necessário o partido proletário.

Um dos principais pressupostos do marxismo, como teoria revolucionária, é sua afirmação da importância do partido de classe formado pelo destacamento de vanguarda do proletariado para dirigir a luta política dos trabalhadores contra a opressão capitalista e levar à conquista do poder do Estado, à organização de um novo Estado e ao início da construção de uma forma de organização social superior. Esse reconhecimento da importância do partido de classe surge simultaneamente com a teoria revolucionária de Marx e Engels, em meados do século XIX, e é parte integrante, essencial, dela.

Já em 1844, Marx escrevia que a teoria revolucionária precisa unir-se às massas para transformar-se em força real - exigência de unidade entre teoria e prática que caracteriza seu pensamento e o distingue das demais correntes filosóficas, políticas e social, e fundamenta, desde os tempos de sua formação. E o partido revolucionário de classe é o cimento dessa unidade de pensamento e ação.

A idéia de que o proletariado deve se organizar politicamente em seu partido de classe para alcançar o poder político e iniciar a transição socialista foi expressa por Marx e Engels já no *Manifesto do Partido Comunista*, de



Questão de Partido

1848, onde dizem que os comunistas são "a fração mais resoluta dos partidos operários de todos os países, aquela que sempre impulsiona as demais para frente", tendo "sobre a massa restante do proletariado" a vantagem do conhecimento teórico, da "clara visão das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário".

Embora o objetivo imediato dos comunistas possa ser semelhante ao dos demais partidos populares, sua marca é a consciência dos objetivos de longo prazo da luta do proletariado. Como aqueles partidos, os comunistas pregam "a constituição dos proletários em classe, a derrubada da dominação burguesa, e a conquista do poder político pelo proletariado". Mas vão além, e lutam, dentro do movimento atual, pelos objetivos futuros desse movimento, na fórmula célebre deixada pelos fundadores do marxismo. E, entre as tarefas do partido como dirigente e organizador da resistência proletária destaca-se o esforço para educar operários na consciência de classe, de torná-los conscientes do "antagonismo hostil que existe entre a burguesia e o proletariado". Este é um dos axiomas do legado de Marx e Engels - para os proletários, não basta chegar ao poder político: é preciso usá-lo para resolver aquele antagonismo entre os patrões e os trabalhadores, destruir o capitalismo e iniciar a caminhada rumo ao socialismo.

É também dos fundadores do marxismo a idéia de que, no processo da luta contra o domínio burguês, o proletariado desenvolve sua própria identidade e consciência de classe (que são as condições *subjetivas* da revolução) e seu corolário, o partido de classe. A consciência de classe e a identidade proletárias não nascem prontas e acabadas com o proletariado. Não são *dadas*; não surgem, ahistoricamente, à margem da luta proletária, mas sim no enfrentamento cotidiano das agressões, mazelas e misérias que o capitalismo impõe aos trabalhadores. Ela surge desse conflito e é aprimorada ao se transformar em consciência



socialista através da absorção da ciência social mais avançada, segundo a qual a superação das contradições do capitalismo só ocorrerá com a instauração de uma organização social superior. É nessa luta que a massa dos trabalhadores, que "já é uma classe face ao capital", escreveu Marx em *Miséria da Filosofia* (1847), "reúne-se, constituindo-se em classe para si mesma". Esta é uma tarefa que a vanguarda proletária - este é outro fundamento desta ciência social avançada - só poderá realizar se tiver esse instrumento de direção e organização que é o partido revolucionário do proletariado.

Essa lição da política de classe acompanhou toda a trajetória de Marx e Engels e jamais foi abandonada, mesmo depois do aprofundamento de seus conhecimentos empíricos e teóricos, embora alguns escritores reformistas digam que a maturidade os teria levado a uma visão evolutiva, e não revolucionária, da transformação social.

A falsidade dessa idéia é demonstrada mesmo pelo exame superficial e sumário dos escritos de Marx e Engels. Eles polemizaram contra concepções operárias estreitas de seu tempo, contra os anarquistas que desprezavam toda organização política e, de forma idealista e voluntarista, queriam apenas destruir o Estado, sem levar em conta o desenvolvimento histórico, o amadurecimento da classe operária e a necessidade da força política para reorganizar a vida em novas bases. E também contra os reformistas, que acreditavam na melhoria do capitalismo e na possibilidade de a classe operária alcançar seus objetivos no marco desse sistema.

Marx investiu, em 1850, contra quem encarava a organização política proletária de forma estreita, como uma *seita* formada por iluminados isolados da massa proletária e do movimento real de luta política e da luta de classes, denunciando-os como "alquimistas de revoluções". Contra



Questão de Partido

anarquistas e reformistas, ele sempre insistiu na necessidade da organização política dos trabalhadores para participar da luta política contra a burguesia e a aristocracia latifundiária.

No confronto político contra essas correntes que, principalmente os anarquistas, negavam a necessidade e importância do partido de classe, Marx e Engels enfatizavam ser esse o caminho para a própria instituição do proletariado como classe. Numa resolução, aprovada no Congresso de Haia da I Internacional (1872), diziam que, contra as classes proprietárias, a classe operária só pode agir como classe "constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos formados pelas classes proprietárias e a eles se oponha". No ano seguinte, Engels repetia essa lição classista e revolucionária dizendo que a primeira condição da luta proletária era "a política de classe, a organização do proletariado em partido político independente", cujo objetivo imediato era "a ditadura do proletariado", isto é, o governo dos operários e dos demais trabalhadores. Em uma carta a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros, em setembro de 1879, Marx e Engels defendiam a luta de classes, sobretudo "entre a burguesia e o proletariado, como a mais poderosa alavanca da revolução social". Em 1881, Engels reiterava que, "na luta política de uma classe contra outra, a organização é a arma mais importante". Em 1884, reafirmou esse ponto de vista, escrevendo que, à medida que o proletariado amadurece "para emancipar-se a si próprio, constitui-se em um partido independente, elege a seus próprios representantes, e não os dos capitalistas". Em 1886, em carta a Sorge (29/11/1886), dizia que o primeiro passo a ser dado num país onde o proletariado começa a se mover é sua "constituição em partido político independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário". E, quase no final de sua vida, em janeiro de 1893, Engels ironizava, em outra carta a Sorge, aqueles



Questão de Partido

que negavam a luta de classes e, por isso, rejeitavam o pensamento fundado por Marx e ele próprio.

No embate de idéias dentro do movimento operário, Marx e Engels expressaram, assim, de forma sempre clara, a necessidade histórica do partido do proletariado como instrumento de ação política contra a burguesia e a reação feudal e, também, para defender, naquele contexto, o programa próprio da classe operária para a tomada do poder e reconstrução do Estado, de superar os limites do capitalismo e iniciar a construção de uma sociedade nova e avançada.

Coube a Lênin desenvolver esses fundamentos teóricos e organizativos. Seu pensamento não se limita à fórmula célebre registrada em *Que fazer?* - de 1903 -, e que resultou dos embates dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo, onde enfrentou as teses reformistas e economicistas daqueles que, no futuro, formariam a corrente menchevique. No II Congresso do partido russo, em 1903, contra a tese de Martov de uma organização partidária frouxa, adequada à luta política eleitoral nos quadros da democracia burguesa, Lênin insistiu (e foi vitorioso) no ponto de vista de que só poderia ser considerado membro do partido quem "aceite o seu programa e apóie o partido tanto com recursos materiais como com a sua participação pessoal numa de suas organizações". O debate entre Lênin e Martov, naquele Congresso, ficou conhecido como o contraste entre a defesa de um partido de quadros (Lênin), em oposição a um partido de massas (Martov).

É uma simplificação resumir o pensamento de Lênin à defesa das posições expressas em *Que fazer?*. Ao contrário, ele tinha uma visão clara da relação dialética entre forma organizativa e conjuntura política, derivando desta as linhas gerais daquela.



Questão de Partido

Em 1903, contra o reformismo economicista, que defendia o movimento espontâneo e renunciava à luta política operária *independente*, e negava na prática o partido revolucionário, o esforço de Lênin visava à "ação para construir o partido, para superar o `espírito de círculo' e conquistar o `espírito de partido'".

Foi contra o reformismo economicista que Lênin defendeu outra fórmula célebre: "A consciência política da classe somente pode ser levada ao operariado a partir do exterior, ou seja, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões". Explicitava a mesma tese do *Manifesto Comunista* de 1848: é na luta política, e não na luta econômica, que a consciência de classe se forja. É nela, e não apenas na defesa de melhorias econômicas sob o capitalismo, que o proletariado desenvolve sua consciência socialista. Por isso ela vinha de *fora* da luta econômica e dos limites estreitos do *conflito econômico entre operários e patrões*.

Lutando contra o economicismo, Lênin lutava também contra a tendência a reduzir a luta operária à sua expressão sindical que, pensava, era somente uma parcela dos objetivos proletários. É preciso elevar a luta econômica ao patamar da disputa política, e é o atendimento dessa exigência que impõe a necessidade de uma teoria de vanguarda e da organização de vanguarda, unindo a teoria socialista ao movimento operário.

O partido é fruto da união da teoria social avançada, o socialismo científico e o movimento dos trabalhadores. E é no desenvolvimento da luta das massas, escreveu Lênin em 1908, que o papel dirigente do proletariado aparece à luz do dia, em todos os terrenos em que a luta se desenvolve. É nos períodos de luta revolucionária direta, diz ele, que são lançadas "as bases sólidas dos agrupamentos de classes" e que surgem "as clivagens entre os grandes partidos



Questão de Partido

políticos". Em 1912, ele voltava à carga, reafirmando: é "nas épocas das crises profundas que abalam todo um país" que aparece "claramente a divisão de toda a sociedade em partidos políticos".

Para Lênin, o partido é a parte da classe operária - sua vanguarda armada com o conhecimento científico - capaz de dirigir a luta contra todas as manifestações concretas de opressão, "quaisquer que sejam as classes afetadas", escreveu. O proletariado e seu partido devem lançar-se à frente do movimento democrático, rompendo com o horizonte limitado da luta nas empresas. "Só o partido que organize campanhas de denúncias em que realmente participe todo o povo poderá converter-se, nos nossos dias, em vanguarda das forças revolucionárias".

Em 1903, quando a ditadura czarista promovia uma perseguição feroz aos democratas e aos socialistas, Lênin defendia um partido formado por um núcleo de revolucionários profissionais com conhecimento teórico, experiência política, prática organizativa e cominando as normas da clandestinidade. Esse núcleo devia ser o centro de uma ampla rede de organizações locais, com grande número de militantes, capaz de atingir milhares de trabalhadores. Era uma forma organizativa, adaptada àquela conjuntura adversa, que impunha clandestinidade mais rigorosa.

Só quando se desconsidera sua consciência da relação dialética entre forma organizativa e conjuntura política é que se pode transformar o líder bolchevique no campeão do partido de quadros, do modelo definido em *Que fazer?*. Ao contrário, Lênin procurava - como um materialista militante e dialético - extrair as categorias teóricas que orientavam sua ação das circunstâncias concretas, reais, em que atuava, sem perder de vista o objetivo fundamental: a luta pelo socialismo.



Questão de Partido

Assim, quando a revolução de 1905 obrigou o czarismo a promover uma abertura democrática limitada e aceitar uma situação de relativa legalidade, Lênin defendeu a abertura do partido às massas, mantendo o aparelho clandestino. Naquela conjuntura, como depois de fevereiro de 1917, ele defendeu a formação de um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático (expressão que usou pela primeira vez em 1905). Em 1905, pregou o recrutamento em massa dos operários industriais e a construção de "uma organização não-clandestina, com sistema eletivo, com a representação no Congresso baseada no número dos membros organizados do Partido". Naquele ano, insistindo na necessidade de recrutar membros e ampliar o partido, ele escreveu: "com maior amplitude e audácia, com maior audácia e amplitude, e mais uma vez com a maior audácia, sem ter medo de fazê-lo. (...) É preciso unir e pôr para trabalhar, com extraordinária rapidez, todos os elementos que possuam iniciativa revolucionária". Em outra oportunidade, naquele mesmo ano, dizia: "Devemos saber adaptar-nos a uma dimensão totalmente nova do movimento. (...) É preciso aumentar substancialmente os efetivos de todas as possíveis organizações do partido ou próximas do partido, para caminhar, de qualquer modo, *pari passu* com a torrente de energia revolucionária do povo, que cresceu cem vezes (...); devemos criar, sem perder um só instante, centenas de novas organizações".

Lênin demonstrou - teórica e praticamente - que o partido do proletariado deve ter a habilidade de adaptar-se às circunstâncias políticas em que atua, sendo um partido de quadros, rígido e disciplinado nos períodos de perseguição policial, ou transformando-se num partido de massas, amplo e igualmente disciplinado, nos momentos de atuação aberta e legal. "Toda luta de classes é uma luta política", escreveu, chamando a atenção para as diferenças importantes que decorrem do grau de desenvolvimento dela. Seu estágio



Questão de Partido

embrionário é a luta econômica, e ela é "mais elevada e desenvolvida quando ocorre em escala nacional, por objetivos políticos". Mas isto também é insuficiente. O desenvolvimento da luta de classes é coroado quando, em escala nacional, o proletariado busca aquilo que "é o essencial: a organização do poder de Estado".

Assim, resumindo, não basta a luta por objetivos econômicos; não basta também a luta para alcançar o poder: é necessário um partido proletário capaz de educar os trabalhadores através da luta econômica, dar a ela o caráter de luta política para conquistar o poder e criar, assim, as condições para a destruição do Estado burguês e iniciar a construção de um Estado de tipo novo, proletário. Este é o ensinamento deixado por Marx e Engels e desenvolvido por Lênin.

A teoria marxista e a ação prática dela decorrente marcaram profundamente a história da humanidade nestes últimos 150 anos, e foi esteio e inspiração para a organização revolucionária dos trabalhadores. Particularmente depois de 1917, quando - assumindo o poder pela primeira vez e mantendo-o por várias décadas - a ação revolucionária dos trabalhadores russos apontou, para a humanidade, que era necessário e possível começar a construir uma alternativa real e concreta ao capitalismo.

A experiência acumulada nestas décadas, e a derrocada da URSS e do Leste Europeu, são a demonstração prática da importância da existência de um partido revolucionário consciente e conseqüente. Ele é o instrumento indispensável para a mudança revolucionária. Foi com ele que os bolcheviques e os revolucionários de outros quadrantes do planeta chegaram ao poder e começaram a construir uma sociedade mais avançada. Foi quando o partido soviético degenerou e desviou-se pelos caminhos do revisionismo e



Questão de Partido

do retorno ao capitalismo que começou a derrocada do regime nascido sob a direção de Lênin.

A conclusão fundamental que pode ser extraída dessa longa experiência é a de que o presente e o futuro da humanidade dependem da construção desse instrumento de direção da mudança revolucionária, o Partido Comunista.

***José Carlos Ruy**

Jornalista, editor da revista *Princípios* e do Jornal *A Classe Operária* e membro do Comitê Central do PCdoB.

(Texto originalmente publicado na revista *Princípios* nº 62, agosto/setembro/outubro 2001.)

Notas

AMAZONAS, João *Autêntica Organização de vanguarda*. São Paulo, Centro de Cultura Operária. s/d.

CRUZ, Humberto M. da. *Lénine e o Partido Bolchevique*. Lisboa, Seara Nova, 1976.

ENGELS, Friedrich. "Contribuição ao problema da habitação". In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. T. 1, Madrid, Ed. Ayuso, 1975.

_____. "El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado". In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. T. 2, Madrid, Ed. Ayuso, 1975.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *Le parti de classe. IV. Activités de classe du parti*. Introduction et notes de Roger Dangeville. Paris, François Maspero, 1973.

GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. RJ, Graal, 1979.



Questão de Partido

JOHNSTONE, Monty. Partido, verbete em Tom Bottomore (org). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

_____, "Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda". In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. V. 6, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

_____, "Lênin e a revolução". In: E. J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. V. 5, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LÊNIN, V. I. "Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento". In: *Obras escolhidas*. T. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

_____. "Duas táticas da social-democracia na revolução democrática". In: *Obras escolhidas*. T. 1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

_____. "Um passo em frente, dois passos atrás (A crise do nosso partido)". In: *Obras escolhidas*. T. 1. SP, Alfa-Ômega, 1979.

_____. "Reflexões sobre o período atual". In: Fernandes, Florestan (org). *Lênin: política*. São Paulo, Ática, 1978.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Lisboa, Edições Avante! 1991.

MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY. *A questão do partido*. SP, Kairós, 1978 (coletânea de textos).

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. T. 1, Madrid, Ed. Ayuso, 1975.

MILLIBAND, Ralph. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.



GRAMSCI, LÊNIN E A QUESTÃO DA HEGEMONIA

Augusto C. Buonicore*

Criou-se um hábito, um mau hábito, de separar um autor das bases teóricas que lhes serviram de suporte; separá-lo dos seus pressupostos teóricos e históricos imediatos. Esta separação levou alguns a conferirem os louros de pensamento original, no sentido de exclusividade, a autores cujo grande mérito foi justamente desenvolver teses elaboradas por outros, ainda que as enriquecendo. Nos trabalhos acadêmicos sobre Gramsci parece ser bastante comum esse procedimento. Estudou-se e escreveu-se sobre o seu pensamento desvinculando-o de seus pressupostos teóricos e políticos imediatos: o pensamento e a ação política de Lênin. E Gramsci foi, em nossa opinião, acima de tudo, um leninista.

Muito do que lhe foi atribuído como contribuição exclusiva não é nada mais - e isto é muito - que a aplicação original das teses defendidas por Lênin. Não queremos aqui minimizar a importância daquele que foi, reconhecidamente, um dos principais teóricos marxistas do século XX. Pretendemos recolocar sua produção teórica sobre os pés, visto que, em certo sentido, se encontra invertida.

Talvez nosso primeiro mergulho no conceito de hegemonia possa nos mostrar a íntima relação existente entre o pensamento de Lênin e a obra de Gramsci, respeitando - é claro - os limites históricos destes dois autores que, embora contemporâneos, tiveram vivências e experiências políticas bastante diferenciadas, transitando por situações históricas particularíssimas.



Lênin e a hegemonia

O próprio Gramsci em diversas passagens de sua obra reconheceu a paternidade leninista do conceito de hegemonia. Ele afirmou: "O princípio teórico-político da hegemonia (...) é a maior contribuição teórica de Ilitch à filosofia da práxis". Em outro momento reafirmou esta idéia: "É possível afirmar - disse ele - que a característica essencial da filosofia da práxis mais moderna (referindo-se a Lênin) consiste no conceito histórico-político de hegemonia".

Essas afirmações, extraídas de seus *Cadernos do Cárcere*, são provas mais do que suficientes de que ele não pretendeu criar algo essencialmente novo, mas sim desenvolver algo já existente (pelo menos no que diz respeito ao conceito de hegemonia), algo que seria para ele o "ponto essencial" do marxismo, "a maior contribuição teórica" de Lênin.

O conceito de hegemonia foi, decerto, como afirmou Gramsci, uma das maiores contribuições de Lênin à ciência política marxista, embora, contraditoriamente, como lembrou Luciano Gruppi, poucas vezes essa terminologia tenha aparecido em sua obra e as poucas vezes em que se utilizou o termo foi durante o breve espaço de tempo anterior à revolução de 1905.

Vejamos, então, como esse conceito apareceu na obra de Lênin durante este curto período. Afirmou ele: "Segundo o ponto de vista do proletariado a hegemonia pertence a quem luta com maior energia (...) ao chefe ideológico da democracia". Portanto, hegemonia teve para Lênin o claro sentido de direção política e só poderia ser construída quando uma classe abandonasse a sua visão exclusivista de corporação; no caso do proletariado, quando ele abandonasse a visão economicista - e corporativa - da luta exclusivamente sindical e se agarrasse ao fio condutor das



grandes transformações: a luta política revolucionária. Se o proletariado, enquanto classe, quisesse construir a sua hegemonia política sobre o conjunto da sociedade precisaria abandonar o "estreito limite da luta econômica contra o patrão e o governo" e se colocar na linha de frente das lutas "contra qualquer manifestação de arbitrariedade e de opressão onde quer que ela se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida".

Ter hegemonia significava para o proletariado, antes de tudo, ganhar para seu lado a maioria das classes subalternas, mas para isto seria preciso que ele fosse a direção mais conseqüente de sua luta, porta-voz autêntico das aspirações do conjunto do povo.

Podemos dizer que em Lênin o conceito de hegemonia se articulava com um outro conceito central - o de vanguarda -, compreendido enquanto direção de um arco, mais ou menos amplo, de alianças.

No entanto, ser vanguarda não poderia ser encarado apenas como um ato de "auto-afirmação revolucionária". Para uma força política se constituir em vanguarda seria preciso estar inserida na ação política das massas populares. Para ele, não bastava dizer-se vanguarda; seria preciso "proceder de forma a que todos os outros destacamentos se dessem conta e fossem obrigados a reconhecer" que os socialistas marchavam à frente. Concluiu: "Os representantes dos outros destacamentos (não) seriam imbecis a ponto de acreditar que somos vanguarda só porque dizemos".

Nos primeiros anos do século passado os social-democratas russos se viram divididos em relação à resposta a ser dada para uma série de questões; entre elas, se o proletariado deveria ou não participar do processo de revolução burguesa. Deveria ou não buscar dar a ela uma solução de

continuidade que lhe favorecesse? Deveria ou não exercer papel dirigente?

Em particular, quanto a tais questões se levantaram aqueles que afirmavam que o proletariado não deveria participar enquanto força dirigente do processo revolucionário. A revolução burguesa deveria ser obra exclusiva da própria burguesia. O proletariado deveria apenas dar o seu consentimento, apoiando-a "criticamente", sem sujar as suas mãos. Deveria esperar, pacientemente, a sua vez. Para aqueles que a questão do poder para a classe operária não estava colocada na ordem do dia, a hegemonia também não se constituía enquanto problema a ser resolvido.

Mas, para Lênin, ao contrário - a quem o problema do poder político estava colocado desde o primeiro dia -, a conquista da hegemonia se constituía numa questão-chave que deveria começar a ser resolvida teórica e politicamente. Ganhar o conjunto das classes subalternas para sua direção política, eis a tarefa primeira do proletariado revolucionário e do seu partido político. Eis a tarefa a que Lênin se lançou com todas as suas forças, durante toda a sua vida militante.

Como Lênin encarava a questão da conquista da hegemonia em 1905?

Ao contrário dos mencheviques - segundo os quais, o proletariado deveria abandonar a direção da luta política durante a primeira fase da revolução, nas mãos da própria burguesia -, Lênin defendeu a tese de que o proletariado deveria procurar manter-se na direção do movimento. "Não apenas podemos - *afirmou Lênin* - mas devemos dirigir de qualquer forma essa atividade das diversas camadas de oposição se quisermos ser vanguarda".

Lênin continua: "Mas se quisermos ser democratas avançados (vanguarda da luta contra a autocracia) devemos



ter a preocupação de incitar a pensar exatamente aqueles que só estão descontentes com o regime universitário, ou apenas com o regime dos zemstvos¹ (...) a pensar que todo o regime político nada vale. Nós devemos assumir a organização de uma ampla luta política sob a direção de nosso partido".

Conquistar a hegemonia para o proletariado significava também - e principalmente - a conquista das massas dos camponeses e isto só seria possível com o estabelecimento de um programa mínimo que incluísse a reivindicação da propriedade da terra, reivindicação de cunho burguês que, contraditoriamente, vai para além dos limites que a burguesia liberal desejava ir com o seu projeto de revolução.

Portanto, tal conquista exigia certas concessões do proletariado às demais classes subalternas, às vezes até a certas frações das classes exploradoras. A hegemonia, enquanto resultado do processo de conquista da direção política, exigia o atendimento de alguns interesses específicos destas classes e frações de classes, sem o qual qualquer proposta seria frase vazia. Lênin afirmou: "Só estabelecendo uma relação de ampla aliança com os camponeses é que o proletariado pode se tornar força dirigente da revolução e pode romper como o nexo entre a revolução democrática e hegemonia burguesa".

O problema da construção da hegemonia do proletariado foi para Lênin um problema-chave, não só nos períodos anteriores à revolução - como instrumento necessário para a conquista do poder político -, mas também nos momentos posteriores de construção de uma nova sociedade.

¹ administração provincial eleita pela nobreza e as classes possuidoras na Rússia czarista

Lênin teve o mérito de resgatar o marxismo do pântano do economicismo, no qual, em grande medida, havia mergulhado após a morte de Engels. Ele resgatou o papel ativo dos homens organizados em partidos políticos enquanto agentes vivos do processo de transformação social. Uma transformação que se dá fundamentalmente na esfera da luta política de massas. Nesta trilha, aberta por Lênin, seguiria Gramsci.

Gramsci e a hegemonia

"Os comunistas turinenses haviam colocado concretamente a questão da hegemonia do proletariado, ou seja, a base social da ditadura do proletariado e do Estado proletário". Assim Gramsci abordou o problema da hegemonia em sua obra clássica *A Questão Meridional*; nela podemos perceber que, para ele, pelo menos nesta obra pré-cárcere, hegemonia e ditadura eram dois aspectos indissociáveis do poder operário e popular.

Mas existia uma condição para a hegemonia do proletariado se efetuar. "O proletariado - *afirmou ele* -, pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora". Era preciso ampliar a base social da revolução e do novo poder que surgiria; para tanto, era necessária a construção de uma ampla frente sob direção política e cultural da classe operária e do seu partido político - o Partido Comunista.

Luciano Gruppi nos lembra que, ao contrário de Gramsci, Lênin em seus textos parecia reduzir o conceito de hegemonia a um "determinado tipo de aliança", jamais utilizando o termo para designar o próprio exercício da Ditadura do Proletariado. O motivo, segundo ele, seria o empenho de Lênin "numa polêmica direta, numa áspera luta

Questão de Partido

contra os reformistas, contra os sociais democratas que negavam o conceito marxista de Ditadura do Proletariado".

Gruppi, aqui, em nossa opinião, está apenas parcialmente correto. O reforço, ou melhor, o resgate do termo *ditadura do proletariado*, não se deu, exclusivamente, por causa do acirrado debate ocorrido no seio das correntes sociais democratas, mas, sim, fundamentalmente, devido à precisão do termo. Para Lênin, o exercício da Ditadura do Proletariado pressupunha hegemonia política desta classe; este era um componente necessário para construção e estabilidade do novo regime.

No entanto, os dois conceitos - *ditadura* e *hegemonia* - não se confundiriam (embora esta confusão possa existir em trechos da obra de Gramsci): o primeiro dizia respeito à essência particular do novo poder que surge, o Estado operário - é bom lembrarmos a fórmula concisa de Engels, Estado igual ditadura de classe. E o segundo à direção político-ideológico que forjaria a base social necessária para a conquista do poder político e para a construção do Estado socialista.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de hegemonia, embora não explicitado, esteve presente em toda a obra política de Lênin, ganhando maior importância durante os períodos revolucionários (1905 e 1917) e também nos primeiros anos de construção do poder socialista, traduzindo-se no difícil problema da aliança entre operários e camponeses, entre operários e intelectualidade, formada no seio da sociedade capitalista etc.

Gramsci afirmou: "Ou o proletariado, através de seu partido político consegue (...) criar um sistema de alianças no sul, ou então as massas camponesas buscarão dirigentes políticos nesta mesma zona, ou seja, entregar-se-ão completamente nos braços da pequena burguesia



amendolina, tornando-se reserva da contra-revolução". Continuou ele: "O problema camponês continua a ser o problema central de qualquer revolução em nosso país e de qualquer revolução que queira dar frutos: e por isto, deve ser posto com coragem e decisão". Novamente, vemos, aqui, o pensamento de Lênin com toda a sua força.

Na Itália tais teses cumpriram um papel importante, visto que o movimento operário e socialista, desde a direita social-democrata - que tendia a formar uma aliança prioritária burguesia liberal nortista e a ela se submeter - até os esquerdistas de Bordiga - contrários a qualquer solução de compromisso em relação ao programa máximo dos comunistas -, se mostrava contrário a uma aliança estratégica entre os operários do norte e os camponeses do sul. Portanto, colocar o problema da construção da aliança operária e camponesa na Itália era também colocar concretamente o problema da construção da hegemonia pelo proletariado no processo revolucionário italiano. Sem medo de forçar a nota podemos afirmar que Gramsci foi o principal dirigente revolucionário leninista na Itália do final dos anos de 1910 e início dos anos de 1920.

Coerção e hegemonia

Uma pergunta então surge: Poderia existir um Estado que se mantivesse sem a coerção ou sem hegemonia? A resposta do marxismo deveria ser não. No entanto, para vários autores aqui haveria uma diferença fundamental entre as concepções de Lênin e de Gramsci sobre o Estado. Acreditamos que as diferenças entre os dois pensadores não sejam tão significativas assim. O que existiu foi o reforço de um ou outro aspecto da ditadura de classe, entendida sempre como articulação complexa entre direção político-ideológica e coerção. Nenhum Estado pode se sustentar permanentemente apenas através da coerção e, pelo contrário, nenhum Estado, por mais democrático que seja,



pode abrir-mão de se utilizar amplamente dos mecanismos repressivos de que dispõe para manter a ordem estabelecida, ou seja, para impedir que as relações de classes que lhe dão suporte sejam abaladas pela luta de classes.

Esta diferença na tônica é fruto dos diferentes momentos históricos em que se inseriram uma e outra produção teórica. Lênin escreveu os seus principais trabalhos sobre o Estado e, portanto, sobre a ditadura de classe, num período bastante próximo do assalto ao poder na Rússia, em plena efervescência revolucionária na Europa; portanto, estão inseridos num período de acirramento da luta de classes e em meio a um acalorado debate entre as alas esquerda e direita da social-democracia. Esta última negava categoricamente o papel central da violência revolucionária nos processos de transição socialistas e a necessidade de implantação de uma Ditadura do Proletariado.

Tudo isso levou Lênin a concentrar sua atenção no problema do Estado enquanto instrumento de coerção nas mãos de uma classe, em detrimento de seu papel de educador e de dirigente, frisados em algumas obras anteriores e posteriores. Mesmo em *O Estado e a Revolução* e *O Renegado Kautsky* - ambas de 1917 -, esse aspecto está presente, embora de maneira não central.

O próprio Lênin nos fala do papel do Estado socialista, que seria: "dirigir, organizar (...) ser o educador, o dirigente de todos os explorados, na obra de organização da vida social, sem a burguesia e contra ela". Essas características conviveriam, lado a lado, com o exercício da coerção sobre o que restou das classes exploradoras derrubadas do poder.

Gostaríamos de citar, correndo o risco de sermos enfadonhos, duas outras passagens (ambas extraídas da obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*) em que



Lênin reforça o papel de educador e de direção do Estado proletário. "A Ditadura do Proletariado - *afirma ele* -, é uma luta tenaz, cruel e terrível, violenta e pacífica, militar, econômica, pedagógica e administrativa, contra as forças da tradição da velha sociedade". E continua: "Sob a Ditadura do Proletariado, será preciso reeducar milhões de camponeses e pequenos proprietários, intelectuais burgueses, subordinando todos à direção do proletariado".

Gramsci, por sua vez, escreveu no momento de recuo da revolução européia e de avanço do nazi-fascismo. Por fim, o próprio entendimento do Estado como instrumento de coerção de uma classe sobre a outra já estava por demais consolidado no interior do movimento comunista internacional a ponto de se tornar o único aspecto a ser considerado. Este foi, sem dúvida, o reflexo de uma leitura dogmática e a-histórica dos textos do próprio Lênin.

Gramsci buscou, justamente, resgatar as contribuições de Lênin e aprofundá-las; para ele, o problema do Estado era mais complexo. Sem discordar de que o Estado seria fundamentalmente um instrumento de coerção, estendeu seu estudo a um outro aspecto: o Estado enquanto dirigente e educador, buscando compreender o papel desempenhado pelas ideologias nesse processo.

Ele compreendeu que a produção e a reprodução das relações sociais - e políticas - não podiam se dar, exclusivamente, através da coerção; elas se davam de múltiplas (e complexas) formas, nas quais as ideologias jogavam um papel decisivo. Para Gramsci, o Estado seria "hegemonia encouraçada de coerção". Era preciso superar as teses simplistas imperantes no seio da III Internacional e ele, com a ajuda de Lênin, em certo sentido, as superou.

***Augusto C. Buonicore**

Historiador, doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp,



Questão de Partido

membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e da Comissão Editorial das revistas *Debate Sindical*, *Princípios* e *Crítica Marxista*.

Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*, L&PM, Porto Alegre, 1981.

GRAMSCI, A. *A Questão Meridional*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

_____. *Concepção Dialética da História*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1986.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1985.

GRAMSCI, A. & BORDIGA. *Conselho de Fábrica*, Brasiliense, São Paulo, 1981.

GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*, Graal, Rio de Janeiro.



***Intervenção no III Seminário Político
Latino-Americano e Europeu
(Santiago, Chile 9 a 11 de janeiro de 2004).***

José Reinaldo Carvalho*

1. O Partido Comunista do Brasil, tal como os demais partidos comunistas e forças revolucionárias e progressistas, atribui importância de primeiro plano aos movimentos de massas e valoriza como estratégico o trabalho com eles e entre eles. Nossa concepção transformadora assume como princípio, historicamente comprovado pela longa trajetória de lutas políticas e sociais de mais de um século e meio, que as massas populares e não as personalidades e as organizações políticas singulares, são os sujeitos da história, os principais atores das gestas emancipadoras.
2. Tomamos também como ponto de partida que a luta social nas condições do capitalismo e hoje mais ainda em sua fase neoliberal, esgotar-se-ia em si mesma se estivesse circunscrita a objetivos limitados e parciais. Em uma sociedade onde impera a opressão social e nacional, o movimento social tem de adquirir um alcance anticapitalista, conteúdo e caráter de classe, consciência revolucionária e deve adotar posições programáticas relacionadas com a luta por uma nova sociedade, vale dizer, por um novo poder político. Destarte, a luta social e a luta política, o movimento social e o partido político não podem ser considerados isoladamente. "Não digam que o movimento social exclui o movimento político. Não há jamais movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social", dizia Marx em *Miséria da Filosofia*. Hoje, quando se fala do "novo movimento", "movimento dos movimentos", o que tem sua validade, levando em consideração as novas condições da época em que



vivemos, o que não é válido é opor o movimento social ao movimento político, as organizações sociais aos partidos políticos e menosprezar como “tradicionais”, ou seja, superados historicamente, os partidos que lutam pela transformação revolucionária da sociedade e as organizações de classe.

3. Naturalmente, houve no passado e há também hoje em dia erros de concepção, condução e método por parte dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias em suas relações com os movimentos de massas. Certamente há novos atores sociais que não estão contidos nos modelos clássicos de análises de classes da sociedade. O mundo passou por mudanças e temos de enriquecer nossas análises, porém não se pode ao tentar criticar esses erros incorrer em outro, o de negar o papel do fator consciente na luta revolucionária, que não virá espontaneamente, nem sequer só “de baixo”, “da base”. São indispensáveis a teoria e a inteligência coletiva, o que só se obtém através do amadurecimento dos partidos políticos revolucionários de classe.
4. A visão dos comunistas brasileiros sobre o tema baseia-se em nossa experiência e situa-se historicamente. Em linhas gerais pode-se dizer que as características do movimento social no nosso país são a sua permanência histórica, sua diversidade e sua ação através do método da unidade e da frente única. Distinguem-se como fases históricas:
 - a. A luta contra a ditadura (meados dos anos 1960 até meados dos anos 1980). Mesmo quando a resistência àquele facinoroso regime assumiu a forma de combate armado, nunca os movimentos de massas deixaram de jogar um papel e nunca as forças progressistas, entre elas os comunistas, os menosprezaram. A ditadura não teria sido derrotada

Questão de Partido

se os movimentos e organizações de massas não tivessem sido ativos protagonistas desempenhando inestimável papel político. Refiro-me às organizações sindicais, estudantis, camponesas, de mulheres, comitês pela anistia a presos políticos, comitês pela convocação de eleições diretas, comitês de luta contra a fome, organizações de base da igreja etc. Os partidos revolucionários atuavam na clandestinidade, estavam fundidos, mimetizados em ditas organizações e estas mantiveram sua autonomia, seu papel protagonista e atuaram com unidade. Poderíamos, se houvesse tempo, fazer uma digressão para demonstrar que ocorreu o mesmo fenômeno em épocas anteriores desde a primeira metade do século XX. O que apresento não quer dizer que os comunistas e as demais forças da esquerda não tenham autocrítica a fazer sobre o tema, porém não se pode imputar-lhes a acusação de menosprezarem os movimentos de massas. Esta foi uma característica importante da atividade dos comunistas na história.

- b. Com a conquista da liberdade política em 1985, que não foi uma revolução mas representou uma mudança política profunda em nosso país, irromperam os movimentos de massa com grande força, assim como os partidos de esquerda deixaram de ser meramente de quadros para ser também de massas. Corresponde a esse período a fundação e a afirmação do Partido dos Trabalhadores, a partir das lutas sindicais, e as campanhas pela legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foram campanhas de massas. Pode-se mencionar também a luta pela nova Constituição democrática, quando a capital do país, Brasília, a sede dos poderes Legislativo e Executivo, se transformou em cenário de



Questão de Partido

manifestações diárias durante muitos meses para que fossem inseridos na nova Constituição os direitos do povo pelos quais se batiam os movimentos sociais.

5. Atualmente, no Brasil e no mundo, os movimentos de massas são impulsionados na resistência à ofensiva generalizada da burguesia, da reação mundial e do imperialismo contra os direitos dos povos, a democracia, a soberania nacional, a segurança e a paz. Evidencia-se cada vez mais que o desenvolvimento destrutivo do capitalismo traz a barbárie. Seus efeitos visíveis são a degradação da vida, a exclusão social, a privação de direitos, o desemprego, a miséria, a violência, o crime organizado, a insegurança pública, a crise da civilização urbana. No plano político, as relações internacionais são marcadas pela militarização e a guerra.
6. As forças progressistas têm diante de si o grande desafio de compreender essa realidade, suas causas e seu sentido e, a partir dessa compreensão, incidir de maneira qualificada nos movimentos sociais, mergulhar neles, deitar raízes, ligar-se a eles e contribuir para apontar caminhos de luta por uma nova sociedade que supere aqueles fenômenos, o que significa lutar pela supressão do próprio capitalismo, indicando o conteúdo de classe dos problemas e a natureza das políticas capitalistas e neoliberais vigentes.
7. Alguém se pergunta: que há de peculiar e novo neste momento, no novo movimento? Há uma globalização que é transversal e simultaneamente vertical, que gera e reproduz a opressão social e política em todo o planeta, e é agravada pela crise sistêmica do capitalismo e pela hegemonia do imperialismo norte-americano com sua política de guerra. A transversalidade da globalização não significa o apagamento da dominação nacional, das



contradições interimperialistas e a formação de um diretório mundial governando o planeta. No vértice do sistema de poder mundial nesta época de globalização encontra-se o imperialismo norte-americano, cuja estratégia é cada vez mais lutar pelo primado dos interesses desse mesmo imperialismo. Há também a realização de transformações técnico-científicas, transformações no mundo do trabalho, transformações culturais para as quais concorre o monopólio dos meios de comunicação e seu amplo alcance, transformações no modo de vida, etc. que fazem surgir novas dinâmicas na vida social manifestadas na construção de identidades, na formulação de novas reivindicações, na criação de novas estruturas organizativas e novas formas de manifestação e luta. Deve-se ressaltar a emergência das mulheres e seu papel na vida social, o advento de um movimento cultural de massas, a manifestação aguda de problemas étnicos e raciais, o perigo da devastação ambiental, as questões de comportamento, de orientação sexual, a crise da vida urbana, novos fatores psicossociais, uma espécie de neurose coletiva, de isolamento das pessoas, dificultando em muito a mobilização e a organização coletivas.

8. Surgem assim, novos cenários de luta, as causas e os objetivos finais e parciais se diversificam, assim como os atores, os enfoques e os critérios, cujo resultado é a criação de uma imensa rede de organizações e coordenações. Compreendê-las, aproximar-se delas constitui um grande desafio a ser enfrentado por todos que almejam a transformação social. É necessário captar o alcance e o sentido objetivamente revolucionário das lutas sociais, ainda quando quase sempre esse sentido não seja claro para esses atores.
9. Na análise sobre as relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos e dos mencionados fenômenos



objetivos contemporâneos, há de se levar em conta também outros fatores:

- a. A impossibilidade de o capitalismo na fase neoliberal, de estado mínimo, de liquidação do estado de bem-estar social, da aniquilação da autonomia nacional dos países pobres, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, atender satisfatoriamente às crescentes demandas sociais.
- b. A derrota histórica do socialismo e do movimento revolucionário com todo o impacto que isso tem em termos de declínio e refluxo e perda da influência política dos partidos comunistas.

Esses dois fatores criam um vazio onde viceja toda a sorte de organizações do terceiro setor e cujos resultados de suas ações são a fragmentação e a colaboração de classes.

10. É nesse quadro político que surge o Fórum Social Mundial e o movimento antiglobalização que em suas três versões de Porto Alegre, agora em Mumbai, Índia, e nos embates de ruas desde Seattle, revelam as novas potencialidades deste novo movimento, o que ficou muito evidente nas memoráveis jornadas contra a guerra imperialista no ano passado. O FSM se afirma como movimento antiglobalização, anticapitalista, antiimperialista, antiguerra e, pelo menos as suas ramificações latino-americanas, como movimento anti-Alca, ainda que nem sempre esse sentido esteja claro para as organizações que o constituem e que muitas vezes sejam imprecisas, contraditórias, confusas e ecléticas as suas formulações e decisões.

11. O FSM se perfila com essas características em um marco muito amplo e diversificado de organizações, forças



políticas e correntes de opinião. Os comunistas devemos atuar e efetivamente atuamos aí, considerando o FSM como ponto de convergência e encontro para a ação comum, um terreno propício para impulsionar a unidade do movimento de massas e o trabalho em frente única.

12. Por isso, quaisquer atitudes hegemônicas e excludentes ou intenções de enrijecer para transformar artificialmente o FSM em um novo centro de formulações e decisões constituirão uma deformação e serão prejudiciais à luta. Se é verdade que a luta é cada vez mais global, não é menos verdade que não se podem apagar as peculiaridades nacionais e que é contraproducente fabricar agendas que ignorem as agendas nacionais. Em países como o Brasil, com suas características de país continental na esfera de dependência do imperialismo norte-americano, onde avultam problemas sociais entrelaçados com os derivados da dominação externa, a questão nacional tem uma particularidade que não pode ser ignorada, mormente agora nas novas condições em que se observa novo dinamismo político e social.
13. São também tendências a combater, nos marcos de uma atuação ampla e unitária no Fórum Social Mundial o reformismo, a conciliação de classes e a tentativa de domesticar e fragmentar as lutas sociais, o esvaziamento do caráter político e de classe dessas lutas, assim como o apoliticismo, o apartidarismo e as intoleráveis discriminações aos comunistas e demais forças revolucionárias.¹
14. Finalizo voltando ao Brasil: em nosso país o movimento de massas tem como característica lutar para manter sua independência em uma situação em que o governo central da República e alguns governos estaduais e municipais, são, com os limites próprios do quadro político e os limites políticos e ideológicos da força



Questão de Partido

dirigente da transição – o PT – forças aliadas na luta por transformações progressistas, democráticas e sociais. A transição brasileira vive impasses decorrentes de um incipiente grau de acumulação de forças revolucionárias, além de uma tendência à acomodação por parte da força dirigente, voltada muito mais para a gestão do poder pré-existente com horizonte de curto prazo do que para impulsionar mudanças de profundidade na situação política e social. O diferencial poderá ser o movimento de massas, fator capaz de forjar convicções e forçar alterações de rumo.

Santiago, Chile, 09 de janeiro de 2004.

Atualizado em março de 2006 conforme nota 1 abaixo.

***José Reinaldo Carvalho**

Vice-presidente e Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil - PCdoB

Nota

1. Quando se republica este texto, no momento em que se edita o livro *Questões de Partido - Atualidade do partido leninista no Brasil*, dois anos depois de realizada instigante debate sobre a relação dos partidos comunistas e o movimento de massas, somos tomados pela sensação de que, com a recente evolução dos acontecimentos mundiais e nacionais, torna-se ainda mais necessário enfrentar o tema em termos práticos e com visão estratégica. O espírito da época é o da luta antiimperialista e pelo novo socialismo. Uma nova luta, com atualização programática e metodológica, que exclui a conciliação de classes e a adaptação ou a capitulação ao imperialismo e às suas políticas. O horizonte limitado dos governos de centro-esquerda, a perspectiva cingida aos marcos estreitos da mitigação dos efeitos do neoliberalismo e não a sua superação, a governabilidade assegurada apenas através de arranjos e compromissos com os tradicionais partidos das classes dominantes, indicam às forças revolucionárias a necessidade de investir mais na sua construção como força de



classe independente, tendo como eixo um programa transformador e a ação política organizada do movimento de massas, o que não nega, antes pressupõe, a concertação de amplas alianças políticas, a unidade das forças democráticas e progressistas e o apoio e participação em governos, quando isso for elemento propício à acumulação revolucionária de forças, como é o caso na atualidade em alguns países da América Latina.

Os Fóruns Sociais Mundiais policêntricos realizados no início de 2006, dois anos depois do III Seminário Político Latinoamericano e europeu, que reuniu partidos comunistas de ambos os continentes no mês de janeiro de 2004 em Santiago do Chile, evidenciaram a necessidade de organizar o novo movimento antiimperialista, contra o neocolonialismo e o neoliberalismo. A mundialização neoliberal não é outra coisa senão o sistema neocolonialista, incompatível com os interesses dos povos e nações. Politicamente, o mundo encontra-se sob o domínio unilateral do imperialismo norte-americano, que põe em prática uma estratégia de guerra e domínio militar do planeta. O sistema neocolonialista e a política belicista do imperialismo com todos os retrocessos que acarretam em termos de vida democrática, de dependência das nações e perda de direitos sociais, comportam uma séria ameaça à própria sobrevivência da humanidade. Por isso, é imprescindível derrotar, e não simplesmente ajustar, as políticas neoliberais. O limite da ação política dos partidos de esquerda simplesmente na reivindicação de mudanças parciais no sistema é uma forma de iludir os povos com a falsa perspectiva de reformar o capitalismo. É imprescindível também derrotar a política do imperialismo norte-americano, intensificar a resistência aos seus atos de agressão, denunciar seus crimes, envidar esforços em cada país para fomentar o movimento antiimperialista de alcance mundial, tendo consciência de que não estamos confrontados com uma política conjuntural dos EUA, mas com a própria estratégia do imperialismo.

Observa-se importante amadurecimento no movimento do FSM desde a sua primeira edição em 2001 em Porto Alegre. Na medida em que se tornou um espaço para a assembléia dos movimentos sociais, cujas proposições resultaram nas grandes mobilizações contra a Alca e contra a guerra imperialista, o FSM foi se



distanciando da caracterização pejorativa como “feira de ideologias” e se aproximando de algo como um motor de propulsão de movimentos sociais antiimperialistas. Essa evolução, operando-se no quadro de uma nova situação política na América Latina, em que triunfa a Revolução Bolivariana da Venezuela (local em que transcorreu um dos fóruns descentralizados de 2006), fez com que os movimentos sociais tomassem como objetivo estratégico o antiimperialismo e o novo socialismo, “socialismo do século XXI”, segundo a expressão do presidente Chávez. Assim, o antiimperialismo e a luta pelo socialismo vão se convertendo nas grandes correntes de nossa época, o que exige dos partidos comunistas uma postura pró-ativa, que significa sair do defensismo e tomar a iniciativa política no âmbito do movimento de massas.

Isto tanto mais importante quando se observa a emergência de novo momento político. O governo Bush encontra-se isolado politicamente, mesmo nos Estados Unidos. Colheu sucessivas derrotas, a começar pelo alastramento da resistência iraquiana. A radicalização da resistência palestina e a posição firme dos governos do Irã e da Síria inviabilizam os planos imperialistas estadunidenses de promover a “reforma do Oriente Médio”, o que explica a iracunda retórica do senhor Bush e da senhorita Condoleeza em face daqueles dois países. Na América Latina, as manifestações em Mar Del Plata por ocasião da Cúpula de chefes de Estado das Américas, a sucessão de vitórias eleitorais de forças progressistas e o Fórum realizado em Caracas, além da consolidação da revolução bolivariana e as vitórias de revolução cubana golpeiam as pretensões estadunidenses. Cresce a consciência entre os povos de que o imperialismo não é invencível. Trata-se de importante fator subjetivo, que o partido comunista tem de tomar em consideração no desempenho do seu papel em conjunto com os movimentos de massas e as suas organizações.



Bibliografia Consultada

Moraes, Jô. "O papel dos movimentos sociais no 'Assalto aos Céus'", Revista *Princípios*, nº 69, p.55, 2003.

Novo rumo para o Brasil, Documentos do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, 2001, realizado no Rio de Janeiro, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2002.

Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2003.



**O PAPEL DOS MOVIMENTOS NO
"ASSALTO AOS CÉUS"**

Jô Moraes*

A exacerbação do modelo de dominação capitalista atual, de caráter neoliberal, tem provocado conseqüências sociais de grande abrangência. A vida humana alcançou um nível de degradação sem precedentes, materializando o veredicto de Mézáros, segundo o qual, *"o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital"*. Esta degradação não se expressa apenas na generalizada exclusão da produção, com o desemprego; do consumo, com o rebaixamento dos salários; da qualidade de vida, com as precárias vivências urbanas e ambientais; da perspectiva futura, com a crescente militarização do planeta. Esta degradação é amplificada pelo sentimento, em certa medida generalizado, de não haver alternativa histórica à presente barbárie.

Respondendo às pressões provocadas pelas angústias de seus conflitos cotidianos, a humanidade expressa seu inconformismo com a ordem vigente através do surgimento de um número crescente de manifestações, organizações e movimentos cuja característica central é sua diversidade temática, multiplicidade de sujeitos e seu atual estágio de articulação globalizada.

Esta reação contemporânea à barbárie ainda não foi inteiramente decifrada nas suas particularidades transformadoras. Muitos tentam "enquadrar" o movimento em suas análises e convicções pré-estabelecidas e não buscam compreender seu significado e suas perspectivas.

Há quem considere que o que ocorre no mundo quanto ao surgimento desses movimentos seja algo inteiramente novo.



Sem dúvida, a novidade está na temática motivadora e na forma como eles se apresentam; temática e forma, estas, que refletem o estágio atual de exploração capitalista-imperialista. O seu caráter de movimento "dos de baixo" reproduz os passos da humanidade em outros momentos de sua história.

O espanhol Manuel Monereo, em artigo divulgado por ocasião do II Fórum Social Mundial, chega a afirmar: *"O que é decisivo neste `movimento dos movimentos' é que propõe, pela primeira vez nesta etapa histórica, um sujeito político dos de baixo, capaz de intervir na contradição global que opõe os globalitários aos povos e às populações"*. Um raciocínio que, além de simplificar o alcance do confronto em curso, tenta camuflar a negação de um "sujeito político dos de baixo" já existente o - movimento operário, sufocado, temporariamente, pela ofensiva neoliberal e por sua crise interior.

O surgimento de um movimento de resistência amplo e generalizado frente à exacerbação da exploração e opressão de classe não é um fato novo. A evolução social é toda ela construída de confrontos permanentes entre antagonistas, onde o protagonismo dos explorados é o componente central das mudanças, como apreenderam os teóricos marxistas. Marx, em seu *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, lembra: *"Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas"*.

Esse movimento de resistência registrado pela história apresenta, em cada etapa, as particularidades de seu tempo. Na Grécia antiga o povo ateniense presenciou as lutas dos escravos das dívidas contra a nobreza. O império romano castigou impiedosamente a mais famosa rebelião de escravos liderada pelo gladiador Espártaco, derrotado após sucessivas



vitórias. A rebelião da plebe e as revoltas camponesas contra os senhores feudais marcaram, no início do século quatorze, o fim daquele sistema, hegemônico até então. O histórico ano de 1848 presenciou levantes operários onde barricadas se ergueram nas ruas de Berlim, na Alemanha; de Milão, na Itália; e de Paris, na França. As lutas contra a dominação colonial e mais adiante as lutas nacionais povoaram os séculos dezenove e vinte. Homens e mulheres atentos à história jamais esquecerão a força dos movimentos revolucionários que impulsionaram a independência formal no Brasil e a simbólica resistência do pequeno Vietnã contra o todo poderoso império americano. Ninguém pode negar o extraordinário feito humano da revolução bolchevique de 1917, na União Soviética, quando se ergueu o primeiro poder dos que produzem a riqueza no mundo, que alcançou níveis de desenvolvimento invejáveis.

O grande desafio para aqueles que querem o progresso é apreender as particularidades dos movimentos de resistência da etapa presente, com o objetivo de potencializar suas demandas na perspectiva transformadora e contribuir para que sua ação não seja neutralizada pelos setores dominantes, exatamente aqueles que são responsáveis pelas suas dificuldades.

Características do movimento

A construção desses movimentos de resistência se realiza, hoje, sob o forte impacto das mudanças do mundo moderno. Nesse último meio século a humanidade vem presenciando um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, apropriado pelo sistema capitalista-imperialista que o usa para ampliar a exploração e responder aos impasses econômicos que enfrenta. Ao mesmo tempo em que se agiliza e se sofisticava o processo produtivo, descobrem-se profundos segredos da vida humana, generaliza-se o acesso à



informação, alarga-se o fosso das desigualdades sociais, ocorre a banalização da violência, a degradação das condições ambientais do planeta, a supressão generalizada da liberdade.

Guerras se sucedem, desencadeadas pelo senhor do império, assumindo cada vez mais características de genocídio e de cínicas "guerras preventivas" contra hipotéticos "inimigos". A exclusão e a discriminação generalizada atingem cada homem e cada mulher do planeta nas suas dimensões mais íntimas. Sobre os trabalhadores, em especial os fabris, o alargamento da exploração cai na forma mais dramática da superexploração de sua força de trabalho, com o aumento das horas-extras, o crescimento das doenças profissionais, a perda de elementares direitos trabalhistas.

Acompanhando essa ofensiva cresce a consciência humana de suas novas necessidades e brotam inumeráveis movimentos de resistência. *"Surgem novas dinâmicas na vida social que aparecem em construções de identidades, formulação de reivindicações, criação de estruturas organizativas e novas formas de manifestação e de luta. Vale registrar a emergência da mulher na sociedade, o surgimento de um movimento cultural de massas, particularmente nos setores marginalizados e a intensificação do debate em torno das questões étnicas, raciais, ambientais, de comportamento, de orientação sexual, entre outras"*, como indica o documento do 10º Congresso do PCdoB. Esses diferentes enfoques vêm produzindo uma imensa rede de organizações e articulações cuja abordagem e "descobrimento" constitui um grande desafio a ser realizado por aqueles que compreendem o alcance transformador das populações em luta. Embora com pautas afins, estes movimentos assumem diversificadas formas a partir das realidades de cada país. Uma entidade de defesa ambiental na Europa apresenta contornos diferenciados de uma organização do Acre, com suas



preciosas matas ou de Minas Gerais e seus abundantes mananciais.

Em escala mundial explode um amplo e radical movimento pela paz, particularmente depois da ofensiva bélica do governo americano; conduzida por um bárbaro imperador que semeia a morte pelas esquinas humanas.

Esse processo em curso, uma das resultantes da exacerbação da exploração neoliberal, ocorre simultaneamente aos movimentos de resistência tradicional, sobretudo o movimento operário e sindical, que enfrentam profunda crise de múltiplas dimensões. Impulsionada pela desagregação da União Soviética e o fim das experiências socialistas do Leste europeu, *"esta crise ganhou novas proporções, no entender do sindicalista Everaldo Augusto, com a predominância do neoliberalismo, da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva. Os efeitos destes três fenômenos, agindo de maneira simultânea e combinada, produziram um resultado desastroso para as organizações sindicais e operárias no mundo todo. Os sindicatos ficaram de mãos amarradas diante do desemprego, dos ataques aos direitos trabalhistas, da precarização das relações de trabalho, do rebaixamento salarial, das privatizações"*.

Particularmente no Brasil, uma outra dinâmica da resistência social também foi atingida. Embora por outras razões, esta crise chegou às demais organizações do povo, sobretudo as vinculadas ao movimento popular de corte urbano. As dificuldades do movimento organizado destes setores são conseqüência da falta de um projeto político transformador que potencialize sua ação; de alterações na vida urbana que deslocam o eixo de suas preocupações iniciais; e do surgimento de novas temáticas, como a da violência, que não se incorporavam às suas pautas anteriores. A ampliação dos espaços de participação popular em governos democráticos



representou importante conquista do processo político brasileiro. No entanto, ela se deu num quadro de crise do Estado que restringiu as respostas às demandas populares e num período em que o movimento se encontrava com enfraquecida autonomia, trazendo como conseqüência certo grau de paralisia, cooptação e institucionalização.

Num quadro já fragilizado como este, desencadeia-se uma extraordinária ofensiva ideológica por parte do grande capital para tentar conter e "domesticar" as novas dimensões da resistência contra a exploração capitalista-imperialista.

Para combater o fortalecimento da ação coletiva procura-se exacerbar o individualismo como prática cotidiana, tentando-se desmoralizar a militância como opção da sociedade moderna. O espírito de competição é amplamente estimulado na sociedade. Os recentes programas chamados "reality-shows" são a expressão popular e sofisticada dessa ofensiva. Qualquer cidadão pode ganhar 500 mil reais se vencer seus contendores no período de convivência que são obrigados a realizar.

Aproveita-se a crise no interior do movimento operário e sindical para desmoralizá-lo e tentar desmontar sua estrutura organizativa unificada com a famosa pluralidade sindical, entre outras medidas aprovadas pelos governos.

Evitando-se potencializar a energia transformadora desses movimentos, fragmenta-se a apresentação das demandas de cada setor, retirando-se o enfoque totalizante do ser humano. Cria-se uma organização para tratar da saúde da mulher, outra para cuidar dos problemas da violência de gênero, uma outra mais para cuidar de programas de emprego e renda.

Diante da crise do poder público, fruto da implantação do "estado mínimo", que se torna incapaz de responder às



demandas populares, as novas organizações são usadas como um componente fundamental da nova dinâmica entre sociedade e Estado. Responsabilidades deste são repassadas para aquela. A feminista Sonia Alvarez, em estudo sobre os feminismos latino-americanos registra que *"entre a diversidade de organizações que compõem a sociedade civil, as ONGs (Organizações Não Governamentais) agora são proclamadas 'sócias' chaves do Estado para avançar a modernização social e econômica"*. No mesmo estudo ela cita Hulme para referir-se à larga história que as ONGs têm em realizar serviços aos pobres em países onde os governos carecem de recursos. E alerta: *"A diferença é que, agora, elas são o canal preferido para a provisão de serviços, substituindo, a propósito, o Estado"*.

Estabeleceu-se uma estratégia eficiente para interferir na temática e nas ações concretas de algumas organizações, através do financiamento realizado por agências internacionais que condicionam o apoio à natureza do projeto. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais-ABONG, realizada em 2001 - citada por Everaldo Augusto em seu trabalho apresentado no 3º Encontro de Sindicalistas Classistas, em Porto Alegre -, por meio de uma amostra de 196 associadas, das 300 filiadas, 78,75% de seus recursos são originários de agências internacionais.

Ainda como parte dessa estratégia de "domesticação", através da ofensiva ideológica do grande capital, procura-se fazer uma artificial separação entre a militância social e a militância política. Proíbem os partidos, enquanto estruturas políticas, de participarem da organização do Fórum Social Mundial. A artificialidade dessa separação pode ser comprovada pela experiência cotidiana. A militância política é o caminho natural dos que atuam nos movimentos, representando o crescimento da consciência com base na



prática social. São raras as lideranças não integrantes ou simpatizantes de um partido.

Em que pese toda essa ofensiva ideológica atuando no sentido de neutralizar a ação dessa resistência, num quadro tão complexo como esse, não se pode cair em simplificações caracterizando a presença hegemônica de tal ou qual perfil de ONG ou movimento para estabelecer o seu potencial transformador. O atual estágio de desenvolvimento do movimento espontâneo das massas é de grande valia para a luta revolucionária anticapitalista, sobretudo pela sua articulação internacional. E como tal deve ser valorizado. As mobilizações mundiais pela paz, ocorridas no dia 15 de fevereiro, do ano em curso, data definida no II Fórum, foram a demonstração mais evidente desse potencial.

No último Fórum Social Mundial, só do Brasil participaram 8.503 delegados e 2.368 organizações, com uma diversidade de temas e estruturas a sinalizar possibilidades de um amplo fórum de lutas para momentos decisivos.

O desafio maior está na definição de uma estratégia que contribua para esses movimentos superarem seu horizonte de reivindicações imediatas, rompendo com as cadeias reformistas que as forças hegemônicas no mundo tentam manter sobre eles.

O assalto "dos de baixo" aos céus

A pressão da vida e a intensidade dos conflitos vêm conduzindo a articulação antiglobalização a colocar na sua agenda os eixos centrais da pauta política do mundo moderno, isto é, a luta contra o neoliberalismo. A declaração síntese de Porto Alegre II inicia-se com um claro posicionamento: *"Ante o contínuo agravamento das condições de vida dos povos, nós, os movimentos sociais de todo o*



mundo, dezenas de milhões de pessoas, temos nos reunido no Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Aqui estamos em grande número, apesar dos intentos de romper nossa solidariedade. Temos nos reunido de novo para continuar nossa luta contra o neoliberalismo e a guerra, ratificando os acordos do Fórum anterior e reafirmando que 'outro mundo é possível'".

Embora o eixo de combate às políticas neoliberais esteja colocado, o caminho que deve ser seguido para alcançar esse objetivo está no centro das polêmicas. A maioria dos integrantes dos movimentos da articulação antiglobalização tem uma clara estratégia reformista de enfrentamento a essas políticas que, para eles, deve se dar nos marcos do sistema capitalista vigente. Por isso, foi artificializada uma natural tensão entre partido e movimento, procurando afastar a possibilidade de que "os de baixo decidam tomar os céus de assalto", incorporando em suas agendas a luta pelo poder político. Estes integrantes concentram contra os partidos revolucionários as suas atitudes mais restritivas exatamente para evitar que eles "contaminem" os movimentos com seu projeto transformador.

Os partidos revolucionários, até pela sua base teórica marxista, sabem muito bem que não há processo transformador sem a junção da "consciência", materializada num projeto político partidário, com o "movimento espontâneo de massas". Gladys Marin, presidente do Partido Comunista do Chile, em artigo para o sítio Rebellion, expressa essa compreensão com muita convicção: "*Creemos que aqui há lições que perduram. Por uma parte, os partidos que propugnam a mudança da sociedade serão incapazes de materializar seus ideais se não contribuem para o surgimento e impulsionamento das lutas e interatuam com os movimentos sociais que demandam a superação das carências impostas pela sociedade que deve ser mudada. Por*



Questão de Partido

outra, os movimentos sociais podem desenvolver lutas potentes e lograr triunfos, porém estes serão efêmeros se não assumem e logram resolver o problema central de toda transformação de fundo que é o problema da modificação do caráter da sociedade em que estes emergem".

Esta tentativa de negar os partidos revolucionários é uma velha polêmica já enfrentada por Marx desde o século XIX. Por sugestão do grande teórico socialista, o Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Haia, setembro de 1872, aprova a seguinte formulação: *"A conquista do poder político aparece como a grande tarefa do proletariado, porque os donos das terras e do capital abusam sempre de seus privilégios políticos, para salvaguardar e eternizar os seus monopólios econômicos e para escravizar o trabalho".*

As múltiplas organizações que explodiram, particularmente nos últimos anos, são manifestações de como homens e mulheres tomaram consciência do acirramento da degradação de suas vidas e decidiram reagir contra ela. São novas identidades e novas dimensões da vida humana que se organizam nas suas particularidades e como tal têm que ser compreendidas e respeitadas.

Os partidos políticos surgiram, historicamente, como uma necessidade, nos novos marcos apontados pela Revolução Francesa, de os burgueses organizarem seu domínio e de os operários se oporem a ele. São estruturas políticas para organizar a relação da classe, ou classes, que representam com o poder de Estado. Logo, estruturas políticas para que cada classe ou setor apresente seu projeto global para o funcionamento da vida em sociedade e tente conquistar o apoio da maioria.

As condições objetivas estão dadas para que "os de baixo" comecem a compreender a completa inviabilidade da



melhoria de suas condições de existência nos marcos do atual sistema capitalista-imperialista de caráter neoliberal. O desafio está na construção de um projeto estratégico transformador adequado à atual etapa e à dinâmica de cada país que consiga ganhar os melhores homens e mulheres que hoje saem pelas ruas do mundo buscando um melhor futuro para a humanidade.

***Jô Moraes**

Deputada estadual pelo PCdoB/MG e vice-presidente do PCdoB.

(Texto publicado originalmente na revista Princípios nº 69, maio/junho/julho 2003.)

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia. "Feminismos Latino-americanos". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2. 1998.

AUGUSTO, Everaldo. *Movimentos Sociais, Sindicato e Partido*. Texto apresentado no 3º Encontro de Sindicalistas Classistas da América Latina, em Porto Alegre, RS. 2003.

Elaboração Coletiva. Teses para o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil. In: *A Classe Operária*, junho de 2001. São Paulo. 2001.

ENGELS, F e MARX, C. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Obras Escolhidas T.1. Lisboa, Edições Avante. 1982.

LOSOVSKY, D. *Marx e os Sindicatos*. Anita Garibaldi. São Paulo. 1989.

MARÍN, G. "Diferencias y tensiones entre movimientos sociales, partidos políticos e instituciones políticas: cómo lidiar con ello para alcanzar una democracia participativa?". In: *La Izquierda a Debate*, sitio www.rebellion.org. Janeiro de 2003.



Questão de Partido

MARX, C. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. In: Obras Escolhidas. Tomo I, Lisboa, Edições Avante. 1982.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI Socialismo ou Barbárie*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2003.

MONEREO, M. "O Movimento AntiGlobalização e a Esquerda (Rascunho)". In: *La Izquierda a Debate*, sítio www.rebellion.org. 2003.

NOLASCO, V. *Avaliação do 2º Fórum Social Mundial*. Texto apresentado em reunião da Comissão Política Nacional do PCdoB. Fevereiro de 2003. São Paulo.

PLEKHANOV. *Reflexões Sobre a História*. Lisboa, Editorial Presença. 1970.

